

A Defesa Nacional



SETEMBRO

1959

NÚMERO

542



REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

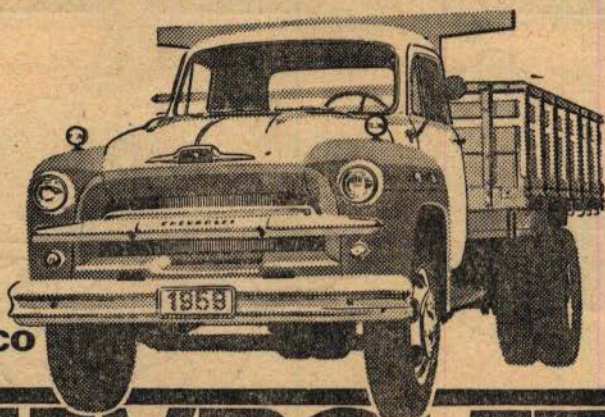
E

ESTUDOS BRASILEIROS

RIO DE JANEIRO

BRASIL

**É MAIS
FORTE-
É MAIS
ECONÔMICO
É**



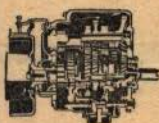
CHEVROLET

-custo mínimo por tonelada/quilômetro!



**Poderoso motor Chevrolet
— 6 cilindros — 142 H. P.**

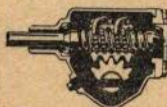
— De fácil manutenção, reduzindo o custo de operação e o desgaste das peças vitais, este poderoso motor Chevrolet é econômico em todos os sentidos — proporciona custo mínimo por tonelada/quilômetro!



Caixa de Câmbio sincronizada — troca de marchas rápida e macia, dispensando a dupla debreagem. Reforçada, silenciosa, com 4 marchas à frente 1 à ré. Engrenagens de liga de aço especialmente temperada, para longa duração.



Chassi de longarinas e transversinas reforçadas, permitindo maior estabilidade ao veículo.



Direção com rêsca sem fim, caixa de esferas com cremalheira e setor.

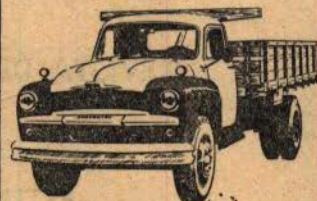
Produtos garantidos pela

GENERAL MOTORS

conheça os novos veículos
CHEVROLET!



CAMIONETA CHEVROLET 3.100



CAMINHÃO CHEVROLET 6.300



DO BRASIL S.A.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1959

N. 542

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
Técnica da Observação Aérea — Maj Ary Leonardo Pereira	3
O Binômio Exército-Marinha no Campo Prático — Cap José Murillo Beu- rem Ramalho	11
O Candidato à Es AO — Cel João Bina Machado	15
I — A Cavalaria no Aproveitamento do Êxito e Perseguição	15
II — Os Serviços na Defensiva	20
III — As Comunicações na Defensiva	23
O Candidato à ECEME — Maj Octávio Tosta	29
I — Comentários Diversos	29
II — Questões do Concurso de 1956	31
III — Estudo e Debate de uma Questão de História — Gen Flamarion Barreto	33
Engenhos-Foguetes e Satélites — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	39
I — Invasão do Espaço	39
II — Boletim Internacional — Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu	43
Doutrina Militar Brasileira — Maj Amerino Raposo Filho	47
I — Bases Filosóficas (Perseguição e Cêrco — Continuação do nú- mero anterior) — Maj Amerino Raposo Filho	49
II — Guerra Revolucionária (Esclarecimento Necessário) — Maj Ame- rino Raposo Filho	59

CULTURA GERAL

Peru — Ten-Cel Rubens Alves de Vasconcellos	65
Indústrias em Mato Grosso — Maj Geraldo Figueiredo de Castro	73

GEOPOLÍTICA

I — Doutrina (Origens e Fundamentos da Geopolítica) — Gen Mozart de Andrade Souza	93
II — Estudos e Ensaio (Áreas Internacionais de Compreensão e Áreas de Atrito — Tendências Expansionistas) — Cel Golbery do Couto e Silva	101
III — Artigo Estrangeiro (A Geopolítica e a Geografia Militar) — Tenente Roberto Negretti Madriz	111
IV — Bibliografia (Índice Bibliográfico) — Maj Octávio Tosta	119

MARINHA

	Págs.
I — Rumo... Zero - Nove - Zero!! — Trad. Ten A. Brandão de Freitas	137
II — Notícias de Todos os Mares — Ten Brandão	147
III — O Quarto Distrito Naval	149

AERONAUTICA

I — Pelos Céus do Mundo	153
II — Crônicas de Aeronáutica	157

DIVERSOS

Imprensa do Exército	161
Fogo no Teto do Mundo	163
Marechal Montgomery	167

BRASILIANAS

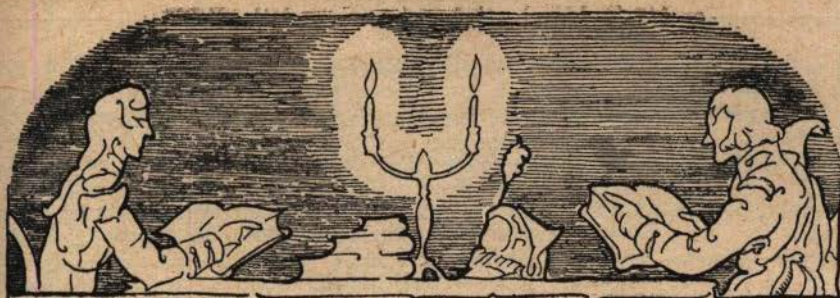
Brasil — 1958 (Cont.) — Comércio Exterior — Transportes — Diversos Fatores Negativos para a Segurança Nacional — É Notável o Aumento da Nossa Produção de Petróleo	171
--	-----

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Unidade de Submarinos Atômicos — Torpedo acionado a Foguete — Helicópteros dos Fuzileiros Navais	181
--	-----

ATOS OFICIAIS

Decretos, Avisos e Portarias de Interesse do Exército "D. O." de julho de 1959	187
--	-----



CULTURA PROFISSIONAL

TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO AÉREA

Maj Art ARY LEONARDO PEREIRA
(Instrutor Chefe do CFOAé)

1 — GENERALIDADES

a. A observação aérea, como missão primária da Aviação orgânica do Exército, obriga os observadores ao conhecimento da sua técnica básica.

Embora as aeronaves usadas sejam de pequena velocidade e permitam manter altitude constante, a mudança rápida da área observada torna obrigatória a preparação detalhada da missão.

Há, assim, necessidade de se criar o espírito de trabalho em equipe, o que exige permanente compreensão e ajuste entre os elementos participantes da missão, porque sem ele o entendimento no ar entre os membros da tripulação será precário.

A formação perfeita da equipe piloto-observador deve ser, pois, a maior e mais constante preocupação dos responsáveis pela orientação e treinamento dos executantes da observação aérea.

b. Uma companhia de aviação orgânica da Divisão de Infantaria possui as seguintes aeronaves:

(1) L-19 — Bird Dog	16
(2) H-13 — Sioux	20
(3) L-20 — Beaver	6
(4) H-19 — Chickasow	8
—	
Total	50 aeronaves

c. O emprêgo principal de cada uma dessas aeronaves é o seguinte:

- (1) L-19 — Observação (principalmente vigilância visual);
- (2) H-13 — Reconhecimento;
- (3) L-20 — Vigilância eletrônica;
- (4) H-19 — Transporte (este helicóptero, no entanto, pode ser usado para reconhecimento, sempre que este exija equipe. Exemplo: Reconhecimento de posição).

2 — DEFINIÇÃO

Observação aérea é uma designação que pode gerar confusões. Por isso a expressão — observação aérea — designa as missões de:

a. Reconhecimento aéreo:

Entende-se por reconhecimento aéreo uma missão específica dentro de uma área específica. Este reconhecimento pode ser visual ou fotográfico.

Exemplos: os reconhecimentos de itinerários, pontes, estradas e de posições.

b. Vigilância:

A vigilância pode ser eletrônica, radiológica e visual.

A vigilância é geralmente considerada como a observação contínua de uma área e não particularmente de algum alvo ou como destinada a obter determinado tipo de informe. Na missão de vigilância o observador aéreo permanece alerta para observar tudo no terreno dentro de sua zona e transmitir qualquer informe que possa obter.

c. Conduta dos tiros de artilharia e morteiros:

Esta pode, também, ser efetuada durante a realização da missão de vigilância.

d. Vigilância de contra-bateria:

É a observação do tiro da artilharia inimiga com a finalidade de localizá-la. Ela pode ser, também, desempenhada durante a missão de vigilância.

e. Inspeção de camuflagem, contróle de coluna ou de patrulha, vigilância e segurança do ar, busca de informes sobre o amigo e inimigo.

f. Outras missões, que não se enquadram nas de observações, podem também ser atribuídas ao observador aéreo. Exemplos: levantamento topográfico, lançamento de suprimento, correio, ligação e comunicações (lançamento de linhas, retransmissão de mensagens).

3 — VANTAGENS DA OBSERVAÇÃO AÉREA

É importante conhecermos as vantagens da observação aérea a fim de compreendermos:

1) As razões por que são tomadas determinadas providências no preparo de uma missão;

2) as razões por que são empregados determinados métodos não utilizados pelo observador terrestre.

Essas vantagens são:

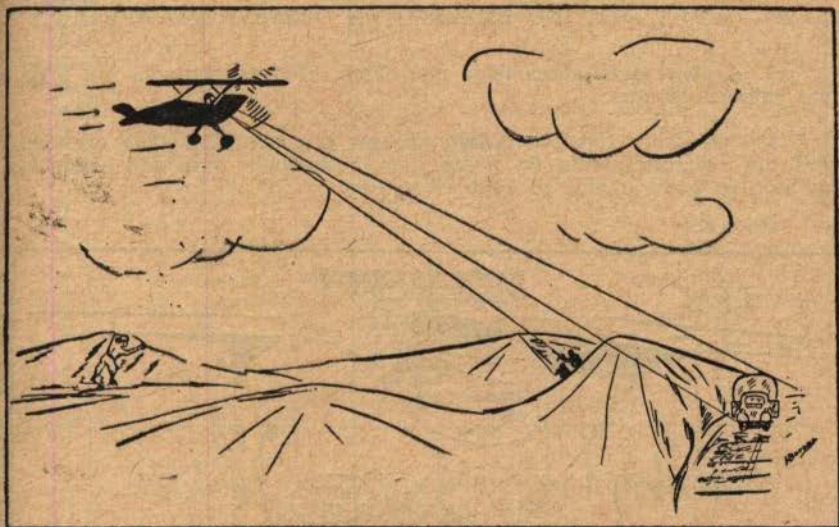
a. Dar ao observador aéreo um campo de visão muito maior que o do observador terrestre. Devido ao grande campo de visão o observador aéreo consegue:

(1) Ser mais preciso quando compara a carta com o terreno, o que, obviamente, lhe permitirá melhor determinar as coordenadas de um alvo.

(2) Obter mais informes na maioria de suas observações. Por exemplo, enquanto o observador terrestre é limitado por uma área de observação e só vê um lado de uma instalação inimiga, o observador aéreo pode ver essa mesma instalação completa e determinar sua profundidade e dimensões. Certas cobertas e abrigos que influem na observação terrestre não afetam o observador aéreo.

(3) Dar maior profundidade ao plano de observação, incluindo áreas que estão fora do alcance do observador terrestre.

b. Dar ao observador aéreo capacidade de obter informes mais rapidamente que o observador terrestre.



Esta vantagem é especialmente importante nas missões de reconhecimento, sendo principalmente utilizada para:

(1) Dar ao comando o mais recente informe ou quaisquer notícias das atividades inimigas durante ataque, retirada ou ruptura. Devido à velocidade, o observador aéreo pode manter contato com o inimigo a todo momento, o que constitui fator importante em qualquer manobra.

(2) Dar ao comando informes suficientes para fazer a estimativa da situação e traçar os planos convenientes. Devido à urgência, os informes podem não ter maior precisão.

c. Dar ao observador aéreo possibilidade de evitar obstáculos com que se defrontem os elementos terrestres. Por esta razão pode ser empregada para observar áreas que são inacessíveis aos elementos terrestres, em face da situação tática ou condições do terreno.

Esta vantagem é utilizada para:

(1) Observar ou fazer reconhecimento específico dentro do território inimigo.

(2) Contornar instalações inimigas ou prevenir elementos terrestres de tais obstáculos.

(3) Localizar estradas para os elementos terrestres a fim de flanquear instalações inimigas.

d. Dar ao observador aéreo possibilidades de realizar a cobertura de uma área mais ampla com menos esforço do que o necessário para os elementos terrestres.

Por esta razão a vigilância contínua das áreas das unidades apoiadas é considerada um emprego normal da observação aérea. Para ter vigilância contínua, divide-se o setor da Divisão em zonas e designam-se duas aeronaves para cada zona: enquanto uma está em vigilância a outra permanece em terra, em manutenção. Cada observador não deve realizar vigilância por mais de 2 ou 3 horas: maior número de informes é obtido quando a equipe está descansada.

4 — LIMITAÇÕES NO EMPREGO DA OBSERVAÇÃO AÉREA

a. A observação aérea pode não obter informes acurados em algumas missões porque:

(1) Os dados técnicos podem não ser precisos. Um bom exemplo será um reconhecimento de ponte cuja capacidade deve ser estimada por não se poder medir os seus elementos.



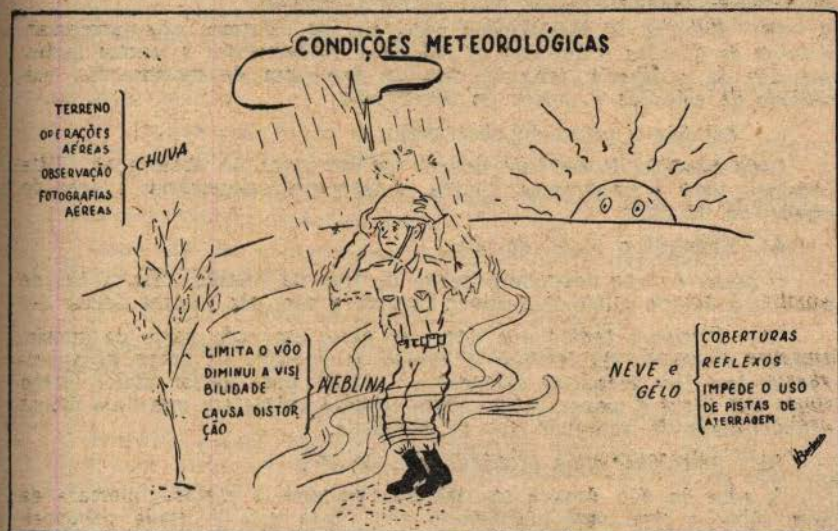
(2) Os obstáculos bem camuflados podem não ser vistos do ar. Um exemplo é um campo minado: oficiais de engenharia especialmente treinados têm possibilidade de localizar ou delimitar o contorno de um campo minado pelo vôo baixo em helicóptero; mas não se deve esperar que o observador normal seja capaz de encontrar minas, mesmo voando à baixa altura.

(3) As superfícies podem ser mal interpretadas. Um bom exemplo é o do reconhecimento de uma estrada má que, no entanto, vista do ar, pode parecer lisa e firme se não foi utilizada após chuvas.

b. A observação aérea pode ser prejudicada pelas condições meteorológicas desfavoráveis.

c. A observação aérea em certas áreas pode ser impedida pela defesa antiaérea inimiga.

d. A observação aérea pode causar uma perda de segredo: o observador, não voando na rota e altitude usuais nas missões de vigilância, pode permitir ao inimigo deduzir as intenções do comando terrestre.



5 — PREPARAÇÃO QUE DEVE PRECEDER TÔDA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO AÉREA

A fase de planejamento começa imediatamente depois que o pedido de missão é recebido. Daí em diante, passa ser responsabilidade da equipe piloto-observador.

É necessário que esta fase da operação seja conduzida cabal e metódicamente. Se a equipe se descuidar durante o planejamento e preparo da missão, esta corre o perigo de não poder ser levada a efeito, total ou parcialmente.

Também o número de informes a ser obtido pela equipe poderá depender dessa preparação feita antes do vôo.

O planejamento consiste em:

a. Selecionar e preparar cartas em grande escala.

Essas cartas permitirão cobertura da missão e também servirão para o vôo. Para áreas que possam ser cobertas por uma ou duas cartas, deve dar-se preferência à escala de 1/250.000.

Na preparação das cartas deve-se:

(1) Cobri-las com um acetato ou outro material transparente, o que permitirá a anotação de informes.

(2) Anotar nelas todos os informes referentes a situações gerais e particulares.

(3) Compará-las com as fotografias aéreas existentes.

b. Estudar o terreno a ser coberto durante a missão.

A fase de estudo do terreno é a parte mais importante da preparação. Nela não se deve deixar de:

(1) Localizar o terreno mais conveniente para o objetivo da missão. Nas missões de vigilância, deve-se localizar o terreno que mais provavelmente possa abrigar qualquer tipo de instalação.

(2) Localizar nas áreas mantidas pelo inimigo, ou próximo delas, as posições mais adequadas para armas antiaéreas.

(3) Estudar as localizações possíveis de informes que interessam a todas as missões e que são os informes concernentes a pontos fortes, posições de artilharia, área de reunião, depósitos de suprimentos, obstáculos de estradas e postos de observação.

c. Estudar o plano de observação.

Cada situação de combate deverá ter um plano de observação. Dêlé constará toda a observação (aérea e terrestre) necessária à área do campo de batalha.

d. Elaborar o plano de voo.

O plano de voo dependerá muito do tipo da missão; mas, a fim de auxiliar a equipe piloto-observador durante o voo, não poderá deixar de:

(1) Prever o tempo que deve ser gasto em cada parte da missão. Durante o estudo do terreno a equipe selecionará as áreas mais prováveis; isso lhe permitirá elaborar um plano para gastar maior tempo sobre tais áreas e menor tempo sobre aquelas outras em que haja menos probabilidade de qualquer tipo de atividade.

(2) Selecionar uma provável rota de voo:

A rota de voo deverá ser tal que permita a maior cobertura da área sobre a qual será efetuado o voo. Esta rota é usada principalmente em deslocamentos de uma área provável para outra.

Atingida a área, a rota de voo pode ser alterada a fim de obter melhores posições de observação.

A área deve ser ou observada de todos os lados ou observada até que a equipe esteja convencida de que obteve todos os informes que essa área contém.

(3) Organizar uma lista para guiar a equipe no cumprimento da missão. Esta lista deve incluir todos os principais pontos dos Elementos Essenciais de Informação (EEI) a serem observados, além da indicação das áreas mais prováveis, já localizadas ao ser feito o estudo do terreno.

6 — EQUIPAMENTO A SER CONDUZIDO EM TODAS AS MISSÕES

O observador aéreo deverá conduzir, em todas as missões, os seguintes equipamentos:

- a. Equipamento de apanha-mensagem e mensagem-lastrada.
- b. Binóculos.
- c. Câmera fotográfica.

7 — MÉTODOS E TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO

Certas missões especiais requerem, naturalmente, técnicas especiais.

Algumas técnicas, porém, pertencem a todas as missões:

- a. Observar de altitude relativamente alta.

A altitude relativamente alta será mantida até que algum indicio de atividade seja assinalado.

Por altitude relativamente alta, compreende-se uma altitude da qual o observador, apesar de ter um grande campo de observação, é capaz de observar detalhes sobre o terreno.

A visibilidade é, naturalmente, o fator determinante na escolha da altitude de observação, mas de modo geral pode-se considerar boa qualquer altitude entre 2.000 e 3.000 pés.

b. Ajustar altitude e a direção de vôo para obter a melhor posição de observação.

A melhor posição de observação dependerá do tipo da missão, do terreno, das condições meteorológicas e de muitos outros fatores.

c. Fazer a aproximação, para observar uma área ou atividade, de direções sucessivamente diferentes.

Este tipo de aproximação é especialmente importante quando há suspeita de camuflagem.

d. Dividir a zona de observação em subzonas.

Cada subzona deve ser completamente explorada, antes do observador deslocar-se para outra subzona.

e. Usar binóculos para aumentar um alvo específico.

Evite-se, porém, abusar deste recurso. Usando-o continuamente, o observador perderá o senso de direção, reduzirá o campo de observação e acabará por ficar tonto ou enjoado.

f. Evitar revelar a intenção do observador ou da missão.

Uma das razões desta técnica é que as unidades inimigas estão ocultando suas atividades e não abrirão fogo contra o observador a menos que suspeitem que ele as descobriu.

Outra razão é que o inimigo pode determinar a intenção do comando terrestre pelo tipo de informe que o observador está procurando.

Tenha-se em conta que o inimigo está habituado aos vôos de missão de vigilância.

g. Evitar áreas de tiros conhecidos.

Nem sempre, no entanto, podemos deixar de sobrevoar áreas de tiros conhecidos; torna-se até necessário verificar o que há de tão importante que leva o inimigo a atirar em nossas aeronaves de observação. Ao penetrar nesta áreas o observador deve usar a técnica da aproximação de direções sucessivamente diferentes.

h. Executar manobras de evasão.

Atacado por uma aeronave de características superiores, o piloto deve voltar-se de frente para o atacante e mergulhar para o nível da copa das árvores.

Certa vez na Coreia, o piloto de um L-19 salvou-se por ter usado técnica semelhante: apesar de não poder voltar-se de frente para o inimigo, mergulhou para a altura da copa das árvores, acompanhando o relevo do terreno na fuga; o inimigo no afã da perseguição, penetrou num vale e, quando o L-19 numa manobra repentina saiu de sua frente, não teve (dada as suas características superiores) a manobrabilidade necessária, e espatifou-se contra a elevação do terreno, súbitamente surgida à sua frente.

A aeronave deve fugir ao tiro terrestre, e o vôo ao nível das copas das árvores reduz o tempo de exposição ao tiro.

i. Registrar os informes imediatamente.

Ao registrar os informes o observador deve assegurar-se que possui todos os dados suficientes e evitar assim o esquecimento de detalhes durante o debrifim.

O registro de cada informe deve responder às seguintes perguntas:

- (1) O quê?
- (2) Quando?
- (3) Onde?
- (4) Que atividade?

j. Localizar indícios de atividades.

Estes indícios correspondem sempre à violação dos princípios de camuflagem. Os mais comuns dentre esses indícios são:

- (1) Clarão das armas de Artilharia — Fogo ou Fumaça;
- (2) Poeira — Ruídos — Pistas;
- (3) Reflexos — Luzes — Sombra;
- (4) Formas — Contornos — Tonalidades — Côres impróprias — Terras de escavação e escombros;
- (5) Quaisquer outros objetos abandonados, sem importância maior, que sirvam para localização de tropas ou instalações.

8 — ESTIMATIVA DA OBSERVAÇÃO

O observador nada mais é de que um agente de coleta de informes.

O seu trabalho é relatar com exatidão cada informe: O melhor método de se relatar informes concernentes a tropas, armas ou viaturas é o da quantidade do que se observou.

Sendo impossível fazer a contagem real, por estar se movimentando muito rapidamente sobre o alvo ou por haver número muito grande para contar, o observador deverá fazer uma estimativa do que observou.

Nessa estimativa é importante identificar, inicialmente, o que está sendo avaliado e, obviamente, ao informar a observação, evitar os dados numéricos, muito acima ou abaixo da realidade.

FONTES DE CONSULTAS

1. Aerial Observation — Fort Rucker — Ala Nov 58;
2. Army Information Digest — Mar 59;
3. C 30-5 — Informações de Combate;
4. Estimating Number of Objects — Army Aviation School — Out 56;
5. Instructional Packet — USA — Fort Rucker — Ala;
6. Técnica Básica de Observação Aérea — NI da Es IE — Mar 58.

O BINÔMIO EXÉRCITO-MARINHA NO CAMPO PRÁTICO

Cap JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO.

1. INTRODUÇÃO

1 — Nas funções de Cmt Cia Escola de Guerra Química, do Exército, tivemos oportunidade de saber da existência, na Marinha, do Curso de Combate a Incêndio, funcionando no Centro de Adestramento Marques de Leão, (CAAML).

Ora, o referido Curso viria atender à finalidade objetiva dentro da aprendizagem, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal especializado em Guerra Química, no Exército, preenchendo enorme lacuna, até hoje não neutralizada. Isso porque, o Regulamento Interno dos Serviços Gerais, do Exército, em seu art. 136, fixa que, cabe ao oficial de Guerra Química, a adequação de todas as medidas referentes à sistemática do incêndio.

No Exército não existe curso específico sobre incêndio ou um currículo, adequado, ministrado no Curso de Guerra Química da Escola de Instrução Especializada.

Resalta, então, que, embora fôsse fixativo e obrigatório ao especializado em Guerra Química estar a par do mecanismo do incêndio, ao mesmo faltava conhecimento necessário e suficiente para atendimento das necessidades do serviço.

Mesmo com um currículo sobre incêndio no Curso de Guerra Química, acima citado, evidentemente o mesmo teria que contar com adequado equipamento especializado e instalações.

Em suma, as necessidades do pessoal de Guerra Química estão aquém do mínimo neste setor.

2 — Graças à boa vontade, espírito de camaradagem e compreensão entre as duas Forças Armadas, conseguimos matrícula não só para o Cmt da Cia Escola de Guerra Química, bem como para todos os seus Sargentos especializados.

Após haver feito o referido Curso de Combate a Incêndio, no CAAML, tivemos melhor compreensão de suas possibilidades no atender às missões dos membros de Guerra Química do Exército.

3 — É forçoso reconhecer que, graças à identidade de vistas, graças a essa harmonização de tarefas comuns pelo Brasil, o Exército consegue ganhar especialistas no combate a incêndio, dando-lhes campo para prosseguimento não só do que lhes foi ministrado bem quanto à consecução de suas obrigações militares.

Eis uma nova fórmula aberta no campo prático das relações entre Forças do Exército e da Marinha, plasmadas na identificação comum dos mesmos objetivos.

4 — Haveria necessidade de o Exército contar com correspondente curso de combate a Incêndio? Sem dúvida, é uma idéia, uma fato a considerar.

Porém, se na Marinha já existe o instrumental pronto, porque, portanto, não utilizá-lo em benefício do Exército? O manuseio pelo Exército, das instalações e equipamentos, bem quanto à teórica do ensino, no citado curso de incêndio, traria, de imediato duas conseqüências: uma de ordem econômica e a outra de ordem espiritual.

Uma fazendo com que o Exército não gastasse com algo que já existe, e muito bem, na Marinha. A outra poria em campo o necessário desenvolvimento das relações entre o Exército e a Marinha.

2. DESENVOLVIMENTO.

1 — Uma nova estruturação interrelacional entre o Exército e a Marinha na área do ensino pode ser levantada.

O desconhecimento no Exército, da existência de inúmeros cursos, instalações e equipamentos na Marinha, que possam servir e atender aos seus interesses serviciais, acha-se situado num prisma bem alto.

Em seus centros de ensino em que são ressaltados, entre outros o "Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão" (CAAML) e o muito conhecido através de sua sigla CAW, a produção técnica de seu ensino metodológico constitui uma prova de que podem ser postos em vigor e em duelo a aprendizagem adquirida. Constituem, em suma, realidades que a todos nós é dado a ver, a sentir, a saudar com imensurável satisfação seu rendimento ciclópico.

Caracterizados por sua estrita modéstia e simplicidade, advogando o lema de que mais vale trabalhar do que aparecer, surgem os oficiais de nossa Marinha como autênticos Serviços da resistência contra o sub-desenvolvimento profissional.

Dai a conjugação de esforços entre oficiais das duas Forças constituir uma crescente necessidade, já que, uns e outros associados às mesmas características, às mesmas obrigações, às mesmas necessidades de doarem sua produção para a Nação, são essenciais ao destino comum.

2 — Uma das formas para ser incrementado êsse desiderato seria o de estabelecer um programa em que fôsse conhecido o que existe na Marinha e no Exército, no campo de ensino militar, em proveito mútuo.

Eis uma fórmula econômica e de resultados morais positivos.

Existem cursos na Marinha que igualmente existem no Exército.

Porém, um intercâmbio entre os mesmos traria resultados compensadores mútuos.

Entre outros exemplos, citaríamos o Curso Técnico de Ensino, existente nas duas Forças. Uma aproximação que redundasse quer no auxílio mútuo de instrutores, de documentos e de material, constituiria medida de alto nível educacional, econômico, pedagógico e profissional militar, a par de maior estreitamento do trabalho entre oficiais da Marinha e do Exército, identificando-se reciprocamente.

Dessa harmonização de resultados o conjunto seria beneficiado, adestrando em paz, dentro de um determinado eixo, o trabalho de equipe

entre marinheiros e soldados, preparando-os, melhor, para as tarefas de guerra, em que são exigidos espírito de grupo, identificação conjunta de idéias e princípios. Com isso, facilitar-se-iam grandemente, os trabalhos preliminares, na guerra, visando à identificação e ao conhecimento de duas Armas que se devem conhecer melhor.

3 — Existem professores civis que ministram aulas em Escolas do Exército, em determinados ramos. Pois bem: quantos dêles não poderiam ser substituídos por oficiais da Marinha, inúmeros dêles qualificados, com cursos obtidos até no exterior? O seu significado de ordem econômica para o Exército seria auspicioso, ao mesmo tempo que maior campo para aproximação entre dois esteios da Nação seria obtido, com resultados positivos para os dois lados.

Eletrônica, Guerra Química, Radar, Técnica de Ensino, etc., etc., constituem conjunções com as quais podemos manobrar para atender às faltas ou necessidades de uma das Organizações.

É conveniente lembrar que existem centros de ensino navais com elementos tecnicamente e profissionalmente com cursos fora do País e desejosos de cooperar para o treinamento e aperfeiçoamento de seus colegas do Exército. E por outro lado, há nas forças terrestres, Escolas de alto nível profissional-especializado que poderão e estão desejosas de dar sua colaboração, seu esforço e sua experiência em benefício dos seus companheiros da Armada.

3. CONCLUSÃO

A objetivação de uma maior aproximação entre órgãos do ensino do Exército e da Marinha constitui o prelúdio para o melhor sucesso de todas as operações militares.

Eis uma idéia que deve ficar em marcha porquanto essa aproximação, essa interrelação de pensamentos e fatos entre níveis educacionais das duas Forças Armadas constitui um pensamento predominante, com que podemos, melhor, traduzir os fatos e as opiniões que se agitam em benefício do Brasil.

CONSTRUTORA GUIMARÃES LTDA.

ENGENHARIA E COMERCIO

Distribuidores dos Produtos da Fábrica da Estrêla e Presidente Vargas — Dinamites de qualquer tipo — Espolêtas simples e elétricas — Estopim comum e hidráulico — Pólvoras para mina (Bombarda) e caça.

AVENIDA RIO BRANCO, 39 — 20º ANDAR S/2001-2

TELEFONE 23-4077

END. TEL. "EXPOLFER" — CAIXA POSTAL N. 5.087

RIO DE JANEIRO

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960*Diretor-Presidente*

Gen João Batista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Major Octavio Tosta da Silva

Diretor de Publicidade

Maj Lauro Lima dos Santos

Conselho Fiscal

General Alberto Ribeiro Paz

Coronel Enio da Cunha Garcia

Capitão Diógenes Vieira da Silva

Suplentes

Ten-Cel Thorio Benedro de Souza Lima

Major Amerino Raposo Filho

Major Joaquim Augusto Montenegro



SEÇÃO DO CANDIDATO

À

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

N. 8-59

Coordenador: Cel JOÃO BINA MACHADO

SUMÁRIO

- I — A CAVALARIA NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO E PERSEGUIÇÃO
- II — OS SERVIÇOS NA DEFENSIVA
- III — AS COMUNICAÇÕES DA DEFENSIVA

I — A CAVALARIA NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO E PERSEGUIÇÃO

1. APROVEITAMENTO DO ÊXITO

a. Generalidades :

(1). Na fase final de uma operação ofensiva, quando o inimigo cede ou se revela incapaz de continuar a opôr uma resistência organizada é iniciado o aproveitamento do êxito, caracterizado por ações que visam explorar as vantagens iniciais e a impedir a reorganização do adversário.

(2). Em um ataque é prescrito um objetivo inicial cuja posse caracteriza a ruptura ou desbordamento da posição inimiga.

Após a conquista dêste objetivo, é iniciado o aproveitamento do êxito na direção mais favorável, caracterizado pelo avanço sôbre objetivos mais profundos.

(3). A transação da fase do ataque para o aproveitamento do êxito geralmente é gradativa.

(4). O início do aproveitamento do êxito pode ser previsto com certa antecedência pela observação de alguns indícios, tais como :

- avanço continuado das tropas amigas numa direção decisiva;
- conquista de objetivos importantes;
- quantidade e estado moral dos prisioneiros capturados;

- montante do material abandonado;
- enfraquecimento das resistências inimigas, notadamente artilharia.

(5). O aproveitamento do êxito é caracterizado por avanços rápidos contra resistência fracas ou inexistentes, ataques freqüentes partindo da coluna de marcha, ultrapassamento ou envolvimento de fortes centros de resistência e encontro com reforços inimigos lançados à luta para deter a nossa progressão.

b. *Objetivos:*

Em princípio, os objetivos de aproveitamento do êxito, de um elemento de cavalaria, estão situados nas áreas de retaguarda do inimigo e podem ser:

- reservas inimigas ou posições de artilharia;
- PC, centros de comunicação, P Sup (instalações);
- pontos importantes do terreno, pontos críticos, como desfiladeiros, cruzamentos rodoviários, entroncamentos ferroviários, pontes, etc;
- junção com pequenas cabeças de ponte aéreas.

Não devem ser prescritos às tropas executantes objetivos interdiários, a menos que sejam essenciais para a conquista do objetivo final.

c. *Princípios:*

(1). A velocidade auxilia enormemente o sucesso do aproveitamento do êxito.

Quando uma tropa de aproveitamento do êxito se move rapidamente, o inimigo dificilmente poderá manobrar tropas com o objetivo de interferir seriamente na operação.

(2). Depois de iniciada a fase do aproveitamento do êxito, o comandante tem considerável liberdade de ação. A rapidez da ação exige decisões muito rápidas. Entretanto, mesmo descentralizando a operação de seus elementos subordinados, deve guardar a possibilidade de coordenar a atuação desses elementos quando necessário.

(3). A operação é descentralizada.

d. *Dispositivo:*

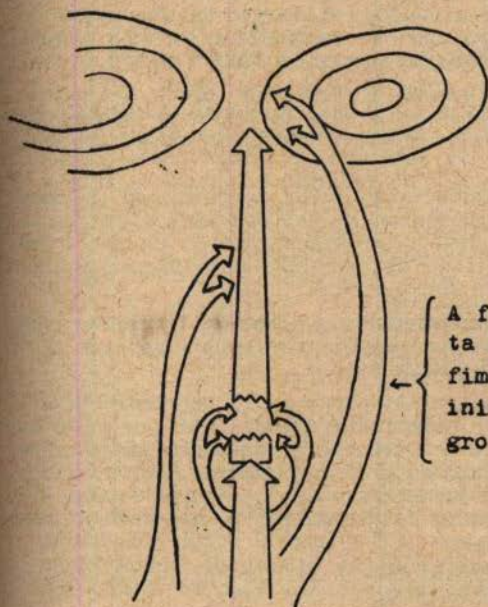
Geralmente o comandante da DC lança em primeiro lugar o R Rec Mec e em seguida o GTM ou constitui desde logo um GTMM.

Os demais GT avançam em um ou mais eixos.

Entretanto quando a situação, o terreno ou as condições atmosféricas não permitirem o emprêgo inicial dos elementos motomecanizados, poderão ser lançados em primeiro escalão unidades hipomóveis.

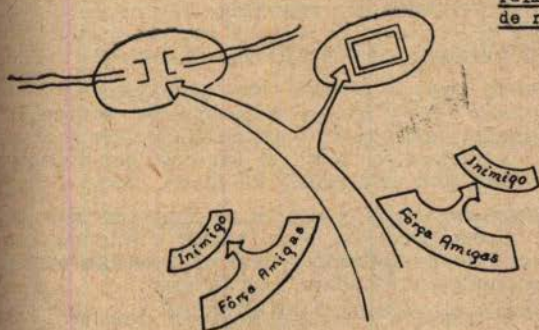
e. *Conduta:*

(1). O aproveitamento do êxito é desencadeado com todo vigor, tendo em vista apossar-se do objetivo designado com a máxima potência e no mais curto prazo possível.



A força envolvente conquista passagens obrigatórias a fim de cortar a retirada do inimigo e atacar a testa do grosso.

A força de pressão direta pressiona e desborda a retaguarda inimiga e ataca a cauda do grosso para obrigar o inimigo a parar e defender-se.



A força de aproveitamento do êxito ataca reservas inimigas, conquista passagens, etc. Geralmente situados nas áreas de retaguarda do inimigo

(2). As resistências inimigas encontradas são desbordadas, a menos que possam interferir no cumprimento da missão ou que a unidade tenha recebido ordem de atacá-las. A decisão de ultrapassar ou atacar resistências inimigas pertence ao comandante da DC, o qual, muitas vezes, delega essas atribuições aos comandantes de GT.

(3). Geralmente os GT atacam partindo da coluna de marcha depois de um limitado reconhecimento para conseguir o máximo de surpresa. Se esta não for conseguida a ação deve ser coordenada pelo comandante da divisão.

(4). Durante o aproveitamento do êxito, as tropas só realizam a limpeza de suas zonas de ação, apenas no que interessa à progressão. As resistências ultrapassadas devem ser informadas ao escalão superior. Neste caso deve ser deixado um elemento para manter o contato, que será substituído logo que possível.

(5). Ao atingir o objetivo prescrito a força de aproveitamento do êxito comporta-se de acordo com as ordens recebidas, podendo agir, tanto ofensivamente como defensivamente.

(6). Durante o aproveitamento do êxito os GT penetram em território inimigo ficando sujeitos a ataques e inquietações por parte do adversário. A segurança deve ser conseguida pela velocidade, adequada formação e uso de destacamentos de segurança. A proteção dos flancos deve ser encarada com particular cuidado, ficando a cargo dos próprios GT, caso outro elemento do grosso não tenha recebido esta missão.

(7). As informações que interessam ao comandante da divisão são fornecidas, principalmente, pelo R Rec Mec.

2. PERSEGUIÇÃO

a. Generalidades :

(1). A perseguição é desencadeada desde que o inimigo, não sendo mais capaz de manter suas posições, esforça-se por escapar à destruição, retirando-se.

(2). A direção de atuação de uma força de perseguição é orientada pelas ações do inimigo e deve avançar na direção de sua retirada.

(3). A finalidade da perseguição é o aniquilamento das forças inimigas; isto, entretanto, raramente será atingido se o inimigo for comprimido diretamente sobre suas vias de escape.

(4). A perseguição é realizada por uma força de pressão direta e por uma ou mais forças de cerco, estas últimas procuram envolver o inimigo que se retira, a fim de cortar suas linhas de retirada e atacá-lo por todos os lados.

(5). A força de pressão direta exerce uma pressão contínua e forte sobre o inimigo. Procura destruir, desbordar ou envolver os destacamentos retardadores ou retaguardas inimigas para obrigar o grosso a parar e defender-se.

(6). A força de cerco procura interpor-se na linha de retirada do inimigo; avança por eixos paralelos para barrar o inimigo nos pontos importantes do seu eixo de retirada. Caso não consiga barrar o inimigo em pontos importantes, atua sobre seus flancos.

(7). A perseguição é exercida sem tréguas nem descanso, até o limite extremo das forças. Deve ser continuado mesmo à noite, a fim de impedir que o inimigo se retire sob sua projeção.

b. Conduta :

(1). Uma DC na perseguição pode fazer parte de uma força de cerco ou de pressão direta de outra grande unidade, e, pode ainda, receber uma missão isolada de perseguição.

(2). A DC quando constitui a força de pressão direta, cumpre sua missão, avançando em larga frente para cerrar sobre o adversário. Lança em primeiro escalão, se o terreno e as condições atmosféricas permitirem, o R Rec Mec que procura desbordar os destacamentos retardadores inimigos para tomar contato com as colunas adversas que se retiram. Avança com os demais GT em larga frente para obrigar o inimigo a parar e defender-se.

(3). A DC quando constitui uma força de cerco, cumpre a sua missão como no aproveitamento do êxito, até o local em que deve interceptar o inimigo. Caso não consiga ultrapassar as colunas adversas, ataca vigorosamente seus flancos.

Os elementos motomecanizados e os blindados que, eventualmente, reforcem a DC, têm grande oportunidade de emprêgo nesta fase da perseguição.

(4). A DC isolada em missão de perseguição, avançar rapidamente para estabelecer o contato e obrigar o inimigo a parar. Esta ação frontal normalmente é atribuída aos GT hipomóveis. Combina a ação frontal com ações desbordantes ou envolventes que têm em vista bloquear os itinerários de retirada e apressar seu isolamento e destruição. Estas últimas ações, sempre que o terreno permite, são, normalmente, atribuídas aos elementos motomecanizados da divisão que podem ser constituídos em GT (RCM, R Rec Mec e GO 105).

*
* *

SENHORES ASSINANTES

Em virtude da elevação do preço do papel não nos será possível, manter em 1960, nossa assinatura, por somente cem cruzeiros.

Oferecendo a nossos camaradas uma revista com mais de duzentas páginas, consumimos — só em papel — sete cruzeiros por volume que entregamos a oito cruzeiros.

Aguardamos suas sugestões.

II — OS SERVIÇOS NA DEFENSIVA

1. GENERALIDADES

Segundo a doutrina defensiva temos a organização de uma Posição de Resistência (HR) que deve ser defendida a todo o custo, inclusive procurando fazer o inimigo retrair-se mediante ações ofensivas e a utilização de forças à frente com a finalidade de retardar e desorganizar o avanço inimigo e de iludi-lo quanto à verdadeira posição da PR.

Dentro desta idéia, três são os elementos a considerar numa posição defensiva.

a. Forças de Segurança (Aviação, Forças de Cobertura, PAG e PAC);

b. Posição de Resistência (PR);

c. Reserva, destinada ao aprofundamento da defesa ou às ações ofensivas.

Desta forma é fácil concluir que os serviços devem se desdobrar por forma a bem apoiar o dispositivo acima, malgrado as flutuações naturais da própria atitude adotada.

2. CARACTERÍSTICAS TÁTICAS DA DEFENSIVA

Constituem características táticas da defensiva:

a. Manobra definida em linhas gerais;

b. Frentes largas, se comparadas à ofensiva;

c. Situação de estabilidade em face de organização de uma PR;

d. Aspecto dinâmico;

e. Possibilidade de passar rapidamente à ofensiva, o que acarreta certos reflexos para os serviços.

3. REFLEXOS PARA OS SERVIÇOS

a. Máxima centralização;

b. Amplo escalonamento em largura e profundidade;

c. Máximo desdobramento dos serviços;

d. Grande necessidade de segurança contra a ação de Artilharia, de Força Aérea, pára-quedistas e sabotadores;

e. Flexibilidade que permita atender às mudanças de atitude e às flutuações de combate.

4. REGRAS DE ARTICULAÇÃO E DESDOBRAMENTO DOS SERVIÇOS

Durante a defensiva, os serviços funcionam e desdobram-se atendendo às seguintes regras:

a. O desdobramento e a instalação dos órgãos dos serviços são feitos ao longo das vias de transportes satisfeitas as imposições de segurança, segredo e disfarce.

b. Aproveitamento das zonas cobertas pela defesa antiaérea e na sua ausência, afastamento das instalações facilmente identificáveis pelo inimigo.

c. Obediência aos seguintes limites:

(1) *Longo*: o fixado pelo escalão superior e condicionado ao raio de ação, a capacidade e disponibilidade dos meios de transporte.

(2) *Curto*: fora do alcance da Artilharia de Campanha do inimigo, devem ficar os órgãos de serviços, e fora das vistas inimigas

e do alcance de suas armas automáticas, as instalações regimentais de serviço.

d. O desdobramento deve permitir o funcionamento de todos os meios de serviços, mantendo-se em reserva somente os órgãos indispensáveis ao apoio dos contra-ataques.

e. Deve haver um aperfeiçoamento progressivo e continuado das instalações.

f. O dispositivo realizado deve permitir que se passe à ofensiva sem perda de tempo.

5. NECESSIDADES DA DEFENSIVA

Tendo em vista as características da defensiva, as suas necessidades maiores, são:

a. Suprimentos:

(1). Classe I

A ração normal-quente, deve ser a constante preocupação do comando por ser a mais compatível com a situação e seu aspecto moral.

(2). Classes II e IV

O material de classe II deve ser repletado ou substituído, dadas as características de duração e estabilidade.

Quanto aos artigos de classe IV, temos um largo emprego, principalmente o material de Engenharia necessário à realização do Plano de Barreiras e à organização do terreno.

(3). Classe III

Há um pequeno consumo desta classe, pois, sendo uma situação de certa estabilidade as necessidades em combustível se reduzem a gasolina exigida para os transportes de suprimentos, de evacuação e os de rotina além das exigências relativas aos serviços gerais.

Aqui não encontramos, como é o caso da ofensiva, movimentos de GU através grandes extensões de terreno que redundam no alargamento progressivo das linhas de transportes.

(4). Classe V

A realização dos suprimentos é feita em noites sucessivas o que faz diminuir a inconveniência das grandes distâncias em que se encontram os P Sup e o grande consumo de munições e explosivos.

b. Evacuação:

(1). De pessoal e animais

A estabilidade da operação aliada a uma porcentagem de perdas reduzidas acarretam grandes facilidades para a evacuação de pessoal e animais.

O desdobramento do SS e S Vet toma desde o início um aspecto definitivo para atender a uma situação definida e estável.

Quando a largura da frente e a situação da rede de estradas indicarem, poderão ser instalados desde logo, mais de um P Trg D/P Ex Trg, pois, não há necessidade de conservar esses meios em reserva.

(2). De material

A evacuação de material é reduzida, particularmente devido ao decréscimo de material capturado.

c. Transportes:

As larguras das zonas de ação e as distâncias dos P Sup e P Distr obrigam uma grande atividade dos transportes. Esta exigência é compensada pela progressividade de realização dos suprimentos.

6. DEFENSIVA EM LARGA FRENTE

a. Constitui problema sério, o apoio às forças combatentes e a defesa das instalações à retaguarda.

b. A localização das instalações dos serviços subordinam-se a três fatores principais:

- missão de apoio, obrigando a nação recuar muito;
- defesa das instalações;
- necessidade de dispersão

que na defensiva em larga frente apresentam-se de forma antagônica, porquanto:

— a dispersão das tropas combatentes obrigam os Sv a correr de um lado para outro para poderem proporcionar-lhes um eficiente apoio logístico;

— a concentração dos Sv junto dos núcleos defensivos proporcionam-lhes proteção suficiente, entretanto, ficarão alguns outros núcleos sem um apoio logístico eficiente;

— a concentração das instalações de Sv muito à retaguarda dá-lhes boa segurança, porém, o apoio logístico será deficiente. Esta atitude é tomada quando a aviação inimiga é fraca ou quase nula como foi o caso da Coreia, no início das hostilidades.

c. A segurança das instalações é normalmente conseguida:

- por uma localização adequada que proporcione auto-defesa;
- entendimento perfeito com o chefe EM geral de forma a poder proporcionar uma eficiente defesa por tropas combatentes;
- pela existência de um Cmt nas áreas, onde haja mais de uma instalação de Sv.
- pela proteção aos comboios de suprimentos.

d. A eficiência do apoio logístico é função de um planejamento adequado e que deve ter em vista:

- tipo e quantidade de suprimento a ser colocado nos diferentes pontos (cl V — I — água);
- previsão de maior consumo e alerta ao escalão superior, das necessidades;
- preparo do suprimento aéreo de emergência dos núcleos cercados.

7. CONCLUSÕES GERAIS

a. Na defensiva surge a tendência de desdobrar os diversos órgãos de Serviços Divisionários o mais recuados possível, tendendo para o limite longo da faixa de desdobramento, não só porque não há previsão de avanço como no caso de ataque, mas também porque é necessário fugir às flutuações da frente, e mais ainda, porque a artilharia inimiga, com seu desdobramento avançado, estará em condições de colocar seus tiros em maior profundidade dentro do nosso dispositivo. Tal consideração nos leva a tomar como limite anterior de desdobramento dos principais órgãos de serviço, a orla posterior da posição.

b. A defesa em larga frente cria necessidades adicionais para os transportes e os suprimentos, exigindo conseqüentemente cuidadoso planejamento e máxima coordenação.

Os diferentes fatores antagônicos (missão de apoio, possibilidade de defesa, dispersão) devem constituir objeto de estudo dos E4/S4 e chefes de serviços, a fim de poderem chegar ao melhor equilíbrio entre si (coordenação).

III — AS COMUNICAÇÕES NA DEFENSIVA

1. GENERALIDADES

a. A amplitude do sistema de comunicações na defensiva, é condicionada principalmente pelo tempo disponível antes do ataque inimigo.

b. Assim, em um combate de encontro, ainda preponderam os meios empregados durante a marcha, porque, sendo o tempo reduzido, não é possível o estabelecimento de um sistema de comunicações com fio capaz de substituir convenientemente aqueles meios: Rádio e Mensageiro Especial.

c. Quando há grande disponibilidade de tempo ou à medida que se estabilizam as operações, o sistema de comunicações com fio se expande ao máximo e os outros meios passam a desempenhar papel secundário.

d. A necessidade de maior Segurança por quem se encontra em situação de inferioridade de meios e, a possibilidade de estabelecimento das comunicações com fio decorrente da característica de estabilidade das operações, acarreta severas restrições ao emprego do rádio na defensiva.

e. Essa mesma estabilidade vem, por outro lado, possibilitar o emprego mais-econômico dos mensageiros, isto é, ao invés dos mensageiros especiais, os de escala.

f. Em síntese: na Defensiva o esforço das comunicações recai sobre o Fio, suplementado pelos Mensageiros de Escala.

O rádio e os mensageiros especiais, embora em condições de serem empregados a qualquer momento, têm o seu emprego dependendo quase que somente da precariedade das comunicações com fio, seja por falta de tempo para o estabelecimento de um sistema eficiente seja por interrupções nesse sistema.

2. LOCALIZAÇÃO DOS PC

Mais recuados que no ataque, devem beneficiar-se da proteção proporcionada pelas U subordinadas e ficar a salvo das penetrações inimigas de pequeno vulto. Em geral, o PC de cada escalão fica situado nas imediações dos núcleos de aprofundamento estabelecidos pelo escalão considerado. Devem ser previstos e preparados locais para PC de muda; êsses locais serão ocupados nas situações difíceis, provocadas pela atuação sistemática, da Art ou Av inimigas ou pelas penetrações de maior vulto.

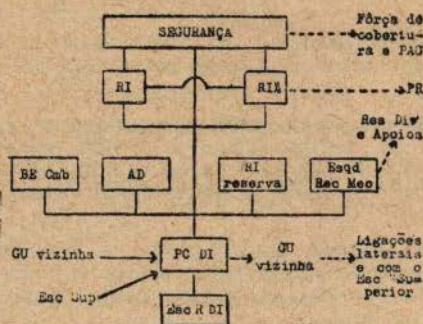
Em qualquer situação deve o PC permitir o exercício normal da ação de comando. Um local que atenda a esta finalidade e que propicie relativa segurança ao Comando é um bom local para um PC.

3. 'C COM

Como nas demais operações, a cada escalão do QG corresponde um C Com. Não é comum o estabelecimento de C Com A na defensiva.

4. LIGAÇÕES NECESSÁRIAS

a. As ligações necessárias a uma DI são normalmente as seguintes:



b. No âmbito de um regimento encarregado da defesa de um subsetor cabe, dentre as ligações necessárias, ressaltar que:

(1). Dever ser estabelecidas ligações entre os BI de 1º escalão (guarnições de defesa).

(2). A ligação com os PAC será estabelecida pelo elemento que estabeleceu os PAC: BI do 1º escalão ou RI (caso sejam estabelecidos com Elm do BI reserva).

(3). O sistema de Com no âmbito dos PAC é semelhante ao estabelecido pelas U da PR.

5. MEIOS DE COMUNICAÇÕES

a. Fio:

(1). No RI: Uma turma de construção da Cia Com constrói e mantém 2 ou mais circuitos entre a DI e o Regimento. O Pel Com do RI constrói 2 ou mais circuitos para cada BI da PR e 1 ou mais circuitos para a Cia Mrt 4.2. O BI Reserva, os PAC, o PO, as U em apoio e as em reforço também participam do sistema com fio do RI. O RI constrói ou se beneficia de ligação com fio para o RI vizinho (normalmente 2 circuitos laterais).

(2). No BI: O Pel Com do BI constrói 1 ou mais circuitos para cada Cia e para o PO; as U em apoio e em reforço e os PAC, quando estabelecidos pelo BI, participam do seu sistema com fio. O BI constrói ou se beneficia de ligação com fio para o BI vizinho (normalmente 1 circuito lateral).

(3). Na Cia Fz: Fio para todos os pelotões, para os órgãos de apoio de fogo e PO.

(4). São interrompidas ao cruzarem a Pos as linhas que penetram em território ocupado pelo inimigo.

b. Rádio:

A segurança pode impor restrições ao emprego deste meio até o contato do inimigo com a posição.

Quando existe um bom sistema de comunicações com fio, o rádio fica "em silêncio", em condições de ser empregado no caso de interrupção ou deficiência do sistema com fio.

c. Mensageiro:

Suplementa os meios elétricos.

(1). Especial: durante a ocupação da Pos ou nas interrupções do sistema com fio, particularmente.

(2). De escala: logo que a posição se torna estabilizada.

d. *Comunicações óticas e acústicas*

Empregadas de acôrdo com as IE Com.

6. COMUNICAÇÕES NAS SUBSTITUIÇÕES

a. O PC da U substituída deve ser ocupado, não só pela economia de meios que isto representa como também por uma questão de segurança. A substituição representa um período crítico nas operações e a mudança do local do PC nessa ocasião é considerada um risco que poderá acarretar a perda de contrôle e conseqüentemente da segurança.

b. O oficial de Com do regimento deve tomar as seguintes providências:

(1). Precede o seu regimento e entra em contato com o Of Com da U substituída, a fim de familiarizar-se com o sistema de Com já existente.

(2). Aciona elementos de construção de linhas pelos diferentes itinerários dos circuitos a fim de que se familiarizem com as linhas já construídas.

(3). Realiza entendimentos sôbre a troca de equipamento e do fio já instalados; o equipamento que requer instalação demorada deve ser trocado.

(4). Recebe do substituído o diagrama de circuitos, a carta de itinerários de linhas, o diagrama do tráfego, os esquemas das rêsdes rádio e informações referentes aos itinerários dos mensageiros.

c. *Troca de equipamento :*

(1). *Comunicações com fio*

(a). O fio já instalado na posição é entregue à unidade que substitui. A U substituída recompleta sua dotação no S Com de sua GU.

(b). Telefones e centrais que retirados acarretem interrupções no sistema são trocados, isto é, a U substituída recebe igual equipamento da U substituída; o mesmo critério se aplica ao equipamento instalado em locais distantes ou de difícil acesso.

(2). *Rádio*

(a). Todos os rádios das rêsdes de Comando da U substituída e seus operadores prosseguem em seus trabalhos normais até que a substituição se tenha completado.

(b). Aos rádios localizados em locais de difícil acesso é aplicado o processo de troca do material.

d. A unidade substituída toma a si a responsabilidade pelo sistema de Com no momento em que o seu Cmt assume a responsabilidade da defesa do subsetor.

DESENVOLVE-SE A PASSOS LARGOS A INDÚSTRIA NACIONAL DO PETRÓLEO

PETROBRÁS: EMPREENDIMENTO VITORIOSO EM TÔDA A LINHA

A indústria nacional do petróleo tem se desenvolvido a passos largos sob a égide do monopólio estatal, instituído no país há pouco menos de seis anos.

As metas do petróleo, fixadas pelo governo do Presidente Juscelino Kubitschek, estão sendo cumpridas. Uma delas — a da produção de óleo bruto — prevista, inicialmente, para 40.000 barris diários em 1960, chegou mesmo a ser atingida com alguns anos de antecedência. Nova meta foi então fixada — 110.000 barris em 1961 — tudo indicando que a “Petrobrás” a alcançará possivelmente antes do prazo previsto.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

Em 1954, a produção brasileira de petróleo não chegou a atingir 1 milhão de barris. No ano seguinte — o primeiro de atividade plena da “Petrobrás” — alcançou mais de 2 milhões de barris, índice que foi duplicado em 1956. Em 1957, subiu ainda mais, pois fixou-se em 10 milhões de barris, beirando, no ano passado, a casa dos 19 milhões de barris.

De janeiro a julho do corrente ano, foram produzidos 12.593.387 barris de petróleo no Recôncavo Baiano, ou seja, 2.728.260 barris a mais do que em igual período de 1958.

A média da produção diária dos campos petrolíferos daquela região, de janeiro a julho de 1959, atingiu 59.504 barris. Em 1958, considerando o mesmo espaço de tempo, essa média foi de 46.506 barris. Atualmente, é da ordem de 75.000 barris, devendo alcançar, até o fim do ano, 100.000 barris.

EXPANSÃO DAS RESERVAS

As reservas brasileiras de óleo bruto vêm aumentando de ano para ano, em uma proporção que permite encarar o futuro da indústria petrolífera nacional com otimismo cada vez maior. O crescimento dessas reservas verificou-se de modo especial após a criação da “Petrobrás”, quando o incremento das atividades de pesquisa resultou na descoberta

de novos campos, permitindo, por outro lado, uma reavaliação mais freqüente das áreas já conhecidas.

Em 1954, quando a "Petrobrás" iniciou suas atividades, o petróleo existente nos campos do Recôncavo Baiano era calculado em 50 milhões de barris. De então para cá, êsse volume multiplicou-se várias vezes, já havendo as reservas recuperáveis ultrapassado a casa do meio bilhão de barris. Com efeito, a última avaliação procedida nos campos produtores da Bahia, a 30 de junho passado, acusou a existência de reservas da ordem de 511 milhões e 600 mil barris.

Convém salientar que não foram incluídas nesta avaliação as áreas de Taquipe, Cassarongongo e Buracica, recentemente descobertas, onde a "Petrobrás" ainda não deu por encerrados os estudos que permitirão calcular a capacidade das jazidas ali localizadas.

REFINAÇÃO

No tocante à produção de derivados, não são menos auspiciosos os resultados obtidos pela "Petrobrás". Enquanto vão chegando ao fim as obras de ampliação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, na Bahia, que a capacitarão a operar 52.000 barris diários de petróleo, entram em ritmo acelerado os trabalhos de construção da Refinaria Duque de Caxias, no município do mesmo nome, no Estado do Rio, onde serão processados, inicialmente, 90.000 barris por dia.

A Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, São Paulo, assegura ao Brasil uma economia anual de divisas superior a 36 milhões de dólares, com sua operação diária de 95.000 barris de petróleo.

A produção nacional de derivados atende, nas seguintes bases, à demanda do consumo interno:

Gás liquefeito — 82,4%; gasolina (comum e extra) — 83,7%; que-rosene — 42,8%; óleo diesel — 34,9%; óleo combustível — 70,8%; asfalto — 100%.

Concluída a ampliação da Refinaria Landulpho Alves, passará essa unidade industrial da "Petrobrás" a produzir também óleos lubrificantes e parafina.

Êsses dados são altamente significativos, por isso que, até há pouco, em matéria de derivados de petróleo, o Brasil importava tudo. Hoje, o país caminha a passos largos para a auto-suficiência no setor da refinação.

PETROQUÍMICA

As atividades da "Petrobrás", extremamente diversificadas, abrangem também o campo da indústria petroquímica. Vale citar aqui a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão, em operação desde o ano passado, cuja capacidade de produção é de 340 toneladas diárias de nitrocálcio, adubo de excelente qualidade, com alto teor de nitrogênio.

No momento, a "Petrobrás" dá início à construção, no município de Caxias, no Estado do Rio, de uma fábrica de borracha sintética, cuja capacidade de produção será de 40.000 toneladas anuais. O Brasil muito lucrará com esse empreendimento. Basta dizer que a operação da referida fábrica proporcionará uma economia de divisas da ordem de 10 milhões de dólares anuais.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Um dos setores da "Petrobrás" que mais se desenvolveram foi a Frota Nacional de Petroleiros. Em 1956, o seu expoente de carga era de cerca de 224.000 toneladas. Hoje, é de 303.650 toneladas.

O Japão está construindo para a "Petrobrás" 3 superpetroleiros de 33.000 toneladas. A Holanda está ultimando uma encomenda de 4 navios desse tipo, 2 dos quais já foram entregues. E a Dinamarca constrói para a "Petrobrás" 6 petroleiros de 10.000 toneladas. Vale dizer, até 1961, a Frota Nacional de Petroleiros receberá um reforço da ordem de 200.000 toneladas.

FORMAÇÃO DE PESSOAL

A "Petrobrás" dedica especial cuidado ao preparo de técnicos para a indústria nacional do petróleo. Vários são os cursos de pós-graduação, com tal finalidade, em funcionamento no Rio de Janeiro e na Bahia. Também o pessoal de nível médio recebe adequada preparação, através de cursos especiais, alguns dos quais ministrados, em regime de convênio, por instituições altamente qualificadas, como as escolas técnicas.

Empreendimento vitorioso em toda a linha, a "Petrobrás" é o mais seguro instrumento de nossa emancipação econômica. Dizer que sua tarefa é fácil seria ignorar os complexos dados da questão do petróleo. Dizer também que a "Petrobrás" não será capaz de cumprir, integralmente, sua missão seria fechar os olhos à realidade dos seus indiscutíveis sucessos. O Brasil sabe que pode confiar na grande empresa criada para lhe assegurar um magnífico futuro.



Seção

do **CANDIDATO** à

**ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

CCM - 2º 607, 248.

210 / 23-X-85 a.

N. 9-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA

I — COMENTÁRIOS DIVERSOS

NAS NOVAS INSTRUÇÕES para o Concurso de Admissão à ECEME, atualmente em estudo, haverá diversas modificações.

NO PROGRAMA DE GEOGRAFIA deverão ser abolidas as partes relativas a estudos geográfico-militares, bem como as que se referem a bacias hidrográficas.

A GEOGRAFIA será, certamente, dividida em duas partes: uma Geral, da América do Sul, compreendendo fisiografia, recursos econômicos e fatores psico-sociais.

A OUTRA PARTE, deverá compreender a Geografia Regional da América do Sul, abrangendo as seguintes regiões: Região setentrional (Venezuela e Colômbia); Região Centro-Andina (Bolívia); Região do Pacífico (Equador, Peru e Chile); Região do Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai) e Região Oriental (Brasil).

ESSA NOVA ESTRUTURAÇÃO do programa de Geografia tem como finalidade facilitar o estudo da própria Geografia e conjugar o estudo desta matéria com o de História.

TAMBÉM o programa de História deverá sofrer modificações. Procura-se dar menos ênfase à parte de operações.

FINALMENTE, a partir das próximas instruções para o concurso, o estudo da Geografia e da História da América do Sul terá um objetivo bem caracterizado que é o "CONHECIMENTO DOS ANTAGONISMOS E AFINIDADES DOS DIVERSOS ESTADOS DA AMÉRICA DO SUL".

PORTANTO, futuramente, o estudo daquelas matérias deverá ser conduzido tendo em vista a consecução daqueles objetivos.

ESSA NOVA ORIENTAÇÃO, que está perfeitamente de acordo com a didática moderna, vai fazer com que os conhecimentos exigidos aos candidatos à ECEME deixem de ser uma simples relação de informações sobre Geografia e sobre História para se transformarem em um valioso elemento para a compreensão e resolução de problemas práticos e objetivos.

* * *

A seguir, apresentamos um esquema da solução de uma das questões de História do Concurso de 1957:

Relativamente ao centro político do Brasil-Colonial, analisar:

A) As razões de sua localização inicial na Baía de Todos os Santos, assinalando as consequências daí decorrentes;

B) As causas determinantes de sua transferência para o Rio de Janeiro, ressaltando a sua influência na evolução de nossas fronteiras.

Para a solução da questão, podiam ser analisadas as seguintes idéias:

a) *Razões da localização inicial da capital na Baía de Todos os Santos:*

1. Proteção dos donatários contra as ações dos corsários;
2. Facilidade de defesa apresentada pela região;
3. Unificação do poder — limitar o poder dos donatários;
4. Regular as relações das capitanias (relações externas e internas);
5. Melhorar a aplicação da justiça (evitar os desmandos, etc.);
6. Favorecer o povoamento do litoral;
7. A região já era conhecida (Caramuru, docilidade dos índios, etc.);
8. Clima favorável, facilidade de acesso, etc.;
9. Correntes oceânicas favoráveis;
10. Situada na região central da faixa explorada e relativamente próxima de Lisboa.

b) *Consequências decorrentes:*

1. Facilitou o conhecimento e exploração do interior e litoral;
2. Contribuiu para o povoamento;
3. Contribuiu para o desaparecimento das capitanias;
4. Constituiu um centro de atração dos interesses estrangeiros;
5. Constituiu um "entrepoto" comercial;
6. Melhorou as condições de defesa da colônia.

c) *Causas determinantes de sua transferência para o Rio de Janeiro:*

1. Invasão francesa;
2. Proteção às fronteiras (S, SW e W) — aproximação do Prata;
3. Necessidade de coordenação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais;
4. Importância política adquirida pelo Rio de Janeiro;
5. Ciclo bandeirante com base em Piratininga;
6. Ciclo do ouro;
7. Controle do escoamento das riquezas de São Paulo e Minas Gerais — evitar o contrabando.

d) *Influência na evolução de nossas fronteiras:*

1. Possibilitou maior apoio às lutas no Prata;
2. Maior influência na fixação dos limites;
3. Determinou a criação do bispado do Rio de Janeiro com atribuições até ao Prata;
4. Facilitou nossa expansão para o S, W e SW.

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1956

A) GEOGRAFIA DA AMÉRICA DO SUL E, PARTICULARMENTE, DO BRASIL

(Para os oficiais das Armas)

1ª QUESTÃO

Estudar, resumidamente, a BACIA AMAZÔNICA na área compreendida pela Região Natural Norte, sob os aspectos fisiográfico, demográfico, econômico e militar, concluindo, particularmente, quanto às medidas para sua valorização.

2ª QUESTÃO

No caso de uma guerra em que o adversário, apossando-se do NORDESTE BRASILEIRO (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), impossibilite o tráfego pelo seu interior e a navegação pelo litoral brasileiro:

- a — que países sul-americanos terão possibilidades de abastecer de petróleo a refinaria de MANAUS, com maiores facilidades? Justificar resumidamente.
- b — que vias de transporte interiores (exclusive as aéreas) existentes ou em planejamento poderiam assegurar as ligações do Centro-Sul de GOIÁS, AMAZONAS e TERRITÓRIO DO ACRE, tendo em vista a unidade nacional?

3ª QUESTÃO

Apreciar, resumidamente, a importância atual e futura das vias de transportes referidas na letra b) da 2ª Questão, tendo em vista os núcleos que ligam e as regiões que atravessam.

Observação: As soluções das questões de Geografia de concurso de 1956 estão publicadas na "A Defesa Nacional" n. 515, de 1957, pp 53/63.

B) HISTÓRIA DA AMÉRICA DO SUL, ESPECIALMENTE, DO BRASIL

(Para os oficiais das Armas)

1ª QUESTÃO

Fazer uma apreciação dos principais fatores que contribuíram para a instabilidade política no PRATA a partir de 1776 (criação do VICE-REINADO DO RIO DA PRATA), caracterizando os Estados formados naquela região, inclusive os de duração efêmera.

Observações:

- 1) a questão em aprêço tem mais caráter analítico do que descritivo, devendo portanto o candidato reportar-se a fatos que caracterizem a tese, sendo desnecessárias as descrições de campanhas, batalhas, etc., que, porventura, venham a ter relações com o pedido;
- 2) como exemplo de instabilidade política na AMÉRICA DO SUL podemos citar a GRÁ-COLÔMBIA, que teve duração efêmera e se desmembrou em vários Estados;
- 3) para desenvolvimento da questão deverá ser obedecido o seguinte memento:
 - I — Caracterização do PRATA como um conjunto geo-econômico.
 - II — Fatores que contribuíram para a instabilidade política:
 - A — Geográficos;
 - B — Econômicos;
 - C — Sociais;
 - D — Políticos;
 - E — Outros Fatores.
 - III — Principais Estados formados no Prata a partir de 1776.
 - IV — Conclusões.

2ª QUESTÃO

Analisar as causas que condicionaram a *expansão litorânea* dos lusos, em território sul-americano, nos séculos XVI e XVII, focalizando:

- o retardo do início da colonização, e razões que mais tarde irão despertar a atenção e interesse de Portugal;
- os motivos que contribuíram para um rápido desenvolvimento de certas regiões que se constituíram em focos de irradiação de colonização;
- os principais rumos que tomaram as correntes desbravadoras, e as causas que influíram em sua impulsão e orientação.

3ª QUESTÃO

Estudar as causas que contribuíram para atrair o elemento militar ao movimento que culminou com a implantação da República no Brasil.

Observação: As soluções das questões de História do Concurso de 1956 estão publicadas na "A Defesa Nacional" n. 514, de 1957, pp 103/111.

Observações: As soluções das provas de Topografia, Inglês e de Conhecimentos Técnicos e Táticos peculiares à Arma de Cavalaria, relativas ao concurso de 1956, estão publicadas na "A Defesa Nacional" ns. 516, 517 e 518, de 1957.

III — ESTUDO E DEBATE DE UMA QUESTÃO DE HISTÓRIA

General FLAMARION BARRETO

QUESTÃO PROPOSTA

Fazer uma apreciação dos principais fatores que contribuíram para a instabilidade política no Prata, a partir de 1776 (criação do Vice-Reinado do Rio da Prata), caracterizando os Estados formados naquela região, inclusive os de duração efêmera.

Observações:

— A questão em aprêço tem mais caráter analítico que descritivo, deve portanto o candidato reportar-se a fatores que caracterizem a tese, sendo desnecessário a descrição de campanhas e batalhas, etc., que porventura venham a ter relação com o pedido.

— Como exemplo de instabilidade política na América do Sul, podemos citar a Grã-Colômbia que teve duração efêmera, desmembrando-se em vários Estados.

— Para desenvolvimento da questão deve ser obedecido o seguinte memento:

— Caracterização do Prata como um conjunto geo-econômico;

— Fatores que contribuíram para a instabilidade política: geográficos, econômicos, sociais, políticos e outros.

1 — INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO:

(a) Fato principal — Instabilidade política dos Estados do Prata — O que significa instabilidade política? Discutir o exemplo citado (Grã-Colômbia) Criação — 6 maio de 1821.

Dissolução — Venezuela — 1829; Equador — 1831.

Duração: Dez anos. Organização Política: Completa.

Conclusão — A instabilidade política se refere às causas que não permitirão o estabelecimento de um Estado no Prata, compreendendo todas as antigas Províncias do Vice-Reinado ou mesmo parte delas, como foi possível com a Venezuela, Colômbia e Equador.

(2) Limites — No tempo — De 1776 até nossos dias.

— No Espaço — O do Vice-Reinado com a restrição do Prata.

— Quanto à duração dos Estados — Efêmeros (3 a 10 anos)

— Congresso de Tucuman (1816 a 1820)

— Liga Federal (1815 a 1820)

— União Uruguai-Brasil — 1821 a 1825

— União do Uruguai-Argentina — 1825 a 1828

— República do Piratini — 1835 a 1845

(3) Estados Abrangidos — Argentina — Uruguai — Brasil — Paraguai e parte da Bolívia.

(4) Esquema para estudo — O imposto.

Conclusão Geral: Trata-se de estudos sob os pontos de vista político, econômico, social e outros, as causas que não permitiram se organizasse na Bacia do Prata um Estado ou vários Estados, abrangendo

todos os territórios dessa região geográfica, compreendidos no âmbito do Vice-Reinado do Rio da Prata, ou apenas em parte dêle, entre 1776, e os dias atuais.

2 — UMA SOLUÇÃO À QUESTÃO EM ESTUDO

a) Caracterização do Prata como conjunto géo-econômico:

(1) Geograficamente:

— O que é a bacia do Prata? — Compreende as regiões irrigadas pelos rios Paraguai-Uruguai-Paraná, compreendendo regiões do sistema Andino e Brasileiro e a planície platina.

— Os limites da Bacia — Ao Sul as serras de Córdoba, Tandil e Ventana — A Oeste os Andes e a este maciço brasileiro (Serra Geral — Serra das Missões — Maracaju — Serra do Parecis) e Maciço boliviano.

— A Hidrografia —

— As costas e o estuário do Prata

— O eixo Paraná — Paraguai.

— Navegabilidade —

Paraná — 520 Km — Pôrto Guaíra Urubupungá
420 Km — Da foz até Salto.

— O Clima —

Tropical acima de 24°

Tropical temperado entre 24° a 30°

Sub-tropical entre 30° a 40°

Temperado Sul de 40°

— Solo: Predominância de formações aptas à agricultura e à criação de animais úteis.

(2) Econômicamente

(a) Produção Agrícola —

— Trigo — De um lado e outro dos rios Paraná e Uruguai.

— Cevada — até a altura de Santa Fé e nas margens do Salado.

— Milho — rio Salado e planície Platina.

— Cana de Açúcar — De um lado a outro do Paraná e do Paraguai até o Pilcomaio.

— Herva Mate e o Quebracho — No Paraná e Paraguai até o paralelo de 30°.

— Coca — Cultura comum à Bolívia, à Argentina e ao Paraguai na zona tropical Norte.

— Frutas — Nas províncias andinas.

(b) Pecuária — Se estende por toda bacia se adensando na Região do Estuário de um lado e outro do Paraná e do Paraguai. Na Patagônia há rebanhos lanígeros.

(c) Minerais — Petróleo — No Chaco e na pré-cordilheira; Ouro — nas províncias andinas; prata — nas províncias andinas; cobre — nas províncias andinas.

Conclusões — A produção Boliviana é principalmente mineira, pois importa 25% dos produtos alimentares.

— O Paraguai — Herva mate, tabaco, tanino, madeiras, criação de gado.

- Uruguai — trigo, carnes, frutas, milho, gado, arroz.
- Argentina — Trigo, carnes, frutas, milho, gado.
- Brasil — Pecuária, café, e as indústrias de São Paulo.
- A Argentina exerce o predomínio econômico na Bacia do Prata.
- O Paraguai não pode viver sem ela.
- O Uruguai e o Sul do Brasil não podem viver contra ela, isto é, competindo com ela.

No Prata desde os tempos coloniais atuam duas forças econômicas — uma centrípeta, o comércio interior; outra centrífuga, o comércio exterior — E de ambas as forças a Argentina detém a origem: — O Pôrto de Buenos Aires.

b) ESTUDO DOS FATORES DE INSTABILIDADE POLÍTICA

(1) *Caracterização do Vice-Reinado — 1776 — Carlos III*

- (a) Razões de sua criação
 - Extensão do Vice-Reinado do Peru
 - Necessidade de ordem militar — Portugueses e Ingleses
 - Progresso econômico da região e intensidade do Comércio clandestino (contrabando)
- (b) Síntese humana —
 - O índio
 - O espanhol e a conquista
 - O negro
 - Cerca de 2.500.000 de população
- (c) Organização política —
 - “ayuntamientos” e “cabildos”
 - Intendências
 - Audiências
 - Vice-Rei
- (d) Sociedade —
 - “Crioulo”, “o índio”, “o negro”
 - O antagonismo entre a cidade e o campo
- (e) Conclusão —
 - O Vice-Reinado tinha como elementos de coesão:
 - a geografia física
 - a economia complementar
 - a organização política
 - a cultura
 - os interesses políticos e militares
 - Era trabalhado pelos seguintes elementos de fracionamento
 - a função dos cabildos
 - as diferenças regionais
 - o antagonismo entre as cidades e o interior
 - a diversidade de formação social.

(2) Instabilidade política no Prata: Trabalhavam-na.

(a) Os fatores geográficos: — A posição de Buenos Aires — A indefinição da fronteira este, — em face dos interesses portugueses — A situação geográfica da Bolívia — A situação do Uruguai — A posição do Paraguai — O sul e o centro-oeste brasileiro.

(b) O fator político: — O choque entre a tendência unitária e a federalista na organização política. No âmbito do Vice-Reinado a tendência unitária era consequência: Dos antecedentes coloniais, unidade

de povoamento, de crença, culto religioso, de organização política, de legislação civil, comercial, penal, financeira e administrativa. — Da unidade geográfica e territorial do Vice-Reinado. — Do reconhecimento da posição política de Buenos Aires.

— *Post Revolução* — O anseio geral pela libertação do domínio espanhol, visível nas revoluções que abalaram as Províncias do Paraguai, da Bolívia; os sacrifícios comuns na guerra da Independência, a centralização progressiva do poder executivo, passando da Junta ao Triunvirato, e dêste ao Diretor Supremo; os atos atestando o desejo de união geral, embora em proveito dos interesses regionais.

A tendência federativa resultava:

— Das diferenças provinciais que nasceram nos "Ayuntamientos", cresceram nos "Cabildos" e se estruturaram nas Intendências.

— Das particularidades locais decorrentes da geografia de cada região e das distâncias que ensejaram o isolamento pela falta de meios de transporte.

— Da soberania parcial que a revolução de maio reconheceu a cada Província.

— Do interesse do Brasil no fracionamento do Vice-Reinado do Prata.

Examinada com referência a cada Estado Atual: —

Uruguai — Unitários: — A atração do Prata. O povoamento. O desejo de buscar proteção. A comunidade de interesses sociais e econômicos.

Fracionista: — Desde 1751 que o Uruguai formou um governo independente. A posição legalista de Montevideu 1815. A independência sob Artigas de 1815 a 1820. A relativa independência econômica em que se encontrava, com relação a Buenos Aires.

Paraguai — Unitários: — A atração do Prata e a posição geográfica. A independência econômica. Necessidade de proteção contra os portugueses.

Fracionista: — As condições sociais e políticas do povoamento, preparando o povo para a obediência e a servidão. As ditaduras preservaram a ordem interna à custa de um isolamento extremado.

Bolívia — Unitários: — A atração do Prata.

Fracionista: — A posição geográfica. A proximidade do Peru que retardou a independência política até 1825.

Argentina — Unitários — A declaração de Tucuman onde se espelha o desejo de união da maioria das Províncias e a adoção de bandeira, hinos e escudos comuns, renovada pelos Congressos Provinciais e nos Pactos Regionais.

— A unidade de atuação no exterior através de atos diplomáticos com a Inglaterra e o Brasil.

Fracionista — A impossibilidade de sofrer os interesses locais, apoiados pela força dos caudilhos, sem grande efusão de sangue.

— A rivalidade entre Buenos Aires e as províncias do interior.

— O provincialismo monetário.

— A relativa fraqueza militar.

(c) FATOR ECONÔMICO

A feição destruidora e monopolista da economia colonial que destruiu a riqueza imediata e comprometeu a mediata, empobrecendo as populações da região, particularmente as do interior.

A ausência, por muitos anos, de uma classe média, colocada entre o estancieiro, fazendeiro, proprietário de minas e o peão de estância, servo da gleba, ou trabalhador da mina, que servisse como amortecedor das reivindicações populares, geradas pela pobreza, e das ambições dos favorecidos pela fortuna e detentores dos meios de produção.

A permanência através dos empréstimos econômicos extorsivos, da dominação européia na América que, de colônia espanhola passou à categoria de colônia econômica dos banqueiros de toda a Europa.

A pobreza crônica, gerando insatisfação das grandes massas.

A relativa prosperidade do Brasil e da Argentina, servindo a interesses opostos: os da Argentina, buscando a reconstituição do Vice-Reinado, comandados pela elite política que se formou em Buenos Aires; os do Brasil, manobrando para impedir esse fato político, que poderia comprometer sua segurança e tranquilidade externas.

(d) O FATOR SOCIAL

— A organização política copiada de modelos estrangeiros não consultava à realidade social, que permanecia quase a mesma do período colonial. Os "crioulos" substituíram os espanhóis no posto do governo e da administração e a grande massa dos mestiços e índios puros permaneceu pobre, ignorante e explorada, como no passado.

— A falta de educação política dos novos governantes, que o regime colonial não preparou e que não tinham capacidade por ver além dos limites de seu tempo e de sua região.

— A tradição dos homens fortes do período colonial como Cortez e Pizarro, sugerindo os homens providenciais da Independência — San Martín e Bolívar —, prolongados pelos incontáveis ditadores das lutas pela organização política — Santa Cruz — Francio — Rosas — Artigas, etc.

— O antagonismo entre a vida citadina e a vida campesina, modelando o tipo do caudilho platino, insubmisso rude, com uma visão política primária e uma ótica particular, que comunicavam a sua conduta política num sentido imprevisível.

(e) A EVOLUÇÃO E A SITUAÇÃO ATUAL

A *Bolívia* — Vive sob o signo da instabilidade — Geograficamente, vive solicitada por pólos de atração opostos: os Andes, o Prata e o Amazonas. Em consequência seu território que somava 3 milhões de Km² na época da Independência está reduzido a 1.100.000, tendo perdido parte dele para o Chile (1866, 1874, 1904), Argentina (1889 e 1909), Brasil (1867 — 1908) e o Paraguai (1935).

— Socialmente a população de 3.500.000 habitantes é constituída de brancos 33%, mestiços 31%, índios 37% e negros 0,1%. O índio continua como servo da gleba e os brancos como senhores.

— Economicamente dispense 25% com a importação de gêneros alimentícios, exporta matérias primas.

— Politicamente — De 1820 a 1898 — 78 anos de República — teve 60 rebeliões militares, dez Constituições, 6 presidentes assassinados.

— Posição da Bolívia em relação a do Brasil — Petróleo e estrada de ferro.

(2) O Paraguai:

De 1811 a 1870, mais de 50 anos, viveu sob um regime ditatorial, mas em ordem. Permaneceram as condições coloniais. Depois da guerra de 1870 o Paraguai entrou num regime, marcado por constantes pronunciamentos militares.

De 1932 a 1935 a guerra de Chaco com a Bolívia.

A posição do Paraguai em relação ao Brasil.

(3) *O Uruguai:*

Depois da Independência em 1828 entrou num período instável até a guerra com o Paraguai. Em 1897 os colorados e blancos, assinaram, um pacto que permitiu a paz política até 1903. Outro período de intransigibilidade que terminou em 1934 com a instituição do Colegiado. O Uruguai é um país próspero que vive hoje com tranqüilidade.

(4) *Argentina:*

Tôda a evolução política argentina pode ser dividida nos momentos históricos seguintes:

— O da revolução que vai do Vice-Reinado ao advento, da fase ditatorial de Rosas, marcada pelo Congresso de Tucuman em 1816; a criação das Províncias Unidas; a Vitória de Capeda em 1820, criando o repúdio aos ideais monarquistas e a primazia da tendência federalista dos Caudilhos, sobre a tendência contrária de Buenos Aires; a vitória de Ayacucho, destruindo definitivamente a dominação espanhola; a perda definitiva do Uruguai em 1828.

— O da ditadura de Rosas, em que consolidou externamente sua soberania nacional e internamente a supremacia de Buenos Aires sobre as Províncias e o expatriamento de muitos próceres unionistas.

— O da organização constitucional que se iniciou com o Congresso de Santa Fé e a votação da Constituição Federalista de 1853, até a federalização de Buenos Aires em 1880.

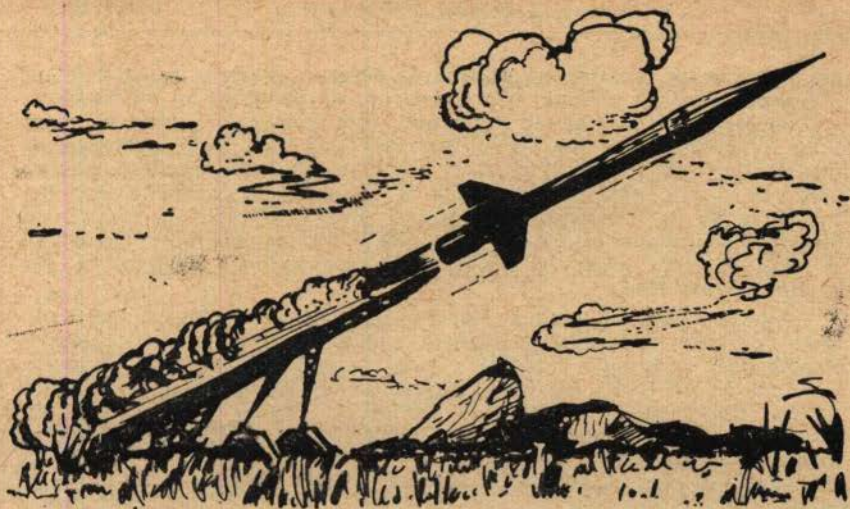
— O período moderno caracterizado pelo fortalecimento da instituição, o desenvolvimento econômico com a instalação da indústria de carnes, do trigo e da lã. Em 1916 a vitória de Irigoyen marcou um grande momento democrático na vida do povo argentino. Grande influência do capital inglês.

Sua posição em relação ao Brasil. A população argentina se compõe de 89% de brancos, 9% de mestiços, 1% de índios, 1% de negros, 15% de estrangeiros.

(5) *Brasil:*

Rio Grande do Sul — Povoado e colonizado sob a influência das Missões (Tapes e Sete Povos) e das lutas em torno da Colônia de Sacramento, a formação do Rio Grande foi, econômica, social e geograficamente, mais platina do que brasileira. A transformação do Rio Grande numa Base Militar, consolidou a feição brasileira do "continentino" e disciplinou a tendência caudilhesca do "platino", canalizando-a na defesa dos interesses portugueses no Sul. A independência encontrou os "platinos" do Rio Grande, misturados aos do Uruguai, sob o domínio da coroa portuguesa. Nas lutas pela manutenção da Cisplatina, continuação daqueles que giravam em torno da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões, o "platino" do Rio Grande iniciou seu brasileiroamento.

A torrente liberal e republicana, saída da abdicação, encontrou eco no Rio Grande abrindo o hiato do Piratini. A ameaça de Rosas relembrando Ceballos, Artigas, Alvear, aliada à tolerância e compreensão de Caxias, pôs termo à experiência dos Farrapos que era o último arranco da tradição platina. A guerra de 1851/52 e 1864/70, apressaram o brasileiroamento do "platino" riograndense transformando-o no mais brasileiro de todos os brasileiros, porque sentinela indormida do Brasil nas barrancas do Uruguai, do Guarái, do Chuí, ensopados tantos meses com o sangue que generosamente, derramou para mantê-las brasileiras.



N. 9

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

SUMÁRIO

- I — Invasão do Espaço**
- II — Boletim Internacional**

I — INVASÃO DO ESPAÇO

Quando em janeiro passado o Lunik soviético passou além da Lua, livre da Terra, assinalou um momento decisivo na história de muitos bilhões de anos do sistema solar. Um dos planêtas do Sol produzira, finalmente, uma criatura viva que fôra capaz de romper as cadeias do campo gravitacional do seu mundo.

Esse progresso teve lugar com explosiva subitaneidade. (Há apenas dois anos parecia quase impossível tal realização). Mas as regras básicas do vôo no espaço são conhecidas há séculos. As leis do movimento, de Sir Isaac Newton, publicadas em 1687, não só explicavam o princípio que faz os foguetes voarem, mas davam também as instruções essenciais para a navegação, aplicáveis às futuras naves do espaço. Quando um Atlas americano ou um foguete espacial soviético se eleva no céu, ele corre sobre trilhos ideados pelo mal-humorado Sir Isaac, que ficava sentado no seu jardim indagando de si para consigo porque as coisas se moviam da maneira como o faziam e por que caíam.

Quando o motor de um foguete expelle um jacto de gás pelo cone da cauda, entra em cena a terceira lei de Newton: **Para cada ação há uma reação igual e oposta.** Atuando na direção contrária à dos gases expelidos, uma força poderosa ergue o foguete de sua plataforma de lançamento. Enquanto o motor funciona, o foguete sobe cada vez mais rápido, obedecendo à segunda lei de Newton: **Uma força atuando sobre**

um corpo o faz acelerar na direção da força... Quando o motor pára, o foguete continua subindo sob o controle da primeira lei de Newton: ...Um corpo em movimento permanece com velocidade constante numa linha reta, enquanto não for influenciado por uma força qualquer. A medida que sobe perde velocidade e sua trajetória se encurva, porque uma força — a gravitação da Terra — o puxa continuamente, em obediência à lei da gravitação de Newton: Duas partículas de matéria se atraem mutuamente com uma força que é diretamente proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas.

Espaço Calmo. A melhor maneira de conceber o espaço como um meio navegável é imaginar a superfície, sem atrito, de um lago placido. Espalhados, a grandes intervalos, pela superfície lisa, há profundos remoinhos absorventes. Se uma folha flutuante aproximar-se o suficiente de um deles, mergulhará até ao fundo. Um objeto autopropulsor, digamos, um inseto aquático, que seja sugado pelo remoinho, terá imensa dificuldade para voltar à superfície.

O espaço longe das estrelas ou dos planetas, é como a superfície lisa do lago. Uma nave espacial com força propulsora pode navegar em qualquer direção sem encontrar, a bem dizer, resistência alguma. Mas deve manter-se afastada dos remoinhos: os campos gravitacionais que envolvem as estrelas e os planetas. Se mergulhar num deles, poderá terminar em uma bafurada de gás numa estrela, ou num breve traço de fogo na atmosfera de um planeta.

Vista do outro lado, uma nave espacial que inicia sua viagem na superfície de um planeta terá grande dificuldade para sair de seu poço gravitacional. Para se libertar da Terra, o navegador do espaço terá de alcançar uma velocidade chamada velocidade de fuga. Se, por exemplo, um foguete se deslocar a 38.500 km/h, a uma altura de 500 quilômetros acima da superfície escapará da gravitação da Terra. (Os lançadores do Lunik russo, quando observavam o seu foguete com rádios Doppler — medidores de velocidade — e o viram exceder a velocidade crítica, compreenderam que ele nunca mais voltaria à Terra). Uma velocidade menor que a de fuga põe um satélite girando ao redor da Terra, imediatamente além da atmosfera, como um graveto ou uma folha girando ao redor das bordas de um remoinho.

Perto da beira do poço gravitacional da Terra há outro poço muito menor pertencente à Lua. Um objeto disparado da Terra a 39.900 km/h atingirá a fronteira, cerca de 54.500 quilômetros aquém da Lua, onde a atração da Lua é tão forte como a da Terra. Se atingir esse ponto com pouca velocidade, cairá na Lua. Se atravessar a linha a uma boa velocidade passará além da Lua, apenas se desviando do seu curso. Foi isso que aconteceu ao Lunik.

A Órbita Solar. A Terra e a Lua, girando uma em volta da outra, não estão solitárias no espaço. Elas giram também em volta do Sol, e o mesmo fazem outros planetas. A carta de gravidade do sistema solar apresenta um poço imensamente profundo, o do Sol, com poços muito menores no seu declive, um para cada planeta. Quando uma nave espacial sai do poço gravitacional da Terra, ela ainda se encontra profundamente mergulhada no poço do Sol. Isso não quer dizer que irá cair no Sol. Além da velocidade relativamente reduzida fornecida pelo próprio motor, ela terá ainda a velocidade da Terra percorrendo a sua órbita. Se a nave tiver apenas a velocidade de fuga, girará indefinidamente ao redor do Sol, numa órbita próxima à da Terra.

Para ir a Marte, que gira fora da órbita da Terra, a nave espacial deve acelerar, a fim de subir pelo lado do poço gravitacional do Sol.

Para chegar a Vênus, deve perder velocidade... para descer o poço solar.

Para uma viagem a Marte, o navegador parte da Terra na mesma direção em que esta se desloca em torno de sua órbita. A nave deve ter uma velocidade apenas 1.400 km/h superior à de fuga. Esse excesso é somado à velocidade orbital da Terra (107.180 km/h) que a nave espacial tinha antes de ser lançada. Isso é suficiente para contrabalançar a atração gravitacional do Sol, permitindo à nave desviar-se para fora numa elipse. Se o cálculo for preciso, ela se encontrará com Marte em sua órbita.

Para uma viagem a Vênus, que gira mais perto do Sol, o navegador do espaço deverá guiar sua nave na direção oposta ao movimento orbital da Terra. Sua velocidade de fuga líquida é subtraída da velocidade orbital. Isso o fará deslocar-se com demasiada lentidão para permanecer na órbita da Terra e, desse modo, a gravitação do Sol o curvará para dentro, em direção a Vênus.

A facilidade das viagens a longa distância, depois do lançamento bem sucedido, é talvez o aspecto mais extraordinário da navegação interplanetária. Marte nunca chega a menos de 55.525.000 quilômetros da Terra; Vênus nunca a menos de 40 milhões. Para percorrer essas distâncias é preciso muito mais tempo (146 dias para Vênus e 260 dias para Marte), mas só um pouquinho mais de velocidade do que para se chegar à Lua, que fica apenas a 384.500 quilômetros de distância. Assim acontece porque o espaço entre os planetas tem uma declividade relativamente suave.

Fuga Interestelar. A fuga completa da atração gravitacional do Sol seria mais difícil. Partindo da superfície da Terra, uma nave precisaria de uma velocidade de 59.200 km/h. Passando além de Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão ela chegaria aos limites exteriores do sistema solar quase sem velocidade alguma. Depois, como um graveto num manso lago, vagaria milhões de anos antes de chegar perto da estrela mais próxima, Proxima Centauri, que fica a 40 trilhões de quilômetros do Sol. As naves espaciais humanas atingirão, provavelmente, a velocidade de fuga interestelar dentro de uma geração, mas haverá pouco proveito com as viagens interestelares. Levarão demasiado tempo. A barreira que protege as estrelas e seus sistemas planetários contra a invasão do homem não é o espaço, mas o tempo e a brevidade da vida humana.

A que distância estamos das viagens interplanetárias? O grande peso do Sputnik III (1.327 kg de carga útil de instrumentos) provou às pessoas entendidas em coisas do espaço que os russos solucionaram praticamente os problemas iniciais do voo interplanetário. George Sutton, professor de Engenharia Aeronáutica do Instituto Tecnológico de Massachusetts, acredita que os sistemas de propulsão atuais, com um pouco de refinamento, poderão enviar um veículo espacial até Júpiter ou mesmo até Saturno que gira à distância de 1.207 milhões de quilômetros da Terra.

Os astrônomos aguardam ansiosamente o dia em que serão lançadas essas primeiras vedetas do espaço. Pois, por mais estranho que pareça, eles sabem menos, em muitos sentidos, sobre os planetas, vizinhos da Terra, do que sobre as longínquas estrelas. A razão é que as estrelas têm luz própria, revelando muito sobre si mesmas aos espectroscópios dos astrônomos, ao passo que os planetas do sistema solar só são visíveis através da luz refletida do Sol. Seus espectros transmitem poucas informações sólidas e os detalhes visíveis em suas superfícies são bastante claros para excitar a nossa curiosidade, mas vagos demais para satisfazê-las.

Por enquanto, a maioria dos cientistas está concentrada em enviar ao espaço, não homens, mas foguetes sem tripulação humana. À medida que a arte espacial for aumentando, veículos equipados com instrumentos farão pousos na Lua, e, graças a retrofoguetes, poderão descer suavemente na sua superfície desprovida de atmosfera. Uma vez chegados lá, poderão olhar em redor com olhos de televisão e dizer à Terra o que vêem.

Mas os instrumentos nunca poderão trazer de volta tantas informações como uma nave espacial com uma tripulação humana. As dificuldades do vôo espacial tripulado, entretanto, ainda são enormes e parecem aumentar cada vez mais à medida que são estudadas. O recém-descoberto cinturão de radiação de Van Allen, que envolve a Terra, é um sério risco de que nem sequer se cogitava, há pouco meses.

Mas o homem viajará através do espaço malgrado todos os riscos. Sabe-se que os russos estão planejando enviar um homem num satélite. O astrônomo Alexander A. Mikhaïlov, diretor do Observatório de Pukovo, perto de Leningrado, também disse que estão planejando uma viagem tripulada à Lua. O maior problema, disse ele, é o regresso seguro, e eles não tencionam arriscar um homem enquanto não estiverem seguros de trazê-lo de volta, vivo.

O programa norte-americano é mais ou menos semelhante. Já se encontra em processo de fabricação uma cápsula protegida para trazer um homem de volta, vivo. Um dos instrumentos preliminares de pesquisa para esse projeto é o avião foguete X-15, que deverá iniciar seus vôos na atmosfera, disparando depois para fora dela até uma altura provável de 240 quilômetros. Sua descida fornecerá experiência para os regressos controlados de vôos mais distantes no espaço.

Qual é o motivo da exploração do espaço? Esta pergunta obtém muitas respostas violentamente discordantes. Alguns estrategistas militares acreditam que uma base norte-americana de foguetes na Lua, que não poderia ser destruída por uma ataque de surpresa, constituiria uma meio absolutamente dissuasório contra qualquer agressor terrestre. A maioria dos cientistas não concorda. Tampouco dão muita importância à idéia de bases armadas em satélites, quando um foguete disparado de terra firme pode atingir qualquer alvo na Terra. Mas os satélites poderão se revelar de valor como "olhos no céu" sobre território inimigo, ou como relés de comunicação e como auxiliares de navegação.

A rivalidade com a Rússia não é uma simples batalha de propaganda. Diz um especialista em assuntos espaciais: "Poderíamos concentrar-nos em nossos progressos militares e deixar o espaço para os russos. Acaso isso nos tornaria inexpugnáveis? Não, porque o resto do mundo não acreditaria que fôssemos inexpugnáveis. Olharia a Rússia como a líder natural... e a batalha estaria perdida antes de se haver travado."

Mas a motivação mais simples e mais básica da investida para o espaço é o eterno e insaciável impulso do homem de explorar e conhecer o seu ambiente. O espaço é um desafio, simplesmente porque, como o Monte Everest, está lá. Há centenas de milhares de anos a vida terrestre aventurou-se a sair do abrigo dos oceanos e arrastou-se lenta e penosamente para a terra firme, para o ar hostil e o sol escaldante. O homem aventura-se de novo, agora em um novo elemento.

Do fundo do oceano aéreo onde vive há tanto tempo, o vazio que tem em cima parece-lhe quase hostil. Mas o homem possui arrêjo e inteligência. Pode levar consigo para o espaço um ambiente artificial, que simule a parte inferior da atmosfera. E, como conclusão, o homem não pode recusar o desafio, se deve manter vivo o espírito essencial que o distingue dos animais.

II — BOLETIM INTERNACIONAL

Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — DISCO VOADOR

Os ingleses estão entusiasmados com o seu novo disco voador, chamado Hovercraft. O disco pesa 2 toneladas e, de acordo com o inventor, será capaz de elevar e de se mover a velocidade acima de 40 milhas por hora. O princípio de operação é o do "colchão de ar", impulsionado para o chão, semelhante ao mesmo princípio dos modelos experimentais dos americanos.

O primeiro Hovercraft pilotado pelo homem está em fase de acabamento na Saunders-Roe Aircraft Company. O Hovercraft foi inventado por C. S. Cockerel, que vem fazendo pequenos modelos desde 1953.

2 — GASES DO SOL CAUSAM O "CINTURÃO VAN ALLEN"

O dr. James A. Van Allen, da Universidade Estadual de Iowa, nos Estados Unidos, afirmou que os chamados cinturões de radiação que têm seu nome e que circundam a Terra são causados por gases emitidos pelo Sol, segundo estudos que realizou com base em dados científicos recentes. A primeira comunicação da descoberta dos cinturões de radiações foi feita pelo Dr. Van Allen graças às informações obtidas pelo rádio do satélite Explorer I, lançado a 31 de janeiro de 1958, nos Estados Unidos. Os instrumentos de detecção de radiação do satélite foram construídos pelo próprio dr. Van Allen e sua equipe. O eminente cientista afirma que se o homem possuísse "olhos com medidores Geiger" poderia ver que a Terra parece um mármore e que dois anéis de radiação que a circundam se assemelham a gigantescas alianças de casamento.

O dr. Van Allen acredita que o Explorer IV foi o mais útil de todos os satélites já lançados no que concerne a informações sobre radiação. Cientistas da Universidade Estadual de Iowa ainda estão trabalhando em oito quilômetros de fita gravada com 3.600 informações transmitidas pelo Explorer IV.

3 — CÉLEBRO ELETRÔNICO SUBMARINO DOS EE.UU.

A Marinha dos Estados Unidos anunciou que o seu primeiro submarino especialmente preparado para disparar balísticos "Polaris" — o "George Washington" — será equipado com um cérebro eletrônico destinado a dar ao submersível maior segurança contra as unidades de superfície e submarinos.

O cérebro, basicamente, um totalizador, será utilizado para guiar os torpedos, dando-lhes maior eficácia, pois o sistema entra em funcionamento instantaneamente, exige pouca energia e pode ser operado por um só homem. O computador tem a metade do peso do equipamento

de controle de disparo de torpedo normalmente utilizado e ocupa espaço muito menor. Outros submarinos serão também equipados com o novo sistema.

4 — A NATUREZA TRANCOU OS ESPAÇOS PARA O HOMEM

Depois da experiência espacial russa recente, elevou-se novamente a voz do professor Wiro Cerania para admoestar os homens a não tentarem viagens interplanetárias. Segundo o estudioso de Varese, cujas teorias já são conhecidas através da imprensa, na mente humana correrá — durante a viagem cósmica — uma enorme modificação nos princípios espontâneos da razão, do querer e do entendimento. Os dois cães soviéticos enviados ao espaço através de um foguete e que atingiram uma região em que não existe mais a força de gravidade da terra, voltaram a nosso planêta incólumes e demonstraram assim praticamente a possibilidade — por parte de um ser vivo organicamente muito semelhante ao homem — de vencer a força de gravidade e de viajar no vácuo absoluto. A experiência russa, sem dúvida de êxito do ponto de vista físico-biológico, não demonstrou, porém, a possibilidade psíquica para o homem em uma viagem ao espaço. Surge então o seguinte problema: Como se comporta a mente humana, o intelecto do homem, sua razão, além do mundo e do ambiente em que normalmente vive?

O professor Cerania, que há vinte anos se dedica aos estudos de Astrofísica, afirma que: “Se dentro dos mencionados foguetes houvesse homens a mente dêste sofreria um desequilíbrio enorme, porquanto a “intensidade relativa” ao foguete situado fora da linha de gravitação do planêta é bem diferente da da terra. E assim, na mesma medida que o foguete fôsse obrigado a uma órbita, a uma relatividade própria, com características enormemente diversas da do planêta, também a função mental daqueles homens sofreria uma imediata e relativa variação em seu “período-psíquico”. o conceito de “período-psíquico é o seguinte: “A vida que circunda a nós, os mortais, é feita de imagens, de sensações; o contínuo fluir das palavras compõe o discurso, e as notas musicais, em conjunto, uma canção. Toda a nossa realidade vem dessa incessante função. O “período psíquico” recebe e transforma êste impulso em sensações relativas, e é justamente com base neste grau de persistência, relativamente a êste informe cinético, que surge o milagre da nossa unidade, quer de tempo, quer de medida.

É lógico, então — segundo a teoria do professor Cerania — que a expressão espontânea temporária, indispensável à formação do pensamento, seria constituída por um impulso cinético que envolveria os princípios naturais da “unidade relativa” — tempo e medida — que é a própria mente dando constância e início a uma relatividade própria, imediata à nova circunstância cósmico-ambiental adquirida, aportando enorme alteração aos princípios espontâneos da razão, do valor e do entendimento. Do professor Cerania ocuparam-se recentemente alguns jornais. Logo depois do lançamento do foguete russo, Cerania expressou que havia previsto exatamente, desde 1956, o comportamento do mesmo. As asserções de Wiro fizeram parte do côro de polêmicas sobre a efetividade do destino do “Lunik” soviético. Enquanto alguns falavam de malôgro da experiência russa, porquanto o foguete, pelo menos na intenção de seus construtores, estava dirigido à Lua, os cientistas russos dizias que o real objetivo do “Lunik” era o Sol, Cerania afirmou então que o “Lunik” fôra dirigido à Lua, mas que se afastara por sua

"intensidade positiva" do satélite. Agora, declara êle que o homem não poderá realizar vôos interplanetários, pois "sua mente sofreria um enorme desequilíbrio".

Em um trabalho publicado em 1956, sob o título "Teoria das dimensões mentais", o professor Cerania disse que no futuro certamente se conseguiria enviar um foguete além da curva magnética da Terra, dotando-o de enorme força de "intensidade positiva". Mas se não fosse possível refrear tal carga, o foguete praticamente não poderia pousar em nenhum planêta do nosso sistema, "porquanto sua energia, o mesmo princípio que o levou a superar a curva magnética da Terra, o obrigaria a desviar-se de qualquer massa que encontrasse em seu caminho e a vagar pelos espaços até ser atraído por algum grande astro, cuja intensidade gravitacional seja muito superior, como por exemplo o Sol". O professor Wiro Cerania afirma hoje que tal circunstância se verificou exatamente com o foguete "Lunik", que estava destinado à Lua, mas que se desviou por sua própria "intensidade positiva" superior à do satélite.

5 — VÁRIAS MISSÕES PARA OS FUTUROS SATÉLITES

Os futuros satélites a serem lançados pelos Estados Unidos aperfeiçoarão as técnicas de meteorologia, comunicações, navegação e geodésia, ciência que determina a localização de pontos na superfície da terra. A NASA anunciou recentemente que um sistema de satélites meteorológicos fornecerá, em futuro próximo, uma observação em âmbito mundial de dados meteorológicos que poderão ser usados para melhorar a previsão do tempo. Acreditam os cientistas que os satélites de comunicações permitirão a transmissão de número maior de informações entre pontos afastados na terra, ocasionando a televisão transoceânica, serviço telefônico mais perfeito e comunicações mais baratas a longa distância. Os satélites de comunicações serão eventualmente usados, acredita-se, como "relés" para informações provenientes de outros satélites e naves espaciais, enquanto os satélites geodésicos permitirão aos cartógrafos mapas mais precisos da terra.



NA DIVERSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS EXPORTADOS ESTÁ O DESEJADO EQUILÍBRIO DO NOSSO CO- MÉRCIO...

É tese pacificamente aceita, que na diversificação dos produtos exportados poderá o nosso país encontrar o desejado equilíbrio do nosso comércio com o exterior.

Deixar que repouse sobre o café toda a responsabilidade de produtor de divisas é um erro que já vem sendo combatido por todos os estudiosos da matéria e, felizmente, pelos responsáveis por esse setor da administração pública.

Entre os produtos que o Brasil poderá exportar com vantagens e sem prejuízo das suas necessidades internas, avulta o minério de ferro, de que o nosso país possui imensas e aproveitáveis reservas. Por essa razão, o Presidente da República colocou entre suas metas de Governo o aumento da exportação do minério de ferro, que deverá subir dos 3,5 milhões atuais para 8 milhões já a partir de 1961.

Dois terços da exportação ficaram a cargo da Cia. Vale do Rio Doce S.A., sociedade de economia mista, cujos resultados e progresso têm sido dignos de nota.

Preparando-se ativamente para esse aumento de exportação, aquela Companhia vem realizando obras de vulto nos seus setores de extração de minério, transporte ferroviário e instalações de embarque. Os resultados desses melhoramentos já estão se fazendo sentir, muito embora o término dessas obras esteja programado para princípios de 1961.

Nos últimos dois meses (julho e agosto) a exportação da Vale Rio Doce ultrapassou as 300 mil toneladas, o que constitui um "record", deixando entrever para o exercício uma exportação superior a 3 milhões de toneladas.

Além de novos equipamentos para suas minas de Itabira; além de melhoramentos técnicos na sua estrada de ferro e do aumento do seu material rodante e de tração, vem a Companhia realizando obras de vulto no porto de Vitória, para aumento da sua capacidade de carregamento dos navios.

A poderosa empresa de economia mista tem recebido o desejado estímulo do Governo, quer por intermédio do Ministério da Viação, que vai dragar o porto de Vitória para recebimento de navios de grande porte, quer pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que já financiou importação de trilhos e financiará também uma parte das obras a serem realizadas.

Assim, as condições favoráveis do mercado internacional de minério de ferro estão sendo aproveitadas inteligentemente pelo Brasil, que aumenta gradativamente o montante das divisas obtidas com a exportação dessa importante matéria prima.



N. 7-59

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO.
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

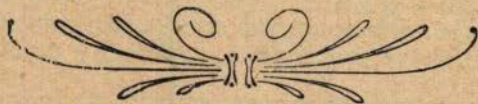
1 — PERSEGUIÇÃO X CÊRCO (Cont.) Maj Amerino Raposo Filho.

2 — O CONHECIMENTO MILITAR (2ª Parte) Almirante Castex ESG — França — 1955 Trad. do Ten-Cel A. J. Von Trompowsky.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

Maj Amerino Raposo Filho



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

PERSEGUIÇÃO X CÊRCO

(Continuação do número anterior)

Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

(5) Comentários :

Evidenciada ficou, mais uma vez, a doutrina relativa às operações ofensivas, quando se refere ao emprego dos blindados e de forças motorizadas nas fases do Ataque e do Aproveitamento do Êxito. Principalmente, na atuação dos carros nas retaguardas alemãs, rompendo as posições e aniquilando os centros de resistência, residiu o êxito completo da "Operação Cobra", responsável pelo sucesso do GEx, em última análise. Evitou-se deste modo, que os alemães barrassem a penetração estratégica aliada, como já haviam feito em CAEN.

Como aspectos a interessar mais adiante a tese que nos propuzemos, vamos resumir as seguintes idéias, no âmbito do 7º GEx durante a Ruptura e o Aproveitamento :

- havia três DI para a ruptura e, para o aproveitamento do êxito, duas DB e uma DI Mtz ;
- durante a ruptura, tornou-se necessário reforçar a 1ª DI, para aumentar o poder de choque dessa GU ; por outro lado, foi empregada a 2ª DB para HERMAN, para cobrir a ação das 1ª DI e 3ª DB.

É preciso deixar bem claro que o êxito da manobra central e, depois, da Perseguição, nesta operação de grande complexidade, deve-se principalmente a cuidadoso planejamento, em todos os escalões, seguido de perfeita execução, todos os comandos perfeitamente integrados no sentido de rapidez e potência, características dessa audaciosa manobra. Assim procedendo, tornou-se possível aos aliados impedir a reorganização dos alemães, antes da fase decisiva da luta.

Em síntese, o que se viu em AVRANCHES, foi o III Ex cumprir uma missão que se traduziu :

- por uma série de ações muito complexas, que se fundamentavam, principalmente, na velocidade e na audácia ;
- desencadearam-se duas ações ofensivas em direções opostas, visando, na de E, o envolvimento da massa alemã.

Quando o III Ex iniciou o cumprimento de sua missão, eis que os alemães desencadeam violenta contra-ofensiva na direção MORTAIN — AVRANCHES, com a finalidade de cortar as 9 GU de PATTON, da base logística. Mas PATTON reage magnificamente e a resposta não se faz esperar : o VII Ex alemão é cercado e destruído, depois de constituir o famoso bolsão da FALAISE.

Aí está, pois, uma excelente manobra que se presta a configurar o quadro das forças numa operação de Perseguição, em vários escalões. Realiza-se inicialmente uma ofensiva geral, no quadro do GEx, o esforço cabendo ao I Ex que, por sua vez desenvolvendo uma manobra central de ruptura, exerce o esforço em ST LO. Ataque, pois, em direções paralelas e, depois, ações convergentes na ruptura e início do aproveitamento do êxito. Com o lançamento do III Ex, as ações são nitidamente divergentes. Em suas linhas gerais, tanto a ruptura e o aproveitamento do êxito, como a Perseguição de AVRANCHES para o S, SW e SE, muita semelhança apresentam com ARBELAS. Por outro lado, consideradas as diferentes fases, o ritmo, as penetrações profundas e as operações de cerco, notam-se muitas analogias dessas manobras do GEx de BRADLEY com a invasão da FRANÇA, em 1940 e, mesmo, com a magnífica manobra de cerco, que foi STALINGRADO. Pois, aí estão: ruptura em frente estreita, penetração estratégica profunda empreendida pelo III Ex e, ao final, operação de cerco, estratégico e tático no interior do território francês.

Merece, finalmente, destacar que, do valor da ruptura inicial e, sobretudo, do Aproveitamento do Êxito, dentro do I Ex, vimos como foi possível passar diretamente à Perseguição, por forças do GEx com a entrada em ação do III Ex, a partir de AVRANCHES. Dessa vigorosa Perseguição, iniciada no âmbito do 7º GEx, prosseguindo no quadro do I Ex, e prolongada no GEx pela atuação do III Ex, vão culminar as ações no completo envolvimento da ala esquerda do Ex alemão e consequente cerco e destruição de poderosos grupamentos de forças nazistas.

5. CONCLUSÕES PARCIAIS

Tivemos oportunidade de caracterizar a Perseguição no quadro da manobra ofensiva, conceituando-a e mostrando a amplitude dessa operação. Ficou claro que, embora nas duas formas gerais da manobra ofensiva, a Perseguição se apresente com relêvo, de modo geral, sendo mesmo seu ponto mais importante, é precisamente na manobra de flanco, de envolvimento, que muita vez ela aparece com maior amplitude, dada a oportunidade de atuação dos grupamentos secundários, em maior espaço operacional. É ainda na manobra de ala, quando se realiza o desdobramento, que não existe oportunidade para a Perseguição tomar forma perfeitamente caracterizada ou, pelo menos, em conformidade com o que entende a doutrina em vigor, na parte relativa às operações ofensivas. Já no envolvimento, não; poderá a Perseguição brotar de duas oportunidades:

— seja da atuação frontal, pelo grupamento que executa a ação secundária, quando as forças adversárias tentarem retirar-se por sentir o perigo de ter suas linhas de transporte cortadas pela ação envolvente. Aliás, é normalmente o que acontece;

— ou, surgindo da própria ação principal, bem à retaguarda, pelo grupamento que realiza a manobra decisiva.

Uma dúvida, pois, destaca-se: talvez que, no desbordamento se destrua e aniquile o inimigo batido, sem configurar-se a Perseguição, preliminarmente; poder-se-á apelar diretamente para o Cerco, sem que o adversário se tenha retirado. Donde o Cerco, que para nós integra a Perseguição, talvez mereça um estudo mais profundo, mais amplo, não ficando confinado, unicamente, aos limites da Perseguição, como é nossa intenção assinalar, ao final do estudo que estamos realizando.

Por outro lado, ficou compreendido do C 100-5, já no escalão por excelência de combinação das armas, que surge a Perseguição como melhor conduzida em seguida aos ataques frontais da penetração, sendo

que a força mantida em reserva, que vai receber o encargo de desencadear a ação que culminará com o aniquilamento do inimigo. Deve a Perseguição ser entendida como a parte decisiva da manobra ofensiva, visando à destruição da força principal adversária. O Cêrco surge como elemento integrante apenas. Bem diferente, pois, do tratamento dispensado pela doutrina russa, que conceitua o Cêrco manobra da mais alta valia, sendo mesmo o fim a que se destina a Perseguição.

Há, finalmente, que destacar o fato de a Perseguição aparecer nos três exemplos históricos focalizados, como nitidamente destacada da fase do Aproveitamento, diferente pois do que se contém nos manuais doutrinários. Não vamos debater, por enquanto, o problema; deixemos para depois do estudo da evolução da Perseguição; estaremos, assim, em melhores condições para chegar a certas considerações da maior importância para a compreensão filosófica da operação que visa ao aniquilamento das forças inimigas.

Algumas dúvidas, no entanto, deixaremos consignadas:

— Devemos considerar nas manobras ofensivas, apenas a Perseguição ao inimigo batido no choque inicial, como o ato mais importante com vistas à sua destruição, ao seu aniquilamento? Ou, ao contrário, dever-se-á levar em conta outra manobra, igualmente importante, e que se traduza no Cêrco às forças batidas?

— Sendo assim, em que manobras haverá preponderância da Perseguição sobre o Cêrco e, ao contrário, quando enfrentaremos problemas onde o Cêrco aflore com ênfase, em detrimento da Perseguição? Poder-se-á admitir ambas as operações que visem ao aniquilamento, em mesmo nível e podendo existir na mesma manobra ofensiva?

— Estará a Perseguição enquadrada na fase do Aproveitamento do Êxito, como, de resto, parece considerar o manual de operações ou, ao contrário, é uma operação completamente destacada, configurando-se em manobra especial a ser desenvolvida por um grupamento de forças que não participou do Ataque e do Aproveitamento do Êxito? Não há gritante incoerência em admitir-se a possibilidade de ser a Perseguição "um tipo de operação da fase do Aproveitamento do Êxito", quando tal fase é, na realidade, complementar da Ruptura?

Façamos uma pequena interrupção nessas considerações e vejamos, num ligeiro bosquejo histórico, como vem sendo entendida a Perseguição desde os tempos mais remotos, trazendo, mesmo, em algumas fases, o depoimento de Chefes eminentes e a inteligência de algumas escolas doutrinárias. Ficaremos, dêste modo, melhor aparelhados para concluir sobre a tese que pretendemos defender.

(Continua no próximo número).

*
* *

PENSAMENTOS DE CLAUSEWITZ

1. *Cada coisa toma uma forma diferente, quando passamos da abstração à realidade.*
2. *Cada caso na guerra deve ser considerado e meditado segundo sua modalidade.*

2 — O CONHECIMENTO MILITAR

Alm CASTEX, da Escola Superior de Guerra
França — 1955

Tradução do Ten-Cel A. J. Von TROMPOWSKY, da ECEME

(Continuação do número anterior)

Tomemos o caso do Exército francês.

Após os revezes de 1870, o Exército francês se empenha fervorosamente nas reformas necessárias para evitar sua repetição. Para isto ele quer criar e difundir *uma doutrina sã*. Desenvolve um tremendo esforço de estudo, nos qual a Escola de Guerra, inaugurada em 1880, assume o lugar de liderança. Esta escola, para bem cumprir sua tarefa, volta-se antes de tudo, para a fonte histórica. Procura nas campanhas do passado ensinamentos aplicáveis no presente. Mestre como LEWAL, CARDOT, MAILLARD, BONNAL, LANGLOIS e FOCH, estudam as guerras da Revolução e do Império, as de 1866 e 1870 e delas deduzem uma inspiração nitidamente ofensiva, baseada no movimento, na ação, no desejo da batalha, das manobras Estratégicas e Táticas. Eles ultrapassam mesmo o quadro dos *princípios* e visam talvez em demasia e sem razão, a imitação de certos *processos*; a teoria da "AVANT GARDE GÉNÉRALE", extraídas das guerras napoleônicas, predominava na França já em 1900. Estas conclusões, às vezes apressadas, terminam por se infiltrar na totalidade do Exército, obtendo a adesão de sua maioria, e sua essência penetrou na regulamentação oficial sob a forma de publicações como o "SERVIÇO EM CAMPANHA" de 1895, a qual, rompendo com a antiga prudência, preconiza afoitamente uma concepção ofensiva e manobreira.

A obra tem os caracteres habituais de empreendimentos dessa natureza. Ela se desenvolve durante um longo período de paz e se alimenta na fonte histórica. Não encontra desde logo, resistência por parte da escola positiva. No Exército anterior a 1914, até 1905 aproximadamente, ela está praticamente ausente, devido ao papel relativamente secundário que cabia ao material. Os armamentos são classificados, catalogados e os desenvolvimentos técnicos (pólvora sem fumaça, canhão de tiro rápido, etc.) são pouco frequentes e ainda muito recentes. Os materialistas constituem uma pequena minoria e lhes falta uma alavanca, ou um trampolim para a ação.

Porém, breve sobrevêm fatos novos, que vão encorajar e reforçar, como era natural, a corrente positiva. A guerra do TRANSVAAL demonstrou a potência de fogo de que é capaz uma infantaria dotada de armas modernas. A guerra russo-japonesa e as guerras balcânicas puseram em evidência o papel desempenhado por dois engenhos que, se não eram novos, apresentavam-se bastante melhorados, a metralhadora e a artilharia pesada, bem como, um processo do passado, muito renovado, a organização defensiva do terreno. Os adeptos da fonte material, tomam novo alento, tirando desses fatos argumentos que lhes deram influência e importância. De cabeça erguida se lançam contra os defensores da fonte histórica que não queriam ver nessas guerras, senão a confirmação de suas teorias de manobra e movimento.

A luta é acalorada, terminando porém, no domínio regulamentar, pela vitória dos historiadores. Pouco antes da guerra de 1914, por um acaso singular, aparecem vários decretos regulando a conduta das gran-

des Unidades, o Serviço em Campanha e a manobra da Infantaria, todos eles impregnados pela nova concepção ofensiva. Foram mesmo suprimidas as prescrições de 1895, julgadas por demais timoratas, como as referentes à segurança aos reconhecimentos, à defensiva e às reservas.

O decreto sobre as grandes Unidades repele enérgicamente qualquer concessão aos materialistas. Empenha-se em fazer prevalecer as noções de ofensiva, de guerra de movimento, da procura da batalha, da iniciativa nas operações, da manobra e das operações de decisão rápida.

"A conduta da guerra, diz a comissão de redação no prefácio, é dominada pela necessidade de imprimir às operações um ritmo vigorosamente ofensivo..."

"Os ensinamentos do passado produziram seus frutos: o exército francês, voltou às suas tradições, não admite mais na conduta das operações outra lei que não a da ofensiva."

"Os sucessos na guerra sempre foram obtidos pelos generais que desejavam e procuravam a batalha; aqueles que a ela foram obrigados saíram sempre vencidos. Mantendo a iniciativa nos tornaremos senhores dos acontecimentos em vez de sermos por eles envolvidos..."

"Na forma atual da guerra, a importância das massas postas em ação, as dificuldades de seu reaprovisionamento, a interrupção da vida social e econômica do país, tudo nos leva a procurar uma decisão no mais curto prazo possível, a fim de terminar rapidamente a guerra".

Este texto, cujos exageros saltam aos olhos, foi na época completo e ampliado pelas duas célebres conferências do Coronel Grand Maison.

É com estas normas de ação, frutos do seu alto ensino militar, que o Exército francês entrará na guerra de 1914. Este ensino, era dominado pela escola histórica, que longos anos de estudos tinham tornado toda poderosa, suplantando completamente a escola material, enfraquecida pela natureza do meio, isto apesar dos ensinamentos de várias guerras recentes. (3)

Esta vitória da escola histórica era visivelmente excessiva, pelo fato de que seus adeptos confiantes em demasia no valor dos princípios, tinham desprezado exageradamente os engenhos e acreditado demais na imutabilidade dos processos.

A experiência cedo vai demonstrá-lo. A guerra de 1914-18, sobrevem com efeito, pouco depois. Ela submete a um prova terrivelmente realista, aquilo que tinha sido até então apenas uma controvérsia acadêmica de idéias, um verdadeiro torneio especulativo de doutrinas. A matéria se insurge, mais uma vez, ocasionando um verdadeiro ciclone intelectual.

Os adeptos da fonte positiva, após o término das hostilidades, tiveram, como era de esperar, oportunidade de apostrofar veementemente os partidários da outra escola e de protestar contra as normas de ação oriundas da contemplação, por demais exclusivista, dos fatos passados.

"Afirmastes no vosso alto ensino militar e nos vossos regulamentos, que a única forma de guerra é a de movimento, e, na realidade, os exércitos passaram mais de três anos face a face, na frente ocidental, quase sem se mover, em plena estabilização, numa espécie de guerra de sítio".

(3) Na marinha os fatos não se apresentaram da mesma forma. Antes de 1914, o movimento liderado pela escola histórica, triunfara apenas no campo da Estratégia. Na Tática, ela esbarrou no sério obstáculo de uma escola material, a dos artilheiros. Teve então que se harmonizar com a mesma, parando a meio caminho.

"Dissesteis que havia interesse em se travar o mais cedo possível a batalha, porque este é o meio de se obter uma rápida decisão na guerra. Ora, não se cessou de combater por mais de quatro anos e a decisão levou todo esse tempo para surgir".

"Endeusastes a ofensiva quando os fatos mostraram todo o valor da defensiva e o interesse desta atitude."

"Vossos sonhos eram de manobras de envolvimento, de ataques de flanco com grandes objetivos e o que se encontrou pela frente foi uma linha absolutamente contínua, uma espécie de muralha, sem flancos, obrigando à ações frontais bastante penosas".

"Desprezastes outra vez, o adversário que buscava no terre um suplemento de força, predizendo que esta maneira de agir o levaria a uma catástrofe. E o que vimos foi um formidável desenvolvimento das organizações defensivas, a construção de trincheiras, as redes de arame farpado, o concreto e todos os recursos da fortificação, erigindo um obstáculo temivelmente difícil de transpor".

"O fogo, por vós menosprezado, alcançou uma potência espantosa, face à qual nos esfacelamos e que veio a se situar na primeira linha de nossas preocupações".

"Engenhos por nós ignorados surgiram no campo de batalha. Outros, já conhecidos, desenvolveram espetacularmente suas características. A guerra terminou com um equipamento de que nem se suspeitava quatro anos antes: metralhadoras com notável cadência de tiro, artilharia pesada de grande potência e alcance, artilharia de trincheira, carros de combate, gás, lança-chamas, aviões, etc."

"Enfim, ao inverso do quadro da luta de Exércitos, de curta duração, que prevíeis (esquecendo as guerras da Revolução e do Império e a guerra da Secessão) o que se viu foi uma luta de povos, em que as retaguardas se encarniçavam tanto para a vitória como nas linhas de frente."

Este dilúvio de novidades vai acarretar, uma intensa perturbação nas idéias militares, que extravasando do círculo das forças armadas, atinge toda a nação. E é ali, da massa do povo, da opinião pública livre de qualquer freio, que se desenvolve nos anos seguintes a 1918, a crença na derrocada definitiva dos velhos dogmas, grandes mentiras dos doutrinários, e que uma arte militar nova surgiria da última conflagração. Os escritos inspirados por estas tendências proliferam. Muitos autores e mesmo profissionais esclarecidos, insistem tenazmente sobre os aspectos completamente novos da guerra de nossos dias e sobre o perigo que haveria em se tentar prepará-la baseando-se em concepções antigas (4).

Pensava-se, pois, ao sair da guerra de 1914-18, que tudo mudara a favor da prodigiosa transformação dos engenhos e dos processos. Julgava-se que o material demonstrara sua influência toda poderosa e que as teorias baseadas em fatos antigos, não poderiam sobreviver diante do fato recente, do fato contemporâneo ou em futuro próximo.

A escola material estava vitoriosa em toda a linha, destronando a escola histórica. Ela proclamava que os pretendidos princípios, brotados da fonte histórica, tinham tido a sua época e que agora deveriam ir se reunir às armas antigas nos museus.

(4) O leitor fará por si, com auxílio de lembranças recentes, e pequeno esforço mental, as edições que este trecho comporta, para se levar em conta, na mesma ordem de idéias, fatos materiais novos trazidos pela guerra de 1939-45 e do choque intelectual por eles causado.

Esta vitória da fonte material era exagerada, como o fôra também a vitória da fonte adversa, poucos anos antes. Aquêles que saboreavam esta revanche, cometiam inconscientemente o erro de provocar a falência dos princípios, baseados apenas na transformação dos engenhos e dos processos.

Por que, afinal, caducaram os princípios nessa experiência, revelando-se inoperantes?

Aqui, os partidários da escola histórica retornam à cena e respondem vigorosamente aos detratores materialistas.

"Críticos, retrucam, sem perceber as verdadeiras causas de seu impasse, as tendências ofensivas de 1914, porém vos esqueceis de que o inimigo, animado do mesmo espírito, realiza na mesma ocasião uma ofensiva que lhe garantiu os sucessos iniciais; que é à ofensiva que se deve o restabelecimento da situação do Marne; que os dois adversários procuraram em 1918, sair, pela ofensiva, de sua imobilização; que finalmente, a vitória final foi para nós conquistada com uma ofensiva de quatro meses. Portanto, os regulamentos de 1914 fizeram bem exaltando as virtudes da ação ofensiva. Consideramos um erro reprovável condenar sumariamente um princípio, sem atentar para o fato de que o fracasso de sua aplicação foi devido exclusivamente a um processo inadequado".

"A frente continua? Mas ela foi um caso particular devido à exigüidade do Teatro de operações, face ao vulto dos efetivos combatentes. A guerra de movimento não deixou um só momento de ser o objetivo procurado. Ela foi retomada tão logo teve os meios necessários para sair da estabilização e é por um período decisivo de guerra de movimento que esta guerra terminou (5).

"As organizações defensivas, das quais tirais argumentos, só se desenvolveram a um grau tão considerável no período da frente contínua. Sem esta última, talvez, aquelas organizações fôssem menos operantes.

"A manobra estratégica de que gracejais, não pôde evidentemente, salvo no princípio, efetivar-se pelos flancos, porém reduzida pela força a ações frontais, nem por isso deixou de existir. As penetrações sucessivas feitas na frente inimiga durante a batalha da França, representaram bem a "própria manobra", utilizando a iniciativa, a surpresa e o sigilo nas operações.

"Não encontrais o princípio de Concentração de forças e meios, para a Manobra, na constituição da Massa destinada a obter a brecha no local escolhido para a Ofensiva?"

"Não reconheceis o princípio da Economia de forças na retirada de tropas das frentes secundárias e dos setores calmos, em benefício do ataque principal?"

"Não reparais, igualmente, que o princípio da Segurança foi observado, com as medidas tomadas para a busca de informações e para articular as reservas destinadas a enfrentar o imprevisto?"

"O princípio da Cooperação também ficou perfeitamente configurado, porque não foi possível chegar a um resultado definitivo, antes que todas as armas se prestassem um apoio mútuo integral na ação empreendida".

(5) A comparar por antecipação, com a guerra de 1939-45, tornada, graças ao Carro e ao avião, essencialmente uma guerra de movimento.

Podiam assim êstes espíritos afirmar, com não menos razão, que os princípios que eram atacados em nome de uma revolução do armamento, tinham sido plenamente confirmados.

A parte histórica conservou seu valor. A escola histórica não chegou a registrar uma derrota. Sob certo ponto de vista, ela se beneficiou com a borrasca provocada pelos materialistas, por tê-la dominado.

O que acabamos de dizer a respeito das vantagens e inconvenientes das fontes histórica e material, basta para compreendermos que o conhecimento militar deve manter entre elas, entre as idéias que delas emanam, um equilíbrio judicioso, uma proporção razoável.

Elas contêm, uma e outra, uma parte da verdade sendo o conhecimento militar a resultante natural, das componentes que elas fornecem.

A história é um perpétuo recomençar, dizem uns, que pensam sobretudo nos princípios. Eles têm razão, porque os traços gerais do fenômeno da guerra, apresentam uma grande similitude através dos tempos e êles constituem um guia seguro, desde que não se procure sair de seus domínios.

A história não se repete jamais, dizem outros, que não têm em vista senão os engenhos e os processos. Eles não estão errados tampouco. Cada época tem seus instrumentos próprios, aos quais correspondem modos de emprêgo que lhes são peculiares. Dêste lado nenhuma rigidez. Mutação contínua nos meios de ação, nas suas regras de emprêgo e mesmo nas situações.

O conhecimento militar vivendo ao mesmo tempo de princípios e de processos, as duas fontes, histórica e positiva, devem nêle se unir e combinar harmônicamente. Cada uma delas lhe é necessária, nenhuma das duas lhe será suficiente. Sem um material conveniente, a inspiração militar é mais freqüentemente impotente. Sem princípios motores elevados o rendimento de um excelente material se arrisca a tornar-se medíocre.

Deve-se então, ao mesmo tempo, na obra de formação militar dos espíritos, buscar inspiração nos princípios, que se compreendem em grande parte recorrendo à fonte histórica e procurar adquirir pleno conhecimento dos engenhos e dos processos, o que só é possível apêlando para a fonte material. As duas fontes se completam. Por isso, igual empenho deve orientar nossos esforços, na árdua tarefa de praticar os dois métodos, perante a qual não nos é possível recuar.

Poderíamos dizer usando a fórmula de SULLY, que as duas fontes são os dois "seios" que alimentam o conhecimento militar.

De um lado, o *método histórico*, dando, pela exploração do passado, o conhecimento de certos princípios, uma curva média, um certo ponto estimado do momento.

De outro lado o *método positivo ou material*, dando, graças a um estudo completo dos engenhos e dos processos da época considerada, ou imediatamente futuras e graças ainda, à consideração atenta do caso concreto, o ponto verdadeiro, com tôdas as decisões que êle comporta, no domínio da realização.

Como complemento da nossa exposição e aproveitando a relação existente entre as considerações feitas e um problema, que julgamos bastar apenas um pouco de bom senso para resolvê-lo, e que pode ser expresso pela seguinte pergunta: "A História Militar é útil ou não"?

Tem-se insistido muito, ainda recentemente, sôbre os perigos da história em geral e da História Militar em particular.

Um autor que é de bom alvitre citar, Paul Valéry, dizia da história que ela é "o produto mais perigoso que a química do intellecto elaborou".

Perigosa? Ela o é certamente para os "fracos intelectualmente", que a manejam como as crianças brincam com fogo. Ela não o é para os espíritos dotados de um julgamento médio e de um mínimo de senso crítico, e capazes de discernir entre o que devem aproveitar e o que devem rejeitar.

A história e, especialmente, a História Militar, não oferece nenhum perigo, oferecendo mesmo só vantagens, com a condição de que não lhe seja pedido o que ela não é capaz de fornecer ou o que esteja claramente ultrapassado.

A história militar traz em si idéias gerais. Ela confere uma mentalidade, um estado de espírito, uma impregnação, o senso de continuidade dos fenômenos, a noção de similitude do conjunto, todos estes imponderáveis do mais alto valor para o chefe militar.

A história militar, mais ainda que qualquer outra história, nos dá a imagem da vida. Ela restabelece a atmosfera trágica dos combates passados, o ambiente dos dramas que outros viveram antes de nós. Tudo aí está. Perigo à direita, incerteza à esquerda, ameaças à retaguarda, alguém que não compreende nada, outro que compreende tudo; o desconhecido em toda parte; tal setor da frente que vai se romper; as exigências e servidões políticas, morais e econômicas, pesando sobre a ação militar; a visão da catástrofe pairando sobre todos.

A história mostra-nos ainda, com terrível realismo, em plena tormenta das paixões; filmados ao vivo, os heróis e os covardes, os excitados e os ponderados, os confusos e os lúcidos, os tenazes e os indecisos, os impulsivos e os raciocinadores, os intrigantes e os sinceros, os bravos e os insignificantes.

A história reconstitui para nós esse meio. Ali nos introduz. Ela nos confere por esta via, um modo de aclimação prévia, fruto desse banho de realidade. De sorte que quando estivermos, nós mesmos, dentro da fornalha, já não estaremos tão desnorteados. Teremos uma vaga impressão do "já vista", o que nos assegurará certa estabilidade emocional.

A História, por suas analogias, por suas similitudes, pelas aproximações que ela permite realizar de ordem geral e sobretudo *moral* é, na realidade, uma *dispensadora de estabilidade*, sendo esta, a meu ver, a melhor definição de suas vantagens.

Penso também na frase tão acertada de JAURES — "As glórias do passado só são vivas para os povos vivos" — o que bem mostra como a história contém em si, o dinamismo do futuro.

A história terá sempre um lugar de destaque no ensino militar. Porém não vamos pedir aquilo que ela não nos pode dar.

Se, por intermédio desta "mesa girante" que permite interrogar os espíritos de nossos antepassados, pretendêssemos tirar deles indicações relativas, não mais aos princípios, mas sim aos processos, nada de útil obteríamos ou mesmo, absolutamente nada. De que adiantaria por exemplo consultar NAPOLEÃO sobre a maneira correta de empregar a aviação de caça? A "mesa girante" permaneceria muda...

O que faremos então? Para essas respostas utilizaremos simplesmente o método positivo, pois a fonte material é a única que nos pode dar os esclarecimentos desejados, no que se refere aos engenhos atuais e aos processos correspondentes:

E assim se encerra muito simplesmente no meu modo de pensar, esta estéril discussão quanto à utilidade da História Militar.

“Os Exércitos mais mecanizados não são necessariamente os mais móveis: podem ser imobilizados pela abundância de seus meios.

A mobilidade tática de um Exército depende da adaptação de seu equipamento, armamento e instrução à ocasião e ao TO onde é empregado”.

Cel B. E. M. CLOSE — “L’Armée La Nation”
1957 — Bélgica

*
* *

“Os grandes conflitos da História mostram que a vitória depende principalmente duma Doutrina Militar. Não foi esta superioridade que permitiu aos alemães, em 1940, vencer um Exército mais apegado a um conceito de guerra ultrapassado? Scharnhorst e Gneisenau não explicam seus sucessos pela aplicação da Estratégia de Napoleão e da Revolução Francesa? As vitórias das Legiões Romanas sobre a Falange Macedônia, dos arqueiros ingleses sobre os cavaleiros da Idade Média, não são vitórias de Doutrina?”

Cel BONNET

*
* *

TRECHOS PARA “GUERRA REVOLUCIONÁRIA”

FORMAS DA GUERRA

“Faltaria o Exército a seus deveres se não se preparasse, desde logo, para todas as formas de guerra que se admitem como prováveis:

- a guerra clássica ainda, com armamento convencional;*
- a guerra atômica, e, sobretudo, a guerra sob condições atômicas;*
- a guerra subversiva ou insurrecional”.*

Gen-Ex ZENO ESTILAC LEAL, então Chefe do EME/Ex

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

Maj AMERINO RAPOSO FILHO

"Doutrina Militar Brasileira" abre espaço em suas colunas, a partir do presente número, ao estudo de um ângulo novo nas questões doutrinárias, da maior importância para a Guerra Moderna, que dizendo respeito a uma nova Forma de Concepção, de Planejamento e de Conduta Operacional da Guerra, na sua acepção ampla e integrada de Guerra Total.

* * *

Sem dúvida que as Guerra de Partisans, as Operações de Guerrilhas, a Guerra Psicológica, a Guerra Irregular; enfim, as variadas maneiras por que se têm apresentado as ações que não se enquadram nas Operações da Guerra Clássica, Regular ou Convencional, digamos assim, ou se integram num quadro mais amplo, configurando a chamada Guerra Revolucionária, tudo isso cresceu de importância durante e depois da 2ª Guerra Mundial. A tal ponto, que a tendência do pensamento militar atual é no sentido de caracterizar duas formas, igualmente importantes, e de fisionomia própria e peculiar no domínio da Guerra: A Guerra Regular e a Guerra Irregular, ou generalizando mais o termo, Revolucionária.

* * *

A Guerra Regular, se traduzindo em ações de Forças Regulares, possuindo uma Concepção Filosófica definida, suas Leis e seus Princípios; denunciando uma intenção prévia de fazer que o emprêgo das forças operacionais, na Estratégia e na Tática, seja no sentido de culminar no aniquilamento da massa de forças regulares do adversário. Assim tem sido, aliás, comprovado pela História, mesmo quando se estruturou, por algum tempo, uma outra Concepção de Guerra, a do Objetivo Geográfico, a da "Estratégia da Aproximação Indireta", evitando o choque decisivo nas operações táticas. Mesmo assim, ainda se tendia para a destruição da massa principal adversária, quando a isso compelissem a Estratégia Operacional.

E daí decorre uma Concepção, uma Doutrina, um Método de Raciocínio, Processos de Emprêgo dos Meios e, finalmente, Estruturas Organizacionais, que atuem no compartimento da Estratégia e da Tática Operacionais Militares, no tempo e no espaço, para obtenção da vitória, com o

aniquilamento das Fôrças Armadas adversárias. Ou, melhor, com a destruição de sua Vontade de Lutar, de fazer a Guerra.

* * *

Ora, se assim tem sido através o tempo, desde a mais remota antiguidade, quando as fôrças se constituem Exércitos e, não apenas, hordas ou bandos, como passou a ser encarado o problema por ocasião do advento da Revolução Industrial, do concurso decisivo da Ciência, da Técnica e da Indústria em benefício da Guerra, da "continuação da Política por outros meios...", a partir pois do meado do século passado? Vamos ver que, em verdade, o próprio conceito de Guerra Total contém em seu bôjo, não apenas o sentido que se lhe atribui desde os estudos exaustivos de LUDENDORFF, onde se configura a guerra de tôda a Nação ("na realidade, LUDENDORFF sômente modernizou as teorias de CLAUSEWITZ do século XIX, na qual baseou suas idéias", diz MIKSCHKE), verdadeiramente a Nação em Armas, de VON DER GOLTZ, que tôdas as atividades nacionais se envolvem no esforço da luta, participação que o simples exemplo da "fatia divisionária" aí está para evidenciar que, a cada homem que combate no campo de batalha, correspondem 4 a 5 na retaguarda? A Guerra Total traz em germe, também, uma outra forma de "continuar a política por outros meios...". Uma forma que apresenta suas primeiras manifestações ainda no período napoleônico, de modo empírico e tímido, puramente expontâneo, mas que se amplia durante o século XIX, sobretudo como concepção filosófica, embora sem a atenção dos principais mestres do pensamento militar ortodoxo, que procuravam interpretar então JOMINI e CLAUSEWITZ, fundadores efetivamente de duas escolas filosófico-militares.

É que, tanto o teórico suíço, quanto o clássico da Guerra, não viveram essa nova era da Filosofia Militar.

* * *

Realmente, só durante a Guerra de Secessão (1861/65) é que aflora, na plenitude, a autêntica inteligência da Guerra Total, de vez que as operações se conduzem à base da Guerra Regular e da Guerra Irregular. E será um outro teórico, ou, melhor, dois outros teóricos de extraordinária visão, que procurarão mostrar o que é verdadeiramente a Guerra, estudo, aliás, muito interessante e de elevado sentido doutrinário feito pelo eminente estudioso da Guerra Moderna, F. O. MIKSCHKE em seu recente livro "Fôrças Secretas".

Por aí se vê que MARX e ENGELS abrem um campo novo, mostrando o que é a Guerra autêntica; destacando que ela "deve continuar, mesmo depois da capitulação dos Exércitos" e não ser, como queria CLAUSEWITZ, apenas "a continuação da Política...".

Os estudos de MARX, em 1849, sôbre a Guerra Revolucionária, representam a base de partida para essa nova maneira de "destruir a vontade de lutar do adversário", não o atacando com fôrças regulares, mas de maneira clandestina e subterrânea, de modo irregular e naquele

quadro de "um contra dez" de MAO TSE TUNG... ENGELS, por sua vez, completa o trabalho de MARX. Por isso, "MARX e ENGELS são chamados, com justa razão, os pais da Guerra Total e da Estratégia Revolucionária". (Cel. G. BONNET).

* * *

De qualquer forma, em que pese a obra de MARX e ENGELS substanciar principalmente a base filosófico-doutrinária de fundo eminentemente ideológico, o comunismo, não há dúvida que, por isso mesmo, se constitui no ponto de partida para a estruturação dessa nova forma de fazer a Guerra.

Durante a 1ª Guerra Mundial, encontramos a Guerra Revolucionária nos Teatros de Operações da RÚSSIA e do ORIENTE MÉDIO. Na RÚSSIA, aparecendo de modo original, sobretudo psicológico, quando os alemães solapam as retaguardas do Exército adversário. Já a atuação das forças irregulares, ao comando do famoso Cel LAWRENCE, contra os Exércitos regulares dos turcos, evidencia a consagração da Guerra Irregular no seu confronto com a Guerra Regular.

Será, no entanto, durante a 2ª Guerra Mundial — e não se esqueça, de permeio, que a Guerra Civil Espanhola de 1936/39 não foi apenas uma campanha experimental para a evolução da Doutrina por parte dos alemães, senão também um laboratório para a Guerra Revolucionária pelos russos, do outro lado — que a Guerra Revolucionária se apresenta de modo completo, seja entrosada na Guerra Regular, ou se desenvolvendo isolada, como unidade autônoma. A "preparação", por exemplo, da FRANÇA, é feita no campo da Guerra Psicológica, durante alguns anos, antes propriamente que a excepcional manobra estratégica de VON MANSTEIN fôsse desencadeada, para dominar a EUROPA CENTRAL, em apenas algumas semanas.

Em todos os Teatros de Operações, vamos encontrar a importância cada vez maior da Guerra de Guerrilhas, de Partisans, Psicológica, enfim, da Guerra Revolucionária, entrosada no quadro da Guerra Regular. E à medida que o Conflito se desenvolve, cada vez mais se torna importante e decisiva a Guerra Irregular, justificando a idéia de que "uma armadura (Forças Armadas) não consegue proteger os que a vestem contra as doenças e os micróbios (Forças Irregulares)". Comentário que continua verdadeiro e se mantém em grande atualidade depois da Segunda Guerra Mundial.

* * *

Nos dias que correm, onde o Mundo se divide nitidamente em dois blocos de Comunidades — o Ocidental, inspirado em conceitos cristãos e, o Oriental, impregnado da ideologia marxista-comunista, fazendo portanto que a luta seja fundamentalmente ideológica, de opção, de sobrevivência duma filosofia de vida, cristã ou materialista — hoje mais do que nunca, teremos que admitir uma Nova Guerra, além da ortodoxa. Seja a Guerra Convencional ou Atômica, Geral ou Limitada, não há

dúvida que uma outra eclodirá — precedendo, se seguindo ou de ocorrência simultânea — e se configurando na Guerra Revolucionária. De duração certamente muito maior que a luta entre as Fôrças Armadas: se antecipando de muito à Guerra Regular — como, parece, já se vive em muitas áreas do Mundo... — vivendo o mesmo período da Guerra Regular e, possivelmente, se seguindo à decisão no campo de batalha.

* * *

Ao justificar nosso propósito, pretendemos chamar a atenção dos camaradas para alguns aspectos que se afiguram importantes, a nós que vimos debatendo problemas relativos à Doutrina Militar Brasileira. Eis alguns dêles:

1. Não terá a Guerra Revolucionária um sentido de máxima objetividade na Concepção de Guerra em TO sul-americanos; impondo-se dest'arte máxima atenção às suas bases filosófico-doutrinárias e, em decorrência, planejamento e preparação visando à sua possível eclosão?
2. Nosso passado, desde a formação colonial, não contém inúmeros exemplos dessa Guerra de Guerrilhas, de Emboscadas, Irregular, de que as lutas contra os Holandeses se configuram em excelente exemplo — da Guerra Irregular, que evolui, depois, para ações regulares, numa antevisão do que iríamos encontrar na 1ª Guerra Mundial, mas principalmente durante a 2ª Guerra Mundial, em alguns TO? O Bandeirismo Paulista, as Campanhas ao Sul, a Revolução Farroupilha, e, mais recentemente, já com o advento da República, as Campanhas do Contestado e de Canudos, se não quisermos fixar a atenção para outras Revoluções mais recentes..., aí não estão? Não são diferentes manifestações da Guerra Revolucionária? Sem dúvida.
3. Dadas as características peculiares das áreas geo-estratégicas do Brasil, seu estágio conjuntural e, sobretudo, sua posição no quadro Regional e Mundial, não deveremos encarar também a Guerra Revolucionária, orientando nossos estudos no sentido de evoluir o pensamento militar para tal ocorrência?
4. A consideração dessas duas formas de Guerra Moderna, que se integram para conformar a Guerra Total, não esponta de nossa própria Carta Magna, quando comete Missões às Fôrças Armadas?

* * *

Finalizemos essas considerações, lembrando o que diz, com grande autoridade, o Cel. GABRIEL BONNET, relativamente a "essa Guerra diferente":

"A Guerra Revolucionária poderá ser expressa sob a forma duma equação:

Guerra de Partisans + Guerra Psicológica = Guerra Revolucionária".

UMA DOCTRINA

“Para arrostar com a guerra, não é suficiente possuir seus “eternos princípios”, nem ter feito planos para as primeiras horas, os primeiros dias ou as primeiras semanas. É preciso uma Doutrina. De que forma, sem Doutrina, poder-se-ia eficazmente adaptar princípios e ensinamentos à realidade, tal como ela se apresenta? Como, sem Doutrina, obter essa disciplina intelectual, que, só ela, pode assegurar a unidade de ação, desde o comandante-chefe até o mais humilde dos subordinados? Como, sem Doutrina, conduzir a instrução, principalmente a dos quadros e dos homens da reserva, que não podem consagrar toda sua atividade e todas suas meditações ao estudo dos problemas militares de seus respectivos escalões? É preciso uma Doutrina tão objetiva quanto possível, apesar de todas incertezas presentes”.

Cel NEMO, do Ex Francês

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

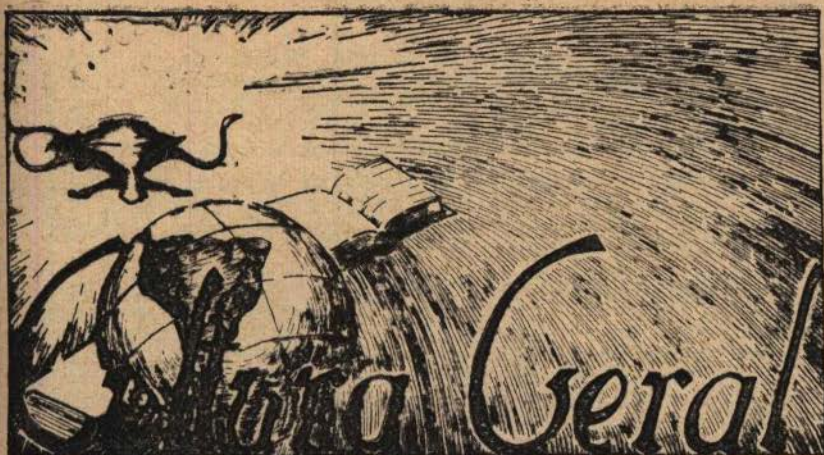
Maj Amerino Raposo Filho

“A Defesa Nacional”

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.



Em rápida síntese, onde o leitor consumirá uns 15 minutos de leitura, o Ten-Cel Rubens nos apresenta os diversos aspectos da República do Peru, país a que, o referido oficial, dedicou, nos últimos meses, algumas horas de estudo. A síntese apresentada pelo Ten-Cel Rubens, além de ser interessante, apresenta o Peru em seus aspectos essenciais, mostrando estar o país interessado no intercâmbio sul-americano, que para êle constitui motivo de desenvolvimento cultural e econômico.

Diretor-Secretário

PERU

Ten-Cel RUBENS ALVES DE VASCONCELLOS

Pelas características singulares de sua formação histórica, heterogeneidade de sua estrutura física e expressão da cultura de seu povo, o Peru se constitui em um dos mais interessantes países da América Latina.

A origem do seu nome perde-se na fantasia das suposições dos que tentam explicá-la e nas profundezas misteriosas da história dos primitivos povos sul-americanos. A hipótese mais aceita é a de que a palavra é derivada do nome de um pequeno curso d'água; o certo, porém, é que o cacique de Tumaco (Colômbia) informou a Balboa, em 1511, a existência de um império ao sul do Panamá, a que chamou de Virú, Pirú ou Peru, império que seria o de Tahuantinsuyo ou Império dos Incas.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Impressiona, particularmente, o fato de se ter desenvolvido, em território peruano, uma das maiores culturas indígenas americanas, a dos incas, primeiro sobrepondo-se às civilizações iniciais e, depois, imprimindo especial cunho, porque não dizer, colonizador, a vasta região andina.

Partindo de uma minoria, inicialmente estabelecida em Cuzco, um Estado, com uma organização muito superior à evidenciada pelas civilizações precedentes, expandiu-se gradativamente, chegando a exercer o seu domínio à parte do Equador, todo o Peru, à Bolívia inteira, parte do Chile, refletindo-se a sua influência até ao noroeste argentino.

Pela técnica empregada na metalurgia, na cerâmica, no instrumental de toda a espécie, na confecção dos tecidos e na arte plumária, a nação incaica revela o alto grau atingido no artesanato como expressão positiva do nível de sua cultura.

Causa grande admiração o senso administrativo que os incas manifestaram nos trabalhos agrícolas, a organização social, eclesiástica e militar, bem como o esforço dispendido e a audaciosa engenharia que demonstraram possuir quando estabeleceram ligações entre as mais distantes regiões do Império, através um engenhoso sistema de caminhos paralelos e de transversais que permitiam facilidades nas informações e nas concentrações militares.



Remanescentes do Império Incaico em Cuzco

Do século XI a fins do século XV, governaram o Império, quatorze monarcas, tendo sido os mais notáveis:

— Manco Cápac, fundador do Império e figura lendária dos primórdios da existência de Cuzco;

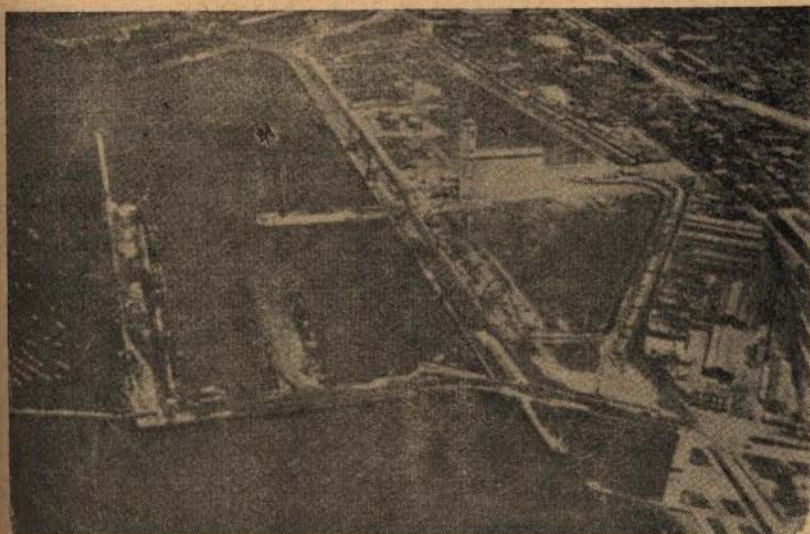
— Viracocha, a quem se atribui, tradicionalmente, a derrota dos índios "Chaucas";

— Pachacutec, o mais ilustre, que imprimiu ao Império sua característica definitiva, a de um Estado teocrático-socialista com uma eficiente organização estatal e militar;

— Huayna Cápac, grande conquistador, com quem o Império alcançou o esplendor máximo. Ao morrer, dividiu o reino entre seus dois filhos, Atahualpa e Huáscar. A rivalidade surgida entre os dois herdeiros, entre outras razões, veio facilitar a conquista espanhola iniciada por Francisco Pizarro, nas mãos de quem Atahualpa caiu prisioneiro e foi morto.

A primeira fase da conquista do Peru é pontilhada de feitos extraordinários e em que os conquistadores dão exuberantes provas de estoicismo e férrea tenacidade.

Francisco Pizarro, associado na grande aventura a Diego de Almagro e a Hernando de Luque, somente na terceira tentativa, consegue, com poucos recursos, chegar ao continente e desembarcar em Tumbes.



Vista aérea de Callao, o principal porto peruano

Cita-se, como prova do espírito de determinação incontida do conquistador espanhol, a exortação de Pizarro a seus companheiros, quando o isolamento e a desesperança conspiravam contra os objetivos da empresa. Traçando uma linha no chão exclama: "por aqui se va a Panamá a ser pobre, por aqui al Peru a ser ricos!"

A 18 de janeiro de 1535, no Vale do Rimac, em um local onde se encontrava uma aldeia de indígenas chefiados pelo cacique Lima, Pizarro funda a cidade que chamou dos Reis.

A etapa seguinte da conquista foi caracterizada por uma série de disputas sangrentas e rivalidades sem conta que viriam, sem dúvida, perturbar a consolidação da posse da terra e contribuir para a desordem administrativa. A esperança de um retorno à normalidade e de melhor governo em tão vasta área residiu na organização do Vice-Reinado do

Peru que abrangia desde o Panamá ao Chile e à Argentina. Assim, entra em vigor uma primeira tentativa de organização política com a chegada de Blasco Nuñez de Vela, como primeiro vice-rei, em 1544, iniciando-se uma etapa distinta na vida da colônia espanhola e que só iria terminar com o encontro de Ayacucho, em 1824.

Don Francisco de Toledo foi vice-rei representativo do período de organização civil e religiosa. Fundou várias cidades, visitou inúmeras regiões, cabendo-lhe a glória da criação, em 1551, da Universidade de San Marcos, considerada a mais antiga instituição de ensino do hemisfério ocidental, herança valiosa da colonização espanhola e honroso galardão que com justiça ostenta a cultura do povo peruano.

O século XVII assistiu o apogeu do período colonial, quando a exaltação do sentimento religioso não impediu, ao mesmo tempo, a ostentação da riqueza e do luxo provenientes do aumento do intercâmbio comercial, então sob monopólio da coroa de Espanha. O Vice-Reinado, dividido em sete Audiências (Panamá, Santa Fé de Bogotá, Quito, Lima, Chargas, Bolívia, Chile e Buenos Aires), ocupava então uma vasta área da América do Sul.

Durante o século XVIII, século em que predominaram, na corte dos Bourbons espanhóis, os costumes franceses anteriores à revolução, refletiram-se nas autoridades de Lima os desmandos monárquicos da península, o exagêro do despotismo ilustrado e o vazio da ostentação desmedida. Tem início, assim, uma fase de desagregação político-administrativa em que estiveram presentes a decadência da mineração, o contrabando em grande escala das mercadorias e os projetos autonomistas, não só do Peru, como dos demais países que integravam o Vice-Reinado. O desmembramento começou em 1717, quando foi constituído o Vice-Reinado de Nova Granada que, alterado em 1720, foi restabelecido, definitivamente, em 1739. Em 1776 foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, composto pelas Audiências de Charca, Chile e Buenos Aires. Ao findar o século, o Vice-Reinado do Peru compreendia apenas a Audiência de Lima, a Comandância Geral de Maynas e as áreas que compunham os Governos de Quijos e Guayaquil.

Na primeira década do século XIX iniciaram-se os movimentos emancipadores aos quais firmemente se opunha o forte núcleo monarquista de Lima, verdadeiro reduto, durante dois séculos e meio, do colonizador espanhol na América do Sul. Por isso, não é de causar admiração o fato de ter sido o Peru um dos últimos países da América a conquistar a independência e de ter sido o palco em que finalmente foram se encontrar os movimentos emancipadores bolivarianos do Norte e sanmartinianos do Sul. San Martín, em 1821, e Bolívar, em 1824, ocuparam o Governo do Peru. Inicialmente, as ações daquele líder, e, posteriormente as de Santa Cruz, Sucre e Bolívar, com as vitórias de Junin e Ayacucho, em 1824, asseguraram a independência do Peru e dos demais países de colonização espanhola da América do Sul.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O Peru, pelo conjunto de fatores especiais que participam de sua estrutura física, pela posição que ocupa, não só no Pacífico, como em relação aos cinco países com que se limita, pela diversidade e riqueza do seu solo, está fadado a exercer função geopolítica preponderante no âmbito de nosso continente.

Caracteriza-se, por absorver, simultaneamente, mais que outro qualquer dos seus vizinhos, as influências andinas e amazônicas, além de, pelo

lado do Pacífico, gozar dos benefícios influxos da corrente marítima que corre ao longo do seu extenso litoral de Sul para Norte.

Todavia, é a grande massa orográfica dos Andes que lhe dá o caráter estrutural predominante.

Os Andes ingressam no Peru por duas cadeias provenientes do Chile e da Bolívia e que se unem no nó de Vilcanota. Saem daí três cordilheiras: A Oriental, a Central e a Ocidental que, reunindo-se no nó de Pasco, novamente dão origem a três novas cordilheiras. A Cordilheira Oriental desaparece nas vizinhanças da fronteira peru-equatoriana; as outras duas juntam-se no nó de Loja, já em território equatoriano. Assim, de Sul para Norte, os nós de Vilcanota, Pasco e Loja, dividem os Andes Peruanos em três seções distintas: a meridional, a central e a setentrional.

No sentido transversal, o corte apresenta uma estreita faixa costeira em que, muitas vezes, abruptamente, descem os Andes; vem depois a Serra propriamente dita e que por sua vez se subdivide em vários setores distintos. O mais oriental deles termina em declive mais suave na selva amazônica.

Surgem, assim, os três principais meios físicos do Peru, a Costa, a Serra e a Selva, com suas peculiaridades de clima, altitude, vegetação, etc., atuando sobre o elemento humano e o obrigando a adotar normas próprias de vida, a fim de poder adaptar-se às exigências inerentes à região em que vive.

A costa mede aproximadamente 1.800 km de comprimento e sua largura varia de 80 a 100 km. A absoluta falta de chuvas faz com que se torne em uma planície desértica, formada de areia, granito e lava; no entretanto é algumas vezes beneficiada por verdadeiros oásis em que se transformam os rios encachoeirados e cobertos de arbustos que descem da cadeia ocidental dos Andes. Ao longo desses vales é que se fixou a população costeira, seguindo o roteiro das águas. Na costa se localiza a quarta parte da população e é onde se encontra o maior desenvolvimento econômico e cultural. Cultiva-se aí, entre outros produtos, algodão, açúcar e arroz, produzindo-se 39% dos gêneros alimentícios.

Atividade importantíssima na costa é a pesca, pela abundância e variedade da fauna marinha em toda a sua extensão. Concorre, para isso, a passagem da corrente peruana ou de Humboldt que, por sua baixa salinidade, direção das águas, temperatura e riqueza de "plankton", algas e micro-organismos, fornece alimento a grande quantidade de peixes de toda a espécie. Esta particularidade, aliada a outras características da costa, fazem com que se reproduzam, em ambiente muito propício, milhões de aves marinhas; que por sua vez concorrem para a formação de grandes montes de guano, fertilizante de primeira ordem e cuja extração também constitui atividade lucrativa e de repercussão na economia do país.

A Serra abrange 3/8 do território e nela se localizam 5/8 da população. Aqui a paisagem monumental e majestosa se confunde com a aspereza e vertigem dos despenhadeiros e com a desconcertante grandiosidade das massas orográficas. A influência da altitude no clima e na vegetação vai se observando gradativamente de modo a se fazer distinguir quatro setores diversos na zona serrana.

A zona "yunga", de alturas inferiores a 2.000 m, onde se cultiva o café, a coca e as frutas dos climas tropical e subtropical. A zona "quechua" que, atingindo os 3.500 m, conserva os maiores núcleos de população, localizados em cidades importantes como Cuzco, Huancayo, Cajamarca e Ayacucho. Nos seus vales, muito férteis, são cultivados os cereais. A zona "puna", entre os 3.500 e os 4.000 m, a agricultura é muito limitada e onde bem se adaptam as lhamas, alpacas e vicunhas.

O habitante desta região é exemplo citado da capacidade de adaptação do homem às grandes altitudes e ao meio agreste. A zona das "codilleras" alcança a região das neves perpétuas e jamais foi habitada por qualquer ser humano ou animal.

A Selva ou "Montaña" é a terceira região geográfica do Peru, a maior delas, pois abrange mais de 60% de sua extensão territorial. Nela vive apenas 1/8 da população, com uma densidade que ultrapassa de pouco 1 habitante por quilômetro quadrado. Os espanhóis chamaram-na de "Montaña" na aceção de "elevación montuosa del terreno".

Na selva, distingue-se a "selva alta", compreendendo as cabeceiras dos rios até os 500 m e onde a vegetação é menos abundante que na planície. O restante da selva, a região da planície propriamente dita, em tudo se assemelha ao grandioso panorama da Amazônia Brasileira, com seu intrincado e pujante sistema fluvial, onde o mistério e a selvagem beleza da floresta se confunde com os meandros dos igarapés e com a singularidade das lendas indígenas.

É nesse imenso teatro que mais se acentua a aproximação entre o Brasil e o Peru e, para isso, representam papel relevante os rios Amazonas e Javari. O primeiro atuando no sentido longitudinal, verdadeira estrada líquida servindo ao intercâmbio econômico entre os dois países amigos, e o segundo, tradicional limite, que em toda a sua extensão servirá ao contato cordial e fraterno entre as populações fronteiriças e ribeirinhas.

a) Aspectos étnicos:

Possui o Peru, atualmente, cerca de 10 milhões de habitantes.

Como a Bolívia e o Paraguai, é dos países sul-americanos em que a proporção de indígenas predomina na população. Segundo o último recenseamento, mais de 40 % são representados pelos indígenas e mais de 50 % pelos mestiços, descendentes destes, geralmente, de espanhóis.

As raças se repartem de maneira diversa pelas diferentes regiões do país: encontram-se na Serra cerca de 80% de indígenas para 18 a 20% de mestiços e 1 a 2% de brancos. Ao contrário, a maioria de brancos e a quase totalidade de negros e asiáticos, assim como grande número de mestiços, estão localizados na costa.

Na selva encontra-se uma população estimada em 400 mil indígenas, em estado ainda muito primitivo.

A densidade média da população é de quase 8 hab/km², mas a sua repartição geográfica é muito desigual. Ela varia de 32, no Departamento de Lima, para menos de 1 no de Madre de Dios. Na costa é de cerca de 15, enquanto na Serra, oscila de 5 a 8 hab/km². Mesmo no âmbito de cada região a população se reparte desigualmente pois que se concentra, de preferência, nos vales férteis e nos centros de exploração mineira e florestal.

b) Aspectos econômicos:

Riquezas minerais — Indústria — Energia — Produção agropecuária

No setor das riquezas minerais, com exceção do estanho, encontra-se, nos Andes Peruanos, a maior parte dos minerais não ferrosos, representando a sua extração e exportação fator expressivo para a economia do país. Há também ocorrências de metais preciosos.

A principal atividade mineira no Peru é desenvolvida pela sociedade norte-americana "Cerro de Pasco Corporation", tanto pela produção de prata, zinco e chumbo, como pela eficiência de suas instalações em

La Oroya, primeiro centro metalúrgico peruano. Toquepala é outro centro de grande importância na extração do cobre.

A produção de metais não ferrosos tem sido a seguinte:

Em toneladas:

	Chumbo	Cobre	Zinco
1940.....	50.439	43.965	17.675
1945.....	53.664	31.916	61.154
1950.....	64.913	30.275	87.879
1955.....	118.751	43.403	166.082

O Peru produz ainda um certo número de metais não ferrosos, entre eles, dois em que ocupa o primeiro lugar: o vanádium e o bismuto.

Quanto ao minério de ferro, há jazidas em Marcona sendo exploradas e, ainda possibilidade de exploração em vários departamentos, particularmente, nos de Junin, Ica, Piura e Arequipa.

Em 1954 a produção de minério de ferro elevou-se a quase 2 milhões de toneladas, exportadas, em sua totalidade, para os EUA.

A indústria mineira representa, no quadro da economia peruana, um importantíssimo papel e a tendência é de que sejam, cada vez mais, incrementadas as suas atividades.

Mas o Peru não se satisfaz apenas em exportar a matéria-prima que extrai de suas jazidas, pois, já fez iniciar a produção da Usina Siderúrgica de Chimbote, com organização e programas que lhe dão perspectivas de ampliação e desenvolvimento.

Possui, ainda, indústria textil, — a mais importante das indústrias peruanas —, química, de cimento e outras de menor importância.

CARVÃO

O Peru dispõe de imensas reservas de carvão betuminoso e de antracita mas a sua exploração tem sido ainda limitada.

As principais minas de antracita estão situadas no Departamento de Ancash, região de Oyon, Cajamarca, Lambayeque, La Libertad e entre Arequipa e Puno.

Em 1953 a produção de carvão betuminoso foi de 141.334 ton. e a de antracita de 68.856 ton.

ENERGIA

Apesar das grandes possibilidades oferecidas pelos Andes, não puderam ainda ser aproveitadas, convenientemente, as fontes de energia hidrelétrica.

Em 1954, a força elétrica era representada por 321.000 kw, sendo 67 % pertencentes ao aproveitamento hidrelétrico, 8 % ao termoeletrico e 25 % a origens diversas (diesel, petróleo, gás natural, etc.).

Atualmente a produção está concentrada, principalmente, na região de Lima — Callao, onde o fornecimento é assegurado por duas sociedades: "Empresas Electricas Asociadas" e "Energia Hydro-electrica Andina".

Entre os projetos existentes, destaca-se o de Huinco (240.000 kw) e o da central térmica ao norte de Ila (45.000 kw).

Recentemente foram inauguradas as usinas de Paucartambo (72.000 kw) e de Canon del Pato (50.000 kw).

PETRÓLEO

A principal fonte de energia do Peru é constituída pelo petróleo. O país possui três grandes zonas petrolíferas, não se levando em conta os resultados promissores já obtidos com a exploração da plataforma submarina.

A primeira, a mais importante, está situada ao Norte, na região de Tumbes — Lobitos — Talara — Paita; a segunda, na confluência dos rios Pachitea e Ucayali, região de Pucallpa, e a terceira, ao Sul do país, nas proximidades do Lago Titicaca.

As leis permitem o investimento de capitais nacionais e estrangeiros nas diversas concessões de exploração e exportação.

Há quatro organizações produtoras: a principal é a "International Petroleum Company", filial canadense da "Standard Oil", que possui o maior número de poços e a refinaria mais importante, a de Talara, contribuindo com mais de 65 % da produção total peruana, ao mesmo tempo, assegurando mais de 70 % do consumo interno; a seguir vem a "Lobitos Oilfield", companhia inglesa que fornece 17 a 18 % da produção, a "Empresa Petrolera Fiscal", que explora petróleo de Zorritos, e a companhia "Ganso Azul", norte-americana, onde o Estado possui parte das ações. Esta Companhia produz mais de 400.000 barris diários e, no momento, exporta uma parte para o Brasil; este petróleo desce o Ucayali e o Amazonas e se destina à refinaria de Manaus.

A produção peruana, anual, de petróleo é de mais de 18 milhões de barris, enquanto o consumo interno, que vem gradativamente aumentando, ultrapassa de 15 milhões de barris.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Apesar de sua riqueza mineral o Peru é ainda um país agrícola. Há pouco emprego da mecanização na agricultura; além do mais, é afetada pelo fenômeno das secas periódicas, o que muitas vezes exige grandes obras de irrigação.

O algodão é o principal produto e a sua cultura remonta à época dos incas. É cultivado, sobretudo, nos vales da costa. A cana-de-açúcar é a segunda grande cultura; a seguir vem a do arroz que, com as duas primeiras, constituem produtos de exportação. Há também grande cultivo de batatas, milho, café, cacau, fumo, etc.

Quanto à criação do gado, ela vem paulatinamente se desenvolvendo no sentido de poder atender às necessidades internas.

PALAVRAS FINAIS

O Peru, por sua localização privilegiada, tradições de cultura de seu povo e riqueza potencial do seu solo, desempenha importante papel no concerto das nações americanas.

Vem lutando com denodo contra o subdesenvolvimento, dando apoio inequívoco aos princípios expressos na Operação Pan-Americana, de modo a, unido ao Brasil — seu vizinho e tradicional amigo —, e aos demais países da América, vencer os obstáculos que se antepõem à trilha do progresso e do bem-estar social das nações do nosso continente.

INDÚSTRIAS EM MATO GROSSO

Major GERALDO FIGUEIREDO DE CASTRO

A — INTRODUÇÃO

Apesar do pequeno desenvolvimento industrial do Estado de MT, que se pode constatar somente com a citação de que para um total de Cr\$ 8.153.000.000,00 de renda interna, a agricultura contribuiu com Cr\$ 4.490.400.000,00 e a indústria com Cr\$ 676.300.000,00, podemos, observando-se as estatísticas referentes aos anos anteriores, concluir estar havendo um acréscimo significativo.

Por outro lado é preciso não se perder o senso das proporções ao se estudar este aspecto, bastando, para colocá-lo no devido lugar, citar que Mato Grosso contribuiu para a Renda Nacional em 1956 com Cr\$ 8.153.100.000,00, que corresponde a pouco mais de 1% da Renda Nacional.

Outro aspecto interessante a ressaltar é que na comparação entre as rendas *per capita* dos estados brasileiros Mato Grosso ocupa o 4º lugar, com um valor de Cr\$ 13.603,00; tendo somente à sua frente Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. Entretanto comparando-se os dados de 1947 com os de 1956 comprova-se que o acréscimo de Mato Grosso foi o maior observado entre todos os Estados, no mesmo período citado, pois aumentou a renda *per capita* de Cr\$ 2.292,00 em 1947 para a Cr\$ 13.703,00 em 1956, o que equivale dizer aumentou 6 vezes. São Paulo e o Brasil no mesmo período só aumentaram pouco mais de 4 vezes.

B — DESENVOLVIMENTO

I — INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

00 — *Indústrias extrativas de produtos minerais*

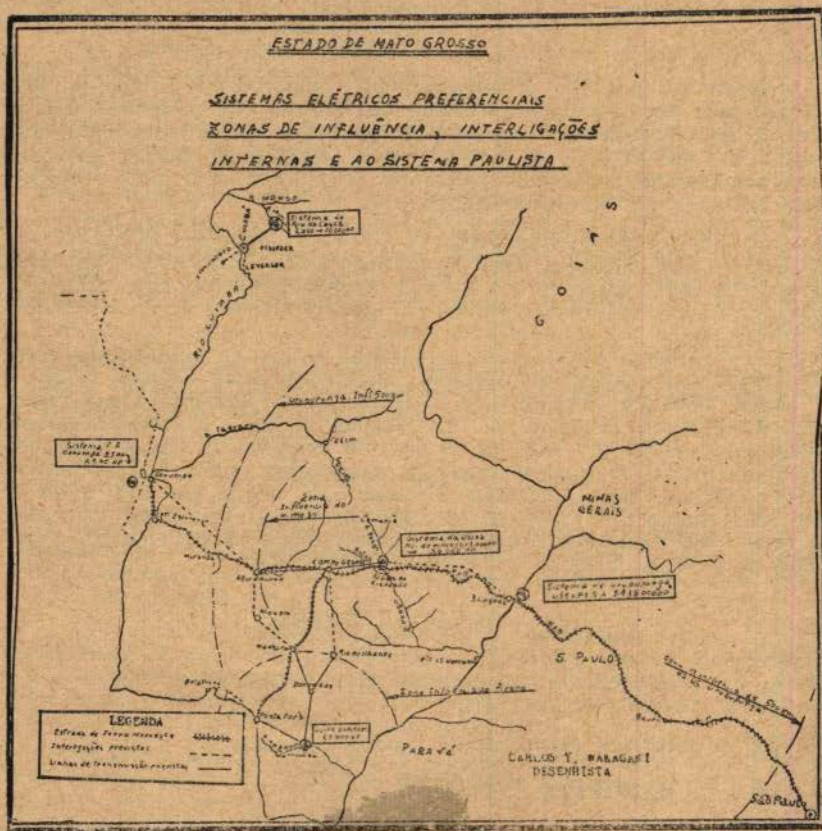
00.1 — MANGANÊS

As jazidas de manganês, no município de CORUMBÁ, constituem parte de uma série geológica, que, partindo das margens do PARAGUAI e após um largo semicírculo, entram em território boliviano. No território brasileiro, recebem nomes locais, são as jazidas de PIRAPUTANGAS — URUCUM — MORRO GRANDE — SANTA BRANCA — JACADIGO. Em território boliviano, no mesmo horizonte geológico, JACADICO e MUTUM. JACADICO era um morro da fronteira, não totalmente nacional, pois, sobre essa região, havia uma questão de limites, com a BOLÍVIA. O marco-limite, reconhecido pelos dois países, há quase 50 anos, foi contestado pelo nosso vizinho, por julgar que está deslocado em 500 metros.

Admite-se a existência de outras jazidas no Estado, notadamente nas regiões do XINGU e de ARIPUANÁ. Recentemente ali se fizeram diversas pesquisas, tendo sido recolhidas amostras de pirolusipa, de alto teor manganífero.

Atualmente o Governo do Estado de Mato Grosso mantém um contrato com a SOBRAMIL, assinado em CUIABÁ a 10 de dezembro de 1953.

Neste contrato o Estado receberia 3% sobre o preço do minério pôsto no Atlântico Sul, até 250 mil toneladas e acima dessa quantidade receberia 3,5%; o preço do manganês nunca seria inferior a Cr\$ 15,00 por tonelada.



O Estado de Mato Grosso receberia em adiantamento, até 60 dias após a averbação do contrato, dez milhões de cruzeiros, que, somados a igual quantia já recebida, completariam 20 milhões, como "advance roy alty".

Para amortização desse adiantamento, far-se-ia desconto de 30% do valor de cada embarque de manganês. A arrendatária se obrigava a retirar o mínimo de 50.000 toneladas anuais e pagaria a importância correspondente a esta quantidade, mesmo no caso de não extrai-la e não exportá-la.

A empresa se obrigava a aplicar, na região do município de Corumbá, 20% de seus lucros líquidos, de acordo com o plano a ser apresentado e previamente aprovado pelo governo do Estado.

O prazo de arrendamento será de 50 anos e poderá ser renovado com a revisão das percentagens atualmente estipuladas em favor do Estado. A SOBRAMIL está associada à UNITED STATES STEEL desde 1949.

A SOBRAMIL anunciou para fevereiro de 1958 o início da exportação do minério, com 6 chatas e depois com mais 5. No meio do ano de 1958 a Cia recebeu as 6 chatas. Espera conseguir, até o fim do ano, o total de 50.000 toneladas. Essa quantidade será mantida até 1962, ano em que elevará o total para 250.000 toneladas. Face às restrições do contrato, bem como às de importação dos EUA, não acredita a Cia possa ultrapassar essas 250.000 toneladas.

00.2 — MINÉRIOS DE FERRO

Há ocorrência do minério de ferro em todo o Mato Grosso.

Em Corumbá ocorre em justaposição ao manganês. A quantidade é grande e o minério é de alto teor.

A produção do minério de ferro de Mato Grosso em 1956, foi de 17.594 toneladas (0,43% da do Brasil) no valor de Cr\$ 4.399.000,00 (0,23% da produção de minério de ferro do Brasil).

01 — Indústria extrativas de produtos vegetais.

01.1 — POAIA (IPECA)

A ipeca, outrora abundante, atingindo o município de Cáceres, está hoje circunscrita a áreas mais interiores, muito distantes dos rios e de quaisquer outros meios de transporte, devido à exploração abusiva e imprevidente e ao agente da destruição, o fogo.

As dificuldades de coleta desta planta que se torna rara, as tremendas dificuldades de transporte, tornam esta atividade uma das mais penosas de quantas existem no Brasil.

Em 1953 apresentou a produção de 48 toneladas com o valor de Cr\$ 10.734.000,00, reduzida em 1955 para 34 toneladas com o valor de Cr\$ 8.875.000,00. É de se notar o alto custo dos transportes que dos centros de coleta até Barra do Bugres é de Cr\$ 200,00, daí até Cáceres é de Cr\$ 500,00 a tonelada e dessa cidade até Rio e São Paulo o custo do transporte da tonelada varia de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 10.000,00. O custo total da extração por quilo é de Cr\$ 130,00, inclusive o transporte, e o seu preço em Cáceres é Cr\$ 300,00.

A sua produção em 1956 foi de 25 toneladas no valor de Cr\$ 11.782.000,00, correspondendo em valor a 93% do total de ipeca produzido no Brasil.

01.2 — O BABAÇU

Em Mato Grosso ocorre em uma faixa que vai de ROSÁRIO Oeste até Ponte de Pedra, distrito de POXOREÚ, incluindo os municípios que estão compreendidos entre os paralelos 15° e 16° e os meridianos 56° e 54°.

Apesar de ter o babaçu uma grande área de ocorrência em Mato Grosso, pouco tem contribuído para a sua prosperidade e para a fixação do Homem. Permanece ainda como riqueza potencial, constituindo mesmo

paradoxalmente uma praga para os lavradores cujas terras de mata, após a derrubada, são invadidas totalmente pela palmeira.

Há necessidade imperiosa da industrialização do coquilho, produto natural inexaurível, que produz um carvão de alto poder calorífico.

Com isto se evitará a devastação de grandes reservas florestais, transformadas em carvão vegetal de baixo poder calorífico. Falou-se no aproveitamento desse coquilho para a produção do gás-metano, que, em valor térmico e econômico, é um dos combustíveis mais importantes. Sugeriu-se a montagem de uma pequena usina geradora desse gás (metano), em CUIABÁ, por exemplo, com capacidade para 10.000 m³ diários, equivalendo, ao rendimento mecânico prático de 40.000 HP, em lugar de ser utilizada como energia térmica em potencial mecânico poderia ser empregada como fonte de calor para fins domésticos, fornecendo gás para o abastecimento de 10.000 domicílios.

01.3 — ERVA MATE

A indústria ervateira local marcha na retagurada, notando-se um desalento no seio da população ervateira.

Até 1949 a produção vinha aumentando, mas em 1950 sofreu decréscimo.

O desmatamento dos ervais nativos sem orientação técnica tem causado muitas vezes a morte do lenho da planta e o desaparecimento do erval. Ao lado dista a colheita ou poda excessiva, que de modo geral é feito na região, tem sacrificado demasiadamente a espécie cuja restauração, após a colheita, torna-se cada vez mais demorada.

Assim sendo, cumpre que se examine, imediatamente, a situação da indústria ervateira em Mato Grosso, a qual está a reclamar mais raciocínio, mais técnica e menos esforço inútil, para salvaguarda de uma riqueza nativa apreciável.

Em 1955 — Produção 7.716.00 kg no valor de Cr\$ 32.981.000,00, concentrada nos municípios de PONTA PORÁ, AMAMBAÍ e RIO BRILHANTE.

Em 1956 — Produção de 8.585 toneladas no valor de Cr\$ 54.189.000,00, o que correspondeu um valor a 13,4%, é em quantidade a pouco menos de 12% do total de erva-mate produzido no Brasil no mesmo ano.

Em 1957 foram despachados pela EFNOB 7.468 toneladas de erva-mate para Pôrto Esperança, que foram escoados daí para o exterior, via fluvial. Por via fluvial, Rio Amambaí, escoam-se menor quantidade.

01.4 — BORRACHA

Em Mato Grosso, a região compreendida a Oeste pelo Madeira, ao Norte pelos limites com AMAZONAS e PARÁ, pelo RIO ARAGUAIA, até o curso médio do RIO DAS MORTES e ao Sul pelo paralelo de 15°, é coberta de seringais.

Existem 2 zonas de exploração de borracha: a primeira ligando-se ao AMAZONAS e dela fazendo parte o município de MATO GROSSO, ARIPUANÁ, que está mais ligado a MANAUS e a segunda ligando-se a CUIABÁ, e a SÃO PAULO. O tipo "sernambi-cocho", depois de beneficiado na Usina do BCA em CUIABÁ, tem alta cotação no mercado por sua alta qualidade, devido à grande elasticidade. Melhores processos de exploração em uso na região permitiram aumentar a produção, por permitir dobrar-se o número de sangrias nos seringais por safra, que passaram de 50 para 90 e 100 cortes.

A Fazenda Shangri-la em CUIABÁ contribui com cerca de 1/5 da produção de borracha do Estado.

Houve em 1951, tentativa de plantação racional da borracha, com um total de 6.000 mudas, e com pleno êxito, provocando medidas de financiamento para plantio racional da hévea pelo prazo de 10 anos pelo BAC.

Produção de 1955: 1.019.000 kg num valor de Cr\$ 32.716.000,00.

Produção de 1956: 803 toneladas no valor de Cr\$ 28.648.000,00, que correspondeu em valor a cerca de 2,3% da produção do Brasil.

01.5 — QUEBRACHO

Explorado há muito anos no Brasil não possui, entretanto, grande importância na economia do país.

No Brasil predomina nos quebrachais o "quebracho macho", que, embora possuidor de tronco mais volumoso, tem menor rendimento.

Duas companhias exploram a indústria do tanino em Mato Grosso: a Florestal Brasileira S.A., possuidora de 118 mil hectares de terras de quebrachais, com sede em PORTO MURTINHO e a "QUEBRACHO Brasil S.A.", cuja sede fica 24 km ao Sul daquela cidade.

A Florestal tem uma produção diária de 20 toneladas, com cerca de 200 empregados na fábrica e 400 nos quebrachais.

A "Quebracho S.A." produz 12 toneladas diárias.

Somente a "Florestal Brasileira S.A." possui uma reserva de matas de quebracho, com madeiras de mais de 300 kg, que no ritmo atual de produção dará para mais de 40 anos.

A produção se destina aos mercados do Rio e São Paulo, ao preço de Cr\$ 15,00 o quilo na Fábrica. O escoamento é feito por via fluvial até PORTO ESPERANÇA e daí para São Paulo pela EFNOB.

A Usina da Florestal é bem instalada e capaz de um rendimento bem maior que o atual. Dispõe de uma ferrovia com bitola de 75 cm e com extensão de 22 km para transporte até a usina, do quebracho.

II — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

10 — Indústria de transformação de minerais não metálicos

10.1 — INDÚSTRIA DO CIMENTO

A capacidade de produção da CIA DE CIMENTO PORTLAND DE CORUMBÁ (TTAU) é de 5.000 sacos diários. Não pode utilizar toda capacidade de produção, e sim, 60% dela. Para alcançar a média de produção mensal diária de 3.000 sacos, trabalha cerca de 18 dias, não consecutivos.

Com a simples instalação de um forno, a produção diária poderá ser duplicada (10.000 sacos diários), pois toda as demais instalações foram previstas para a produção de 10.000 sacos.

As razões que dificultam a sua ampliação são:

- falta de mercado consumidor, na região ou no estado e os transportes, já por si deficientes, que não permitem um maior escoamento, para fora dele. A EFNOB tem, mediante contrato, obrigatoriamente de transportar cerca de 10 vagões diários, só de cimento: já foi obrigada a enviar vagões vazios para CORUMBÁ.

As dificuldades de exportação com os países limítrofes :

Com a **BOLÍVIA**, por não ter sido ainda aprovado o convênio comercial, no qual o pagamento será feito em cruzeiros ao invés de dólares. Com o **PARAGUAI**, embora haja exportação o transporte fluvial é deficiente.

Outros lados de interesse sobre a CIA :

- A Cia dispõe de uma central termelétrica, com a produção de 2.000 kw/hora ;
- O consumo diário de óleo combustível é de 50 toneladas. Esse combustível é empregado no forno de cimento e na usina de eletricidade ;
- O gesso que utiliza (cerca de metade do total da produção) vem de uma usina da CIA, em **PERNAMBUCO** ;
- O capital da CIA é de 160 milhões de cruzeiros, de acionistas brasileiros, sendo maior acionista (mais de 50%) a CIA CIMENTO PORTLAND ITAU ;

A produção de cimento de Mato Grosso em 1956, correspondeu em valor e em tonelagem a cerca de 1,2% da produção de cimento do Brasil e em 1957, a 1,4% da mesma.

— Em 1957, segundo informações obtidas por meio da EFNOB, despachou 47.622 toneladas assim distribuídas:

Pela EFNOB para Estado de São Paulo	24.411 ton
Pela EFNOB para Estado de Mato Grosso	9.310 ton
Pela EF Brasil-Bolívia — para Bolívia	3.151 ton
Por via Fluvial para Cuiabá, Cáceres e Poconé ...	2.430 ton
Por via Fluvial para Paraguai	2.100 ton
Por caminhões para Corumbá e Ladário	6.220 ton

11 — *Indústrias metalúrgicas*

11.1 — **SIDERURGIA**

Usa o minério de ferro do município de **CORUMBÁ**, que ocorre juntamente com o minério de manganês, nas jazidas de **URUCUM**.

Carvão em Mato Grosso — possibilidades.

Há carvão em Mato Grosso na região de **CÁCERES**, **POCONÉ** e na **SERRA DA BODOQUENA**. Entretanto, há necessidade de estudos mais apurados para verificar se o carvão é em quantidade suficiente e de boa qualidade para seu emprego em alto forno. No momento é destituída de fundamento qualquer afirmação a respeito.

A **SIDERURGIA** a carvão de madeira é sempre deficiente quando não se dispõe de matas apropriadas e só pode ser fundamentada num reflorestamento nem sempre oportuno.

A **SOCIEDADE BRASILEIRA DE SIDERURGIA** de Corumbá funciona com alto forno a carvão de madeira. Sua produção atual é de 50 toneladas diárias de ferro gusa, vendidas diretamente para **SÃO PAULO**. Tem necessidade de cerca de 45 toneladas diárias de carvão. Executa um reflorestamento nas áreas desmatadas à base de eucalipto.

A **SOCIEDADE BRASILEIRA DE SIDERURGIA** estuda no momento sua ampliação com instalações de um alto forno de capacidade diária

de 300 toneladas. Esta ampliação depende da SOBRAMIM transportar carvão no retorno de suas viagens em que levará minério de manganês.

Coque de babaçu — possibilidades e limitações.

Uma Comissão, da Produção de Mato Grosso, aventou a idéia de utilizar o babaçu para transformá-lo em coque. Tecnicamente é possível, entretanto parece que, economicamente, não é viável.

O gusa produzido durante o ano de 1957, foi de 11.908.785 Kg e o gusa despachado durante o ano de 1957 (pêso líquido), foi de 13.570.000 quilos (dado obtido mediante pedido a EFNOB).

A produção de gusa de 1956 correspondeu a pouco mais de 0,9% do total de gusa produzido no Brasil

INDÚSTRIA METALÚRGICA

FERRO GUSA PRODUZIDO EM MATO GROSSO

QUANTIDADE EM TONELADAS				VALOR (Cr\$ 1.000,00)			
1954	1955	1956	1957 (1º Sem)	1954	1955	1956	1957
9296	8567	10656	7844	9296	8567	22968	18039

12 — Indústria mecânica

A Produção em Mato Grosso em 1956, foi Cr\$ 170.000,00, o que é reduzidíssimo em comparação com o valor desta indústria em 1956, no Brasil: Cr\$ 7.170.064.000,00, o que é inferior a 0,1%.

13 — Indústria de material elétrico e do material de comunicações

Esta indústria só começou a aparecer nos quadros da produção industrial de Mato Grosso no ano de 1956, e com o valor irrisório de Cr\$ 70.000,00. Este total se reduzirá ainda mais se comparado com o total da produção do Brasil neste ramo em 1956, que foi de Cr\$ 12.124.368.000,00.

14 — Indústria de construção e montagem de material de transporte

O seu valor da produção em 1956, foi no Estado de Mato Grosso de Cr\$ 6.056.000,00, e no Brasil, no mesmo ano, de Cr\$ 10.083.057.000,00, o que corresponde para Mato Grosso a 0,6% do total do Brasil.

Podemos citar neste ramo as oficinas da EFNOB em TRÊS LAGOAS a AQUIDAUANA e o Arsenal de Marinha da Base Naval de Ladário, como as mais importantes instalações.

15 — Indústria de madeira

Este ramo de indústria já está bem desenvolvido no Estado. Está na sua maior parte concentrado nas localidades abaixo descritas com a sua respectiva produção: em 1957 (dado obtido da EFNOB):

SETE VOLTAS — Toras 100 unidades com 240.000 quilos, e madeira serrada despachada: 78 vagões com 186.400 quilos;

ITAHUM — Toras 2.801 unidades com 4.809.000 quilos, e madeira serrada: 22 vagões com 5.327.616 quilos;

SANTA VIRGÍNIA — Toras 675 unidades com 1.447.000 quilos ;
GENERAL RONDON — Toras 69 unidades com 136.000 quilos.

O valor desta produção em Mato Grosso em 1956, foi de
Cr\$ 57.546.000,00 e correspondeu a 1,5% desta indústria no país.

16 — Indústria do mobiliário

A produção de Mato Grosso foi em 1956, de Cr\$ 9.395.000,00 e correspondeu a 0,18% do valor desta produção no Brasil.

17 — Indústria do papel e do papelão

Muito incipiente no Estado e só começou a aparecer nas estatísticas em 1956, com um total irrisório de Cr\$ 54.000,00.

18 — Indústria da borracha

Também aparece pela primeira vez nos quadros da produção de Mato Grosso em 1956, com o total de Cr\$ 150.000,00.

19 — Indústria de couros e peles e produtos similares

Nesta classificação é digno de ser assinalado o cortume de CUIABÁ que parece ser o único existente em MATO GROSSO que usando casca de Angico em vez de tanino, tem preparado boa qualidade de couros, e alguns tipos de peles para um pequeno consumo local.

Fala-se de um consórcio alemão que está em vias da instalação de um cortume em CORUMBA, com a utilização do tanino de PÔRTO MUR-TINHO para as peles e couros daquela região. O valor dessa produção em Mato Grosso em 1956, foi de Cr\$ 5.169.000,00 e correspondeu a 0,11% do total dessa indústria em 1956 no Brasil.

21 — Indústrias químicas e farmacêuticas

Como a indústria química é de grande importância é de assinalar que se acha votado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República um crédito de 400 milhões de cruzeiros para instalação de uma refinaria em CORUMBA com capacidade de 5.000 barris diários.

A indústria farmacêutica apresentava em dezembro de 1949, 12 tipos de indústria químico-farmacêutica, empregando 250 operários, e com uma produção anual no valor de Cr\$ 35.700.000,00.

Cabe aqui citar a produção de tanino abtido do quebracho no município de Pôrto Murтинho.

O valor total da produção da indústria química em Mato Grosso foi em 1956 de Cr\$ 56.455.000,00, que corresponde a 0,13% do total do Brasil.

21 — Indústria Têxtil

Aparece pela primeira vez no quadro da produção de Mato Grosso com o total de Cr\$ 70.000,00 inteiramente sem expressão, se comparado com o total do Brasil.

22 — Indústrias do vestuário, calçados e artefatos

A sua produção em Mato Grosso em 1956, foi de Cr\$ 23.355.000,00, que comparado com o total do valor da produção dessa indústria no Brasil, que foi de Cr\$ 11.080.546.000,00, corresponde a 0,21%.

23 — *Indústrias de produtos alimentares*

Existe em Corumbá o MOINHO MATOGROSSENSE S/A cuja capacidade de produção é de 65 toneladas diárias (75% de farinha de trigo e 25% de farelo).

Não pode utilizar toda capacidade de produção e, sim, cerca de 30% dela. Trabalha cerca de 20 dias por mês, para a elaboração de 20 toneladas, média dos 6 primeiros meses do ano de 1958, agora aumentada. Não tem possibilidade de ampliação. As instalações foram encomendadas para 65 toneladas, entretanto, está longe de atingir sua plena capacidade de produção. Não sente o moinho necessidade por falta de mercado consumidor na região e não dispor de transportes para fora do Estado.

Para poder aumentar a quantidade de trigo processada, a Cia. já instalou uma fábrica de macarrão com a capacidade de produzir 3 toneladas diárias. Nos 2 meses de funcionamento, teve a média de 1 tonelada diária.

O MOINHO só processa trigo estrangeiro, argentino ou uruguaio. A quota do trigo nacional, não é utilizada, pela oneração acarretada pelos transportes.

Espera o MOINHO introduzir a plantação do trigo no Estado, particularmente nas serras ao norte de CUIABÁ e na região de DOURADOS. É a firma constituída com capitais locais, de sírios ou brasileiros de ascendência síria.

Possui gerador próprio, termelétrico com capacidade para 360 kw ou 440 HP. Entretanto, face ao apêlo da CIA ELETRICIDADE, consome maior quantidade de energia da rede local com uma média de 19.000 kw/h.

23.2 — INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

O Estado apresenta ótimas possibilidades de desenvolver a indústria açucareira, pela existência de ótimos mercados, solo de muita fertilidade e propício ao plantio da cana-de-açúcar. No futuro será possível abastecer PARAGUAI e BOLÍVIA com seus produtos, álcool, açúcar, uma vez que estes países se abastecem em CUBA.

É necessário providenciar-se o seu aproveitamento industrial integral, utilizando-se inclusive os melaços de baixo teor que, atualmente, são jogados ao Rio Cuiabá.

Em 1950, segundo o Instituto de Açúcar e do Alcool, dispunha de 10 usinas, nove em funcionamento e 7 engenhos turbinadores fabricando açúcar bruto. Municípios produtores: Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Miranda, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste e Ponta Porã.

Por outro lado, o álcool será indispensável à elaboração da mistura carburante, na usina ou refinaria de petróleo que terá de ser montada em CORUMBÁ. E com relação ao álcool é velha a arraigada convicção de muitos entendidos e técnicos que, quando conveniências internacionais não se fizerem sentir contra o álcool-motor, será ele o combustível de maior futuro.

Na sistematização das energias matogrossenses, a retomada da indústria açucareira, sob novas bases técnicas, deve ser uma das primeiras preocupações, dada a sua existência semi-secular, à excelência do meio ecológico e a situação ou melhor, a posição geográfica do grande Estado central e fronteiriço, distante dos centros açucareiros do país.

A cultura de cana-de-açúcar permite, onde a sua indústria realmente existe, dentro da formação de um ambiente açucareiro, a formação da pequena propriedade, fornecedora da matéria-prima e gêneros alimentícios, uma das modalidades de combater a grande propriedade sem produ-
ti-

vidade, que é uma das formas do empobrecimento matogrossense. É também uma das maneiras de promover o nucleamento das populações esparsas, de combater o isolamento do homem rural brasileiro, fixando-o ao meio agroindustrial, colocando-se-lhe ao alcance benéfico perspectivas que o isolamento não lhe pode proporcionar.

23.4 — XARQUEADAS E MATADOUROS

Em 1950 foi fundado o Matadouro Industrial de Campo Grande. Era o passo inicial para a independência econômica de Mato Grosso no domínio da pecuária, pois que o Estado iniciava, como esse estabelecimento, a competição econômica num estágio mais adiantado, com o aproveitamento do couro, do sêbo e de outros subprodutos, ao invés de prosseguir na rotina de vender boi magro para os invernistas de São Paulo.

Opera atualmente o estabelecimento com um capital de 100 milhões de cruzeiros. A firma está construindo amplas câmaras frigoríficas, adquirindo vagões frigoríficos e projetando a construção, na capital do Estado de São Paulo, de um entreposto de carne, que será um dos maiores da América do Sul.

Uma vez inauguradas as câmaras frias, o matadouro poderá abater 500 bovinos e 200 suínos por dia, e manter uma estocagem de 2.500.000 kg de carne.

O matadouro reúne atividades de cerca de 300 criadores e visa, primordialmente, a forçar um nível mais alto para o progresso industrial de Mato Grosso.

No Município de Corumbá, em RABICHO e OTILIA, há um abate de em média 5.000 reses nestes últimos anos, destinando-se ao preparo de xarque. Esperam abater em 1958 da ordem de 7.000 cada uma. Dependendo do preço do xarque poderão ampliar a mais de 10.000 reses por safra.

Em CÁCERES existem 2 xarqueadas importantes, a Descalvados e a Barranco Vermelho, que em 1949 produziram 1.362.355 kg, com o valor de Cr\$ 15.794.600,60.

Em 1955 a produção de xarque de POCONÉ e CÁCERES foi de 1.221.466 kg num valor total de Cr\$ 35.050.580,00. Municípios produtores: Campo Grande, Aquidauana, Rosário Oeste, Cáceres. A produção da Cooperativa Aquidauana de Carnes está em franca progressão.

23.5 — INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Muito incipiente em Mato Grosso.

23.6 — CONCLUSÃO PARCIAL

O valor da produção industrial da Indústria de Produtos alimentares em 1956 em Mato Grosso foi de Cr\$ 631.692.000,00, que correspondeu a quase 54% do total da produção industrial do Estado. O total dessa produção de Mato Grosso corresponde a quase 1% do total da mesma no Brasil.

24 — INDÚSTRIAS DE BEBIDAS

A indústria de bebidas acha-se bem desenvolvida no Estado, apresentando um total de 76 estabelecimentos espalhados por todo o território. Desta entretanto, 34 ocupam mais de 5 operários, e o restante menos de 5. As destilarias existentes, vulgarmente conhecidas por alambiques, são empregadas no fabrico de aguardente e álcool. Há diversos estabelecimentos deste gênero conhecidos como indústria de bebidas e que se acham incluídos nos números já citados. O valor dessa produção no Estado, Cr\$ 50.971.000,00 em 1956, correspondeu a 0,55% da do Brasil.

25 — INDÚSTRIA DE FUMO

Nenhuma notícia há no Estado, digna de destaque a esse ramo de indústria. Entretanto, acham-se registrados no IBGE cerca de 15 estabelecimentos com menos de 5 operários. Apresentou uma produção em 1956 de Cr\$ 691.000,00, correspondeu a 0,014% da do Brasil.

26 — INDÚSTRIAS EDITORIAIS e GRÁFICAS

É uma indústria de relativa importância e já se encontrando bem desenvolvida no Estado, apresentando um total de 18 estabelecimentos, sendo que metade apresenta mais de 5 pessoas ocupadas em seus serviços. O valor da sua produção em Mato Grosso, em 1956, foi de Cr\$ 7.425.000,00, que correspondeu a 0,11% do total dessa indústria no Brasil.

27 — INDÚSTRIAS DIVERSAS

Vários são os ramos de pequenas indústrias que se enquadram no título acima, havendo mais de 5 pessoas empregadas em seus serviços. O valor dessa produção em Mato Grosso em 1956 foi de Cr\$ 37.565.000,00, que correspondeu a 0,58% do total dessa indústria no Brasil.

30 — CONSTRUÇÃO CIVIL

É uma indústria de grande importância para o Estado e que concorre consideravelmente para a instalação da população existente.

Pode-se mesmo considerar o seu desenvolvimento em face do vulto da população existente. Encontramos já registrados 6 estabelecimentos, que com mais de 5 operários se empenham no desenvolvimento dessa indústria.

Cooperou para o total da renda industrial de Mato Grosso em 1956 com o valor de Cr\$ 15.853.000,00.

40 — SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADES PÚBLICAS

É grande a variedade industrial, que de certo modo interessam ao Serviço Público, apresentando em Mato Grosso 32 estabelecimentos, sendo que 13 possuem mais de 5 pessoas trabalhando. O valor dessa produção em 1956, no Estado, foi de Cr\$ 18.085.000,00.

C. CONCLUSÕES

1.1 — O valor da produção das indústrias extrativas de produtos minerais e das indústrias da madeira que vinha num crescendo interessante, sofreu em 1956 uma queda da qual não podemos indicar as razões, pois os dados estatísticos deste ano ainda estão incompletos.

1.2 — Houve no valor da produção das indústrias extrativas vegetais uma queda de cerca de Cr\$ 16.000.000,00 de 1953 em relação a 1952. Pudemos constatar ter havido acréscimo no total do pessoal empregado, entretanto não houve o acréscimo correspondente no total das despesas com pessoal. Acreditamos tal decréscimo tendo sido ocasionado pela menor produção extrativa, uma vez que pelo manuseio dos dados referentes a estes anos, notamos que as despesas de consumo das matérias-primas caíram de Cr\$ 34.295.000,00 em 1952 para Cr\$ 22.177.000,00 em 1953.

Em 1956 o valor desta produção correspondeu a pouco mais de 11% do total de toda a produção industrial do Estado.

1.3 — A transformação de minerais não metálicos vem aumentando segura e firmemente. Acreditamos esteja influenciando o início da produção de cimento no Estado com um total de 3.265 toneladas em 1955 e de 39.063 toneladas em 1956.

1.4 — O valor da produção metalúrgica começou a ter expressão numérica nos quadros a partir de 1955. Acreditamos esteja influenciando a produção de guiza em CORUMBÁ.

1.5 — As indústrias mecânicas de material elétrico e de material de comunicações, de papel e papelão, da borracha e do fumo começaram, só em 1956, a ter expressão numérica nos quadros de produção do Estado, ainda com um valor muito reduzido.

1.6 — O valor da produção das indústrias de construção e montagem de material de transporte, deixou nos anos de 1953 e 1954 de ser expressos nos quadros, porque houve diminuição do número de estabelecimentos que eram de 4 em 1952, passou a 2 em 1953 e a 1 em 1954, só voltando a 4 em 1955, quando voltou a apresentar bom valor de produção.

1.7 — O valor da produção da indústria do mobiliário sofreu queda em 1955, porque houve redução no total de estabelecimentos de 14 em 1954, para 8 em 1955, com a conseqüente redução do pessoal empregado.

1.8 — A indústria de couros, peles e produtos similares sofreu queda no ano de 1954, deixando de apresentar valor numérico no quadro, porque houve redução no número de estabelecimentos, que eram 4 em 1953, caiu para 2 em 1954, voltando a 3 em 1955, com um bom total de produção.

1.9 — A indústria química e farmacêutica sofreu queda acentuada no seu valor de produção em 1954, porque houve redução no número de estabelecimentos, que eram de 7 em 1953, caiu para 5 em 1954 e subiu para 8 em 1955. O número total do pessoal era de 447 homens em 1953, caiu para 52 em 1954 e subiu para 484 em 1955.

Essas alterações explicam a queda observada.

1.10 — Avulta o valor da produção da indústria de produtos alimentares que correspondeu em 1956, a quase 54% do total da produção industrial do Estado.

2 — Apresentamos abaixo os 7 municípios de maior renda industrial do Estado, com os respectivos valores em 1956:

	Cr\$
1) Campo Grande	307.000.000,00
2) Corumbá	173.000.000,00
3) Aquidauana	112.000.000,00
4) Ponta Porã	66.022.000,00
5) Vargem Grande	61.185.000,00
6) Cuiabá	59.043.000,00
7) Pôrto Murtinho	51.862.000,00
Total	830.112.000,00

O valor da produção industrial de Campo Grande correspondeu a 24,5% sobre o total do Estado de Mato Grosso, que foi de Cr\$ 1.256.287.000,00, em 1956.

Observamos que o valor total da produção dos 7 municípios acima citados quase atinge a 2/3 da produção do Estado, cabendo aos restantes 52 municípios uma contribuição, para o valor da produção industrial, de pouco mais de 1/3 do total do Estado. Por outro lado, a produção industrial do município de Campo Grande, Cr\$ 307.000.000,00, fica com uma diferença de pouco mais de Cr\$ 100.000.000,00 para igualar o total dos 52 municípios restantes (Cr\$ 426.175.000,00).

Pode-se observar também, que o município de Corumbá está caminhando gradativamente para uma transformação de sua base econômica da pecuária para a indústria de transformação.

CAMPO GRANDE é uma das maiores cidades do Estado e possui várias fábricas importantes. Tão logo seja servida por energia elétrica abundante e barata, o que se espera aconteça com o aproveitamento das quedas do Mimoso no Rio Pardo, atrairá indústrias de São Paulo, não só porque o desenvolvimento do sul do Estado já comporta iniciativas de vulto, como também pela tentadora proximidade de dois grandes países consumidores: Bolívia e Paraguai. Para estes dois países dirigem-se os ramais da NOB para Corumbá e Ponta Porã, como a apontar o caminho da expansão futura. A instalação de indústrias em Campo Grande descongestionará o Parque Industrial de São Paulo, evitará o demorado e custoso transporte, contribuindo para estender a auto-suficiência do Estado a alguns ramos da indústria.

3 — Pelo que podemos verificar pela simples leitura das páginas anteriores, Mato Grosso tem reduzida expressão industrial, face ao Brasil.

D. POSSIBILIDADES FUTURAS

1. Entre um dos fatores mais importantes para instalação de novas indústrias devemos dar realce ao investimento de capitais, por grande necessidade para a implantação de indústrias no Estado de Mato Grosso. Acresce a isto tornar-se necessário antes investir capitais na instalação das fontes de energia elétrica, para obtê-la abundante e barata e assim possibilitar o advento da era industrial no Estado. As usinas, hidro e termelétricas, aquelas mais do que estas, exigem grande investimento de capitais.

Segundo Roberto de Oliveira Campos, o Brasil está classificado em 3 áreas, uma de rendimentos altos, área A, formada pelo DF, S. Paulo, Paraná e RG do Sul, outra de renda média, área B, RJ, SC, ES, MG e MT e a 3ª, área C, de renda baixa englobando os demais Estados.

	1939	1951
Área A	53%	61%
Área B	22%	19,5%
Área C	24,8%	19,6%

Vemos pelo quadro acima acréscimo da participação da área A, de rendimentos altos, com prejuízo das áreas B e C. O fenômeno brasileiro reflete, em escala nacional o que se verifica no mundo, isto é, o enriquecimento cada vez maior dos países ricos, contrastando com o avanço apenas moderado, e às vezes até estagnado e empobrecimento das áreas retardadas.

Se a citação acima, expressando uma situação de anos atrás, pode trazer desânimo, há a compensação e certo entusiasmo de se, citando dados obtidos, podermos afirmar estar havendo atualmente melhor distribuição geográfica de capitais emitidos para instalação de novas indústrias no Brasil, conforme podemos verificar pelo quadro abaixo.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE CAPITALS EMITIDOS

	1946-55	1956	1957	1958 (Jan a Jul)
São Paulo	65	49	48	25
Distrito Federal	20	24	18	14
Restante do País	15	27	34	61

A correção dos desníveis existentes no Brasil, para que este progrida como um todo, harmônicamente, e levando-se a todos os rincões o mesmo nível de vida e bem-estar social é um problema complexo e delicado. Segundo ainda Roberto de Oliveira Campos há duas soluções possíveis, que ele denomina teoria aristocrática e teoria humanista. A primeira determina que os investimentos de capitais sejam concentrados nas áreas de maior produtividade, para se obter um ritmo mais rápido de crescimento total de economia, para depois com os recursos obtidos elevar o restante do País ao nível obtido nas áreas melhores. A teoria humanista parte de um ponto de vista diferente, o de que o propósito do desenvolvimento econômico é a consecução do bem-estar e uma distribuição equitativa, entre a comunidade, dos frutos da produção. Com isto visa-se eliminar os desníveis existentes entre as áreas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas.

Mato Grosso só poderá ser beneficiado à altura de suas necessidades, se for adotada a segunda teoria citada.

Cabe aqui a transcrição de parte do artigo do Ten-Cel João Baptista Peixoto, em "A Defesa Nacional" de Set/1955:

"Cêrca de 80% dos nossos meios de transportes estão localizados nas regiões Leste e Sul, onde se encontram as melhores rodovias ou principais eixos ferroviários, os maiores portos marítimos e os aeroportos mais movimentados. A região Leste é a zona dos minérios e a zona Sul o celeiro agrícola do País. Em conjunto, estas duas regiões abrigam quase a totalidade dos estabelecimentos fabris do Brasil (90%) e 79,04% da nossa população. Exatamente 85% dos atuais 326 Deputados Federais pertencem aos Estados destas duas regiões."

Após esta transcrição fazemos a pergunta: o que poderão fazer estes 15% de Deputados Federais, e dentre estes os representantes de Mato

Grosso, para conseguir que as atenções do Governo Federal para cá se dirijam, substituindo na maioria das vezes e completando algumas das vezes, a iniciativa particular, concedendo-lhe os financiamentos necessários à consecução de obras tão importantes para a satisfação de necessidades prementes do povo matogrossense? Há, é verdade, um estabelecimento capaz de tais financiamentos, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que anda assoberbado de pedido, entre os quais têm prioridade os de rentabilidade imediata e mais segura. Caímos no círculo vicioso, pois que se este BNDE adota a teoria aristocrática tão cedo Mato Grosso não contará com estes financiamentos. A sua densidade de população muito fraca, da ordem de 0,42 habitantes por km², por outro lado acarreta dificuldades na obtenção do excesso da mão-de-obra em proveito da Indústria.

Podemos constatar pelos quadros abaixo publicados, que cerca de 92% da distribuição das concessões de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) até 1957 foram destinadas às Regiões Sul e Leste, restando para a região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) a percentagem de 4,1%. É bem verdade que pelo mesmo quadro veremos que as regiões Sul e Leste pediam 92,2%, ao passo que o Centro-Oeste pediu somente 2,4%.

FINANCIAMENTO PELO BNDE — VALORES ATÉ 1957

	REGIÕES				
	Sul	Leste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
Distribuição das concessões de financiamento	44%	48%	4,1%	0,3%	3,6%
Distribuição dos pedidos de financiamentos	42%	50,2%	2,4%	1%	4,4%

2. Aspecto energético:

Os sistemas hidrelétricos exigem alto custo inicial de instalação, sendo que a limitação dos lucros a 10% do capital investido faz com que os capitais privados hoje se dirijam preferencialmente a outros tipos de indústrias, e atividades que proporcionam maiores lucros. Entretanto, antigamente os capitais privados preferiam investir em serviços básicos (transporte e energia) e hoje este ramo ficou afeto ao Estado. Tudo é o Estado... e isto exige grandes financiamentos de âmbito federal.

Na reunião de técnicos, dos Estados interessados na Bacia do Prata-Paraná, MT apresentou-se sem um planejamento adequado e surgiu, então, um anteprojeto baseado nos aproveitamentos acessíveis. A mesma idéia diretriz da CHESF foi adotada, isto é, "criar mercado pela antecipação do suprimento, para depois propiciar as condições de seu florescimento.

Os sistemas a serem realizados em MT são:

Sistema do Rio da Casca, em torno de Cuiabá, com aproveitamento na região da serra da Chapada. Pretende no 1º decênio obter 10.000 HP.

Sistema do Rio Amambai, com disponibilidade aproximada de 25.000 HP. Pretende aproveitar o Salto do Pirapó e uma 1ª fase servir às cidades de Ponta Porã, Amambai, Dourados e Bela Vista e na 2ª fase, de expansão, Rio Brilhante, Bataguassu e Nioaque. Prevê-se no futuro sua interligação com o sistema do Rio Pardo.

Sistema do Rio Pardo e afluentes. Pretende aproveitar as corredeiras do Mimoso a 120 km de Campo Grande e inicialmente vai operar com 2 grupos de 6.000 HP como unidade piloto. Há um crédito votado pelo Governo Federal nos fins de 1958 de Cr\$ 150.000.000,00 para atender parte das despesas. Vai ser possível sua interligação com o sistema do Urubupungá.

Sistema do Urubupungá. Há um convênio com o Estado de São Paulo, no qual MT receberá do referido sistema 80.000 kw e que terá um raio de ação de 500 km, indo até Coxim, Miranda e Amambai. Se há vantagens na execução dos 2 sistemas, do Rio Pardo e este, porque um abrirá caminho para a entrada do outro.

Sistema Termelétrico de Corumbá a ser realizado com geradores Diesel.

3. Quanto ao aspecto mão-de-obra, analisando-se os dados estatísticos sobre Mato Grosso, referentes ao ano de 1950 podemos verificar que a percentagem do pessoal empregado na agropecuária e atividades extrativas em relação à população do Estado era de 71,2%.

Podemos concluir não ser aconselhável reduzir a quota da população empregada nas atividades primárias, para obter excedentes que possibilitem a obtenção de mão-de-obra para as atividades secundárias.

Dada a fraca densidade demográfica de MT há que se recorrer à imigração e procurar receber elementos de outros Estados, o que reverterá em benefício para MT, que além do seu crescimento vegetativo, poderá contar com este acréscimo de população. Isto virá reduzir a fraca densidade populacional do Estado e possibilitar a mão-de-obra necessária à instalação de novas indústrias, principalmente mão-de-obra qualificada.

É preciso, entretanto, que se promova o melhor desenvolvimento da agricultura, usando a atual população rural do Estado e aproveitando-se as suas boas condições ecológicas para aumentar a produção, através da aquisição de implementos agrícolas para fornecimento aos agricultores, com crédito selecionado, isto para que MT possa atender às demandas de sua população, que abandonarem as atividades primárias (agricultura e mineração), em proveito das atividades secundárias (manufatureira) e terciárias (indústrias de serviços) ou dos elementos oriundos de outros Estados da União, atraídos pelo surto de industrialização, quando isto ocorrer. O Estado precisará recorrer à mão-de-obra especializada que só poderá ser conseguida nos centros mais industrializados do país.

4. Quanto ao aspecto matérias-primas, tivemos ocasião de ver nas páginas referentes à indústria as possibilidades que possui MT de incrementar sua indústria de bens de consumo. Avultará de importância a indústria de produtos alimentares se, com o surgimento de novas fontes de energia, agora em vias de se concretizar com a aprovação pelo Governo Federal de um crédito de Cr\$ 150.000.000,00 para as obras da Usina Hidrelétrica do Mimoso, forem iniciados vários frigoríficos no Estado. O desenvolvimento dessa indústria trará amplos benefícios ao Estado, aproveitando os grandes rebanhos existentes no mesmo, como também permitirá desafogar os transportes ferroviários e eliminar o oneroso transporte do gado a pé até os frigoríficos de S. Paulo.

Outra indústria que poderá ter maior desenvolvimento é a de laticínios, podendo, desde que melhorado seu rebanho leiteiro, industrializar o leite e exportar para os países vizinhos. As indústrias de mobiliário

e do vestuário poderão ter um desenvolvimento normal, diminuindo-se as importações de São Paulo.

A indústria do açúcar é outra que poderá ter grande desenvolvimento, passando-se a produzir aqui o açúcar refinado e o álcool em grande escala.

Quanto à indústria de bens de produção poder-se-á desenvolver mais a indústria siderúrgica de Corumbá, desde que se resolva o problema do carvão. É plano da Cia. aproveitar o retorno das chatas e vagões que levam minério para trazer o carvão necessário à sua ampliação. A indústria do cimento, dada a pequena capacidade do mercado local, que é de se presumir venha aumentar, tem que exportar ou mandar para São Paulo e está atualmente trabalhando aquém de sua capacidade.

5. VIAS DE TRANSPORTE

Outro entrave ao desenvolvimento das indústrias é o transporte, pois segundo opinião categorizada a EF Noroeste já não atendia em 1958 a mais de 55% do mercado de transporte. Este fato dificultará a distribuição dos produtos acabados, onerando-os com os altos fretes rodoviários ou com grande tempo de armazenagem à espera do transporte ferroviário.

O reaparelhamento da EFNOB, outra aspiração dos matogrossenses, importará na modernização de seus traçados, com empedramento dos leitos, substituição dos trilhos atuais por trilhos 37, o que permitirá o tráfego de locomotivas e composições mais pesadas e com maiores capacidades de carga. Posteriormente cuidar-se-á de eletrificar a estrada, porque assim se eliminará a contínua devastação de nossas matas. A atual falta de energia elétrica tem prejudicado o surgimento de novas indústrias e reduzido a produtividade dos existentes a um mínimo que não permite atender, como no caso da do mobiliário, a concorrência da indústria paulista, apesar das distâncias e fretes.

Atualmente, com a introdução das máquinas Diesel na EFNOB, em seu trecho até Campo Grande, houve melhoria muito grande em suas condições de transporte e hoje a estrada está concorrendo e obtendo vantagens sobre o transporte rodoviário. O transporte de gado em pé, que era em média de 24.000 por mês e está atualmente em 36.000.

6. Quanto ao mercado para as indústrias poderemos ter o mercado local, que com a industrialização, possibilitará à população urbana rendimentos mais altos e portanto maior poder aquisitivo e os abertos pelos países vizinhos. Corumbá e Campo Grande estarão, pelas suas respectivas posições, em condições de constituir centros industriais com possibilidades de exportação para o Paraguai e a Bolívia, trazendo-nos em troca o petróleo boliviano, das concessões brasileiras naquele país. A posição de Mato Grosso perante os mercados externos é bastante significativa, permitindo conceber uma melhor contribuição futura para a produção econômica do país, com a obtenção de cambiais pela exportação. Mato Grosso já exporta erva-mate para a Bacia do Prata e cimento para o Paraguai e Bolívia.

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Endereço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual militar	Cr\$ 100,00
Assinatura anual particular	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 20,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- a) assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- b) desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de endereço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo endereço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

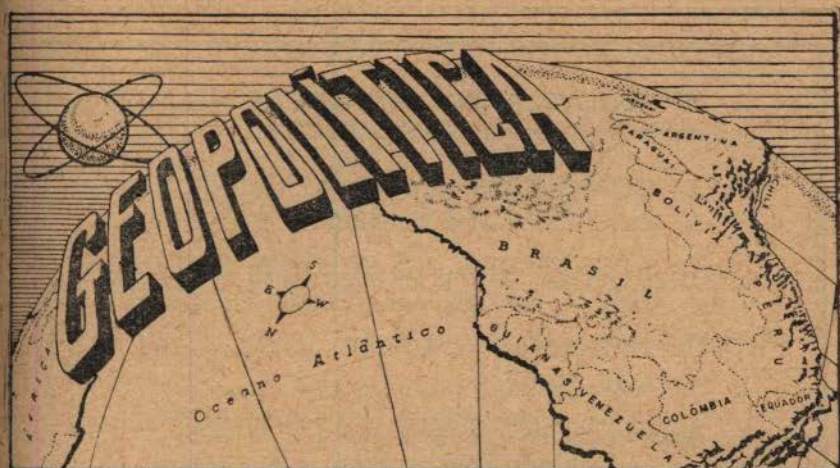
As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.



ANO II — N. 3

(SET 59)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA

"Origens e Fundamentos da Geopolítica" — MOZART de ANDRADE SOUZA, Gen.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Áreas Internacionais de Compreensão e Áreas de Atrito" —
"Tendências Expansionistas": 1. "Introdução"; 2. "Processos
de Interação Social e sua Classificação Corrente" — GOLBERY
DO COUTO E SILVA, Cel.

"Território e Domínio" (Conclusão de número anterior) — WAL-
DIR DA COSTA GODOLPHIM, Ten-Cel.

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

"A Geopolítica e a Geografia Militar" — ROBERTO NEGRETTI
MADRIZ, Ten (Trd da "Revista del Ejercito", Venezuela — N. 5
de 1958 p. Fernando Ryff Correia Lima, Maj).

"O Espaço como Fôrça" — BOLIVAR E. GUERRERO C. Ten (Trd.
da "Revista Militar", Equador — N. 1 de 1957 p. Carlos Eduardo
Tosta).

IV — BIBLIOGRAFIA

"Índice Bibliográfico". Publicações do Instituto Brasileiro de Geo-
grafia e Estatística — OCTAVIO TOSTA, Maj.

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA** :

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esqt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalberto Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOUTRINA

ORIGENS E FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA (*)

General MOZART DE ANDRADE SOUZA

O artigo que se segue decorreu da necessidade que teve o seu autor de coligir dados e alinhar idéias a fim de ministrar sessões de instrução de geografia na Escola de Estado-Maior do Exército, no ano letivo de 1953.

O trabalho consistiu na concatenação de idéias colhidas nos artigos e livros constantes da bibliografia publicada no fim deste artigo. É um trabalho de compilação. Oxalá tenha cumprido a finalidade a que se propunha.

GEOPOLÍTICA — ORIGENS E FUNDAMENTOS

A Geopolítica, nome pelo qual significamos um estudo combinado de geografia humana e de ciência política aplicada, tem uma origem remota e complexa. Não é, na verdade, novidade total para os estudantes de geografia e de política internacional. E não foi através dos doutores de Munich e dos políticos de Berlim, que se tomou conhecimento de que há uma relação definitiva entre o espaço geográfico e a evolução política dos Estados e dos povos.

De fato, Aristóteles (384-322 AC) muitas vezes frisou a dependência da ciência política em relação à geografia; Strabão, o geógrafo grego (63 AC a 2), escreveu a respeito para os estadistas e os políticos de sua época; na Idade Média, Albertus Magnus (1206-1280) foi um cidadão eminente pelos seus conhecimentos geopolíticos, predizendo mesmo a abertura do canal de Suez; Montesquieu (1689-1755) devotou grande parte do Livro XIV de seu "Espírito das Leis" à influência da Geografia nas transformações políticas e na conduta humana; Karl Ritter (1779-1859) fez da geografia a "causa das causas" na determinação do curso da civilização; Emmanuel Kant, no século XVIII, filosofou exaustivamente sobre a geografia e a sua influência básica na História; no começo do século XIX o barão Dietrich Henrich Von Bülow foi chamado o "barão mau" devido às suas idéias geopolíticas, as quais alarmaram tanto os monarcas da Europa a ponto do Tzar russo lançá-lo numa escura prisão de Riga, onde expirou; precursor de muitos outros, Von Bülow pregava a divisão da Europa continental em 12 estados capazes de se desenvolverem.

A compra da Lousiana por Thomas Jefferson, em 1803, foi um ato geopolítico na sua perfeita definição. Para obter uma cidade chave e um porto, comprou um império.

O insigne historiador russo Kluchevsky escreveu o seu monumento "Curso de História da Rússia" de um ponto de vista geopolítico, como

(*) Transcrito da "Revista do Clube Militar" n. 131, de 1954.

êle próprio declara no prefácio de seu livro, claro que sem especificar êste nome.

A compra do Alaska por Seward, em 1867, foi um ato da maior agudeza político-geográfica. Theodoro, Roosevelt tinha um entendimento prático de geopolítica e, por isso, mandou abrir o Canal de Panamá.

A todos êsses precursores dos especialistas de Munich, e a muitos outros, falou somente uma classificação: eram geopolíticos sem moldura.

Nos tempos mais recentes a geopolítica, como uma disciplina sistemática, descende de dois alemães, um sueco, um americano, um inglês e numerosos expansionistas japoneses. O sueco e os alemães lhe deram o nome e se excitaram com isso. O inglês, Sir Halford J. Mackinder, embora nunca se classificando a si mesmo como um geopolítico, deu um impulso decisivo ao assunto com a sua teoria do "Heartland" (Núcleo Central ou coração do mundo). O almirante Mahan não teve vida suficiente para certificar-se quão profundamente seus escritos sobre o poder marítimo influenciaram os geopolíticos de Munich; êles o aceitaram como um mestre e tomaram suas conclusões como inestimável fonte de idéias. O Japão, persistentemente, e sem desvios, vinha praticando uma geopolítica própria, desde a anexação da "Korea" em 1910. Seus homens de governo não faziam alarde da base geopolítica em que assentavam suas conquistas; pelo contrário, simplificaram e racionalizaram seu imperialismo insinuante em termos vagos: — "Política de Emigração" como o Conde Komura o descreveu no seu "Programa Continental" de 1909 ou como foi esplanada aos chineses, em anos mais recentes: "Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia".

Ratzel, um dos alemães, foi professor de geografia em Leipzig e Munich e importante autor de profundos estudos e de diversos panfletos — cêrca de 24 volumes e uma centena de monografias. A necessidade da expansão espacial foi sempre posta em relêvo em seus ensinamentos; alertou os pósteros para o fato de que o declínio de cada estado, pode ser caracterizado pela sua complacência e satisfação com um pequeno espaço geográfico.

Espaço, dizia êle, não é meramente um veículo para forças políticas; é, em si, uma força política de importância capital. Êste instinto espacial é desenvolvido em sua "Geografia política" de 1897. Neste tratado, Ratzel formulou as chamadas 7 leis de expansão imperialista, tôdas tendentes a racionalizar suas conclusões políticas, que se podem resumir no conceito de que êste planêta é por demais pequeno, para mais do que um grande Estado.

E, embora não mencionado diretamente pelo nome, o conquistador definitivo nesta batalha cósmica pela sobrevivência, deveria ser o estado germânico. Hitler adotou, francamente, aquêle princípio, pelo menos no que se relacionava com a Europa. "O testamento político da nação germânica, no que respeita à política externa — escreveu êle no capítulo 14 do *Mein Kampf* — contrará e deverá sempre conter, a seguinte idéia: Nunca permitir a formação de dois poderes continentais na Europa. Encarar sempre como um ataque contra a Alemanha, cada tentativa da organização de um segundo poder militar, nòs limites da Alemanha, etc..."

Devido às suas investigações anteriores no domínio da morfologia das plantas e da vida animal, Ratzel adotou o ponto de vista biológico com respeito ao Estado. Para êle o Estado é um "quase-organismo" evoluindo pelo processo Darwiniano até as formas mais perfeitas, ou involuindo até a decadência. Manter-se estacionário significaria perda de caráter e vitalidade.

Estava estabelecida a teoria da base geográfica do poder. E dada resposta à Esfinge com o pronunciamento de que foram geografia e

espaço que solucionaram o enigma do mundo. Vida é movimento, disse êle; como a superfície da terra é estática e imutável, cabe à humanidade prover a força dinâmica. O Estado é a humanidade organizada; logo deve atuar como Estado, isto é, deve expandir-se. Esta, dizia, é a grande lei de sua existência, tanto física como intelectual. É um imperativo categórico que não poderá ser obedecido se o Estado resignar-se, ignôbilmente, aos limites de uma área específica.

Os sucessores de Ratzel — Kjellén e Haushofer — abraçaram com gosto o argumento e ultrapassaram o mestre. Rudolf Kjellén, professor estadual na Universidade de Goteborg na Suécia, seguiu entusiasticamente, e expandiu mesmo, as idéias de Ratzel; criou o nome para a matéria: Geopolítica. No seu livro "O Estado como uma forma de vida" onde primeiro apareceu o termo (1918), considera êle o Estado como um organismo, cujo principal atributo é poder.

Estando a ciência política, na sua opinião, desde há muito, nas mãos dos legistas — que viam o Estado como uma criação da lei — pensou em emancipar a sociologia do jugo dos homens da lei e dotar o esqueleto legal com músculos e sangue sócio-geográficos. Cinco aspectos propôs para estudo e análise, na ordem natural e lógica de importância:

Geopolítica — Geografia e Estado.

Demopolítica — população e Estado.

Ecopolítica — recursos econômicos de um Estado.

Sociopolítica — estrutura social do Estado.

Cratopolítica — organização governamental.

Kjellén não só adotou o ponto de vista de Ratzel, encarando o Estado como uma unidade biológica que possui as características e a vitalidade de um organismo vivo, como ampliou o conceito, introduzindo a idéia nacionalista. O nacionalismo, argüia êle, dá expressão característica ao Estado. Território e espaço, conseqüentemente, passam a ser robustecidos pelo misticismo, pela inclusão do conceito de nacionalismo, o qual, devido à sua ampla e sugestiva significação, pode ser empregado para abrir novos e vastos horizontes: *em qualquer lugar em que existir um grupo da mesma raça, o Estado poderoso pode e deve acorrer.*

A expansão é então louvada como um dever sagrado de um Estado, o conhecimento de suas obrigações para com irmãos de sangue, existentes em outras áreas. O Nacional-Socialismo alemão acolheu com agrado esta idéia de imperialismo racial e invocou o dogma para "salvar" os alemães e os interesses alemães, primeiro na Áustria, depois na Sudetolândia e em toda a Europa central.

O Gen. Haushofer, o último e mais conhecido expoente alemão da geopolítica, residiu bastante tempo no Japão, onde adquiriu uma profunda admiração pelo programa imperialista dos estadistas japoneses. Como testemunha, estudou e interessou-se pelos avanços progressivos do Japão; admitiu o discernimento geopolítico dos japoneses e seu instinto para o "lebensraum"; falou dos mesmos como da "nobre raça" que reconheceu a "dinâmica da política" do Este e, muitas vezes, os apontou como modelos a serem imitados pelos alemães. Professou particular admiração por sua técnica sutil de evolução espacial: "esta é a escola, advertiu aos seus concidadãos, que o Japão emprega", "e é a que a Alemanha deverá empregar", aduziu.

Adotou, também, as idéias de Kjellén, do qual era grande admirador. E suas qualidades pessoais, amadurecidas pela experiência militar e diplomática, fizeram dêle a personalidade apropriada para a tarefa de esboçar os argumentos históricos e geográficos, necessários ao poder nazista em ascensão. Nascido em 1896, foi oficial do exército na Primeira Grande Guerra e estêve à testa de suas derrotadas tropas, na

volta para a Alemanha humilhada. Como observador militar, adido ao exército japonês, estudou a situação do Extremo Oriente sob o ponto de vista de Tóquio. Finalmente, como professor da Universidade de Munich, organizou e mobilizou uma quantidade enorme de informações enciclopédicas, para o dia em que a Alemanha estivesse em condições de atacar. Era um poliglota, falando seis línguas estrangeiras, inclusive chinês, japonês, coreano e russo. Com ele a geopolítica tornou-se uma espada flamejante para ajudar a Alemanha a atingir o seu sonho de revanche e de dominação.

Haushofer logo se inteirou da importância dos trabalhos dos geógrafos ingleses Sir Halford Mackinder e James Fairgrieve. Admirou tanto o estudo "Geography and World Power" de Fairgrieve, que o traduziu para o alemão e prefaciou a obra. De Mackinder, aproveitou a idéia básica que iria dar vitalidade ao pensamento geopolítico alemão. Esta idéia apareceu em primeiro lugar num jornal com o título "The

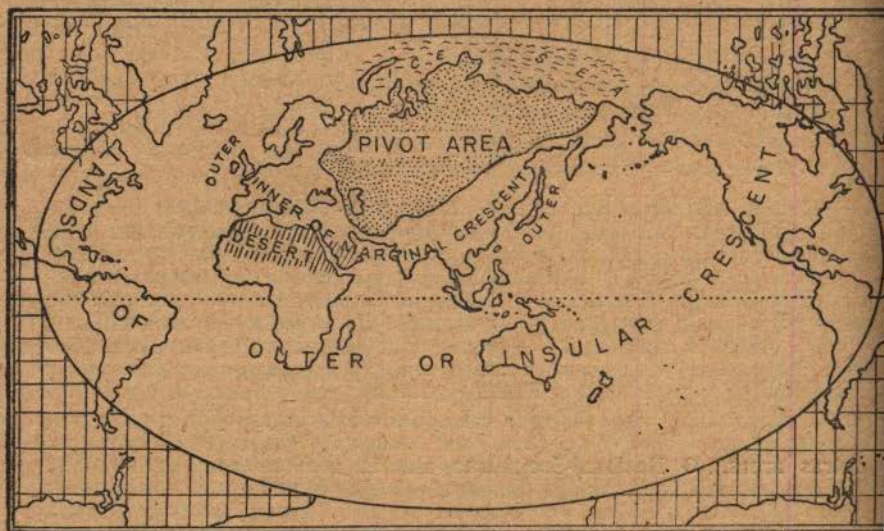


Fig. 1 — O famoso mapa organizado por Mackinder, na projeção de Mercator, tal como apareceu em 1904 no "Geographical Journal" de Londres.

"Geographical Pivot of History" e foi lida na Sociedade Real de Geografia de Londres em 1904 por Sir Halford, que nesta ocasião apresentou uma notável análise da interrelação existente entre geografia e política, não somente no continente europeu, como em qualquer parte do mundo, invocando a História como testemunha.

A idéia básica de Mackinder pode ser assim expressa:

A Rússia é o Estado "pivot" na balança do poder, nos tempos modernos; os EE.UU., pelo seu avanço no Pacífico, tornou-se um poder de Este, sendo o oceano Atlântico a linha divisória entre o Este e o Oeste.

Em 1919, Mackinder publicou "Democratic Ideals and Reality" no qual encarou o futuro perigo para a paz mundial da dominação potencial da Rússia e do Este, pela Alemanha. "Quando nossos estadistas estiverem em conversações com o inimigo derrotado, alertou Mackinder, algum querubim alado deve ciciar-lhes, de vez em quando, estas palavras: Quem controlar a parte oriental da Europa comandará o núcleo central, Coração da Terra; quem controlar o coração da terra, comandará a Ilha do Mundo, quem controlar a Ilha do Mundo, comandará o Mundo. Esta referência ao coração do Mundo e à ilha do Mundo, é o método gráfico empregado por Mackinder para frisar sua tese básica de que os três continentes — Europa, Ásia e África — constituem, como é verdadeiro, uma grande ilha cultural, política e econômica, rodeada por águas que constituem 75% das existentes na Terra. Em volta dela estão grupadas áreas de menor importância e que são apêndices dessa massa de terra, situada no hemisfério oriental.

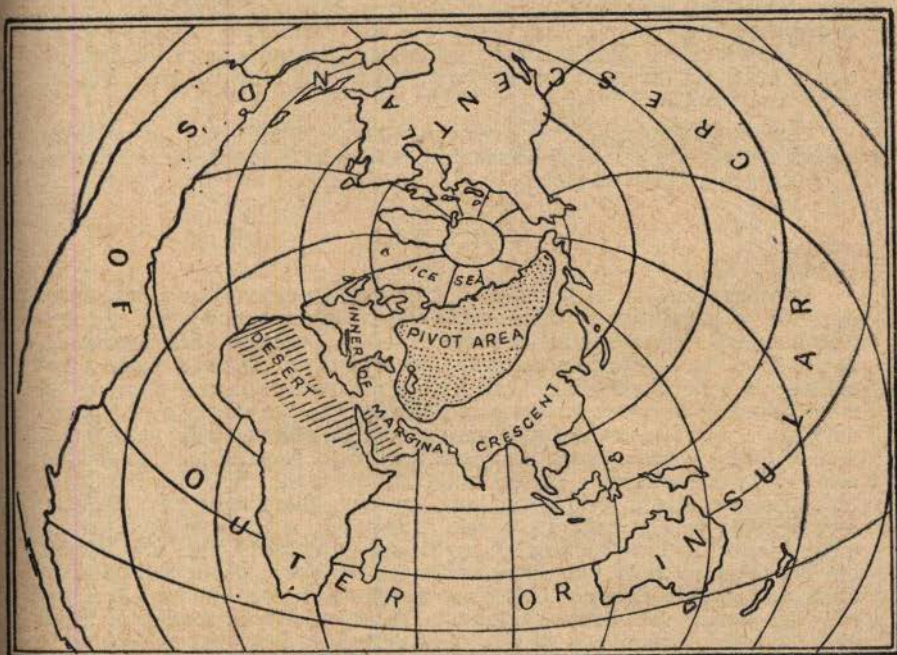


Fig. 2 — As concepções de Mackinder transportadas para um mapa equidistante azimutal, com centro no "Coração do Mundo".

O coração desta ilha, é por ele concebido como estendendo-se do Volga ao Yangtzé e do Himalaia ao Oceano Ártico, uma compacta massa continental fechada ao controle do poder marítimo. A dominação organizada deste imenso território, por um povo viril, poderá alterar o equilíbrio do poder mundial.

Tal era a visão deste verdadeiro pioneiro moderno da geopolítica.

Haushofer aceitou francamente as idéias de Mackinder. Referiu-se a ele freqüentemente. Reproduziu, muitas vezes, seu mapa do "Núcleo Central"; e construiu seu sistema geopolítico nas premissas inglesas. O

contrôle do "coração da Europa" pela Alemanha, tornou-se desde então a idéia central de Haushofer.

Um forte poder terrestre, com inconquistáveis linhas de defesa e linhas de transportes interiores, economicamente auto-suficiente, e com uma poderosa organização militar, deveria formar o núcleo da supremacia continental. Em volta, e subordinado a êle, tanto política como economicamente, Estados satélites menores deveriam ser organizados, como reservatórios de suprimentos e serviços, para a "raça de dominadores". Desta fortaleza se irradiaria o programa germânico para o domínio posterior do mundo, que Frederico List havia esboçado em 1841 no seu "Sistema nacional de economia política".

Hitler e Haushofer constituíram um binário e os frutos de seu jôgo se tornaram manifestos e sérios para o mundo.

Haushofer passou a ser uma Escola, um movimento, um símbolo, uma força de propulsão. Criou o Instituto de Geopolítica e uma atmosfera geopolítica definitiva na Alemanha moderna, que envolveu a todos: os políticos e as massas. E a verdade é que Haushofer, diretamente às vezes, outras vezes indiretamente, coordenou, integrou e racionalizou o campo total da geografia comparativa para ser utilizada pelo Führer como arma política.

Como o general Ludendorff na sua "Guerra Total" esboçou as novas táticas da guerra, também Haushofer, metódica e precisamente, traçou a estratégia geográfica global.

CONCLUSÃO

Para os alemães, a geopolítica foi, precisamente, o que seu nome significa — a política da concepção de vida de um mundo só e do destino humano. Foi a sublimação lógica de um processo de secularização da mente e das instituições culturais, que vinha em evolução desde a Renascença e a Revolução Industrial. Ambos puseram de lado o valor do homem *por si*: a Renascença com o seu *Humanismo* introduziu o paganismo do gôsto e do refinamento que, conjugado com a depravação pessoal nas altas camadas e com o nepotismo, enfraqueceu o respeito pela autoridade eclesiástica e acelerou a revolta religiosa no século XVI; a Revolução Industrial, no século XVIII introduziu um novo dissolvente na sociedade, representado pela manufatura e pela distribuição e troca de uma quantidade imensa de bens materiais, que trouxe a idolatria para a produção em massa, para tudo que fôsse capaz de ter prego e ser mercadeado. Criou-se a Quarta Classe: A massa, inorgânica e cosmopolita. E o terreno foi preparado para o surgimento da Prússia, cuja tendência histórica tem sido desprezar a lei e exaltar a força.

A geopolítica pode ser encarada de diversos ângulos. Alguns comentadores descrevem-na como um dos maiores "bluffs" da História. Muitos americanos pretendem ignorá-la, por conter conceitos tão exagerados que não merecem uma séria contestação. Outros, entretantô, encaram-na como uma arma extremamente perigosa, que deve ser contra-atacada vigorosamente.

Para nós a verdade parece estar entre os extremos.

Não nos esqueçamos, jamais, que a natureza tem horror ao vácuo. Destruída a Alemanha, uma outra potência, a Rússia, a substituiu nos mesmos intentos. E com argumentos semelhantes procura o domínio do mundo. Não ignoramos que há uma revolução social instilada na mente das massas desde 1918. E que Moscou está muito mais próximo do Núcleo Central, da Índia e da China, do que Londres ou Washington.

E preparemo-nos, espiritual e materialmente, para uma conflagração que poderá ter o mundo como a desejada prêsa de guerra, e que tenderá a nos fazer voltar aos estágios primitivos da humanidade, apesar de vivermos uma vida civilizadíssima.

BIBLIOGRAFIA

- A) ARTIGOS : "The round world and the Winning of the Peace", por Sir Halford Mackinder ; "Geography and World Power" por James Fairgrieve ; "Marginal and interior lands of the old world" por C. B. Fawcett ; Yakutia and The Future of the North" por Owen Lattimore ; "Heartland revisited" por Hans W. Weigert ; "Geopolitics and International Morals" por E. A. Walsh ; The rise and decline of German Lebensraum" por Samuel V. Valkenburg.
- B) LIVROS : "La decadência de Ocidente" por Oswald Spengler ; "Global Geography" por T. Renner ; "Geography of The Peace" por N. J. Spykman ; "A luta pelo mundo" por James Burnham. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil por Everardo Backheuser.

*
* *

"ESPAÇO" E "POSIÇÃO"

No "espaço" e na "posição" residem as duas condições básicas da realidade política, econômica, cultural e social do Brasil. Representam, por assim dizer, constantes dentro das quais se desenvolve a existência dos Estados.

O Brasil, único país de língua e civilização portuguesas na América, é detentor de um grande "espaço". Não possui espaços anacumênicos (espaços fictícios), ou impossíveis de serem povoados. Nota-se a ausência de desertos, elevações exageradas, ou regiões geladas. Pode ser utilizado, em sua totalidade, economicamente. A integração de nossa hileia amazônica e do polígono das secas processa-se mediante esforços da moderna técnica.

Os Estados que possuem grandes "espaços" encerram vantagens e inconvenientes. A primeira vantagem é que, pelo desenvolvimento, pode colocar-se entre as grandes potências do planeta. Apresenta possibilidade de grande crescimento de população sem que se veja a braços com um superavit demográfico. Possibilidades econômicas, agrícolas e pecuárias, minerais e industriais, em seu mais amplo aproveitamento. Possibili-

dades de intensificar as relações comerciais — interna ou externamente — em virtude de diversos pontos de escoamento. Maior contato do homem com a natureza, bem como diminuição do valor absoluto dos obstáculos naturais.

Entre os inconvenientes podemos lembrar as dificuldades de defesa, de penetração e ocupação. Devemos considerar também o perigo de desmembramento. Esta última desvantagem, para o Brasil, está definitivamente ultrapassada. Impõem-se, no entanto, medidas que consolidem, cada vez mais a coesão nacional, além das tradições históricas e culturais. Importante é a intensificação de nossas rédes de comunicação e de transporte. A mudança da Capital, bem como a redivisão administrativa do território, são consideradas como fatores de consolidação territorial, e, pois, nacional.

Passo importante foi dado pela criação dos novos territórios. O seu profundo significado geopolítico passou, no entanto, despercebido à maioria. Verificou-se a vivificação da faixa periférica do país.

Possuímos espaços fracamente povoados, e até mesmo áreas despovoadas. A penetração pelo interior não foi completada, havendo regiões em fase de ocupação. Esse inconveniente pode, entretanto, ser superado, quer por um maior crescimento vegetativo, quer pelo planejamento e execução de uma política racional de imigração.

A “posição” refere-se à distância, acessibilidade, ou isolamento. É considerada como fator geográfico de fundamental importância. A simples “posição” astronômica, ou climática, não nos é inteiramente favorável. Não possuímos climas dos mais energéticos. Devemos, no entanto, considerar a sua relatividade no tempo. Tudo depende do grau de cultura, relacionado ao momento histórico. “O clima, em conjunto com a herança racial e o desenvolvimento da cultura, é um dos três grandes fatores que determinam as condições de civilização”, afirma Huntington. E acrescenta: “É impossível definir qual dos três é o mais importante”.

Os diversos tipos de “posição” de um país importam na atuação dele no concerto das nações. As condições do Brasil, nesse particular, lhe são favoráveis, pois nosso país ocupa, ao mesmo tempo, uma posição central, adjacente, periférica e estratégica.

Não devemos esquecer que o Brasil, durante o último conflito, especialmente a região do Nordeste, representou papel de enorme importância. Serviu de ponto de apoio e de ponte para operações no velho continente. Foi fator de grande significação na vitória dos aliados.

A “posição” é uma espécie de elemento invisível, intangível, mas, ao mesmo tempo, vital na constituição de um país, por sua importância nas atividades humanas.

MOISÉS GICOVATE

(Transcrito da “Geografia do Brasil”

— 3º Livro — Ciclo Colegial)

II — ESTUDOS E ENSAIOS

ÁREAS INTERNACIONAIS DE COMPREENSÃO E ÁREAS DE ATRITO — TENDÊNCIAS EXPANSIONISTAS (*)

Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

1 — INTRODUÇÃO

O tema que nos foi confiado nesta palestra, requer, com vistas a um tratamento por menos que se exija objetivo e justo, breve análise prévia, mediante a qual se busque precisar conceitos, delimitar noções, metodizar e hierarquizar idéias.

Certo, o assunto, considerado sob esse ângulo inicial bem mais amplo, necessariamente o seu tanto abstrato — e o próprio de todo conceituar é sempre abstrair para generalizar, precisando conteúdos e definindo fronteiras ao entendimento — comporta larga faixa opinativa; nem os mestres mais credenciados da sociologia moderna — Park, Burgess, Ellwood, Bogardus, Ogburn, Tönnies, Weber, Durkheim e Bouthoul, entre os que mais versaram, com rigoroso espírito metodizador, o capítulo dos processos de interação social — podem nos fornecer, inteiramente disponível, um quadro perfeito que nos sirva de moldura e referência ao estudo que buscaremos empreender, a largos traços embora, das atuais “áreas internacionais de compreensão” e das “áreas de atrito” que mais se destacam no panorama mundial contemporâneo. E isso porque, sobretudo, aqueles autores mais encaramaram o problema do ponto de vista das relações interpessoais, antes do que no campo, muito mais complexo sem dúvida e, principalmente, menos diáfano, da interação dos Estados, soberanos ou tutelados, das alianças de vários tipos entre países diversos, das unidades culturais de distintos graus, dos conflitos entre povos e dos momentosos encontros de civilizações.

Mas, a valiosíssima contribuição que, nesse particular, definitivamente deixaram incorporada à ciência sociológica, nos poderá bem servir de fundamento sólido à transposição conceitual — se a tanto chegarmos — que tentaremos fazer, do plano interindividual em que melhor se situam as classificações e denotações propostas, para o das relações entre grupos secundários culturalmente organizados, tais os Estados, as Nações, as Comunidades que, na escala dos conjuntos sociais, se vêm a dispor, como é de todos sabido, bem acima ainda dos chamados grupos primários e quase-primários da nomenclatura de Cooley, caracterizados que são estes por uma intimidade muito maior e um coeficiente mais elevado de identificação simpática, próprios das relações face-a-face.

2 — PROCESSOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E SUA CLASSIFICAÇÃO CORRENTE

O contato, mais ou menos estreito, mais ou menos duradouro, condiciona sempre, a rigor, todo e qualquer processo de interação so-

(*) Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1959)

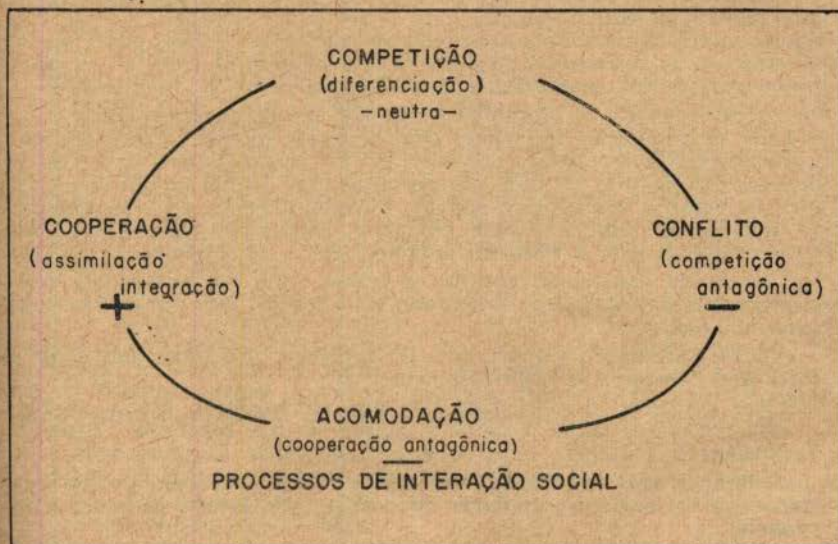
cial, quer entre indivíduos, quer mesmo entre grupos, como parece óbvio — processo que se entretetece sempre de ações e de reações de toda ordem, de uma estimulação recíproca, proporcionada e ativada pela multiplicidade dos canais de comunicação efetivamente disponíveis. Daí, o dinamismo dia a dia crescente dêsse processo entrecruzado de interação, num mundo em que o isolamento passou, de fato, a ser uma simples utopia, estranhamente ainda almejada por muitos, à medida que os padrões, tanto de espaço como de tempo, sofrem bruscas e impressionantes mutações, reduzindo drasticamente as dimensões todas do planêta, e o domínio criador do cientista e do técnico sobre o universo maravilhoso da microfísica assegura meios de comunicações cada vez mais potentes, mais econômicos e de mais ampla e incoercível difusão.

Sem a menor dúvida, sua característica talvez fundamental, a ambivalência, tão bem expressa no repetido símile de Samuel Butler — o laço que une, ao mesmo tempo que a faca que separa —, ambivalência que radica, afinal, em suas próprias origens psicológicas, nem por isso vem sequer esbatida em meio a complexidade das motivações, atitudes e comportamentos que, em tal processo, se integram para um fim, a princípio de todo indefinido entre dois polos distintos, mas que, aos poucos, se vai caracterizando, em cada caso, como dominante decisiva, embora nunca exclusiva. Assim, qualquer classificação de processos típicos de interação constitui, necessariamente, uma simples abstração, pois êstes nunca se nos aparecerão inteiriços e isolados, numa realidade social immanentemente fluuante e, na verdade, plena de contradições. Abstração, porém, de inegável valia metodológica e sem a qual não haveria, mesmo, parâmetros de segura referência à análise e ao diagnóstico sociológicos, quanto mais a qualquer arremêdo de planejamento da própria vida em sociedade.

Osborn e Neumeyer distinguem, assim, os dois grandes grupos das **interações antagonônicas** e das **interações unificadoras**, expressões que muito de perto correspondem aos **processos sociais conjuntivos e disjuntivos** da classificação de Wilson e Kolb. (Esquema 1). Em ambas essas sistematizações, de um lado — a **cooperação** — e do outro — o **conflito** — assinalam as duas situações dos extremos; entre elas, um ponto médio e neutral caberia a essa forma quase paradoxal de interação a que já se qualificou mesmo de "interação sem contato social" e na qual se tem reconhecido até o tipo elementar, universal e básico no conjunto dêsses processos.

Sem real identificação dos antagonistas, sem uma consciência bem viva de qualquer rivalidade, caracterizada muito mais por uma absorção na consecução de certos fins do que na busca decidida da eliminação ou sujeição de um adversário, a **competição** tanto pode levar, em verdade, à cooperação como ao próprio conflito — a "competição antagonônica" de Gumburn. e nada valem aqui as teses já muito desgastadas que, com Gumpłowicz e o próprio Marx, nas pegadas remotas de Heráclito, dão primazia ao conflito na mudança social, ou as que, Kropotkine à frente, situam em plano destacado, ao contrário, a cooperação, sob o rótulo de ajuda mútua ou outro qualquer, como elemento organizador e integrador das sociedades humanas. A verdade é que, como Margaret Mead exaustivamente comprovou, há culturas cooperativas e culturas competitivas e não é, pois, sem razão que, em nosso tempo e sobretudo no mundo do Ocidente, eminentes sociólogos caracterizam, como fundamental, a competição, tal como acima já dissemos. Não houvesse David Riesman, em sua monumental obra "A Multidão Solitária", distinguido nossa cultura, embora em sensível processo de mutação agora, como introvertida, competitiva, dominada por um sentimento íntimo de culpa e simbolizável

no giroscópio, por suas atitudes em relação a objetivos de um permanente caráter individualista, enquanto: a sociedade medieval, regulada por uma tradição todo poderosa, se apresentava altamente cooperativa, sob impulsos radicados num pudor invencível e o signo consagrado do livro de etiqueta; e a nova sociedade que desponta, dominada por um sentimento generalizado de ansiedade, parece vir a definir-se como mais extrovertida, mais burocratizada, ciberpética mesmo, sob o emblema apropriado de um radar, ultra-sensível às atitudes e expectativas alheias.



ESQUEMA 1

O que nos importa, porém, assinalar aqui, é que, do conflito à cooperação, é o processo chamado **acomodação** — “cooperação antagonica”, como quer Sumner — que oferece variados caminhos, desde a coação pela vitória e a submissão em face da derrota até o compromisso, a tolerância, a conversão e, finalmente, a própria assimilação que culmina em integração, no quadro desta, vindo, de novo, a manifestar-se, a prática cooperativa. Igualmente, porém, da cooperação ao conflito não é excepcional o retôrno, antes o propiciam e motivam a natural diferenciação, resultante da divisão do trabalho e da especialização de funções, seguida de um processo de competição cada vez mais dinâmico, o sentimento a generalizar-se dessa mesma diferenciação, a consciência de espécie dando, por fim, autonomia a novos grupos antagonicos.

Eis porque Park e Burgess qualificaram a competição, o conflito, a acomodação e a assimilação de “os quatro grandes tipos de interação” cuja correspondência não se esqueceriam de fortemente assinalar em relação ao equilíbrio econômico — nitidamente competitivo entre nós do Ocidente —, à ordem política — solucionadora dos conflitos —, à organização social — com suas múltiplas agências de acomodação — e à herança cultural que integra a própria personalidade do homem, animal social, e dá vitalidade e assegura plena expansão às suas mais nobres e sadias potencialidades.

TERRITÓRIO E DOMÍNIO

(Conclusão do número anterior)

Tenente-Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM

O estudo do domínio do *território marítimo* envolve matérias que diretamente lhe dizem respeito, tais como mares territoriais, zonas contíguas, mares internos, estreitos e canais marítimos, golfos, baías, portos e estuários, e outras que lhe são indiretas, por exemplo, a da plataforma continental submarina e a do regime jurídico de alto-mar.

A determinação da fronteira marítima, isto se compreendendo como a linha de separação terra-mar, oferece muito menos dificuldades que a das fronteiras terrestres, pois que são aí marcantes as características de bem distinguir e de bem separar e embora a linha divisória avance e recue sobre a terra firme não há daí controvérsias de interpretação. A importância política dessas fronteiras advém da ligação que permitem do país com o resto do mundo, através do alto-mar.

As águas marítimas, tirando os mares internos confinados, estão compreendidas nos mares territoriais ou litorais, nas zonas contíguas e no alto-mar.

Mares territoriais ou litorais são as faixas marítimas marginais à costa dos Estados, até certa distância;

Mar territorial é a orla admitida que acompanha o litoral em toda a sua extensão e sobre a qual o Estado exerce soberania (Everardo Backheuser);

Mar territorial é o cinturão marítimo, a parte do mar que, em contraposição ao alto-mar, pertence ao domínio de Estado litorâneo (Oppenheim);

Zona contígua é a faixa marítima entre o mar litoral e o alto-mar, na qual se admite que o Estado ribeirinho possui direitos restritos de natureza administrativa — polícia, segurança da navegação e proteção à pesca.

Zona contígua é a zona adjacente ao mar territorial, até a distância fixada em leis especiais, nas quais o Estado pode tomar medidas de polícia ou defesa, que julgue oportunas.

Alto-mar é toda a porção de mar que fica fora dos limites das águas territoriais de quaisquer Estados, sendo inteiramente livre à navegação e não estando sujeito à soberania de nação alguma.

O conceito de mar territorial abarca matéria de direito das gentes e de direito interno. O primeiro trata do reconhecimento internacional dessa figura jurídica, das tentativas de uma uniformização conceitual, dos tratados e convenções que a êle dizem respeito. O segundo regula, principalmente, as questões de domínio e de definição das áreas marítimas. Ainda não é uma questão pacífica a condição jurídica das águas territoriais, pois autores há que as consideram como meras zonas de autoridade do Estado, não implicando isso em soberania. O Estado tem direitos de polícia, aduaneira, sanitária e de navegação, de cabotagem, pesca, cerimonial e jurisdição civil e penal, mas não quer isso dizer soberania irrestrita sobre uma zona que não se diferencia do alto-mar. A tendência dominante, entretanto, contraria a opinião desses autores, considerando-as do domínio do Estado ribeirinho, integradas no próprio território nacional. Quanto à necessidade de um mar territorial é ponto assente na doutrina, por razões econômicas, de segurança nacional, de

uso das águas e também para que a liberdade de alto-mar não seja praticada tão perto das costas do Estado que venha a causar danos à soberania ou provocar querelas internacionais.

O problema da fixação do mar territorial esbarra com dificuldades enormes face a diversidade de critérios, que ainda não foram contornados nas sucessivas conferências internacionais que abordam o assunto. As duas principais correntes propugnam, uma que aos Estados se reconheça a liberdade de estabelecer a extensão dos seus mares territoriais, outra que seja determinada uma largura única a ser adotada internacionalmente.

Nesse segundo critério, as principais potências marítimas querem adotar o limite tradicional de três milhas (alcance original do tiro de canhão) para serem beneficiadas principalmente com a liberdade de navegação e de pesca. Outras preferem quatro milhas, outras seis, outras doze, conforme as respectivas posições geográficas e as características das fronteiras marítimas. As potências oceânicas que se defrontam com o mar aberto, mas que possuem fraco poder naval, ao contrário, querem alargar os seus mares territoriais. China e Portugal adotam a medida de dezoito milhas, o Uruguai propôs vinte e cinco milhas e o Equador, Peru e Chile reconhecem seus direitos até duzentas milhas da costa.

Os três países adotaram essa extensão pela Declaração de Santiago, datada de 18 de agosto de 1952, por ocasião da Primeira Conferência sobre a exploração e conservação das riquezas marítimas do Pacífico Sul, que foi devidamente notificada aos demais países. Só a Inglaterra e os Estados Unidos opuseram reservas, baseados no reconhecimento que fazem da distância de três milhas para as águas territoriais.

Justificando a Declaração de Santiago e defendendo seus direitos durante sucessivos incidentes que têm pontilhado essa medida tripartite, os Estados signatários alinham argumentos ponderáveis dos quais os principais são os seguintes:

a) os fatores geológicos e biológicos que condicionam a existência, conservação e desenvolvimento da fauna e da flora marítimas nas águas que banham os países declarantes, fazem com que a antiga extensão do mar territorial e da zona contígua seja insuficiente para a conservação, desenvolvimento e aproveitamento dessas riquezas a que têm direito os países costeiros.

b) os meios de transportes modernos e de controle sobre o mar têm levado paulatinamente à elaboração de conceitos jurídicos distintos do já muito arcaico de três milhas que se aplicava ao denominado mar territorial. Esta tese, ao demais, nunca encontrou uma aquiescência unânime e geral; pelo contrário, jamais existiu doutrina uniforme, como ficou demonstrado nas vezes em que se tentou um convênio multilateral a respeito. Não tem sido, pois, regra consensual nem tem os indispensáveis caracteres de uniformidade e universalidade a execução e a aplicação do princípio das três milhas, que permitam considerá-lo como regra consuetudinária obrigatória para os Estados, nem quanto à extensão nem quanto às modalidades e alcance da soberania marítima.

c) a evolução constante do direito internacional é especialmente notória nos problemas marítimos. Assim, a ampliação da Zona Contígua ao talude continental são fatos que evidenciam o desenvolvimento da técnica dos meios de determinação e exploração das zonas marítimas, influiu para que o direito internacional reconhecesse hoje o direito dos Estados protegerem, conservarem e fomentarem as riquezas marítimas e assegurarem o uso e aproveitamento das mesmas. A au-

sência de uma uniformidade geral, entre os diversos conceitos jurídicos de caráter internacional, sobre o território marítimo não altera nem modifica uma norma fundamental, que se encontra em todos eles, a saber: a competência exclusiva de cada Estado para determinar livremente a natureza, as modalidades e o alcance de seus direitos de soberania marítima e sua obrigação de assegurar ao seu próprio povo as necessárias condições de subsistência e de cuidar da conservação e proteção dos recursos naturais do mar ante as suas costas.

Outro argumento levado em conta, segundo Enrique Garcia Sayan (Notas sobre la Soberania Maritima del Peru — Defensa de las 200 millas de mar peruano ante las recientes transgresiones — Lima — 1955), versam sobre a exígua plataforma continental submarina do Peru e do Chile, que em determinadas seções do litoral chegam a apenas duas milhas, estendendo-se a um máximo de 60/80 milhas, contra outros países, tais como os Estados Unidos, México e Argentina, cujas plataformas submarinas são de mais de 200 milhas, em certos trechos. Ainda mais, há países, como os Estados Unidos, que se reservam o direito de estabelecer zonas de conservação em alto-mar.

Dentro dessas razões, e de outras, os países signatários da Declaração de Santiago proclamaram como norma de sua política internacional marítima a soberania e jurisdição exclusivas que a cada um deles corresponde sobre o mar que banha as costas de seus respectivos territórios, até uma distância mínima de 200 milhas marítimas desde as referidas costas e sobre o solo e subsolo que a eles correspondem. Dita soberania só é, necessariamente, limitada em favor da passagem inocente e inofensiva, através da zona assinalada, para os navios de todas as nações.

Em conclusão, vê-se que o mar litorâneo está sujeito a estatuto jurídico especial. A largura do referido mar ainda é matéria de direito interno de cada país, já que dentro do direito internacional não há acordo entre os Estados, sobre a extensão da soberania de cada um.

O Brasil ainda considera a faixa tradicional de três milhas, para as suas águas territoriais e assim dispõe no Decreto 5.798, de 11 de julho de 1940, que aprovou e mandou executar o novo Regulamento para as Capitânicas de Portos. Uma pálida tendência para ressaltar seu direito de aumentar a largura do mar litorâneo se mostra no artigo 2º do Decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938 (Código de Pesca), que classifica a pesca marítima em litorânea, costeira e de alto-mar, considerando as duas primeiras, até a distância de doze milhas da praia. Porém, esse código é de fins limitados e não aborda, diretamente, a questão.

Dentro das águas territoriais é unanimemente consagrado o *direito de passagem inocente e inofensiva* das embarcações estrangeiras, considerando-se *passagem inocente* aquela que não oferece perigo à segurança e ordem públicas e nos interesses dos Estados ribeirinhos. Essa figura jurídica ressalva o direito universal da liberdade de navegação e comércio e é, apenas, limitada para os navios de guerra, que devem solicitar licença de passagem e, no caso de submarinos, navegar à superfície. O Estado ribeirinho pode fiscalizar a passagem inocente e tem o direito de perseguição, se ela for violada.

Intimamente ligadas ao conceito de mar territorial existem, modernamente, o de *zona contígua* e o de *plataforma continental submarina*.

O conceito de *zona contígua* surgiu para contrabalançar as tendências opostas dos países, na questão do mar territorial, uns querendo a permanência do limite de três milhas, outros propugnando o alargamento dessa faixa. Embora não esteja ainda unanimemente reconhecida,

a zona contígua representa uma faixa marítima entre as águas litorâneas e o mar alto, na qual o Estado não exerce soberania, mas ainda resguarda direitos aduaneiros, imigratórios, fiscais e sanitários. A idéia da zona contígua não deixa de ser um artifício jurídico, de que lançou mão os Estados Unidos, por exemplo, para perseguir os transgressores da lei seca que, além do mar territorial, em mar alto, estavam impunes e fora das sanções do Estado. Assim, há tendência para considerar a zona contígua como uma parte do mar alto em que ainda existe a influência do Estado ribeirinho. Sua largura não está determinada, mas em geral se admite que o mar territorial e a zona contígua não devem constituir uma faixa superior a doze milhas. No entanto, já se pode considerar evoluído o conceito de zona contígua, por razões estratégicas e econômicas, que têm criado institutos de maior amplitude. Dos primeiros, basta dizer que as nações americanas criaram o princípio da *Zona de Segurança*, abordado, pela primeira vez, na Conferência de Havana, com o fim de afastar a guerra naval das costas americanas; em seguida, reafirmado na Declaração do Panamá, ainda não reconhecido pelos Estados beligerantes; hoje em dia, porém, praticamente consagrado nos artigos 3 e 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, em setembro de 1947 e repetido nos vários tratados de segurança coletiva, atualmente em vigor. Sob o aspecto econômico, o conceito de domínio sobre a *Plataforma Continental Submarina*, pelo Estado ribeirinho, vem também diminuir a importância da Zona Contígua.

Plataforma Continental é o prolongamento submarino da terra firme continental, reconhecido por guardar as mesmas características estruturais. É de largura variável, porquanto se estende até onde o mar atinge a profundidade de 200 metros, em cujas proximidades o relevo submarino cai abruptamente para as grandes profundidades.

Plataforma Continental é a parte do solo do mar, e do subsolo respectivo, coberta por 200 metros de água, no máximo, tendo o Estado ribeirinho direito a demonstrar que, por força de circunstâncias geológicas excepcionais, sua plataforma continental se acha em maior profundidade.

Há regiões em que a plataforma continental é diminuta e há muitas outras em que se estende, por centenas de milhas. Dado o desenvolvimento da técnica de exploração científica e econômica das zonas marítimas, criou-se o direito dos Estados protegerem, conservarem e fomentarem as riquezas aí encontradas. Os sedimentos terrígenos trazidos para o mar, por ação dos rios, ventos, etc., se depositam na plataforma continental, criando condições propícias à fauna e à flora submarinas. Além disso, há vastos recursos minerais como o petróleo, por exemplo, no subsolo oceânico. Os interesses econômicos, portanto, têm levado os países a resguardarem juridicamente o domínio da plataforma continental.

Hoje já se reconhece tácitamente a soberania do Estado ribeirinho sobre a parte da plataforma continental, que lhe corresponde. Os detalhes jurídicos, entretanto, ainda não estão perfeitamente determinados, principalmente nas relações de interdependência entre a plataforma, o mar territorial e a zona contígua. Há países que reivindicam somente o solo e o subsolo da plataforma, enquanto outros declaram-se soberanos, também, sobre o mar que a cobre, tendo em vista as necessidades de exploração das riquezas e a piscosidade das águas. Outros países tentam estender a soberania sobre as águas além da plataforma, até onde alcançarem as riquezas dela oriundas, tais como os viveiros de peixes. Questões jurídicas têm surgido dessa desuniformidade de conceitos, que são suscetíveis, inclusive, de influenciarem o regime jurídico de alto mar. A determinação de direito dos Estados

ribeirinhos, se é soberania, jurisdição ou controle, tem assumido aspectos de grande importância.

A posição do governo brasileiro está definida pelo Decreto n. 28840, de 8 de novembro de 1950, que declara integrada no território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente ao seu território, com jurisdição e domínio exclusivos da União. O mesmo decreto estipula que continuam em pleno vigor as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à plataforma, sem prejuízo das que venham a ser estabelecidas, especialmente sobre a pesca nessa região.

Os outros elementos constitutivos do território nacional, que ainda não foram estudados no presente trabalho, são as ilhas oceânicas, o território aéreo e os elementos territoriais oriundos de ficções jurídicas.

As *ilhas oceânicas*, entre as quais se incluem algumas que pertencem ao Brasil — Penedos de São Pedro e São Paulo, Arquipélago de Fernando de Noronha, as Ilhas da Trindade e Martim Vaz — fazem parte dos territórios dos Estados e constituem capítulo à parte, no direito internacional, dado que o domínio sobre elas é quase sempre de origem histórica e adquirido com características diferentes das que atuaram na formação do território metropolitano. As potências marítimas da Idade Moderna, possuem ilhas oceânicas, que obedecem a estatuto colonial, quando são colônias, pois muitas são completamente desabitadas, sendo mantidas, apenas, como pontos de possíveis e eventuais interesses estratégicos e econômicos. Em geral, os países confrontantes com elas, como o Brasil e Equador (Arquipélago de Galapagos), consideram suas as ilhas oceânicas, dentro do território metropolitano. A Argentina também considera assim as Ilhas Malvinas, no seu conflito secular com a Grã-Bretanha.

Pode dizer-se que o domínio e a integração das ilhas oceânicas ao território de um Estado é feito por ocupação legítima ou por conquista e, nesse caso, os conflitos, na maioria, não estão resolvidos.

A soberania do Brasil sobre suas ilhas é reconhecida pacificamente.

O *território aéreo* também acarreta inúmeros problemas de domínio. À semelhança da plataforma continental submarina, sua importância cresceu enormemente, com o desenvolvimento da ciência e da técnica e suas inevitáveis repercussões econômicas. As disposições que visam a disciplinar a utilização do espaço atmosférico e, mesmo, ultra-atmosférico, tendem hoje a se constituírem num ramo especializado do direito, tal a intensidade com que o homem o tem explorado. É natural, portanto, que os fatores políticos internacionais criem de imediato a necessidade de determinar as esferas de soberania e jurisdição de cada Estado. Inúmeros atos internacionais têm disposto a respeito, tais como a Convenção Internacional de Paris, de 13 de outubro de 1919, com os protocolos modificativos, de 27 de outubro de 1922, 30 de junho de 1923, 15 de junho de 1929, 11 de dezembro de 1929, a Convenção de Madri, de 1 de novembro de 1926, a de Havana de 20 de fevereiro de 1928 e a de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Os princípios gerais dos textos internacionais reconhecem, em princípio: que cada potência tem soberania completa e exclusiva, sobre o espaço aéreo, situado acima de seu território. *Território*, nesse caso, é a extensão terrestre e as águas adjacentes territoriais sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato de um Estado; que o Estado deve conceder, em tempo de paz, a liberdade de passagem inofensiva acima de seu território, mas por itinerários e pontos de aterragem previamente fixados; que o Estado soberano pode fixar as condições para que a circulação de aeronaves não venha a prejudicar seus interesses de defesa e conservação, entendendo-se como tais a proibição de so-

brevão de certas zonas, de transportes de explosivos, armas e munições, do uso de aparelhos fotográficos e ainda a necessidade de licença de voo para as aeronaves militares e a exclusividade dos nacionais para a cabotagem aérea.

A *passagem aérea inocente* é a travessia por uma aeronave particular ou comercial do espaço aéreo de um estado, efetuada de acordo com os regulamentos desse estado e sem a prática de atos que atentem contra a segurança, a ordem pública ou os interesses fiscais ou aduaneiros do Estado.

O Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei n. 483, de 8 de junho de 1938) é o instrumento que fixa os dispositivos da política aérea brasileira. No artigo 1º declara que os Estados Unidos do Brasil exercem completa e exclusiva soberania sobre o espaço situado acima do seu território e respectivas águas territoriais. O artigo 4º considera "em território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves militares, onde quer que se encontrem e as de outra espécie, quando em alto mar ou em território que não pertença a nenhum Estado". Este artigo se conforma com as *ficções jurídicas* aceitas internacionalmente e que ampliam o conceito de território ou particularizam casos especiais a eles referentes. O princípio internacional, que lhe serviu de base, é o mesmo consagrado no estatuto jurídico dos navios em alto mar.

A ficção de territorialidade se aplica às aeronaves militares, e aos navios de guerra e às aeronaves civis e navios mercantes, em alto mar. No campo da doutrina há correntes de pensamento contrárias à concepção que assimila navios e aviões ao território do Estado, principalmente, baseadas na complexidade de problemas que surgem, referentes ao direito internacional privado.

Afora o território móvel, ainda há a antiga ficção territorial sobre as embaixadas. Antigamente, as embaixadas eram consideradas parte do território nacional. Hoje não se aceita mais essa teoria. Os funcionários diplomáticos gozam de regalias, mas a embaixada em si não faz parte do território, tanto que os empregados, não diplomatas, não são considerados em território estrangeiro. Há extensão de direitos para as pessoas. Um crime na embaixada é resolvido pela justiça do país em que ela se encontra. O edifício, o terreno, gozam regalias de ordem política, mas não de ordem territorial.

FONTES DE CONSULTA

- O Presente e o Futuro do Direito Internacional — Raul Fernandes;
O Direito Internacional e as Nações Unidas — Gilberto Amado;
Tratado de Direito Público Internacional — Clóvis Bevilacqua;
Direito e Política Internacional — Rodrigo Octávio (filho);
Direito Público e Constitucional — Rodrigo Octávio;
Território Nacional — Soberania e Domínio do Estado — Coronel A. de Lyra Tavares (Biblioteca do Exército — Editôra — 1956);
Geopolítica Geral e do Brasil — Everardo Backheuser — (Biblioteca do Exército — Editôra — 1952);
Curso de Direito Administrativo — C. Rodrigues Valle — 1948 — A. Coelho Branco Filho — Editor;
Comentários à Constituição de 1946 — Pontes de Miranda;

Repertório Enciclopédico de Direito Brasileiro — J. C. de Carvalho Santos — Editor Borsai — Rio de Janeiro — Volumes 6 e 10 Verbetes “Bens Públicos” e “Domínio”;

Domínio de ilhas fluviais — Afrânio de Carvalho — “Jornal do Comércio”, de 23 de maio de 1954;

Manual de Direito Internacional Público — Hildebrando Accioly — 1948 — Saraiva;

Notas sobre la soberania maritima del Peru — defensa de las 200 millas de mar peruano ante las recientes transgressiones — Lima — 1955 — Enrique Garcia Sayan;

Comunicado do Ministro das Relações Exteriores do Equador a respeito do incidente registado nas costas do Equador com a apreensão de barcos pesqueiros americanos.

*
* *

GEOPOLÍTICA

O estudo da Geopolítica é um corolário vital e necessário para o estudo da guerra. Está especialmente relacionado com os mais altos estudos das operações, bem como, educação daqueles que podem ser chamados para elaborar planos de longo alcance. A Geopolítica abrange um campo muito vasto, e suas definições diferem largamente. Para o estudo da guerra, defini-mo-la como “A Relação de uma nação para com seu espaço”. Em seu sentido dinâmico, a Geopolítica é o estudo e avaliação do poderio efetivo ou potencial. O princípio básico dos geopolíticos é que todo o poderio provém de dois fatores: potencial humano e matérias-primas. Não há dúvida de que carvão, ferro, horas de trabalho e transporte, constituem os principais objetivos da revolução comunista.

Tenente-Coronel M. P. O'HARE

(Transcrito de “Estudo da Guerra” publicado na “Military Review”
de maio de 1952)

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

A GEOPOLÍTICA E A GEOGRAFIA MILITAR

Ten ROBERTO NEGRETTI MADRIZ

(Traduzido da "Revista del Ejército", Venezuela — n. 5 de 1958
pelo Major Fernando Ryff Correia Lima)

Por Geografia, de um modo geral, pode ser entendida a ciência que estuda a situação e o relacionamento dos fenômenos da superfície terrestre, ou, como o quer Passarge, pode ser entendida a ciência da paisagem. Da paisagem natural, ou geografia física, e da paisagem transformada, ou geografia humana. É certo que a geografia militar não é senão um ramo da geografia geral ou integral, que estuda a influência desta nas operações militares; isto é, a repercussão que tem a geografia de um país sobre a tática, a estratégia, a logística e até sobre a organização, porque bem se compreende a influência preponderante que exerce o clima e a topografia de uma região sobre o equipamento, incluindo armamento, e sobre a técnica de luta de uma força combatente.

Disso decorre ser a Geografia Militar tão importante, e ter o fator militar valor tão transcendental. Muito embora os ameaçadores conflitos bélicos sejam indeterminados quanto à localização, graças ao seu caráter amplo, geral e quase universal, não cabe qualquer dúvida quanto a ser o componente geográfico o mais importante das ações, tanto militares quanto econômicas ou políticas.

Assim, pois, fica fora de dúvida que o terreno como suporte material das ações humanas mostra-se para as operações militares fator importantíssimo. Mas temos que tomar a mais ampla acepção do termo, visto como não podemos nos referir exclusivamente ao terreno com a significação de terra, de crosta sólida, mas, antes, nos reportamos ao cenário onde se desenrola a guerra de hoje, num fenômeno que está submetido às três coordenadas espaciais, e que é surgente nos três elementos materiais, terra, mar e ar.

Tôdas as atividades da espécie humana, e, particularmente, as atividades dos grupos vistos como Nação e Estado, devem ser notadas com os seus verdadeiros fundamentos na superfície da terra. A maioria dos fatores geográficos, físicos, biológicos, econômicos e humanos, intervém e tem influência marcante na guerra. A geografia é o menos variável dos fatores que afetam a realização de qualquer política ou ação bélica.

O programa do geógrafo militar é exaustivo, nada escapando às suas preocupações. O horizonte da Geografia militar é muito amplo. Vai desde a geografia física até a antropogeografia.

A Geografia Militar pode ser dividida em dois ramos: um, estratégico, que interessa particularmente aos Estados-Maiores, e no qual está incluída a Geopolítica; outro, tático ou topográfico, que interessa a todos os oficiais, sendo de importância óbvia.

A Geografia regula de tal modo o contato entre os povos, em tempo de paz e em tempo de guerra, que nós bem poderíamos dizer, em uma frase sintética, que a geografia é a política internacional, na paz, e a política estratégica na guerra.

Atualmente, devido ao grande desenvolvimento que têm experimentado os estudos geográficos, como consequência das duas grandes guerras mundiais do presente século, e do grande avanço tecnológico iniciado aos fins do século passado, a geografia de tal modo expandiu seu raio de ação, que se torna necessário passar a denominá-la Geografia Integral, abrangendo com tal designação tôdas as ciências complementares que têm a mesma finalidade que ela. Não obstante, a geografia conserva sua individualidade e autonomia como ciência. Eis aqui um quadro sinótico das ciências que a Geografia Integral compreende: (ver quadro).

GEOGRAFIA INTEGRAL

			Ciências Afins
Fisiografia	Geografia Física	Climatologia Hidrografia Geomorfologia	Astronomia
			Geodésia
			Cartografia
			Topografia
Biogeografia	Zoofitogeografia	Geografia : — vegetal — animal	Meteorologia
			Hidrologia
	Geografia Humana	Geografia : — humana pp dt. — econômica — política — social — histórica — militar	Geofísica
			Geologia
			Botânica
			Zoologia
			Biologia
			Antropologia
			Etonografia
			Estatística
			Economia Política
			Sociologia
			História
			Geopolítica

Ainda com tão amplo e ambicioso quadro de conhecimentos geográficos o militar não tem o bastante. Tem que pedir auxílio à História para interpretar a geografia através das exigências da guerra. Nasce assim íntimo enlace entre as duas ciências afins, mais necessário que em qualquer outra parte, quando se trata de estudos castrenses.

Quem quiser obter conclusões geográficas, tem que lançar mão da História. Ainda mais, precisa possuir extensos conhecimentos históricos bem assimilados.

É na História que, precisamente, as doutrinas ativas ou dinâmicas da Geografia buscam confirmação de suas diferentes teses. Tor-na-se muito importante concluir criteriosamente, no uso de lógica escolástica, a partir de premissas assentadas na Geografia Física e

na Geografia Humana, e aproveitar da História para a crítica das conclusões. A Geografia Militar é ciência aplicativa, e, assim, qualquer lei sem repercussão nos domínios militares não encontra emprego, e se apresenta inútil à sua atenção.

É necessário estudar as idéias da Geografia Física, e da Humana e Econômica, de modo a que de cada conclusão se possam objetivar conseqüências ou decorrências de natureza militar.

O Estudo das possíveis linhas de ação e das correspondentes providências deve ser precedido por uma análise de fatores que, apoiando-se na Geografia, dão lugar aos primeiros determinantes materiais sobre os quais se hão de construir sistemas estratégicos militares e políticos do país.

Precisamente por causa da imperiosa necessidade de definir e reunir todos esses fenômenos ou ações dentro de uma denominação global, é que se fala, com maior ou menor propriedade, em uma ciência Geopolítica.

Para dar valor ao geográfico como o faz a Geopolítica, é mister ceder uns primeiros pensamentos à História, à Economia e à Política. Referimo-nos, claro está, àquela série de conhecimentos integrados, como ciência ou não, no conjunto geopolítico, servindo no futuro, como no passado, de base à ciência e à arte da guerra, e sendo parte integrante delas. Em mãos de dirigentes políticos tais recursos da Geopolítica se têm convertido em métodos freqüentemente usados para expressão, representação, propaganda e orientação.

É preciso levar em conta que as questões geopolíticas não somente valem para a guerra, mas podem prestar serviços às causas da paz, desde que adequadamente utilizadas. Assim, pois, a Geopolítica pode constituir-se com fundamento de um bom Governo, já que seus ensinamentos não somente hão de servir aos fins defensivos sempre justificáveis, mas também poderão encaminhar-se para o estabelecimento, a consolidação e a defesa de uma nova vida moral, política ou jurídica, em plano mais alto, representativo da civilização. Desde essa posição relevante, a Geopolítica ajudará a atribuir missões e papel a cada Estado e a cada povo, dentro de um conjunto harmônico, esclarecendo as questões que interessam à ordem interna do agrupamento superior, com decisivos resultados para a prosperidade e o bem-estar desejados.

Por tudo isso, reunindo os fundamentos geográficos de toda uma série de acontecimentos que poderemos englobar no nome de políticos (econômicos, sociais, raciais, ideológicos e militares) podemos admitir a existência de uma disciplina chamada Geopolítica, que fornecerá a chave para muitos problemas do povo, quer de ordem interna, quer de ordem externa.

Os editores da "Revista Geopolítica", do célebre general alemão Karl Haushofer, deram uma definição oficial da Geopolítica: **ciência que trata da dependência dos fatos políticos ao solo. Baseia-se em largos alicerces da Geografia, particularmente da Geografia Política, doutrina de estrutura especial dos organismos políticos. A Geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política. A Geopolítica deve converter-se em consciência geográfica do Estado.**

A Geopolítica é derivada de muitas fontes e dispõe de muitas e muitas caudatárias. A Geografia Política descobre o patrimônio e as insuficiências do Estado; a Filosofia nos fornece a lógica e o raciocínio; a História nos proporciona a reação dos Estados diante de certos estímulos políticos, tais como suas esperanças, debilidades, ambições e objetivos históricos. Necessitamos de todas essas fontes. A

estratégia é uma das mais importantes, pois enquanto tôdas as demais podem assinalar o que tem que ser feito, a Estratégia nos indica o que tem que ser feito. Devidamente observada a Estratégia, a serviço da Geopolítica, exige uma avaliação da Geografia, da Psicologia e de outros inumeráveis fatores marginais.

Os geopolíticos afirmam que as relações internacionais e, por conseguinte, as condições internas — já que necessariamente a política exterior é consequência das condições internas do país — estão governadas por fatores geográficos. As ideologias políticas e especialmente os conceitos doutrinários, pelos quais nos encontramos profundamente oprimidos, exercem pouca influência na política internacional.

Atualmente, se bem que parece ter-se tornado mais débil a influência dos Exércitos como Instituições, no equilíbrio interno dos Estados, maior o seu desempenho nas decisões de caráter internacional.

Reclus pode ser considerado o primeiro a preocupar-se com esta importante matéria, se bem que foi Ratzel quem vislumbrou, antes de quem quer que seja, as questões de relação entre Espaço e Vida do homem. Convém, portanto, que recordemos ao leitor quais eram as idéias fundamentais de Ratzel: **O Estado, que é um organismo imperfeito, está sujeito à natureza e disposição do solo em que se desenvolve, além de influído notavelmente pela situação relativa do terreno.**

A Geopolítica começou a ser seriamente discutida no princípio do século XX. Em 1904, famoso geógrafo britânico, Halford J. Mackinder, leu um documento ante a Real Sociedade Geográfica, dando-lhe por título "O Eixo Geográfico da História". A História, segundo Mackinder, era a Geografia em movimento. Ele foi o autor da teoria, ainda em voga, do "Coração da Terra" ou "Coração Estratégico". A teoria se baseia na idéia de o que hoje é Rússia, constitui uma área rica em recurso, inexpugnável a um ataque terrestre ou marítimo, e capaz de controlar o mundo.

Há poucos anos o Ten-Cel norte-americano John E. Kieffer, em uma série de conferências pronunciadas no país, esposou uma teoria pessoal intimamente vinculada com a de Mackinder. Esta teoria, seu autor a denominou "Teoria da Faixa de Poder". Tal teoria constitui uma tentativa de reduzir as idéias nitidamente teóricas, e a mirada filosófica, a fatores concretos que possam ser de utilidade no planejamento. Também trata de fornecer um procedimento por meio do qual possam ser feitas análises de atuais combinações do poder; isto é, trata de aquilatar a posição relativa de qualquer Estado em função de suas relações de poder e de seu emprêgo por coalizão de potências em função de um certo número de circunstâncias.

A apresentação, em resumo, de tôdas as personalidades que, através dos anos, expuseram e sustentaram teorias geopolíticas diversas a respeito do poder mundial, requereria espaço demasiado. Vamos apenas fazer menção aos que ocuparam lugar especial: o almirante Alfredo Mahan (EUAN), que advogou o Poder Marítimo como estrutura da política nacional; o general italiano Duhet, o norte-americano Mitchell, o major americano Seversky, o americano Spykman, ao formular os princípios do atual poder norte-americano, Weigert, ao fazer sua genial síntese geopolítica tão discutida, todos estes apresentando, de forma diversa, a doutrina do Poder Aéreo. É imprescindível mencionar a teoria da conquista do "Espaço Vital", do general-de-divisão e doutor alemão Karl Haushofer, diretor do Instituto de

Geopolítica de Munich e pai da Geopolítica moderna, que era quem afirmava vir a ser a infiltração econômica um meio mais seguro que a conquista militar.

O tratadista sueco Rudolf Kjellén foi quem enquadrou a nova disciplina, ao apresentar a Ciência Política dividida em cinco importantes ramos, um dos quais a Geopolítica é assim definido: "**Ciência do Estado visto como senhor do espaço; visto em relação ao mar, e a outros Estados, e observado nas mudanças de situação, conseqüentes da diminuição de poder de um ou de vários Estados vizinhos, e decorrentes da influência da Geografia na política exterior**".

A Geopolítica considera três tipos de poder: Poder Real, Poder Latente e Poder Prestígio. Poder Real é aquele que pode objetivar-se e é conhecido por todos, abrangendo, entre outros, aspectos referentes ao tamanho de suas forças, a economia nacional, o valor da moeda, os recursos naturais, etc. Poder Latente é aquele que poderá ser mobilizado por um Estado com o empenho total de tudo quanto ele tem disponível. Não é conhecido com precisão, mas pode ser suposto ou calculado dentro de certos limites. Poder Prestígio é aquele atribuído a um Estado, pelos Estados irmãos. Não é conhecido, nem pode ser calculado ou medido. Por essas razões é perigoso. A incógnita e as tentativas de avaliar esse poder estão passíveis de superestima ou de redução. Uma estimativa falsa pode impedir que um Estado escolha uma linha de ação apropriada ou pode precipitá-lo sobre uma escolha fatal.

Existem vários fatores tangíveis, pelo menos em parte, que permitem medir estas três formas de poder. Não é possível atribuir-lhes uma ordem estabelecida de importância, porque eles variam conforme a situação. Devemos, assim, considerá-los como uma integração complexa, e utilizá-los de acordo com a situação em certas características fixas. Sabemos, por exemplo, que a menos que eles concorram em uma combinação perfeita, ou possam ser conseguidos dentro de tal combinação perfeita, está condenada ao fracasso a ambição, de qualquer Estado, de converter-se em uma potência. Sabemos que sua presença ou ausência deve achar-se em equilíbrio com as necessidades e aspiração do Estado, ou do contrário terão de surgir inconvenientes.

Esse Poder Militar, em geral, compõe-se de uma série de elementos diversos, que devem ser levados em conta para sua melhor compreensão. Entre tais elementos surge em primeiro lugar o que poderíamos chamar de **caráter geográfico**; isto é, situação relativa do país ou bloco, configuração física, clima, recursos naturais e extensão territorial. Depois se considera a população, dando valor não somente à quantidade, mas também à qualidade do elemento humano que a compõe. Leva-se em conta, depois, o potencial econômico, os recursos industriais; a isso deve seguir-se uma interpretação das diretivas da política exterior e da organização política e social. E, por fim, os elementos ou fatores propriamente militares, quais sejam: caráter das Instituições Militares, organização e qualidade dos seus Exércitos e Doutrinas de guerra próprias.

Como se vê, nesses fatores do Poder existe uma integração que vai além do geográfico, físico e econômico, ao humano, tal como acontece com a População, a Organização e o Funcionamento da Economia, as Orientações Políticas, as Instituições Militares, e os Meios e Modos postos em uso. No dinamismo que a Geopolítica imprime à Geografia, especialmente como expressão de uma força que se apóia no espaço e no solo para ampliar os Estados em busca do "Espaço Vital", vê-se a

expressão das transformações políticas que ocorrem no Mundo. Por êsse motivo muitos adivinham nela uma arma de guerra e motor de imperialismo. Nesse sentido há uma certa analogia entre a ciência Geopolítica e o que poderíamos chamar de Geografia Militar, pois, se bem que os conceitos daquela ciência tenham sido desencaminhados para fins excusos, êles têm sido aplicados muito útilmente na incontestável realidade das guerras.

Assinala o general La Llave como têm os estudos militares dirigido a renovação dos estudos geográficos, orientando a nova Geografia sôbre mais largos horizontes, em estreita relação com as demais ciências, especialmente a História, a Etnologia, a Economia etc.

Em nosso meio militar pouco se tem escrito sôbre êsse importante assunto. Não levando em conta um ensaio, muito completo embora um tanto elementar, do coronel Tomás Péres Tenreiro ("Resumo de Geopolítica e Noções de Geopolítica Venezuelana") e de outro tratado, extraído e condensado de algumas obras como seu autor explica, intitulado "Fundamentos de Geopolítica", sômente restam alguns artigos soltos, publicados na Revista das Fôrças Armadas.

Para concluir, aceitemos que a Geografia Militar não se limita a descrever teatros de operação, mas se prepara para solucionar todos os problemas criados pela guerra, através de análise, síntese, reprodução e compreensão de tudo aquilo que se convencionou chamar, em terminologia militar, **terreno**.

Diz o Ten-Cel do Exército espanhol, Juan de Zabala Castella: "Tanto na fase que antecede a guerra, e a prepara, como na fase que a sucede e soluciona, têm lugar uma série de fenômenos, cujos determinantes, embora considerados incluídos em diversas esferas do saber humano e percebidos no campo de várias atividades, não podem restar ignorados nos estudos da guerra, desde que esta seja vista, como realmente é, uma integração de fatores, pois sem tal conhecimento não podem ser examinados corretamente os problemas nem lhes podem ser formuladas soluções definitivamente válidas."

Se a mobilização dos recursos e dos meios materiais ocorre nos trágicos instantes que precedem a guerra, a mobilização da cultura, porém, precisa ser feita em tempo de paz. Triste destino o dos países que renunciam conhecer-se a si mesmos.

A finalidade dêste artigo é chamar a atenção sôbre transcendentais problemas da Geografia Militar e da Geopolítica. Limitamo-nos às considerações mais diretamente apoiadas em argumentos geográficos, e sômente em proveito de tais considerações referimo-nos a conceitos técnicos, militares e políticos.

Se algum mérito pode ser encontrado aqui, é êle o fato de terem sido consultadas várias obras, para extrair delas os juízos julgados convenientes.

Nota (1): Os quatro ramos ou aspectos da Ciência Política são, segundo Kjellén:

Cratopolítica — Ciência da Organização Legal do Poder do Estado.

Demopolítica — Ciência da Forma da Organização Política das Massas.

Ecopolítica — Ciência dos Processos de Produção e Consumo.

Sociopolítica — Ciência da Organização Social.

BIBLIOGRAFIA

Valor atual da Geopolítica — Ten-Cel Juan de Zabala Castella, "Ejército", (Espanha), junho, 1955 "Military Review", agosto, 1956.

La Geografía Militar — Ten-Cel C. José Ciaz de Villegas — "Revista Militar do Peru", junho, 1943.

La Base Geopolítica de la Guerra Moderna — Maj T. Hammer — "Military Review", agosto, 1955.

Importância da Geografia — Evoluções dos Estudos Geográficos — Breve Panorama da Geografia Moderna — A Geografia Militar e sua Importância, Maj (Cap) Luís A. Campos Giral — "Revista de las FF.AA.", junho, 1953.

Geopolítica — Conferências do Ten-Cel (EUAN) John E. Kieffer — Suplemento n. 48 — "Revista das Forças Armadas".

Resumo de Geopolítica e Noções de Geopolítica Venezuelana — Cel (Maj) Tomás Perez Tenreiro, 1953.

Fundamentos de Geopolítica — Ten-Cel L. F. Llovera P. — Suplemento n. 26 — "Revista das Forças Armadas".

*
* *

O ESPAÇO COMO FÔRÇA

Ten BOLIVAR E. GUERREIRO C.

(Traduzido da "Revista Militar", Equador n. 1 de 1957 por Carlos Eduardo Tosta)

O estudo dos elementos geopolíticos permite, de uma maneira clara e precisa, às altas autoridades da Nação determinar o "Objetivo Político" e, dessa forma, planificar e orientar tôdas as forças vivas do País, para conseguir seu cumprimento.

Um dos fatores geopolíticos de grande importância que é mister analisar profundamente para obter soluções satisfatórias na condução de um Estado é o "espaço", quando êste constitui uma força.

O espaço para que seja uma força, necessário que reúna os seguintes requisitos: estar habitado, possuir recursos naturais que o façam produtivo e ter uma organização política eficiente; se isto não sucede, seu poder social, econômico e militar seria quase nulo, resultando como consequência destas condições, que a vida de tais Estados seria quase impossível. Êste conceito, em algumas circunstâncias, não se cumpre, porquanto existem pequenos Estados que, por se acharem no meio de duas ou mais potências consideráveis, constituem verdadeiros Estados elevados, que podem guardar sua neutralidade e não ser absorvidos, devido a que se romperia o equilíbrio existente nessa região do planêta.

A primeira e principal condição que temos enunciado para que o espaço seja uma força é possuir uma população quantitativa e qua-

litativamente desenvolvida em relação ao território que abrange; podemos, por esta razão, agrupar os espaços habitados em três grupos que são:

- com grande densidade de população;
- com média densidade de população;
- com reduzida densidade de população.

Ao primeiro grupo pertencem os países que depois de dominar seu território, têm porém um excesso de população, necessitando para poder resolver seus difíceis problemas expandir sua fronteira; de acôrdo com o conceito moderno de que elas não são fixas nem estáticas, senão que, como a pele humana que recobre um membro, aumenta ou se contrai de acôrdo com o crescimento ou deformação do mesmo, razão pela qual, o Estado que possui uma superpopulação, tem que recorrer invariavelmente à obtenção de novos espaços que lhe proporcionem prosperidade e bem-estar.

Para conseguir tal finalidade este Estado emprega em primeiro lugar a diplomacia e, se ela não der os resultados desejados, se verá inevitavelmente conduzido a empregar a força das armas. A expansão pode ser feita de três maneiras:

- A primeira, que se denomina "puntiforme", ou seja quando ela se realiza nos países adjacentes ou fronteiriços;
- A segunda forma de expansão se denomina "difundente" e é quando se efetua em terras distantes (afastadas) e geralmente existe por meio do mar, que é outro elemento geopolítico de grande importância;
- A terceira e última forma é a chamada "puntiforme-difundente", que não é senão a expansão que realiza um Estado tanto nos países fronteiriços, como também em outros que se acham afastados.

Ao grupo de países com densidade média, pertencem aqueles que possuindo uma população não conseguiram, todavia, dominar integralmente seus próprios espaços, sendo o problema de outra natureza para esta classe de países, já que para eles o território não tem o caráter vital, como no caso anterior, e estes Estados podem subsistir sem pretender expandir suas fronteiras.

Todavia, existem ocasiões nas quais podem realizar conquistas ou expansões quando interessem matérias-primas essenciais para o normal desenvolvimento deste povo, ou também quando busquem a obtenção de lugares de importância estratégica ou favoráveis ao seu tráfico "geovial".

Para os países com reduzida densidade de população, como são quase todos os países sul-americanos, o problema consiste em obter um aumento da pressão demográfica, seja por meio de uma imigração perfeitamente planejada e estudada, seja pelo desenvolvimento técnico do crescimento da população.

Indubitavelmente para a resolução destes problemas os Estados teriam necessidade de realizar amplo investimentos de capitais, que com o correr dos tempos ficariam reduzidos em comparação aos enormes benefícios de caráter econômico, etnográfico e militar que obteriam com este procedimento.

IV — BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Major OCTAVIO TOSTA

I — REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (Conselho Nacional de Geografia): 27 x 18 cm.

De janeiro de 1939 a dezembro de 1957.

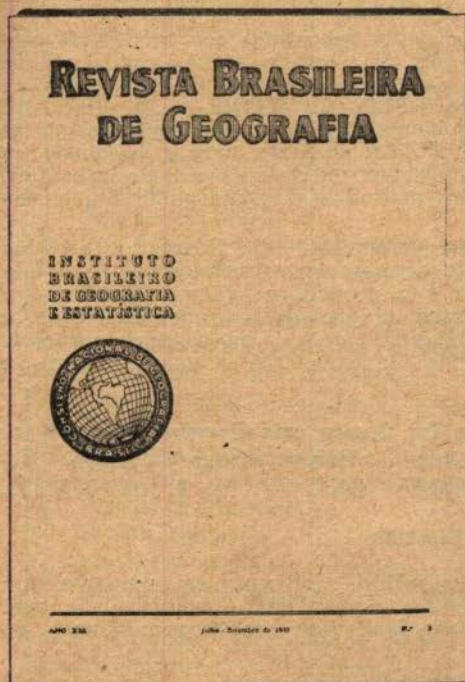


Figura 1

1. Geopolítica e Geografia Política — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: ANO IV, N. 1 — pp 21/38, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução).
2. ETIMOLÓGICAMENTE.
3. HISTÓRICAMENTE.
4. CONFLITOS DE INTERPRETAÇÃO.
 - a. Conflitos da Geopolítica com a História.
 - b. Conflitos da Geopolítica com a Política Geral.
 - c. Conflitos da Geopolítica com a Geografia Política.
5. ALGUNS EXEMPLOS

FIGURAS

- 1) Reprodução da capa e página de rosto das obras fundamentais de Rudolf Kjellén.

- 2) Esquema das relações da Política e Geopolítica com as ciências afins.
- 3) Fotografia de Frederico Ratzel.
- 4) Fotografia de Karl Haushofer.

RESUMEN

El autor de este artículo, profesor Everardo Backheuser, por haber sido, en 1925, el primer divulgador en el Brasil de las ideas del pensador sueco Rudolf Kjellén creador de la *geopolítica* se julga en el deber de traer algunos esclarecimientos sobre la confusión que muchos hacen de esa ciencia sea con la geografía política, sea con la política propiamente dicha.

Informa, entonces, que por la etimología la palabra *geopolítica* está en paralelo con la geofísica, geoquímica, geobélica, geopsíquica, etc., luego, por analogía con aquellos términos, debe ser definida como "la política hecha en consecuencia de las condiciones geográficas". Es, pues, "parte de la política, y no de la geografía".

Pasa después a tratar históricamente la génesis de las confusiones. Resume el pensamiento de Kjellén y las interpretaciones que le dieron los geógrafos que las circunstancias han hecho ser los pioneros de la geopolítica. Recuerda que el órgano central de la nueva idea ensanchó los horizontes de la geopolítica de Kjellén a punto de confundir la parte con el todo, la geopolítica con la política.

Da detalles de los conflictos de la geopolítica con la historia contemporánea, con la política y con la geografía política, refiriendo se abundantemente a autores que defienden cada uno de los puntos de vista, principalmente, K. HAUSHOFER, O. MAULL e H. HENNIG. Contrabalanceando todas esas opiniones llega a la conclusión que no se debe huir de la definición de KJELLÉN, bastante clara y elucidante, es decir, de que la geopolítica es solamente una de las ramas de la política, no siendo lícito darle equivalencia ni con la geografía política ni mucho menos con la política general.

Para hacer aun más claro su pensamiento trae el autor a discusión varios ejemplos de la manera de encarar ciertos asuntos bajo el punto de vista de la geografía política y la geopolítica: división territorial y localización de la capital del Brasil, el plan de las redes de viación y de la construcción de puertos en nuestro País, y de modo general, la teoría del "espacio" que es a un tiempo fundamental a la una y la otra de aquellas dos ciencias.

2. **Geopolítica: The Struggle for Space and Power (Geopolítica: A luta por Espaço e Poder) — Robert Strasz — Hupé. Comentário p. JORGE ZARUR: ANO IV, N. 4, pp 849/852.**

RESUMO

Segundo o comentarista, Strasz-Hupé apresenta em seu livro um "sumário do pensamento geopolítico e aproveita a oportunidade para fazer uma crítica dos usos, abusos, limitações, problemas e triunfos do novo método de um velho jogo".

Dentre os capítulos do referido livro destacam-se:

Espaço e Poder;
O Mito e a Ciência;
Os Tipos Geográficos.

Há, também, estudos dedicados à Ásia Central, Insulíndia e América Latina.

3. **Geografia Política na Geopolítica (Recentes Tendências na Alemanha)** — GEORGE KIS (Trd. da "The Geographical Review" N. 4, de 1942, p. Germano Jardim): ANO IV, N. 4 — pp 853/862.

SUMÁRIO

1. (Introdução sobre a formação do pensamento político alemão) "... selecionar um objeto preciso, determinar, pelo estudo minucioso, os meios adequados para alcançá-lo, descartar-se da hesitação e do ceticismo no momento da ação, entregar-se inteiramente à tarefa; é a derradeira lição da doutrina de Kant". ALBERT RIVAUD: *Les Crises Allemandes*.
 2. FILOSOFIAS KANTIANA E HEGELIANA.
 3. GEOGRAFIA POLÍTICA DE RATZEL.
 4. A INFLUÊNCIA DE MACKINDER.
 5. OS DISCÍPULOS DE RATZEL.
 6. INFLUÊNCIA DE KJELLEN.
 7. HAUSHOFER E SUA ESCOLA.
4. **Atlas de Geopolítica (Fr. Braun e A. H. Ziegfeld)** — DELGADO DE CARVALHO: ANO V, N. 1 — pp 113/126, 16 fig.

FIGURAS

1. Carta da Europa na época da pedra polida mostrando a localização das várias culturas.
 2. Natalidade na Europa.
 3. Superpovoamento da Alemanha e rarefação humana no Leste.
 4. Migração no sentido Este para Oeste no Reich em consequência da industrialização.
 5. Povos e raças como grupos de potências.
 6. Representação das principais potências segundo as unidades econômicas.
 7. A língua como expressão de potência.
 8. O "cinturão do diabo" na Europa Oriental.
 9. Representação das comunidades supernacionais.
 10. Domínio efetivo das grandes potências.
 11. Domínios legais das grandes potências.
 12. O Pacífico, "Oceano das decisões". A carta mostra as zonas de influência japonesa e norte-americana no Pacífico.
 13. O Mar Mediterrâneo.
 14. Oceano Índico.
 15. Potências mundiais e unidades econômicas.
 16. Migrações dos povos na época atual.
5. **Considerações Geopolíticas Sobre os Recursos Minerais do Brasil (Capítulo de "Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira")** — SÍLVIO FRÓIS ABREU, Prof., ANO VII, N. 1 — pp 97/129, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução). Nesta parte o autor explica que o termo Geopolítica é usado (no artigo) "na concepção pura de Rudolf Kjellen,

explicada por Backheuser como tendo por objeto de investigação o país ou o solo, exclusivamente nas suas relações políticas e antropogeográficas".

Além de outras considerações, o autor afirma que procurou, no trabalho, "dar aos que se interessam pelo futuro do País uma idéia exata do que temos realmente de utilizável no solo, como nos parece mais adequado utilizar esses valores e — isso é muito importante — o que ainda precisamos descobrir e explorar para assegurar ao Brasil uma perfeita estabilidade, como potência econômica e como nação civilizada".

2. Ouro; 3. Ferro; 4. Carvão; 5. Manganês; 6. Chumbo; 7. Cobre; 8. Alumínio; 9. Estanho; 10. Cromo; 11. Níquel e Cobalto; 12. Cimento; 13. Cristal de rocha; 14. Mica; 15. Magnesita; 16. Enxôfre; 17. Tungstênio; 18. Molibdeno; 19. Antimônio; 20. Prata; 21. Zinco; 22. Bismuto; 23. Titânio; 24. Monazita; 25. Zircônio; 26. Mercúrio; 27. Lítio; 28. Arsênico; 29. Vanádio; 30. Flúor; 31. Tântalo e Colômbio; 32. Amianto; 33. Diatomito; 34. Baritina; 35. Gipsita; 36. Feldspato; 37. Caulin; 38. Berilo; 39. Petróleo e gás natural; 40. Sal-gema; 40. Diamantes.

FIGURAS

1. A marcha do café no Estado de São Paulo.
2. Produção nacional de ferro, gusa e aço.
3. Produção e importação de carvão mineral.
4. Mapa localizando a zona petrolífera do Recôncavo da Bahia.

RESUMEN

En el presente capítulo, intitulado "Consideraciones Geopolíticas acerca de los Recursos Minerales del Brasil", el autor da la orientación a seguirse en la política económica, en lo que atañe a la producción mineral del País. Condena el nacionalismo exagerado que, sin una base sólida, declara que todo poseemos, sino que también el que busca la autosuficiencia y evita el intercambio comercial y la colaboración extranjera. Habla sobre las dificultades que encuentra la explotación mineral en ciertos lugares, tales como la distancia de los centros consumidores, los insectos y la falta de agua.

Estudia las relaciones entre la estructura geológica y los suelos agrícolas, concluyendo que nuestros suelos ricos no cubren una área muy extensa en relación a la de nuestro territorio.

Comienza el análisis de la situación presente de nuestra producción mineral y de sus posibilidades, por los minerales utilizables en la agricultura como abonos. En seguida, extiende ese análisis a todos los minerales importantes para la economía brasileña.

6. Geografia e Nacionalismo: Uma Discussão — JMCL — Ano VIII, N. 1 — pp 133/138.

RESUMO

Comentário sobre polêmica travada pelos Professores Harold A. Innis e J.O.M. Broek. O debate resultou de um convite dirigido pela "Geographical Review" ao Professor Innis, a propósito da sessão conjunta da Association of American Geographers e da American Historical Association, prevista no programa para a assembléia de 1942 da primeira, sobre The Historical Approach to Geopolitics — para que passasse em revista algumas obras recentemente publicadas sobre o assunto.

Terminando o artigo, o autor apresenta as seguintes conclusões:

"O que o Professor Innis sustenta "é a independência da investigação científica e a fidelidade dos homens de ciência aos princípios desta.

A ciência não deve tomar compromissos ou servir aos interesses, ou de um partido, ou de uma classe, ou de um grupo nacional. Os homens de ciência investigam no *interesse da ciência unicamente*, sem olhar ao que se passa no mundo político e moral."

"Na tese do Professor Broeck, predomina o espírito utilitarista ou pragmatista. Argumenta ele que o nacionalismo sendo, como é, um fato cultural inelutável, ao geógrafo incumbe estudar-lhe os aspectos geográficos, encarando-o como um fenômeno tão natural como os fenômenos físicos. Não considera os princípios mas os resultados. Portanto, segundo ele, a geopolítica deve existir, tem uma missão específica e não há como prescindir dela. O geógrafo não pode, no momento, ignorar o nacionalismo, sobrepor-se a ele, sob pena de conservar-se na atitude artificial de um idealista puro."

II — BOLETIM GEOGRÁFICO (Conselho Nacional de Geografia): 23 x 16 cm.

De abril de 1943 a dezembro de 1958.

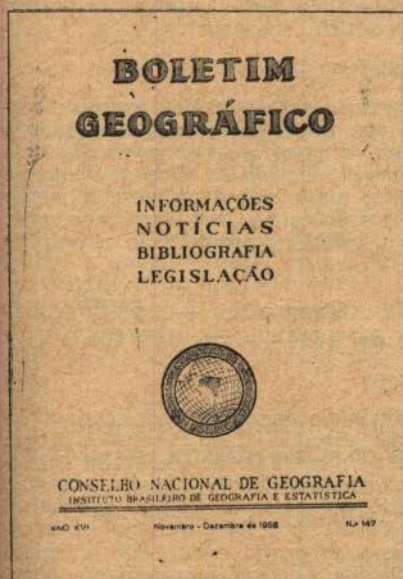


Figura 2

política". Nas conceituações sobre a nova ciência, o autor emite alguns conceitos sobre posição, espaço e forma. Na última parte do trabalho há referências à teoria do "grau de cultura" apresentada por Backheuser.

1. Geografia e Estatística — DELGADO DE CARVALHO, Prof.: (Transcr. da "Revista Bras. de Estatística" N. 10, de 42) N. 2, de 1943 — pp 9/18.

RESUMO

O autor, após algumas considerações sobre estatística e geografia física, passa ao campo da geografia humana. Admite que o "campo sistemático da geografia humana se acha iluminado pelos focos representados pelas diferentes ciências sociais": antropologia, sociologia, ciência política, economia política. Declara que "existe uma quinta ordem de problemas que surgem aos poucos no campo da geografia humana". Estes problemas "resultam" da evolução histórica condicionada pela própria configuração das terras e dos mares. Esta nova apresentação na nossa sistemática é a geo-

2. Geopolítica (O espantoso desenvolvimento de um sistema científico que um inglês inventou, os alemães usaram e os americanos precisam usar — JOSEPH J. THORNDIKE JR. (Trd. do "Life" de 21 Dez 42, p. Orlando Valverde e Jorge Zarur, Profs.): N. 6, de 1943 — pp 15/26, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução).
2. MACKINDER E A "TERRA-CORAÇÃO" (HEARTLAND).

3. O MISTÉRIO DE HAUSHOFER.
4. UMA DAS MANIAS DO FUEHRER.
5. ELE PREDISSE A QUEDA DE SINGAPURA.
6. OS GEOPOLÍTICOS DESPREZAM A AMÉRICA.
7. COMO O PODER AÉREO MUDA O QUADRO.
8. AONDE OS GEOPOLÍTICOS TÊM RAZÃO.
9. A POLÍTICA EXTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS.

FIGURAS

1. "O Império Britânico, espalhado pelo globo, foi uma perfeita estrutura geopolítica durante a idade do poder marítimo. O contróle estava entregue a uma esquadra com bases num certo número de pontos estratégicos em torno das extremidades das massas de terra".
2. "O Mundo de Mackinder se vê melhor neste planisfério de Mercator. O Mundo-Ilha consiste de uma Terra-Coração cercado por um arco de terras costeiras. Atrás delas ficam as ilhas distantes".
3. "Zonas geopolíticas com interesses e problemas comuns".
4. "Uma vista aérea, com centro no Pólo Norte, mostra um quadro do mundo muito diferente do dos geopolíticos europeus".

RESUMO

O autor, após tratar de forma bastante agradável dos assuntos contidos nos diversos títulos, conclui o seu interessante artigo afirmando que "qualquer que seja a política que o povo americano escolha, ela deve derivar de um conhecimento seguro da geopolítica. Porque nenhuma política resultará num mundo estável e numa paz duradoura, a menos que esteja baseada nos fatos geopolíticos da terra. Por isso é que, quer queiramos quer não, somos forçados a estudar geopolítica e a agir de acôrdo com o que dela aprendermos".

3. Os Fatos Fundamentais da Geografia — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 16, de 1944 — pp 399/403.

RESUMO

Estudo sintético dos "fatos fundamentais da geografia": *espaço*, localização (*posição e situação*) e *domínio* (riquezas). Ao concluir o artigo, o autor declara que aquêles conceitos fundamentais de Geografia correspondem "às três grandes chaves de classificação da antropogeografia, habitualmente aceitas pelos tratadistas". Os *fatos de espaço* equivalem, em linhas gerais, aos da *geografia política*. "Os fatos de posição ou situação correspondem, em sua maioria, à *geografia social*, isto é, àquilo que muitos reservam o nome de *geografia humana* propriamente dita". "Os fatos de domínio são, quase sempre de *geografia econômica*".

4. A Geopolítica das Nossas Fronteiras — LIMA FIGUEIREDO: N. 23, de 1945 — pp 1689/1690 e N. 25, de 1945 — pp 46/47.

RESUMO

O autor inicia o artigo declarando que "examinando-se o nosso linde, verificamos que ainda há trechos completamente neutros, por não terem sido ainda desbravados, impedindo um jogo de interesses entre os países colidantes". Examinando alguns trechos de nossa fronteira mostra vantagens ou prejuízos sob o aspecto econômico. Ao encerrar o artigo o autor admite que "seria bom que seguissemos o exemplo desassombrado dos nossos bravos avós lusitanos, pois, segundo Jacques Ancel, a fronteira é uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões".

5. **Geopolítica e a Política Geográfica (Trecho de um discurso)**
— F. A. RAJA GABAGLIA : N. 25, de 1945 — pp 40/42.

RESUMO

O autor, ao fazer algumas considerações sobre a geografia declara que "de não menor interesse é, para as ciências geográficas, a discriminação dos fatos que constituem a última criação da Geografia no século XIX, a Geografia Política, à margem da qual, já no nosso século, sociólogos, juristas e políticos fundaram e desenvolvem novo campo de doutrina, a Geopolítica". Apesar do autor afirmar que "é incontestável a influência do fator geográfico na política", não chega a caracterizar o que denomina de "política geográfica".

6. **Alguns Conceitos Geográficos e Geopolíticos — EVERARDO BACKHEUSER, Prof. :** N. 40, de 1946 — pp 403/409.

SUMÁRIO

1. CONCEITO FUNDAMENTAL DE GEOGRAFIA E DE GEOGROFO.
2. CONCEITO DE GEOPOLÍTICA E DE GEOPOLÍTICO.

Nesta parte, o autor declara que "há, sem dúvida, homens de governo que ignoram às vezes, quase por completo, a Geografia do Brasil. A esses não se pode chamar de estadistas. São pessoas indevidamente ocupando lugares de destaque sem o correspondente merecimento, para tal. E por isso mesmo estiolam a inteligência, quando a tenham, em exhibições de verbalismo, sem jamais se altermem ao exame dos problemas nacionais. Os homens públicos que se afaínam na documentação geográfica possuem sempre visão mais clara dos interesses do Brasil e estão em condições de cooperar para o desenvolvimento da nação".

"A Geografia torna-se, como bem se pode depreender do exposto, auxiliar de poderoso quilate para a Política. E aqueles estadistas que mais freqüentemente aplicam seus ensinamentos são chamados geopolíticos".

7. **Doutrinas Geográficas na Política — J. GOTTMAN, Prof. (Trd. da primeira parte do livro "Les Doutrines Politiques Modernes", Bretano's Inc — p. João Milanez da Cunha Lima) :** N. 54, de 1947 — pp 649/658.

RESUMO

O autor manifesta nitida oposição às doutrinas de Ratzel e declara-se partidário de Vidal de la Blache. Refere-se às concepções apresentadas por Mackinder em "Ideais Democráticos e a Realidade" e "Estudos sobre Política de Reconstrução". Mostra como o termo "Geopolitik" surgiu com Kjellén na Suécia e como a nova doutrina foi adotada na Alemanha de Hitler por Haushofer, Otto Maul e Hennig. Declara que "os geógrafos franceses foram os primeiros, por efeito mesmo de sua proximidade, que se aperceberam dos perigos da geopolítica" e, como exemplos, cita: Alberto Demangeon, Jacques Ancel e outros. O autor, apesar de reconhecer que, mesmo nos Estados Unidos houve adeptos da Geopolítica (Spykman), afirma que "os progressos desse estado de espírito logo despertaram a reação da grande escola de Geografia Política americana". Concluindo o artigo, declara que "o triunfo da máquina parece dever conduzir-nos de um materialismo desenfreado na política a aspirações mais abstratas".

8. **A Geopolítica — F. A. RAJA GABAGLIA**, Prof.: N. 54, de 1947 — pp 692/697. (Aula dada no Curso de Informações Geográficas, promovido em julho de 1947, pelo CNG).

SUMÁRIO

1. GEOGRAFIA E POLÍTICA.
2. EPIGONOS GEOPOLÍTICOS.
3. A OBRA DE KJELLEN.
4. IMPERIALISMO E GEOPOLÍTICA.
5. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA.
6. PROBLEMAS NACIONAIS.

Nesta parte do trabalho, o autor afirma que o "objetivo da Geopolítica consiste no estudo dos problemas do Estado à luz dos conhecimentos geográficos". Cita alguns problemas "que a Geopolítica tem que examinar e estudar em nosso país" e termina declarando que "vasto e pouco povoado, carente de transportes e de imigrantes, cabe ao Brasil explorar suas riquezas e pôr a serviço da civilização, nas mais variadas formas, as forças naturais, com que há de sustentar o seu domínio no ar, nas águas e nas terras".

9. **A Geografia Científica na Alemanha no Período de 1933 a 1945 (Uma Crítica e uma Prestação de Contas) — C. TROLL** (Trad. dos quatro primeiros capítulos do artigo "Die Geographische Wissenschaft in Deutschland in Den Jahren 1933 bis 1935" publicado na Revista "Erdkund", Band I, Lfg 1-3, 1947 — p. W. A. Egler, Prof.): N. 82, de 1950 — pp 1116/1130 e N. 83, de 1950 — pp 1269/1282.

SUMÁRIO

- A) N. 82, de 1950:

I — INTRODUÇÃO PARA UMA DISSERTAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ESPIRITUAL NA ALEMANHA.

1. AS TENTATIVAS DE UMA INFLUÊNCIA NACIONAL SOCIALISTA.
2. A ORGANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ALEMÃ.

- B) N. 83, de 1950:

II — (Introdução).

3. GEOPOLÍTICA — A TRAGÉDIA DE UMA DOCTRINA E DE UMA FAMÍLIA.
4. A CONCEPÇÃO GERAL DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA.

RESUMO

Na parte intitulada "Geopolítica — a tragédia de uma doutrina e de uma família", o autor mostra como, em 1924, surgiu na Alemanha essa nova doutrina e apresenta as principais fases do seu desenvolvimento no 3º Reich. Refere-se a O. Maull, E. Obst, H. Lautensack, K. Sapper, F. Termer e H. Hassinger como tendo sido os principais colaboradores de Haushofer. Declara que "a influência política de K. Haushofer foi durante a guerra superestimada no estrangeiro e esclarece que "êste modo de pensar surgiu principalmente pela suposição de que o Acôrdo Ribbentrop — Molotov, de 23 de agosto de 1939, tivesse sido "um triunfo do mestre da geopolítica sobre a cambada anti-russa de A. Rosemberg e de que o acôrdo remontasse à forte influência que realmente as idéias

de Sir Halford Mackinder tiveram sobre Haushofer". Manifestando a sua oposição à Geopolítica, o autor afirma na parte final do capítulo que "os grandes problemas político-geográficos dos povos e dos governos poderão encontrar a sua solução mediante o emprego dos métodos de eficiência comprovada dos ensinamentos políticos, sociais e econômicos da história, geografia e folclore. Além disso, para a solução de questões que são tão velhas como a formação dos Estados políticos não há necessidade alguma de se criar novos lemas enfáticos".

10. Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados — EVERARDO BÄCKHEUSER, Prof.: N. 88, de 1950 — pp 419/430.

SUMARIO

1. (Introdução).
2. LEI DO MENOR ESFÓRÇO (Mauß) — "A dilatação do espaço político se processa de preferência pelas linhas de menor resistência, quer física, quer demográfica".
3. LEI DA OPORTUNIDADE (também de Mauß) — "As conquistas se efetivam nos momentos politicamente favoráveis".
4. LEI DO NÍVEL DE CULTURA (Ratzel e Backheuser) — "A necessidade de espaço cresce com a cultura do Estado".
5. LEI DOS ESPAÇOS PEQUENOS (Ratzel e outros) — "Os Estados de pequena área, cujos povos possuam porém grande vitalidade, tendem a dilatar o espaço de que inicialmente dispõem".
6. LEI DO ARREDONDAMENTO DO ESPAÇO POSSUÍDO (Ratzel e Dix) — "Em seu crescimento, os Estados tendem a absorver valiosos setores políticos".
 - a) Posse de uma bacia hidrográfica.
 - b) Acesso ao mar nos países não marítimos, ou acesso a mais de um mar, nos países já banhados por ele em um dos seus lados.
 - c) Domínio de todas as margens de um mesmo mar.
 - d) Posse de rotas comerciais e de bases militares.
7. LEI DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (Ratzel e Supan) — "A tendência para anexar territórios (e ulteriormente assimilá-los) cresce à proporção que novas aquisições são feitas; e realizadas estas, aumenta a intensidade dos novos impulsos de conquista".
8. LEI DA PENETRAÇÃO PACÍFICA (Ratzel) — "O crescimento dos Estados acompanha outras manifestações dos povos, as quais devem, via de regra, preceder a realização da conquista efetiva".

— COROLÁRIO — "A penetração pacífica será tanto mais frutuosa para o Estado conquistador quanto menor o nível de cultura existente no país conquistado" (Backheuser).
9. LEI DA ASSIMILAÇÃO (Ratzel) — "O crescimento dos Estados provém da adição e assimilação de pequenas porções, em regra, umas após as outras".
10. LEI DA RETRAÇÃO E ATOMIZAÇÃO (Mauß) — "Na fase de declínio dos Estados, ou o espaço se retrai para o núcleo originário, ou se processa o despedaçamento que pode atingir, com o tempo, verdadeira atomização estatal".
11. LEI DA OSCILAÇÃO RÍTMICA (Backheuser) — "Os períodos de existência de um único Império, ocupando toda a ecúmene da época, e a de vários Estados de poder equilibrado se tem sucedido intercaladamente na História da Humanidade".

— COROLÁRIO — "A organização geopolítica do mundo tende para um Império Único ocupando todo o orbe terráqueo".

11. **O Nosso Fatalismo é Ingênito — EVERARDO BACKHEUSER.**
 Prof.: N. 100, de 1951 — pp 340/345.

SUMARIO

1. O HOMEM E O CLIMA
 - a) Os dois tipos de ambiente geográfico do Brasil
 - b) Confrontos e comparações com a África
 - c) Um parentesco climático
 - d) O nirvanismo do brasileiro
2. A EQUAÇÃO GERAL DO BRASIL
 - a) O nosso fatalismo tem cura
 - b) Espaço e posição
 - c) Solo e clima
 - d) Sangue novo e "ginástica"

(O artigo constitui um capítulo do livro de Everardo Backheuser intitulado "A Estrutura Política do Brasil — Notas Prévias", Mendonça & Machado, editores — Rio de Janeiro, 1926).

12. **Clima e Civilização: Teoria do Grau de Cultura — EVERARDO BACKHEUSER.** Prof.: N. 101, de 1951 — pp 483/491.
 1 fig.

SUMARIO

1. SAINDO DO EQUADOR
2. NO MEDITERRÂNEO
3. CHOQUE DAS COLUNAS
4. NAS REGIÕES CICLÔNICAS
5. NAS REGIÕES CHAMADAS HOSTIS À CIVILIZAÇÃO
6. DECLÍNIO DA EUROPA
7. VARIAÇÃO NO TEMPO
8. LEIS DO GRAU DE CULTURA :
 - 1ª lei — A velocidade de dilatação do ecúmeno é dominada por um dado centro geográfico é função do grau de cultura da época.
 - 2ª lei — O "optimum" de valor de uma "posição geográfica" ("Lage" de Ratzel) varia com o grau de cultura da humanidade.
 - 3ª lei — A trajetória geográfica da civilização indica, por extrapolação, que ela voltará ao equador.
- Obs.: 1) Na figura apresentada no artigo observa-se a marcha da civilização na direção do equador e, em particular, da América do Sul;
- Obs.: 2) O artigo constitui um capítulo da obra citada de Backheuser.

13. **Aspectos Geopolíticos de Nosso Território (Transcr. do "Jornal do Brasil" de 5 Jul 51) — MEIRA MATTÓS: N. 105.**
 de 1952 — pp 48/49.

RESUMO

O autor analisa algumas vantagens das grandes áreas. Refere-se à tese de Whittlesey sobre as influências que os grandes espaços exercem

na mentalidade dos povos que os possuem. Cita a afirmação de Backheuser sobre "os perigos do esfacelamento pela atuação de forças centrífugas nas zonas extremas". Admite que no Brasil há, atualmente, três zonas que estão submetidas à atração de interesses absorventes de fora para dentro: o saliente nordestino, a foz do Amazonas e o Rio Grande do Sul. Finalmente, aponta os seguintes remédios contra os perigos do centrifugismo brasileiro: 1) melhor divisão territorial; 2) melhor localização da capital da República; e 3) fortalecimento das fronteiras.

14. **A Nova Concepção da Geografia. Ciência Antiga e Moderna** — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 107, de 1952 — pp 208/215.

SUMÁRIO

1. CIÊNCIA ANTIGA E MODERNA
2. O HOMEM COMO AGENTE GEOGRÁFICO
3. UMA NOVA DEFINIÇÃO DE GEOGRAFIA
4. CIÊNCIAS CORRELATAS (nesta parte, o autor mostra que "cada época histórica tem a sua fisionomia antropogeográfica ou geopolítica").
5. A ESPECIALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Obs. 1) O artigo constitui um capítulo da obra citada de Backheuser. Também publicado in "Scienza" — "Revue Internationale de Synthèse Scientifique" — Milano, Itália).
2) Constituiu conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ao se inaugurar, em 1926, o Curso Livre de Geo. Sup.

15. **A Política e a Geopolítica, Segundo Kjellén (Os Primeiros Passos)** — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 110, de 1952 — pp 534/539.

SUMÁRIO

1. OS PRIMEIROS PASSOS
2. ALGUMAS DEFINIÇÕES
3. AS SUBDIVISÕES DA POLÍTICA
4. ALARGANDO HORIZONTES
5. O ESTADO COMO SER VIVO.

O autor, iniciando o artigo admite que "a Geopolítica é uma parte da Política". Mostra como o neologismo surgiu com Kjellén. Conceitua o termo Estado e apresenta os cinco modos diferentes pelos quais a Política estuda o Estado. Encerrando o artigo, afirma "quão importante é o conhecimento exato do país para o desenvolvimento eficiente dos sentimentos da nação e das idéias políticas dos governantes que se queiram bem orientar".

- Obs.: 1) o artigo faz parte da citada obra de Backheuser;
2) constituiu conferência realizada em 1926.

16. **O Mundo Redondo e a Conquista da Paz** — HALFORD J. MACKINDER (Trd. do "The Foreign Affairs Reader". New York, 1947 — p. Lidnéa Barata Bessadas): N. 118, de 1954 — pp 80/84, 1 fig.

RESUMO

O autor caracteriza o *Heartland* (parte norte e interior da Eurásia) como sendo: 1) "a mais ampla extensão de terras baixas da face do

globo"; 2) a região da qual fluem alguns grandes rios navegáveis, vários dos quais para o norte e para o oceano Ártico e são inacessíveis ao oceano; 3) uma zona de prados que apresenta condições ideais para o desenvolvimento de grande mobilidade. Mostra que "o território da URSS é equivalente ao *Heartland*, exceto numa direção". Compara a França com a URSS e apresenta as vantagens desta sobre aquela. Admite que "as vastas potencialidades do *Heartland* estão estrategicamente bem localizadas" e que a URSS possuía condições para se colocar como a maior potência terrestre do globo. Finalmente, apresenta alguns conceitos (ponto de apoio do mundo, *Midland Ocean* — Atlântico Norte, linha dos desertos, região de florestas tropicais e terras monçônicas) com os quais admite a possibilidade de se obter, no mundo, um equilíbrio de poderes.

Obs.: A figura apresenta o "Heartland" de Mackinder, a alavanca do poder, a linha dos desertos e as cabeças de ponte da França e da Inglaterra.

17. **Geopolítica para o Soldado** — WILLIAM R. KINTNER, Ten-Cel (Trad. do "Infantry Journal" de Agô 47, p. De Paramho Antunes, Ten-Cel): N. 119, de 1954 — pp 202/206.

SUMÁRIO

1. (Introdução)
2. ESPAÇO (A Influência Exercida pelo Homem sobre o Espaço)
3. POPULAÇÃO (O Poder Resulta da Ação do Fator População sobre o Fator Espaço).
4. ECONOMIA (Economia = Espaço + População).
5. GOVERNO
6. IDEOLOGIA

RESUMO

O autor inicia o artigo afirmando que "um conhecimento sólido acêrca de assuntos internacionais é condição indispensável ao perfeito soldado". Admite que a Geopolítica é um método para medir-se o real poderio de alguma ou de todas as nações. Conceitua êsse novo ramo de conhecimentos como sendo *a ciência que interpreta a história das nações, explicando o motivo pelo qual algumas delas se tornam fortes e outras se enfraquecem*. Analisa os seguintes elementos do poder: espaço, população, economia e governo. Dedicar a última parte do trabalho à ideologia e afirma que "sobre e acima de todos êstes elementos do poder está a ideologia". Admite também que a ideologia é a centelha que anima a estrutura nacional inteira e determina os objetivos da política". Finalizando o artigo, declara que "o fluxo do poder será a única estabilidade que o pesquisador encontrará. Mas a Geopolítica permite-nos interpretar êste fluxo e compreender as significações do mesmo".

18. **Geopolítica e Moral Internacional** — Pe. EDMUNDO WALSH (Trad. do espanhol p. Therezinha de Castro): N. 120, de 1954 — pp 304/318, 1 fig.

RESUMO

O autor inicia o trabalho admitindo que a Geopolítica "é um estudo combinado de geografia humana e da ciência política aplicada". Mostra que Aristóteles (384 — 322 AC) já assinalava "a dependência da ciência política à Geografia". Cita Estrabão (63 AC — 21 DC), Alberto Magno (1206 — 1280), Montesquieu (1689 — 1755), Karl Ritter (1779 — 1859), Emanuel Kant (Séc. XVIII), Von Bulow (começos do séc.

XIX) como geopolíticos autênticos. Refere-se à geopolítica do Japão como sendo uma "política imigratória". Estuda, com bastante desenvolvimento, a ação da Geopolítica na Alemanha de Hitler e afirma que, na época, a nova ciência se converteu "num dinâmico eixo transmissor da mecânica de governo". Mostra como o "Índice Estratégico" de Haushofer "se converteu num arquivo sistemático que envolvia o mundo inteiro" e abrangia informes de cinco fontes:

- 1) O serviço diplomático alemão, que proporcionava informações de caráter geral;
- 2) O Instituto Estrangeiro dos Alemães no Exterior com sede em Stuttgart, onde estavam arrolados os nacionais e germânicos residentes no exterior e que formavam uma vasta rede de detalhada espionagem;
- 3) Seção V-A-1 da Divisão Exterior da Gestapo, que supervisionava consignações de espionagem difícil;
- 4) Os agentes do Dr. Goebbels distribuídos nas agências alemãs de turismo e nas linhas de vapores, aos quais competia a tarefa de analisar a imprensa estrangeira com o objetivo de determinar as formas mais efetivas de propaganda;
- 5) Especialistas geopolíticos: uma miscelânea de homens de ciência, historiadores, naturalistas, sociólogos, economistas, educadores, geógrafos, cartógrafos, agrônomos, oceanógrafos, especializados em estatística, turistas camuflados e outros exploradores do *lesbenraum*, que, penetravam em todos os rincões do globo e se informavam sobre seus aspectos significativos.

O autor julga que a geopolítica alemã "foi a culminação lógica de um processo de secularização das mentes e instituições culturais que se acha em processo desde o Renascimento até a Revolução Industrial". Mostra a influência de Fichte, Hegel, Treitsch, Nietzsche, Houston Stewart Chamberlain, Rosenberg e outros nesse processo de "incubação" de convicções nos destinos da Alemanha. Finalmente, na conclusão do artigo, observa-se a seguinte advertência: "não vos esqueçais de que Moscou se encontra muito mais perto do pulso da Eurásia, Índia e China que Londres e Washington".

Obs. A figura apresenta 28 símbolos utilizados em mapas ou gráficos de Geopolítica.

19. Posição da Geopolítica — WALDYR DA COSTA GONDOLPHIM, Maj (Transcr. da "Revista do Clube Militar" — N. 130, de 1954): N. 127, de 1955 — pp 418/422.

RESUMO

O autor, ao iniciar o artigo, faz referências a trabalhos do Gen Jayme Riveiro da Graça sobre Geopolítica. Cita as seguintes "significações" da Geopolítica apresentadas no livro de Spykman "Geography of Peace": a primeira, da Escola Alemã, que admite a Geopolítica como sendo "a base de uma filosofia da História"; "a segunda, como sinônimo da Geografia Política, destinada a descrever, não só a estrutura individual dos Estados, como também o mundo em termos das suas subdivisões políticas"; "finalmente a terceira, que aplica a palavra ao planejamento da segurança política de um país em termos de seus fatores geográficos".

Analisando o termo Geopolítica, o autor cita conceituação emitida pelo Gen Poly Coelho na conferência intitulada "Da Geografia antiga à Geopolítica". Analisa o conceito metafísico do "Estado organismo" e

afirma que "as teorias de justificação procuram a origem e a essência do Estado através desses três elementos morfológicos" (Povo, Território e Governo). Apresenta as seguintes "teorias de justificação": 1) Escolas Teológicas; 2) Escola Patriarcal; 3) Escolas Individualistas; 4) Escola Histórica; 5) Escola Orgânica; 6) Escolas de Soberania; 7) Escola do Equilíbrio Social.

Na parte final do trabalho emite os seguintes conceitos: "Os métodos que a Geopolítica emprega são, principalmente, o geográfico e o histórico. A Geografia cabe fixar as características do espaço, posição, situação e domínio para, depois, socorrendo-se da História, esboçar as leis científicas sobre a formação, crescimento, valorização, decadência e fim dos Estados. Os dois processos, coordenados, vão procurar as relações de causa e efeito, para depois estabelecerem a marcha da evolução dos fenômenos e, portanto, sua previsão". "Como todo ramo de conhecimentos, a Geopolítica tem caráter de ciência pura e de ciência prática". "Ai, ela se confunde com a arte". "Os grandes estadistas e generais são geopolíticos por natureza, pois agem em termos de Geopolítica, sem terem a ela, via de regra, interesse de cientistas". "É ai, na Geopolítica como arte, que a vemos confundida com a Estratégia, com a administração do Estado, com a Economia, etc. fornecendo os fundamentos da política dos Estados para alcançarem o pleno desenvolvimento interno e o respeito na órbita internacional".

20. **Geografia Política e Geopolítica (Estudos e Ensaios) —** Transcr. da "A Defesa Nacional" de Jun 56) — DELGADO DE CARVALHO e TERESINHA DE CASTRO: N. 133, de 1956 — pp 382/391.

SUMÁRIO

1. GEOGRAFIA POLÍTICA:

- a) Histórico; b) Definição; c) O Problema Fundamental; d) Divisões; e) Objetivos.

2. GEOPOLÍTICA

- a) Histórico: Nascimento e Desenvolvimento da Geopolítica; b) Definições e Conceitos sobre Geopolítica; c) Onde se situa a Geopolítica; A Geografia Política e a Geopolítica são a mesma coisa; d) Conteúdo da Geopolítica e suas "Zonas de Fricção"; e) Necessidade de averiguar sua importância para o Brasil.

RESUMO

Os autores, em excelente síntese, estudam a Geopolítica desde o seu aparecimento, apresentam definições de Kjellén e Haushofer e conceitos de Vicens Vives e Weigert. Admitem que a Geopolítica ultrapassa um pouco o âmbito da Geografia e mostram que a "ciência política, a princípio teórica, passou a visar à prática e necessitou para isso de aplicação". "Por isso reivindicou uma base no espaço, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, *geografia*". Assim, "a geografia avançando sobre o terreno da política e a política avançando sobre o da geografia tivemos a geopolítica". Para caracterizarem a diferença entre a geopolítica e a geografia política citam as seguintes palavras de Richard Henning: "A geografia política é um instantâneo fotográfico do momento temporal em circunstância especial determinada, enquanto a geopolítica é a fita cinematográfica do mesmo processo geral".

Na última parte do trabalho declaram que "olhando-se um planisfério, avulta-se logo a importância geopolítica para o Brasil" e final-

mente que "ao lado da importância estratégica e fronteiras do Brasil interessa-nos também a geopolítica com respeito ao nosso povoamento e colonização e aos nossos problemas econômicos em evolução".

21. **Bolívia, País do Atlântico** (Transcr. do "Diário de Notícias" de 29 Jul 56) — **IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO**, Gen: N. 135, de 1956 — pp 499/501.

SUMÁRIO

1. DOIS ANTAGONISMOS EM PRESENÇA
2. A BOLÍVIA COMO ESPAÇO GEOGRÁFICO

RESUMO

O autor inicia o trabalho fazendo referências à obra de Mário Travassos intitulada "Projeção Continental do Brasil". Afirma "que há de fato na Bolívia, o antagonismo do Atlântico, contra o Pacífico". Mostra que "nós não precisamos da Bolívia como espaço vital". "Isto é, nossa infraestrutura industrial não depende do espaço boliviano". Admite "que nos falta a sedução da mesma língua, as afinidades da mesma origem histórica e do fator atrativo da mesma raça e cultura". Sugere as seguintes linhas de ação para uma política de "boa vizinhança", de entrelaçamento de interesses — não só no campo econômico mas no cultural e afetivo:

- transformar Corumbá num centro de ensino superior e secundário e de saúde;
- oferecer, nos grandes centros acadêmicos do Rio e São Paulo, bolsas de estudo para moças e rapazes bolivianos;
- acrescentar aos portos livres já existentes às mercadorias bolivianas — o de Belém;
- intensificar a criação de empresas mistas brasileiro-bolivianas para a exploração do petróleo;
- transformar Corumbá em centro de industrialização de carne — para o aproveitamento de dois fatores favoráveis: o gado do Pantanal brasileiro e boliviano e o rio Paraguai como via de transporte para a exportação do mesmo.

Conclui o trabalho referindo-se ao valor político e econômico da estrada que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra.

22. **A Questão da Antártica** (Transcr. da "Revista do Clube Militar" N. 142, de 1956) — **DELGADO DE CARVALHO e TERESINHA DE CASTRO**, Profs.: N. 135, de 1956 — pp 502/506, 4 fig.

RESUMO

Os autores, no início do trabalho, mostram que em uma "Conferência Colonial" realizada em Berlim (1884-1885) foram estabelecidas "regras de ocupação" para evitar conflitos entre as potências coloniais que, na época, estavam penetrando na África. Declaram que a situação atual, relativamente à Antártica, "parece repetir os casos que se deram naquela época, uma vez que as potências estão hoje também diante de um continente, cuja ocupação se torna geopoliticamente necessária". Admitem que "agora não se trata de interesses econômicos nem turísticos, mas sim político-estratégicos, isto é, nitidamente geopolíticos". "Assim sendo, é de primeira importância que o Brasil não se desinteresse pelas soluções que mais tarde serão levadas a efeito".

Também afirmam que "o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tão sólidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência".

Na parte final do trabalho apresentam três razões pelas quais devemos iniciar as negociações o quanto antes:

- 1ª) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta;
- 2ª) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases;
- 3ª) Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no pólo sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas), regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica nos será útil.

Na conclusão do trabalho os autores declaram "que já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que os outros países estão resolvendo individualmente".

FIGURAS

- 1) Território de Defrontações (Brasil, Argentina, Chile)
- 2) Antártica
- 3) Importância do estreito de Drake nos transportes intercontinentais
- 4) Estações Geofísicas (Antártica).

23. **Antártica — O Assunto do Momento** (Transcr. da "Revista do Clube Militar" N. 146, de 1957) — THEREZINHA DE CASTRO, Prof.: N. 142, de 1958 — pp 42/49, 3 fig.

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA ANTÁRTICA :
 - a) A Ilha dos Estados; b) O Arquipélago das Malvinas; c) A Geórgia do Sul; d) O Arquipélago das Sandwich do Sul; e) O Arquipélago das Orcadas do Sul; f) O Arquipélago das Shetlands do Sul; g) A Antártica Continental Americana.
2. INTERESSES CIENTÍFICOS DA ANTÁRTICA.
3. ANTÁRTICA : O CONTINENTE DO FUTURO (?).
4. HERDEIROS DA ANTÁRTICA.

Nesta parte do trabalho, a autora mostra que "o Direito Internacional não reconheceu até o momento presente nenhuma das pretensões apresentadas".

Terminando o artigo, a autora declara que "embora na Antártica a situação seja mais complexa em virtude dos dois sistemas invocados, da proximidade e da descoberta em grande parte incompatíveis". De qualquer modo, a repartição das regiões polares por convenção geral, série de tratados bilaterais, arbitramento ou sentença judiciária, torna-se cada vez mais urgente. Os setores poderiam fornecer uma base, pelo menos provisória para esse fim". "A questão da Antártica, enfim, está no temário da ONU, vejamos o que se resolve".

FIGURAS

- 1) Hipótese do Prolongamento dos Andes.
- 2) Pontos de Estações Geofísicas fixados por nove nações para o "Ano Geofísico Internacional".
- 3) Defrontação (a fig. mostra que por êsse processo de partilha, "além do Brasil, Argentina e Chile, também o Uruguai, Peru e Equador devem defender seus direitos").

III — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA (Conselho Nacional de Estatística): 27 x 18 cm.

De janeiro de 1940 a dezembro de 1958.



FIGURA 3

1) Geografia e Estatística — DELGADO DE CARVALHO, Prof.: N. 10 de 1942 — pp 291/301, 1 fig.

RESUMO

O autor, após algumas considerações sobre estatística e geografia física passa ao campo da geografia humana. Admite que o "campo sistemático da geografia humana se acha iluminado pelos focos representados pelas diferentes ciências sociais": antropologia, sociologia, ciência política, economia política. Declara que "existe uma quinta ordem de problemas que surgem aos poucos no campo da geografia humana". Estes problemas "resultam" da

evolução, histórica condicionada pela própria configuração das terras e dos mares. Esta nova apresentação na nossa sistemática é a geopolítica". Nas conceituações sobre a nova ciência, o autor emite alguns conceitos sobre posição, espaço e forma. Na última parte do trabalho há referências à teoria do "grau de cultura" apresentada por Backheuser.

- Obs.: 1) A fig. mostra que a Geografia Sistemática tende a desaparecer para ser substituída pela reunião da Geo. Sistemática com a Geo. Regional.
- 2) O artigo também foi publicado no "Boletim Geográfico" N. 2 de 43.

2. **Geopolítica, Geografia e Estatística — EVERARDO BACKHEUSER. N. 23, de 1945 — pp 381/392.**

RESUMO

O autor conceitua a Geopolítica no quadro das ciências políticas. Refere-se aos maus entendidos sobre a Geopolítica e mostra as suas ligações com a Geografia e a Estatística. Afirma que "a Geopolítica não prescinde, para se ter de pé, nem de uma, nem de outra. São os seus alicerces. São as suas fontes". Após algumas considerações sobre a nova doutrina, Backheuser mostra que "o fato de não ser usado até pouco tempo ou sequer conhecido o nome de "geopolítica", não significa ter deixado ela de ser realmente praticada em nosso país em os tempos passados". Ao terminar o artigo, Backheuser declara que os engenheiros, os geógrafos e os estatísticos são os "soldados desconhecidos da geopolítica brasileira".

Obs.: O artigo foi motivo de uma conferência pronunciada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, a 12 Jul 1945.

IV — REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS (Conselho Nacional de Estatística): 27 x 18 cm.

De abril de 1950 a junho de 1958.



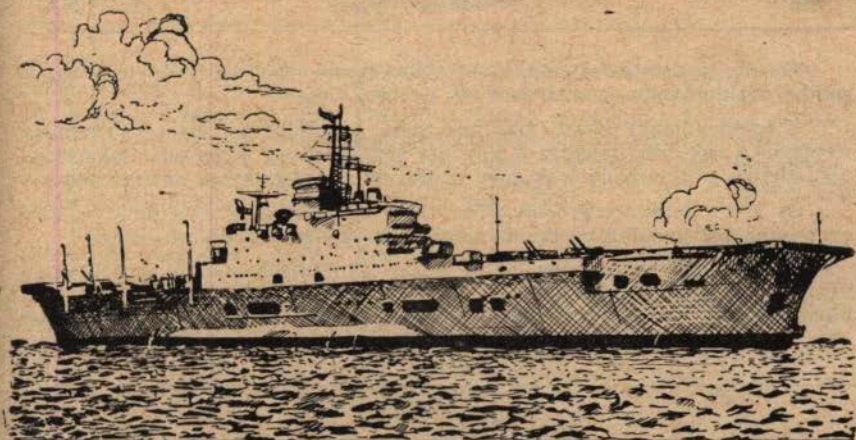
FIGURA 4

Geopolítica de Goiás e da Futura Capital — JAIME CORTESÃO: N. 39/40 de 1957 — pp 169/172.

RESUMO

O autor declara, na primeira parte do trabalho, que o Brasil, "malgrado suas dimensões continentais e o espesso revestimento de florestas, goza de uma vantagem única no planeta: a sua imensa riqueza em estradas fluviais. País algum se parece mais a um organismo vivo. Seu corpo, embora gigantesco, é percorrido e vivificado em todos os sentidos por um complexo sistema circulatório". Após mostrar a importância das bacias hidrográficas brasileiras, o autor refere-se aos varadouros que desde os tempos pré-cabralinos permitiam aos índios passarem de uma bacia para outra. Afirma que esses varadouros foram amplamente

utilizados pelos bandeirantes e podem ser observados em muitos mapas históricos. Mostra que a "zona dos varadouros" está no território de Goiás e refere-se, na parte final do trabalho, ao histórico lago Dourado, identificado com o Xarais".



MARINHA

Coordenador: Ten A. BRANDÃO DE FREITAS.

SUMÁRIO

- I — Rumo... Zero-Nove-Zero!
- II — Notícias de Todos os Mares
- III — O Quarto Distrito Naval

I — RUMO... ZERO-NOVE-ZERO!!

Comandante RICHARD B. HADAWAY
(Traduzido e adaptado pelo Tenente BRANDÃO)

Em 1923, a Armada dos Estados Unidos perdeu, em dez minutos, mais navios que durante as operações desencadeadas em toda a Primeira Guerra Mundial. O desastre, por suas extraordinárias consequências, serve como ensinamento nos estabelecimentos de ensino naval, sendo citado nas palestras com o título — “O que não se deve fazer em navegação”.

Muitos marinheiros conhecem o fato, mas poucos sabem os pormenores do “Desastre da Colifórnia”, que pretendemos relatar.

A 7 de setembro de 1923, quase todos os navios que compunham a 11ª Flotilha de Contratorpedeiros, estavam fundeados na baía de São Francisco, após haverem realizado manobras na área de Puget Sound, juntamente com a Força de Combate do Pacífico.

Do navio insígnia Delphy foi transmitida ordem para que todos os comandantes se reunissem a bordo do capitânea. Aí foram informados que a Flotilha deveria zarpar para San Diego, realizando, durante o trajeto, testes de 24 horas, diárias, com as turbinas de cruzeiro das máquinas principais, a 20 nós de velocidade, além de exercícios táticos e tiros de artilharia.

No dia seguinte, sábado, a Flotilha zarpou de São Francisco, passando, em formação, por frente do Golden Gate.

O tempo estava claro, mas por volta das 8 horas, foi se tornando nublado, o que não impediu a Flotilha em fixar seu rumo aos 160 graus verdadeiros e desenvolver 20 nós, conforme determinavam as instruções.

Os alvos foram preparados, os tiros de artilharia executados e os exercícios táticos desenvolvidos dentro do programa determinado.

Quando, por volta das 11,30 horas a Flotilha passou por Ponta Pidgeon, a posição dos navios foi plotada, continuando o teste de 24 horas que estava sendo feito com as turbinas de cruzeiro das má-



quinas principais. Às 14,30 o rumo foi alterado para 150 graus verdadeiros e, naquele instante, forte nevoeiro começou a descer sobre a região, passando a visibilidade a oscilar entre 2.500 e 4.000 jardas.

Às 16,30 horas, foi içado no capitânea o sinal de formatura em coluna, mantendo a velocidade de 20 nós. Passou, então, o "Delphy" a ser acompanhado pelo "S. P. Lee", "Young", "Woodbury", "Nicholas", "Farragut", "Fuller", "Percival", "Somers", "Chauency", "Kennedy", "Paul Hamilton", "Stoddert" e o "Thompson", num total de quatorze contratorpedeiros.

Nas primeiras horas da manhã daquele mesmo dia, Charles Holland, capitão do cargueiro "Cuba", dormia em seu camarote. Antes de deitar-se, ordenara que, caso diminuísse a visibilidade ou aumentasse o nevoeiro, o oficial-de-quarto deveria, imediatamente, chamá-lo. O "Cuba" navegava de Cristobal para São Francisco, mais ou menos no sentido oposto ao da 11ª Flotilha, transportando café e prata em barra, carga avaliada em mais de 400.000 dólares.

Quando o "Cuba" passou ao largo de Los Angeles o nevoeiro começou a aumentar, porém, nem mesmo assim, o segundo-piloto, que estava de serviço no momento, cumpriu as ordens do comandante. Às 16 horas, ao receber o serviço, o primeiro-piloto verificou que a ordem do comandante, embora estivesse consignada no livro de registro, não havia sido cumprida. Chamado o Capitão Holland, este subiu ao passadigo e determinou a guinada imediata de vários graus para oeste, procurando desviar o barco, o mais possível, das ilhas de São Miguel. Assim mesmo, treze minutos depois da deriva o "Cuba" encalhava em frente à ponta Benet, perto do canal de Santa Bárbara, perdendo-se toda a carga que transportava.

— Qual foi o erro cometido?

No inquérito instaurado foi amplamente provada a culpa do segundo-piloto que deixara de chamar o capitão, conforme ordens recebidas.

Sabemos que, ao se traçar um rumo, devemos levar em conta todos os fatores que poderão alterá-lo, especialmente quando em navegação costeira. Não se pode conceber como o Capitão Holland ou o segundo-piloto não levaram em conta tal fator, ao traçar o rumo das proximidades da ilha de São Miguel. Tudo leva a crer que eles *pensavam* estar na corrente da Califórnia, a qual, naquela região, arrasta os navios para sudoeste. Neste caso, o "Cuba" seria, naturalmente levado para longe da ponta Benet, ao invés de aproximar-se da costa; mas, uma força imprevista, suficiente para vencer o efeito da corrente e a margem de segurança permitida, arrastou o "Cuba" em sentido contrário, lançando-o sobre a ilha de São Miguel.

Os jornais do domingo anterior, 2 de setembro, haviam anunciado, com grandes *manchetes*:

"Terremoto em Tóquio e Iocoama — Tufões e grandes ressacas".

O Serviço de Levantamento Geodésico dos Estados Unidos, anotou as flutuações anormais nas correntes e marés da costa do Pacífico, mas não pôde determinar o sentido de tais variações, nem a duração provável das mesmas.

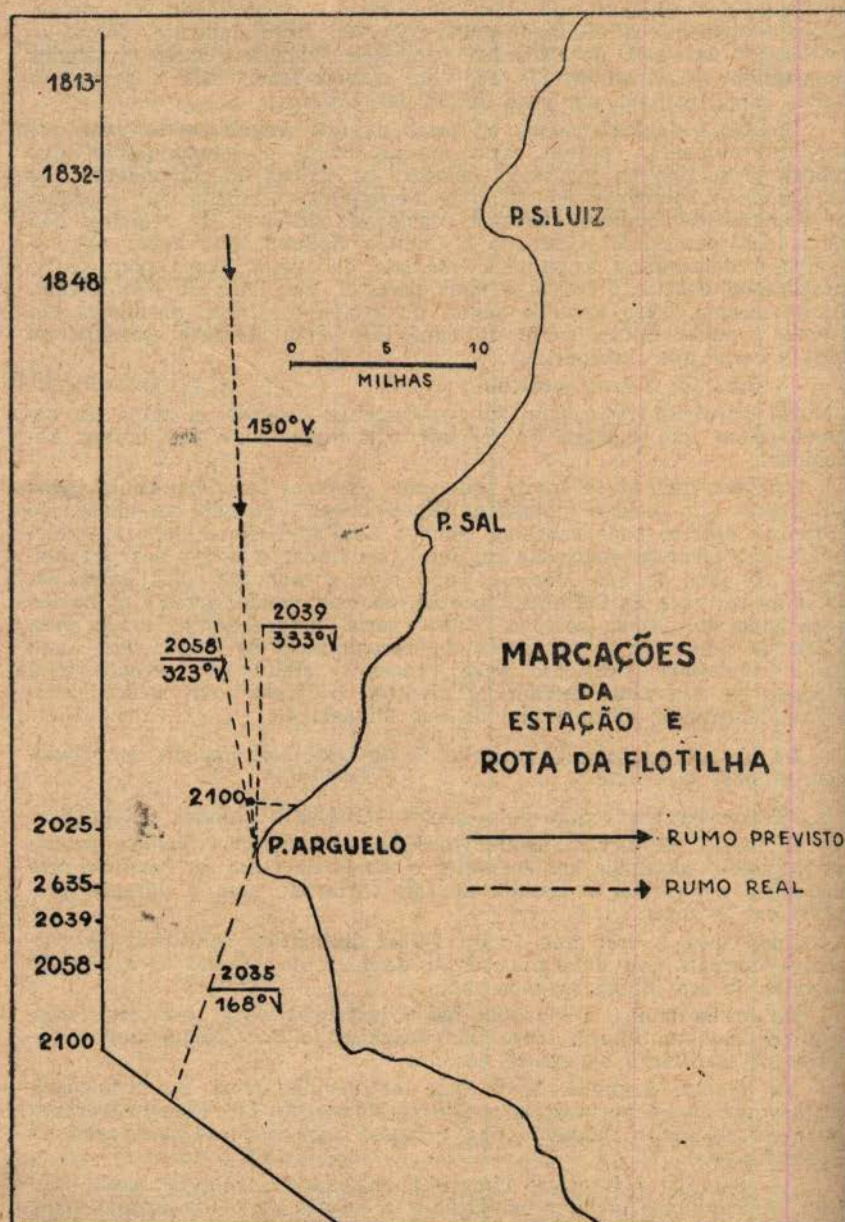
Tudo leva a crer que foram fortes flutuações contrárias às correntes normais que determinaram o desastre do "Cuba" e o fim de carreira de seu infeliz segundo-piloto.

Desde há muito, a Marinha havia instalado várias estações radiogoniométricas no litoral, entre São Francisco e San Diego, com o objetivo de auxiliar a navegação costeira.

Em Ponta Arguello havia uma estação bilateral de radiogoniômetros que podia permitir ao navio capitânea da 11ª Flotilha receber marcações desde o momento que deixasse para o norte a estação de Ponta Pidgeon.

Às 18 horas a formação chegou à entrada do canal de Santa Bárbara. O capitânea pediu a marcação e a estação de ponta Arguello respondeu, às 18,13, que o "Delphy" estava aos 320 graus verdadeiros da estação.

Às 18,32 e às 18,48 a mesma marcação foi transmitida, mostrando assim, que o "Delphy" e, conseqüentemente, toda a Flotilha, navegava



em rumo constante e ainda se encontrava ao norte da estação. Ora, deslocando-se aos 320 graus e estando a Flotilha entre São Luís e ponta Arguello, era evidente que a mesma navegava em sentido direto à costa.

Entre 18,48 e 20,35 horas a estação ficou muito ocupada com o desastre do "Cuba", não dando mais as marcações para a 11ª Flotilha. Por tal motivo, a posição do capitânea, às 20 horas, era estimada em relação à última marcação recebida em frente à ponta Pidgeon, às 11,30 horas, já que não se havia conseguido marcações posteriores e as observações astronômicas não puderam ser feitas, devido às condições atmosféricas.



Lançados sobre a costa, não tiveram salvação possível

Todos os comandantes que acompanhavam a derrota de seus navios, estavam convencidos de que se achavam ao sul da ponta Arguello, tanto assim que, logo depois das 20 horas, quando pôde comunicar-se com a estação, o Comandante da Flotilha mandou transmitir:

"Estamos ao sul: Mande-nos marcação recíproca".

Às 20,35, a estação respondeu:

"Sua posição é 168 graus verdadeiros".

Logo depois, às 20,39, a estação retificou a marcação para 333 graus verdadeiros e vinte minutos mais tarde, dava novamente a posição do "Delphy", como aos 323 graus verdadeiros. Estas duas últimas marcações foram desprezadas e embora, a marcação das 20,35, de 168 graus, não concordasse plenamente, com a posição estimada pelos oficiais encarregados da navegação, tal discordância não foi levada em consideração, em virtude da certeza que todos tinham de, haverem deixado a ré a região perigosa da costa — a ponta Arguello...

Às 21 horas, o capitânea, pretendendo entrar pelo canal de Santa Bárbara, guinou para 90 graus, informando a alteração aos demais elementos da Flotilha.

Quando a coluna se voltou para leste, os oficiais-de-quarto, dos últimos navios da formação, perceberam que o capitânea se aproximava de uma camada de nevoeiro, mas como tivessem certeza da posição que ocupavam, continuaram mantendo a formação e com a velocidade de 20 nós.

As 21,05, mantendo ainda a velocidade de 20 nós, o "Delphy" encalhou, repentinamente. Logo a seguir o "S. P. Lee", o "Young" o "Woodbury", o "Nicholas", o "Fuller", o "Chauncey", o "Somers" e o "Farragut" colidiram, fragorosamente contra os recifes, até então encobertos pelo nevoeiro.

Lançados sobre a costa, com os obstáculos do litoral à esquerda e recifes submersos à direita, os navios não tinham salvação possível.

O "Young" chocou-se contra o "Delphy" e, quando este, lançado pelas ondas, para cima dos recifes, levantou a popa, o "Young" deu um giro completo no espaço, desaparecendo, em poucos minutos, no mar encapelado. Vários navios se amontoaram sobre os recifes, já agora, alguns manobrando a ré e procurando safar-se daquela situação horrível. O "Nicholas" encalhou nas pedras mais afastadas da costa e sua tripulação ficou impedida de utilizar botes salva-vidas, já que o navio progredia por cima dos recifes, ficando toda a noite em condições de naufragar, de um momento para outro. Na manhã seguinte foi lançado um cabo, desde a praia ao "Nicholas", salvando-se toda a tripulação.

O "S. P. Lee", seguiu direto, rumo à praia, partindo-se todo, mas salvando os tripulantes, que saltavam com água pelos joelhos.

Vários marinheiros de um dos navios chegaram à costa, em uma balsa, mas outras balsas tomaram destino diferente, sendo arrastadas para o alto-mar e, até hoje, nada se sabe a respeito delas.

Os atos de heroísmo foram inúmeros.

O contramestre Artur Peterson, do "Young", correndo pelo casco de seu navio, conseguiu lançar-se ao mar, levando uma corda. Nadou cerca de 40 metros, até o "Chauncey", onde amarrou a ponta do cabo, salvando mais de 70 tripulantes do "Young".

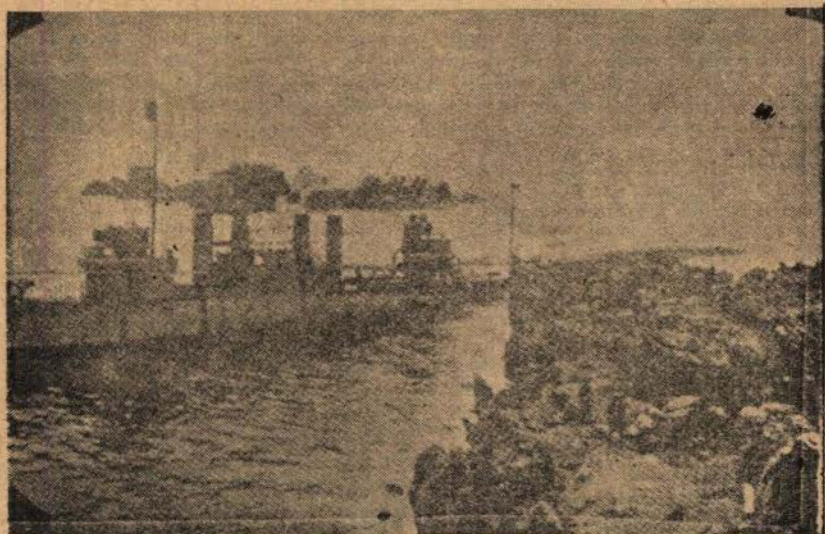
Um fogueista do "Delphy", ao subir à coberta, viu diversos companheiros no mar, debatendo-se, nervosamente. Rápido lançou-se n'água para socorrê-los, mas os óculos que usava na casa de máquinas e que ainda estavam postos, romperam-se, entrando alguns fragmentos nos olhos do abnegado fogueista. Desesperado, foi içado para bordo do próprio "Delphy", onde, completamente cego, começou a vagar de um para outro lado, horripelantemente desesperado. Não era possível levá-lo para terra nem aliviar suas dores. Como solução de emergência, amarraram-no ao mastro, até que o mar se tornasse mais calmo e então pudesse ser socorrido. Poucos minutos depois, o "Delphy", constantemente fustigado pelas ondas, partiu-se em dois, desaparecendo o fogueista que foi encontrado, vários dias depois, ainda amarrado a um pedaço do mastro do capitânea da malfadada 11ª Flotilha.

Os capitães Joe e Giacomo Nocenti, com seus botes pesqueiros, "North America" e "Buen Amor de Roma", estavam nas proximidades de ponta Arguello. Ao verem a Flotilha dirigir-se para o local, por eles chamado de Honda e ao ouvirem, logo depois, o clamor das sirenes, concluíram que algo de anormal havia acontecido. Aproximaram-se dos recifes e o segundo, manobrando por entre as pedras, conseguiu ser levado até as rochas, onde cinco marinheiros do "Woodbury", estavam sem poder fazer o menor movimento. Nocenti atacou o barco nas rochas e enfrentando todos os perigos conseguiu salvar os marinheiros e levá-los até a praia. Ao passar pelos navios avariados verificou a situação crítica em que se encontravam as tripulações e

após diversas viagens, transportou mais de 150 marinheiros do "Fuller" e do "Woodbury". Na manhã de domingo, com o mar já bastante calmo e vendo que seus serviços já não eram necessários, desapareceu no nevoeiro, indo continuar sua pescaria interrompida.

O outro barco, além de prestar vários serviços aos naufragos, afastou-se, depois, do local, para desviar outros navios daquela região. Durante a noite, ao tentar avisar a um cargueiro, que se dirigia para ponta Arguello, do perigo que o mesmo corria, quase foi abalroado pelo mesmo.

A tarde de domingo, deu-se por encerrada a fase de salvamento. Vários homens haviam desaparecido, sendo a maioria pertencente à guarnição do "Young".



Na tarde de domingo, com o mar calmo, foi constatado o total do desastre — onze navios perdidos

O Almirante Samuel Robison, comandante da Fôrça do Pacífico, determinou a imediata abertura de inquérito, sob a presidência do Contra-Almirante William Pratt. No entanto, como os comandantes e chefes de divisão, de todos os navios, eram acusados, tornou-se difícil apresentar, ao Tribunal, as descrições precisas sobre a catástrofe, pois as testemunhas mais credenciadas respondiam a inquérito, como réus. O oficial encarregado da navegação do "Delphy", por exemplo, logo após haver prestado declarações como testemunha, teve que abandonar o restante de sua exposição, pois figurava também, como réu e nesse caso, a defesa não podia interrogá-lo.

Sentindo que a situação se tornava cada vez mais incômoda, o Comandante da Flotilha resolveu chamar a si toda a responsabilidade dos acontecimentos, dizendo ser o único culpado pelo desastre ocorrido e que seus leais subordinados, nada mais fizeram que cumprir suas determinações, havendo mesmo cumprido seu dever de modo altamente elogioso, particularmente por ocasião dos naufrágios, procurando socorrer as vítimas e diminuir, ao máximo, o encalhamento dos navios, motivos que só deviam servir de júbilo para a Marinha em possuir tais oficiais.

As cartas de navegação do "Delphy" foram recuperadas do naufrágio, conseguindo-se cotejar a plotagem das marcações e dos rumos. Os advogados do Comandante da Flotilha sustentavam que correntes marítimas desconhecidas, as mesmas que haviam levado o "Cuba" a encalhar, haviam atuado sobre a formação, fazendo-a derivar de umas 15 milhas para Leste e, ainda, retardando a marcha da coluna de vários minutos.

Em seu depoimento o Comandante da Flotilha declarou :

"No momento em que fomos informados, de que ainda nos encontrávamos ao Norte de Ponta Arguello, não pude acreditar! Já havíamos navegado cerca de 120 milhas, desde o momento em que havíamos recebido a última marcação e eu não podia imaginar que ainda não houvéssemos deixado Ponta Arguello para o Norte. Entre 18,30 e 20 horas, não nos foi possível entrar em contato com a estação e eu possuía todas as razões para ter a certeza matemática de que nos encontrávamos ao Sul da famigerada Ponta. No momento em que recebemos a marcação que nos dava, ainda, em posição ao Norte da Ponta Arguello, as transmissões estavam muito confusas e, assim sendo julguei que os telegrafistas estivessem equivocados, motivo pelo qual solicitei confirmação. A estação reiterou que nos encontrávamos ao Norte da Ponta. Para nós, consistia, então, em determinar agora se a estação estava ou não com a razão. Eu aceitei a responsabilidade. Estava plenamente convencido que a estação estava errada, mas, por desgraça, ela estava certa"...

Um ano após a ocorrência, o comandante do navio insígnia, escrevia ao Secretário da Marinha:

"Quando mudamos de rumo, para 90° já havia escurecido, mas anteriormente a visibilidade era de umas 4.000 jardas. Quando o "Delphy" tomou a nova direção, entrou, imediatamente num lençol de neblina, quando então resolvi diminuir a velocidade, mas era muito tarde, pois estava em cima dos recifes da costa"...

Todavia uma pergunta permanece. Considerando que o Comandante da Flotilha tenha se equivocado, por que motivo os navios que seguiam o capitânea, não sentiram o perigo e tomaram as medidas necessárias a respeito?

Qual era a situação às 21 horas, quando o capitânea rumou para os 90°? Estava escuro. Não havia luar. A visibilidade ao largo da costa era de uma a duas milhas, mas beirando a costa existia o lençol de neblina, à margem do qual, a flotilha vinha navegando. Pouco depois das 20 horas os navios que vinham à retaguarda interceptaram a posição que a essa hora o capitânea enviou ao Comandante da Divisão de Contratorpedeiros da Força de Combate. Esta posição dava a capitânea a umas doze milhas a noroeste de Ponta Arguello e navegando em um rumo que o faria passar a umas sete ou oito milhas de distância daquela ponta. O capitânea devia estar certo de sua posição, pois, em caso contrário não teria feito a comunicação oficial.

Caso houvesse sido prolongada a posição dada às 20 horas, poderia ser prevista a posição do navio testa da coluna um pouco ao sul de Ponta Arguello e aproximando-se do canal de Santa Bárbara. A menos de uma hora de percurso do local em causa, estava a ilha de São Miguel, sem faróis e onde, todos sabiam, e "Cuba" acabara de encalhar.

Todavia, às 21 horas, sem aviso prévio e sem outro qualquer motivo o capitânea inflete para o lado e toma o rumo de 90°, internando-se na neblina.

O que deveria ter feito o oficial-de-quarto do segundo navio? Devia seguir o guia? Havia algum motivo para não fazê-lo? Navegando a 20 nós só dispunha de 45 segundos, para tomar uma solução. Não teve dúvida. Tomou a direção do guia e seis minutos depois, quando o comandante e o oficial de navegação estavam comentando a nova situação, o contratorpedeiro se atirava sobre as rochas dentadas da Ponta Arguello. Outros barcos seguiram os primeiros e somente alguns da retaguarda puderam ainda, sair da situação que se avizinhava.

Não resta dúvida que muitos dos comandantes que navegavam em coluna teriam tido outro procedimento. Caso estivessem navegando independentemente, declaram alguns comandantes, ou mesmo, caso tivessem suas marcações próprias ou a possibilidade de diminuir a velocidade para efetuar sondagens, seus procedimentos teriam sido diferentes.

O pessoal da estação radiogoniométrica, assegurou que não havia transmitido a marcação verdadeira de 168°, às 20,35 horas, e em seus livros não foi encontrado o registro de tal transmissão. O capitão do "Delphy" assegurou que ele e mais dois radiotelegrafistas haviam escutado a transmissão e mais ainda, que a haviam visto escrita na máquina, em um modelo de rádio, que se encontrava sobre a mesa do Supervisor das Comunicações do 11º Distrito Naval e ainda, que a referida marcação havia sido registrada nos livros dos navios da coluna, que a haviam captado na mesma frequência. Mais tarde teve-se conhecimento que um dos postes da estação, havia sido retirado ao meio-dia, sem que previamente se tivesse avisado aos navios, para que os mesmos corrigissem os rumos recebidos. Tal fato alterava as marcações de um erro, conseqüente do desvio da estação e isso contribuiu para confundir as marcações recebidas pelo "Delphy". O oficial de navegação do capitânea recebeu, durante o curso das investigações, uma carta de um piloto de New York, onde dizia que podia apresentar os registros das marcações do rádio do dia 23 de agosto de 1923 e que "se as mesmas tivessem entrado em consideração teriam levado, diretamente, os barcos, não sobre a Ponta Arguello, mas sobre a ilha de São Miguel".

A 31 de outubro de 1923 veio a público o resultado do sumário, realizado pela Junta de Investigações.

O Comandante da Flotilha, os Comandantes de Divisões, os Comandantes dos contratorpedeiros, que sofreram perda total e o Oficial de Navegação do "Delphy", foram acusados de "incapacidade dolosa no cumprimento do dever" e "negligência para com os bens pertencentes à Marinha Americana" e como tal, sujeitos a Conselho de Guerra.

Em novembro daquele mesmo ano o Conselho reuniu-se. Era integrado por um Vice-Almirante, dois Contra-Almirantes e quatro Capitães-de-Mar-e-Guerra.

Dos onze oficiais julgados, só quatro foram declarados culpados. A responsabilidade do acidente recaiu, quase que totalmente sobre o Comandante da Flotilha, que foi condenado a perder cento e cinquenta lugares na escala hierárquica, dos Capitães-de-Mar-e-Guerra, além da pena judicial a lhe ser imposta. O Comandante do "Delphy" e o Encarregado da Navegação do mesmo navio, foram rebaixados cem lugares na escala hierárquica dos Capitães-de-Corveta e dos Capitães-Tenentes, respectivamente.

Na época, muitos americanos, inclusive o Presidente da República, Calvin Coolidge, acharam que o Conselho havia sido muito benevolente com os acusados.

Parece-nos que o melhor resumo do aspecto náutico, pode ser encontrado na apreciação feita pelo Tribunal, que diz:

"Finalizando a análise da prova, este Tribunal se vê na obrigação de concluir que não houve circunstâncias extraordinárias. É verdade que havia nevoeiro e que as luzes de ajuda à navegação eram difíceis de localizar. Todavia, um marinheiro consciente não deve se fiar, nunca, em informações incertas. Uma boa navegação corresponde a uma vigilância permanente. Sempre se deve estar alerta ante o inesperado e, quando o que se espera não chega a manifestar-se, sempre ocasiona um estado duvidoso, necessário de ser neutralizado com a prática de todas as precauções que os navegantes conhecem."

As conclusões do Tribunal parecem assinalar, diretamente, a causa principal do desastre, ou seja, por um fato incrível, nenhum homem da tripulação dos contratorpedeiros se apercebeu da situação desastrosa em que se ia lançar a 11ª Flotilha.

Brasileiro, podes ficar tranqüilo: a tua Marinha, irmã-nada ao teu Exército e à tua Aeronáutica, disposta sempre estará a tudo emprestar pela tua Família, pela Honra, Integridade e Instituições do teu País.

*Os Povos são e fortes, as Nações másculas e livres,
amam suas Esquadras a imagem de sua Própria existência.*

RUY BARBOSA

"Cartas de Inglaterra"

II — NOTÍCIAS DE TODOS OS MARES

Tenente BRANDÃO

1 — O grupo de estudos do Pentágono está analisando propostas de uma grande esquadra de pequenos aparelhos — ao custo aproximado de 1/8 dos submarinos-padrão, que poderiam afundar os submarinos soviéticos, em suas próprias águas. Os novos e pequenos submarinos atômicos, guarnecidos por 12 homens, serão uma resposta à crescente esquadra russa submersa.

2 — O Skinjack foi ao mar no dia 8 de março e percorreu 3.100 milhas em experiências, das quais 2/3 submerso. Bateu nessa viagem os recordes mundiais de velocidade (acima de 40 nós) e de profundidade (mais de 400 pés). Sua tripulação é de 12 oficiais e 108 praças.

3 — A Marinha Americana planeja o início da instrução de 1.200 praças em submarino nuclear, em turmas de 300 alunos, cada uma. Novecentos virão da esquadra de submarinos em operações. Os outros 300 serão selecionados entre os mais avançados das classes básicas de submarinos.

Aquêles que cumprirem o programa terão oportunidade de se tornarem oficiais, sub-oficiais ou serão promovidos de graduação.

O curso escolar é dividido em dois períodos. O primeiro de 21 semanas, será feito em uma escola de seleção em New London ou Mare Island. Cerca de 200 irão para a costa Leste e 100 para Oeste. Os que tiverem demonstrado uma boa base em matemática e ciências, terão maiores facilidades durante o curso.

Depois da fase escolar, os graduados irão para a instrução de reatores em Arco, Idaho, West Milton, Nova York ou New London, onde ficarão seis meses. Ao terminar este último período, o graduado recebe um título de operador de reator, dado pela Comissão de Energia Atômica. Dali serão mandados aos novos submarinos ou navios da esquadra para instrução operacional.

4 — Os primeiros estudos do avião Fouga CM 175 "Magister" começaram em maio de 1954 e terminaram a favor de um avião de instrução para caça de navio-aeródromos. A introdução no convés em ângulo e do sistema de pouso pelo espelho, levaram à escolha do avião adaptado para esses métodos (em especial, boa visibilidade) e as características necessárias de um avião de navio-aeródromo — pequenas velocidades de catapulta e de pouso.

A escolha da Marinha recaiu no Fouga CM 170 R, já em serviço nas forças aéreas da França, Alemanha, Bélgica e Holanda, e, em breve, Finlândia e Israel, que lhes está dando resultados satisfatórios. Este avião foi adaptado para uso pela Marinha Americana e tomou a designação de CM 175. Sua adaptação incluiu o seguinte:

a) Instalação do gancho de pouso e da catapulta e, também, um indicador auditivo de velocidade que permite ao piloto conhecer melhor a sua velocidade de pouso;

b) Reforço do trem de pouso;

c) Instalação de um "canopy" deslizante para maior segurança em caso de queda ou acidente no navio-aeródromo;

As principais missões deste avião na aviação embarcada serão:

a) A chamada escola de transição para os futuros pilotos de caça destinados a voar Aquillons e Stendards;

b) Dar instrução especializada a bordo dos navios-aeródromos Clemenceau, Foch e, mesmo, do Aeromanches que foi modernizado para lançar o Fouga;

c) Escola de lançamento de engenhos-foguetes. É de se notar que um avião tipo Fouga custa 1/3 menos do que um avião de caça.

Eles já pousaram nos navios-aeródromos ingleses Bulwark e Eagle, e no dia 4 de dezembro fizeram experiências de pouso no Arromanches. A sua adaptação a este tipo de navio-aeródromo ligeiro é tão perfeita, que isto poderia interessar aos países equipados com velhos navios-aeródromos ingleses, que têm sido modernizados.

Podemos adiantar algumas características do avião:

Envergadura — 12,14 m;

Comprimento — 10,20 m;

Peso máximo de catapultagem — 3.450 kg;

Peso máximo de pouso — 3.100 kg;

Dois turbojatos Turbomeca Marbore IIB com um impulso de 400 kg cada;

Dois assentos em "tandem", tendo o instrutor no posto de traz um periscópio para visibilidade à frente;

Velocidade média de pouso — 96 nós;

Velocidade máxima — Mach 0.83 ou 400 nós.

5) A Marinha Americana estabelecerá no próximo ano um sistema de comunicações entre Washington e Pearl Harbor, por meio da lua. É conhecido como "Projeto Relay-Lua de Comunicações" e terá muito maior capacidade que os convencionais sistemas atuais. Ele é o resultado de nove anos de trabalhos do Laboratório Naval de Pesquisas. O sistema opera do seguinte modo:

— Os sinais de rádio são transmitidos de Maryland ou Havaí, por meio de grandes antenas de 84 pés de diâmetro e em forma de salsichas;

— Os sinais refletem-se na lua e são recebidos em antenas parabólicas semelhantes, em Havaí ou Maryland, no tempo de 1,5 segundos, depois de percorrer a distância de 460.000 milhas. Há uma única limitação no sistema, é que o contato só pode ser mantido quando a lua estiver visível, tanto no Havaí como em Maryland. Assim o contato rádio diário variará de 4 a 14 horas, dependendo da órbita da lua. O novo sistema trará as seguintes vantagens:

— não é prejudicado pelos ruídos causados na ionosfera;

— é, praticamente, invulnerável à interferência. Para interferi-lo o inimigo precisará ter uma estação bloqueadora dentro de poucas milhas das estações transmissora e receptora ou emitir sinais da mesma frequência. Caso esta técnica seja usada, o sistema poderá rebater mudando frequências em poucos segundos;

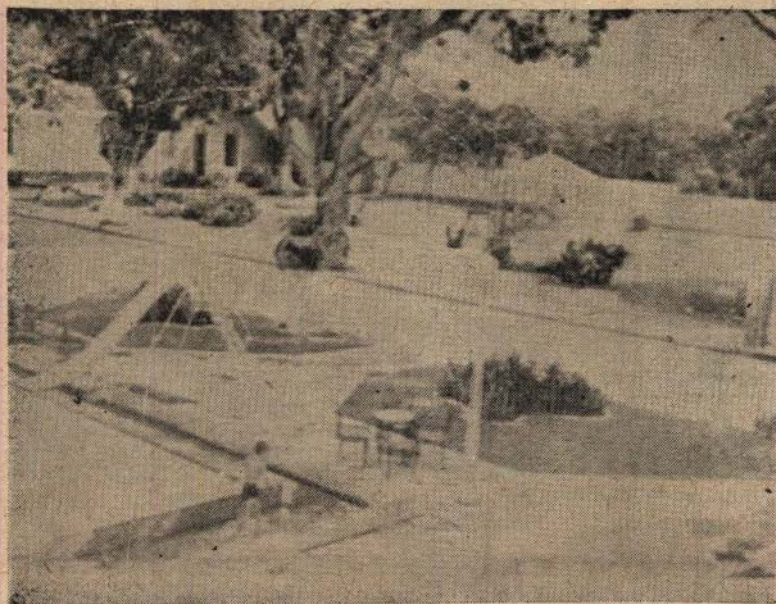
— opera, em um vasto e novo espectro de frequência dentro dos atuais e inúmeros canais de comunicações de longo alcance.

O Laboratório de Pesquisas Navais experimentou frequências de 30 a 3.000 megaciclos e ainda não encontrou limite para as frequências que podem ser enviadas à lua.

Além disso será possível enviar mensagens simultâneas em muitas e diferentes frequências.

III — O QUARTO DISTRITO NAVAL

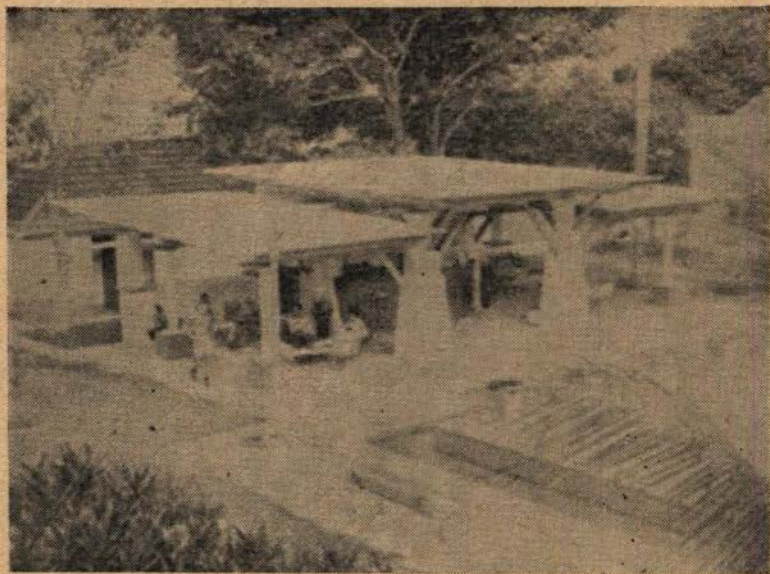
Criado pelo Decreto-lei de 17 de outubro de 1941, sob n. 3.726, o Quarto Distrito Naval, que se denominou na data de sua instituição Comando Naval do Amazonas, e passou mais tarde a Comando Naval do Norte, nasceu do velho e tradicional Arsenal de Marinha do Pará, já antiquado e sem a necessária eficiência, o qual foi extinto, depois de mais de um século de atividades, instalado no terreno concedido pela Carta Régia de 11 de junho de 1761, cento e quatro anos antes e no mesmo dia onde a História Naval das Américas registra seu feito maior — a Batalha de Riachuelo.



Aspecto da alamêda principal da área da sede do Comando

Tendo como seu primeiro comandante o ilustre marinheiro — Contra-Almirante — Eduardo Augusto de Brito Cunha, cuja posse se verificou a 5 de janeiro de 1942, o Quarto Distrito Naval nesses quatro lustres de atividades tem sido, no extremo setentrão do país, sob a patriótica orientação dos dezoito comandantes que teve até o presente, um núcleo de constante e profícuo trabalho, uma permanente afirmação da presença da gloriosa Marinha de Tamandaré, da foz do Amazonas às mais longínquas e recusadas fronteiras do Brasil norte, quase às fraldas dos contrafortes andinos.

De sua criação, extinto o Arsenal, ampliaram-se os setores da Marinha, com a organização da Base Naval de Val-de-Cães, principal escopo objetivado, quando transformadas, em 1942, as oficinas do Departamento extinto, em oficinas mistas, primeiro passo àquela época para o surgimento de uma base naval na Amazônia, hipótese então formulada pelo saudoso Almirante Gustavo Goulart, que lembrava às autoridades navais a conveniência de serem adquiridos terrenos entre Belém e Pinheiro (atual Icoaraci), mais ou menos, justamente, a situação atual da BNVC.



"Kar-Bar" junto à piscina

Coube ao Almirante Brás Paulino da Franca Veloso a missão de ser o encaminhador da solução para o problema da criação da Base, surgindo ainda o reerguimento da Flotilha do Amazonas e conseguindo a incorporação ao 4º DN de três navios cujos capitânea aqui chegava a 24 de dezembro de 1948. A 11 de junho desse mesmo ano fôra recebida a área destinada à futura Base, cedida pelos SNAPP.

Foi ainda nesse ano produtivo de 1948 que se instalaram na sede do Distrito os serviços da AMSA, a benemerita e humanitária organização que minora sofrimentos, conforta e auxilia a centenas de famílias de servidores, nos seus vários setores especializados no campo da Saúde. Foi reiniciada ainda, nesse ano, já sob a responsabilidade da Marinha, a monumental obra que é o Dique Sêco, iniciada pelo Ministério da

Viação, mas que, sem essa transferência de responsabilidade, não teria passado, certamente, da fase inicial.

A Praça "Chefe-de-Esquadra Carneiro da Rocha", fronteira à sede do Distrito, era uma vasta área sem cuidados, que foi transformada na bela Praça -Almirante Tamandaré, chamada atualmente 11 de junho. nela fazendo-se inaugurar, a 14 de dezembro de 1948, um busto de bronze do Patrono da Marinha, trabalho de alto valor artístico devido ao AM da Ilha das Cobras.

A par de suas atividades no que concerne aos problemas navais do seu encargo, o 4º DN tem realizado obra digna de registro fazendo navegar os seus navios pelos rios interiores, levando aos brasileiros de longínquas paragens a alegria de confraternizar com seus praticios marujos, investindo-lhes novo sentido de Pátria e de amor ao Brasil. Hoje, quando uma das nossas corvetas navega em um dos rios dessa imensa rede fluvial da bacia amazônica, já não se surpreende ao ver estendidas, nos portos de serigais ou de pequenos grupos de população, faixas de saudação à Marinha que o cabloco amazônico aprendeu a querer bem com entusiasmo sincero.

O Quarto Distrito Naval é um setor da Marinha que evolui constantemente.

Cada comandante busca sempre ampliar o trabalho de seu antecessor, levando a termo novas obras, melhorando esta ou aquela dependência, porporcionando aos servidores, militares e civis, ambiente de trabalho condigno.

VELHO SONHO QUE SE CONCRETIZA

Uma velha, velhíssima aspiração da Marinha na Amazônia era, e isso desde os albores do século, obter um hospital que fôsse capaz de atender às finalidades mínimas exigíveis num estabelecimento dessa ordem.

A antiga Enfermaria, herança do velho Arsenal de Marinha do Pará, apesar de todo esforço, boa vontade, de dedicação dos muitos competentes diretores, que por ela passaram, apoiados sempre, sem quaisquer restrições pelos comandantes do Distrito, vinha prestando, serviços, mesmo sem possuir os requisitos mínimos, indispensáveis a uma casa de saúde.

Reformas várias foram feitas. Melhoraram-se tanto quanto possível as instalações e seus encargo foram bastante aumentados com a criação da AMSA, que presta assistência pré-natal, obstétrica e pediátrica, além de clínica geral. Entretanto, não se possuía um hospital à altura do vulto das atividade da Marinha, com todo o pessoal do Comando, BNVC e navios da Flotilha.

O atual comandante do Distrito ontra-Almirante — Luiz Fernandes Barata, conseguiu, afinal, conquistar para a Marinha sediada em Belém o hospital que há tanto tempo vinha sendo ansiosamente esperado e isso graças à elevada compreensão do nosso ex-Ministro, Almirante Alves Câmara.

O novo Hospital Naval de Belém, por si só atesta o alto descortino administrativo, a visão esclarecida e o sentido humano dado por um grande chefe a um setor importante da Marinha de Guerra que, utilizando verba destinada à construção da sua própria residência, preferiu dotar o Distrito sob seu comando de um hospital onde pudesse melhor atender aos seus doentes, afastando-os de onde antes se encontravam, em precaríssima situação.

Para levar a cabo essa realização, dada a estrita economia no dispêndio de verbas, fugindo a todo o gasto que não o indispensável, resolveu o Contra-Almirante Barata aproveitar o prédio quase novo, construído em 1951, para residência de SOs e SGs solteiros, ampliando-o e adaptando-o racionalmente às novas finalidades, para nêle instalar-se um verdadeiro hospital.

A antiga Enfermaria, ehtão no 2º andar de um velho edifício depois de obras de adaptação e reestruturação completas, depois de uma reforma radical, passou a ser a residência dos suboficiais e sargentos, com a vantagem de que para êsse fim, tem melhores acomodações, pode alojar número muito maior de homens, se preciso fôr.

O novo Hospital Naval de Belém é obra definitiva, pode ser apresentado como um nosocômio completo, onde todos os Serviços de Saúde se processarão eficientemente.

Para isso, contou o comando do Quarto Distrito Naval com uma equipe de auxiliares imediatos que lhe deram a leal e necessária colaboração, destacadamente o Capitão-de-Corveta — Alfredo Alvaro Canongia Barbosa, oficial dinâmico e eficiente supervisor das obras realizadas, e Capitão-Tenente (MD) — Dr. Wilton Barros Barroso que, como chefe do Serviço de Saúde, orientou a parte técnica dos trabalhos, quanto às instalações.

Eis, em síntese, o que é o Quarto Distrito Naval, num pouco de sua brilhante história e na obra dos seus grandes comandantes.



AERONÁUTICA

Desde há muito desejávamos abrir em nossa Revista uma seção que tratasse, exclusivamente, de assuntos atinentes à Aeronáutica. Faltava-nos colaboração de nossos camaradas aviadores, mas, desde agora, assistidos pelo Brigadeiro Nelson Wanderley e com o prestimoso auxílio do Maj Vercilio e do Cap Tude, acreditamos que a Aeronáutica, passará a interessar a todos os nossos assinantes e leitores.

I — PELOS CÉUS DO MUNDO

1 — Em princípio de junho, o avião X-15 foi lançado de bordo de um B-52 e realizou o seu primeiro voo planado de 5 minutos e 10 segundos, antes de pousar em Rogers Dry Lake, Califórnia. O avião foi largado com a velocidade de 0,8 Mach, planando em curvas de S para verificação dos controles e dos "flaps". Pousou a 160 nós de velocidade numa atitude de nariz um pouco cabrado, tocando primeiro o solo com os deslizadores posteriores e depois, quase que imediatamente com a bequilha.

A quilha ventral foi largada antes do pouso e logo depois o avião realizou várias oscilações longitudinais, comandadas pelo piloto, com o fim de estimar o grau de controle por ocasião do pouso.

O X-15 pesava um pouco mais de 13.000 libras. Seu próximo voo de prova, será um voo cativo com o máximo de peso.

2 — A nova era do jato na América está cobrando uma taxa elevada de vidas humanas. Durante os últimos quatro anos o número de acidentes e de mortes, com aviões militares, foi a seguinte:

Ano	Acidentes	Mortes
1955	4.428	1.255
1956	3.757	1.162
1957	3.324	1.046
1958	2.819	1.105

Isto representa uma média de 3 mortes por dia.

Os jatos que voam menos da metade das horas totais voadas pelos aviões militares, estão causando 78% dos acidentes, na maioria fatais. Quando a era do jato começou, em 1947, a chance de morte era de 1/6, mas agora é de 1/3. Durante a guerra da Coreia, 800 pilotos da Força Aérea e da Marinha perderam suas vidas. Cada piloto de caça que morre representa o custo de um investimento de US\$ 272.000, enquanto que um de B-52 custa US\$ 425.000.

Cabos de aço para pouso: a maior parte dos acidentes de jatos e suas conseqüentes mortes, resultam da dificuldade de pouso dos jatos de alta velocidade. Mesmo os mais leves erros de julgamento dos pilotos resultarão em pouso muito curto ou muito longo com um provável acidente. A resposta será a adoção de técnicas empregadas no pouso de jatos em navios-aeródromos, isto é, o uso de cabos de aço e de ganchos para prender cada avião e fazê-lo parar com segurança. Já estão especificados tais ganchos nos novos jatos encomendados. Há planos para equipar os aeródromos militares com os cabos de aço que poderão ser colocados transversalmente às pistas para prender os ganchos dos jatos. Existem sinais de que todos os aeródromos serão assim equipados no futuro.

Os aviões civis de transporte, a jato, que são desenhados para usar a reversão do impulso de seus motores, estão em melhores condições de segurança e, conseqüentemente, não irão precisar das barreiras de pouso.

Equipamento anticolisão: as mais espetaculares colisões na era do jato são as que ocorrem no ar. Isto é quase inevitável dentro da atual regra de voo, "ver e ser visto", porque as velocidades dos jatos são tão grandes que os aviões colidem antes que os seus pilotos tenham tempo de reagir.

Novos dispositivos anticolisão darão a resposta futura neste caso. Usando ondas de rádio, além de serem simples e de custo barato, eles vão entrar em produção em série.

Problemas de decolagem: as panes de decolagens nos motores a jato geralmente são fatais. Neste caso, os jatos são mais vulneráveis do que outros aviões convencionais. As variações de altitude dos aeroportos fazem uma grande diferença no peso de decolagem. As condições dos motores que podem ser gerais nos casos de propulsão à hélice, devem ser exatas quando nos jatos. Novos procedimentos deverão produzir resultados nas decolagens dos jatos, com maior número de verificações antes das decolagens.

3 — Os MIG-17 Soviéticos estão sendo adaptados como interceptadores para qualquer tempo. Enquanto isto o YAK-25, caça para qualquer tempo, está recebendo novo armamento. Anteriormente, era equipado com mísseis ar-ar do tipo infra-vermelho e alcance menor que 50 milhas. Os novos mísseis têm o alcance de 75 milhas e estão localizados no papo do avião, numa bacia que se abre por ocasião do lançamento.

4 — De acordo com os recentes estudos para o orçamento fiscal, a situação dos pilotos da USAF, relativamente à aviação a jato, é a seguinte:

- a) dos "55.000" pilotos da USAF, 39.000 têm tempo de voo em jato;
- b) mais de 6.400 possuem 1.000 horas de jato.

Quanto à idade, a situação é a seguinte:

- a) 311 pilotos estão acima dos 50 anos de idade;
- b) mais da metade dos 7.000 que estão acima de 40 anos, têm experiência em jato;
- c) cerca de "15.800" são relativamente moços, e saíram das escolas de pilotagem há menos de 5 anos.

5 — Todos os bombardeiros Boeing B-47 operacionais terão o seu tempo de vida aumentado aproximadamente de 3.000 horas, ou de 6 a 10 anos de vida em serviço normal no SAC (Comando Aero Estratégico), após as necessárias modificações na sua estrutura, que consistem primordialmente no seguinte:

a) grande reforço das asas pelo acréscimo de chapas duplas junto à base das asas. As provas de fadiga confirmaram as informações operacionais que indicavam essas falhas.

b) reforço das longarinas dianteiras que se avariaram catastróficamente durante as provas de fadiga. O uso ainda não havia mostrado que esta parte não estava boa.

c) renovação das ferragens que prendem as asas à fuselagem, onde havia efeitos de corrosão. Seus pinos foram submetidos à nova camada protetora.

Este programa de provas dinâmicas da estrutura para estabelecer a fadiga de uso dos aviões é relativamente novo na Força Aérea, e o B-47 foi o primeiro a ser testado.

Os problemas de estrutura do B-47 foram consequência do emprêgo desses aviões em manobras de bombardeio a baixa altura e próximo da máxima velocidade, e execução posterior de uma curva de Immelman. A bomba era largada durante a curva. O B-47 não foi calculado para este tipo de manobra, daí as suas falhas estruturais.

Conseqüentemente, no futuro, o B-47 usará outro tipo de manobra para bombardeio.

6 — O programa de compras da Força Aérea para o ano fiscal 1939, trata da aquisição de 713 novos aviões, na maioria bombardeiros e de instrução. A principal mudança está na passagem dos transportes turbo-propulsores para jato puro.

A compra de aviões novos nos últimos 10 anos foi a seguinte:

1951 — 8.426	1956 — 2.709
1952 — 6.022	1957 — 1.440
1953 — 5.242	1958 — 1.009
1954 — 1.431	1959 — 762
1955 — 1.412	1960 — 713

As compras de mísseis em 1960 inclui 1.232, comparados com os 1.462 previstos para 1961. O n. de 1.232 é exclusivo de foguetes e alvos de exercício, mas não foram conhecidos em detalhe. Por tipo de aviões, soube-se do seguinte programa de compras:

a) maior número de turbojatos em vez de C-133 (turbo-propulsores);
b) 70 aviões B-52H, que adicionados aos 642 B-52 dos programas anteriores darão um total de 712;

c) no ano fiscal de 1959 a Força Aérea programou a compra de 47 aviões B-58, e depois reduziu para 36. No ano fiscal de 1960 serão comprados mais 40;

d) foram dados poucos detalhes do novo avião B-70 de Mach 3, mas algumas testemunhas confirmaram que a Força Aérea está se encaminhando para o dia do 1º voo;

e) no ano fiscal de 1960 serão comprados mais 96 KC-135, que se somarão aos 81 comprados em 1959; o objetivo final da Força Aérea é o da força de reabastecedores totalmente a jato;

f) o programa dos F-105 falhou até pouco tempo e os planos para os modelos de 2 lugares têm sido ligeiramente falados. Não se sabe o número de aviões a construir;

g) o programa dos F-108, de 2.000 milhas por hora, está em progresso, como foi planejado;

h) na compra de 150 aviões T-37, jato de instrução primária, a Força Aérea gastou 25 milhões de dólares no ano fiscal de 1959;

i) o programa do ano fiscal de 1959 reduziu para 13 a compra de aviões T-38, que é um avião de instrução supersônico destinado a substituir o T-33. Em 1960 ele entrará na relação operacional;

j) sete aviões T-39, de instrução a jato, estão no programa de 1959 e mais virão no de 1960;

l) a Lockheed e a Mc Donnell Aircraft estão desejando o contrato do UC-X, avião de instrução a jato para instrução de navegação avançada e ECM (Contra-medidas eletrônicas). Havia um certo atraso neste programa que se destinava a produzir os 5 primeiros aviões no ano fiscal de 1959;

m) cerca de 18 milhões foram postos no programa do ano fiscal de 1959 para a compra de 54 H-43, helicópteros de busca e salvamento, mas com o programa de 1960, o total desses aviões alcançará 134.

7 — O convertiplano XV-3 da Bell Helicopter Corporation, em desenvolvimento para o Exército, tornou-se o 1º VTOL (avião de decolagem e pouso verticais) do mundo a fazer a mudança de engrenagem em voo.

A engrenagem é usada para reduzir de 40% a velocidade de rotação da hélice, com o fim de obter maior eficiência em voo de cruzeiro. A mudança é feita depois que o avião inclina para frente os seus dois motores propulsores, passando da posição de elevação para a de propulsão de voo. O XV-3 decola e sobe como um helicóptero. Com isto se alcança a principal etapa necessária para que qualquer VTOL movido a hélice, possa competir com os aviões convencionais em termos de igual eficiência em voo de alta velocidade e longo alcance.

8 — Vai ser imediatamente estudado e desenvolvido pela Fairchild Camera and Instrument Co., um sistema de reconhecimento aéreo capaz de tirar, processar e transmitir fotografias aéreas tomadas de um veículo aéreo para uma estação terrestre.

O sistema fará uma reprodução para o solo 2 minutos após a fotografia aérea. Está sendo projetado para uso por parte de veículos pilotados ou não do Exército, Força Aérea, Marinha ou Fuzileiros Navais.

A componente aérea do sistema consistirá de uma máquina fotográfica de 70 mm montada sobre uma base estável, um processador rápido de 2 estágios e um aparelho projetador que projetará a fotografia processada e depois passará o resultado por um vídeo e um transmissor de dados, existentes no veículo aéreo. O conjunto do solo possui uma antena altamente direcional que receberá os dados recebidos do ar. A orientação desta antena será assegurada por um radar que determinará a localização do veículo aéreo transmissor. Os sinais recebidos, são convertidos em imagem visual que é registrada numa máquina terrestre. O filme da máquina terrestre imediatamente passa através de um processador rápido a 2 estágios, e dentro de segundos chega à fase de uma primeira vista. O filme processado passa então a uma carretilha onde pode ser visto em um visor estéreo para detalhada interpretação-foto de dados.

Outra característica importante do sistema é a de que as fotos aéreas originais serão usadas mais tarde para estudo mais detalhado, quando o veículo aéreo regressar à sua base. O componente terrestre do sistema poderá ser completamente móvel e, assim, usado sob condições de combate no terreno. Este sistema é o resultado dos progressos fotográficos realizados nos últimos 3 anos.

O TRANSPORTE SUBURBANO NA CENTRAL DO BRASIL

Quando o Diretor da Central do Brasil, engenheiro Jorge de Abreu Schilling, compareceu à Câmara Federal, a fim de prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar que investiga as causas dos desastres dos trens de subúrbios daquela ferrovia, ficou sobejamente demonstrado o grande esforço que sua administração vem fazendo para atender ao transporte do suburbano carioca.

TRENS ELÉTRICOS

Atualmente, a nossa principal ferrovia possui cerca de 150 unidades elétricas (450 carros) com que atende os transportes de passageiros suburbanos do Rio e de São Paulo. No entanto, esse número se mostra insuficiente, em virtude do vertiginoso crescimento de população suburbana naquelas duas cidades.

Para atender ao movimento de passageiros suburbanos das duas maiores capitais brasileiras, a Central do Brasil necessita, no mínimo, de 200 unidades elétricas que poderá dispor no fim do corrente ano. Acresce, ainda, a necessidade de 10 unidades elétricas, para atender aos subúrbios de Belo Horizonte cuja eletrificação já foi iniciada, uma vez que, naquela cidade, tornou-se impossível o transporte de passageiros com a velha tração a vapor e carros arcaicos de madeira, em estado precário de conservação.

Essas aquisições de trens novos, somente, não vêm resolver o problema, pois, torna-se necessária a constante conservação do material em tráfego bem como a reabilitação dos carros antigos com mais de 20 anos de serviço.

FORMAÇÃO DE TRENS

Com referência à formação de trens, basta dizer que, conforme próprias palavras do engenheiro Schilling, nos dois últimos anos, tem sido necessário formar cerca de 500 trens diários.

No ano de 1958, nos subúrbios do Rio de Janeiro, foram formados 180.775 trens dos quais 159.223 na Linha do Centro e Ramal de Santa Cruz e 21.552 na Linha Auxiliar.

A média diária de 488 trens já foi ultrapassada no corrente ano, elevando-se a 535 trens diários, cujo maior índice pertence ao Ramal de Deodoro (Linha do Centro), com cerca de 27%, justamente o trecho mais populoso. Seguem-se o Ramal de Santa Cruz com 16%, a Linha Auxiliar com 13% e os demais com menores percentagens.

No horário atual, partem da Estação D. Pedro II, nas horas de maior afluxo de passageiros, 20 trens por hora, com intervalos mínimos de 5 minutos na linha 3 e de 7 minutos na linha 1.

No momento, acha-se em estudo a formação de 30 trens por hora, com intervalos de 4 minutos nas duas linhas ímpares (1 e 3) — o que corresponderá a 44 mil passageiros por hora, com trens de seis carrós, e 66 mil passageiros por hora, com futuros trens de nove carrós.

O ASPECTO SOCIAL DO TRANSPORTE SUBURBANO

Para os trabalhadores da indústria e do comércio, bem como os funcionários que percebem baixos vencimentos, residentes na zona suburbana do Distrito Federal e nas localidades adjacentes do Estado do Rio, o principal meio de transporte é, sem dúvida, o que lhes proporciona a Central do Brasil, motivo por que se impede a adoção de tarifas compensadoras e a eliminação de transportes gratuitos para militares, ou com abatimentos para estudantes. O número médio de passageiros gratuitos nos subúrbios é de 4.900.000 anualmente.

As necessidades de melhoramentos para o transporte suburbano da Central do Brasil devem ser encaradas sob o ponto de vista do interesse social, cuja manutenção só poderá ser feita mediante auxílios do Governo Federal, a fim de cobrir os prejuízos dos transportes ferroviários existentes no país.



IMPrensa DO EXÉRCITO

"O difícil sai no grito e o impossível demora um pouco"

Instalada no Palácio da Guerra, funcionando em seu primeiro andar, existe uma dependência de nossa Secretaria da Guerra, onde labuta uma centena de homens, vivendo em ambiente de excelente camaradagem e com um "espírito de corpo" só visto em nossas Unidades de elite.

Trata-se da IMPRENSA DO EXÉRCITO que a 25 de setembro completa 52 anos de profícua e valiosa existência.

A colaboração que a plêiade de devotados funcionários da Imprensa, presta ao Exército é excelente e dela são testemunho todos os militares que procuram valer-se de sua capacidade técnica e de sua operosidade.

Criada em 1907, passou nossa Imprensa por todos os percalços e sentiu todos os momentos de alegria, vivendo com o Exército seus dias felizes e suas horas de apreensão.

A dedicação de seus funcionários atingiu ao máximo durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi solicitada a atender a Força Expedicionária Brasileira, permanecendo seus componentes, meses a fio, com expediente prorrogado até altas horas da noite.

"O difícil sai no grito e o impossível demora um pouco" — eis o lema daquele pugilo de brasileiros que, sendo civil, constitui um grupo

coeso e disciplinado que tem por fim trabalhar para manter bem elevado o conceito em que é tido o órgão que tão relevantes serviços tem prestado.

Mantemos contato constante com a Imprensa do Exército e podemos testemunhar o quanto seus funcionários são diferentes do funcionário comum.

Atualmente sob a direção do Sr. Raul Pinheiro Cerqueira e na Chefia das Oficinas o Sr. Pedro Gastor da Câmara, a Imprensa mantém as seguintes seções, chefiadas pelos funcionários abaixo :

- Assistente — Sr. Sebastião Muniz da Silveira ;
- Linotipia — Sr. Julio Chaves Mello d'Albuquerque ;
- Mecânica — Sr. Olegario José Fernandes de Souza ;
- Composição — Sr. Antonio de Mattos Rodrigues ;
- Guarda-tipos — Sr. Tarciso Gomes de Jesus ;
- Impressão — Sr. Waldemar Rodrigues dos Santos ;
- Brochura — Sr. Geraldo da Silva Neves ;
- Encadernação — Sr. Nelson de Albuquerque Lira ;
- Revisão e Coordenação — Sr. Husien Alves de Souza.

A paginação da Revista é feita pelo Sr. Hélio Fraga Sabido, contando a repartição com mais os seguintes encarregados de serviço — Sr. Wilson dos Santos (Impressão), Sr. Eduardo Pinheiro de Britto (Fundição), Sr. Antonio Cordeiro Soares (Timbragem e rêlêvo), Sr. Francisco Carapeba de Carvalho (Portaria), além de cerca de uma centena de dedicados e competentes profissionais da arte gráfica.

A Imprensa do Exército, a quem prestamos nossas homenagens, é um corpo que se empenha ao máximo na aspiração de cumprir o que lhe vai na alma ou seja :

“O difícil sai no grito e o impossível demora um pouco”...

A DEFESA NACIONAL muito deve à Imprensa do Exército. Seus funcionários são colaboradores anônimos de nossa revista. Por isso e por tudo que tem feito pelo Exército apresentamos a seu atual Diretor Sr. Raul Pinheiro Cerqueira, neste 52º aniversário, os mais efusivos parabéns, pedindo transmiti-los aos diligentes camaradas integrantes desta equipe de elite.

FOGO NO TETO DO MUNDO

Com mais do dôbro do tamanho da França e localizado bem no coração da Ásia, o Tibete é uma terra de montanhas e vales profundos, habitada por um povo que vive dominado pela religião. Embora o Tibete seja uma terra fria e silenciosa, o seu povo é estranhamente feliz. Os viajantes que por ali transitam, ao retornarem à balbúrdia do mundo exterior, sentem saudades da serenidade e da paz que ali se goza.

Governado desde o século XVII pelos monges do Chapéu Amarelo, cujo chefe supremo é o Dalai Lama, o Tibete tem atravessado momentos cruciantes em sua história. Dominado através dos séculos pelos mongóis, mandchus, gurcas e principalmente chineses, ele tem sido cobiçado e conquistado. Em 1907, Inglaterra e Rússia czarista concordaram em torná-lo um "estado-tampão", reconhecendo a suzerania da China.

O tibetano é extremamente religioso e supersticioso. Cerca de quatro quintos da população trabalha para sustentar um quinto, constituído de sacerdotes e monges. Existem mesmo, certos lugares do Tibete em que é proibido extrair ouro para não ofender aos deuses.

Em 1933, o predecessor do atual Dalai Lama abandonou a vestimenta corporal para abrigar-se em outra. O regente que o substituiu, teve então uma visão que identificava aquele que viria a ser o futuro Dalai Lama. Emissários correram o reino em busca daquele que viria à ser o chefe supremo do Tibete. Após inúmeras buscas, foi encontrado. Subindo ao trono com 4 anos de idade, em 1940, foi agraciado com vários títulos: Gentil, Glorioso, Poderoso na Voz, Absoluta Sabedoria, etc. Com um mestre ocidental que fala tibetano, aprendeu os usos e costumes do Ocidente.

Completando 16 anos, o Dalai Lama, já então inteiramente investido nos seus poderes, fez uma visita de 6 meses à China de Mao Tsé Tung, enquanto que técnicos chineses vermelhos agiam no Tibete, sem conseguirem impressionar aos tibetanos. Para aquele povo a perfeição interior era mais importante do que as estradas asfaltadas construídas pelos vermelhos, sendo por isso repudiados. Deu-se então o choque na província de Khan, os vermelhos exasperados saquearam e destruíram toda uma aldeia. Começou então uma luta de guerrilhas que durou 4 anos. No mês de março desse ano, os vermelhos exigiram a presença do Dalai Lama em seu quartel-general, sozinho, sem a escolta costumeira. Temendo ser aprisionado, no dia 17 de março, o Dalai Lama evadiu-se de Lassa. Como represália dessa fuga, os chineses desencadearam sua cólera contra a cidade, destruindo casas, palácios e templos. Agora, aconteça o que acontecer nesse pequenino e conturbado país conhecido como "teto do mundo", os olhos do mundo estarão observando os ataques de que ele é vítima e aguardando que reine a paz, tão merecida pelos tibetanos.

DIA DO SOLDADO : COMEMORADO NO IAPB

Ficando o homem exposto aos mais variados riscos — como a enfermidade, a velhice, a morte, a incapacidade para o trabalho —, procura, para garantir a sua subsistência e de seus dependentes, na ocorrência desses sinistros, acumular reservas que lhe permita sobreviver, tendo, daí, surgido a noção de previdência.

Mas o acúmulo de economias de gastos diários, feito pelo homem individualmente, se bem que representasse um esforço louvável e uma demonstração do espírito persistente e de sacrifício do indivíduo, não surtia os efeitos que havia de se esperar, principalmente quando esses pioneiros da previdência se encontravam entre as classes mais economicamente incapazes.

Além de não conter o sentimento de solidariedade humana, o sistema da previdência individual dos riscos, com o correr dos tempos, provou ser completamente ineficaz para socorrer o homem nas suas necessidades mais prementes. Traduzia, esse sistema, quando muito, um auxílio supletivo, daí ter-se procurado estabelecer um sistema coletivo de previdência, onde, imperando o sentimento de solidariedade humana, viesse ser feita a dispersão dos riscos pelos componentes do grupo segurado.

Até a etapa atual, a previdência passou por diversas fases, como a do mutualismo, na qual as sociedades formadas, com o objetivo de assistir ao associado, sem finalidade comercial, tinham seus componentes como segurado e segurador, repartindo-se o ônus do risco ocorrido, entre os demais sócios. As entidades particulares organizadas para socorrer o indivíduo constituíram uma fase mais adiantada do mutualismo que antecedeu a previdência social. Esse sistema de previdência, de caráter não obrigatório, não concedia a segurança indispensável aos cidadãos, visto que os economicamente incapazes não podiam arcar com os altos prêmios exigidos pelas companhias particulares.

Surge, então, o seguro social, nos fins do século XIX, na Alemanha, fruto de heróica luta das classes trabalhadoras. Algumas classes, isoladamente, já haviam sido beneficiadas em outros países.

Em 1923, com a promulgação da Lei n. 4.682, de 24 de janeiro, a chamada Lei Eloy Chaves, o seguro social é, pela primeira vez, concedido aos operários de entidades privadas, amparando, através de Caixa de Aposentadoria e Pensões, empregados das empresas ferroviárias.

Com o advento da Revolução de 1930, a previdência social alargou os seus horizontes, chegando, com leis posteriores, de outros governos ao desenvolvimento atual.

Mas as entidades de previdência social, tôdas elas criadas pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas, vem sendo, desde há muito, combatida por aqueles que, procurando galgar postos ou posições, fazem de suas deficiências programas eleitorais.



Na foto vemos o retrato do Patrono do Exército, inaugurado na ocasião, e diversos líderes sindicais que compareceram à mesma

Não obstante essa cirrada campanha difamatória, quase sempre injusta, essas entidades vêm cumprindo a sua nobre missão de amparar os trabalhadores na doença e na velhice.

Um sistema de custeio deficiente e o desvio de importâncias vultosas para atividades diferentes do seguro social, se bem que de interesse geral do País, além da elevada dívida da União para com estas entidades, levou-as, com raríssimas exceções, à precária situação econômico-financeira em que se encontram atualmente. De tôdas êlas, podemos destacar o Instituto dos Bancários que, com um patrimônio elevadíssimo, dispõe, em moeda corrente, depositada em Bancos Governamentais, importância superior a bilhão de cruzeiros, fruto de uma administração que se tem nortado pelo firme propósito de servir à briosa classe bancária e preservar, pela gerência correta da coisa pública, o bom nome do Governo.

Ainda recentemente, em comemoração ao Dia do Soldado, o Sr. Enos Sadok de Sá Motta, bancário que preside os destinos do Instituto dos Bancários, por indicação dos líderes da operosa classe a que pertence, numa homenagem admirável ao Patrono do Exército Brasileiro, fez inaugurar, em Duque de Caxias, agência e moderno ambulatório, que virá, doravante, atender aos bancários daquela cidade fluminense. Essa inauguração — parte integrante do programa encetado pela administração de interiorizar a previdência social cujos segurados das pequenas capitais e cidades do interior a conheciam pela obrigatoriedade de recolher as contribuições —, a que se fez presente reportagem de "A Defesa Nacional", no dia do Soldado, foi antecedida,



Discursa o Governador Roberto Silveira enaltecendo o acerto da medida posta em execução, que virá beneficiar a classe bancária fluminense

num curto espaço de um mês, de outras mais, tôdas referentes à instalação de ambulatórios ou centros médicos, concretizados nas cidades de Campos, Itaperuna etc., para mencionarmos, tão-somente, cidades fluminenses.

Assim podemos ver que nem tudo na previdência social está perdido, ainda há, pelo menos para uma classe, a esperança de dias melhores, graças a profícua administração que vem fazendo um jovem bancário em favor da classe a que pertence.

MARECHAL MONTGOMERY

Como se sabe, o marechal Montgomery deixou há pouco tempo as suas funções na NATO em virtude de ter sido atingido pelo limite de idade.

Este fato, por maior que seja a personalidade do marechal, não deixaria, certamente, de ser encarado como mais uma consequência inevitável do rodar dos anos. O que, porém, tem levantado grande controvérsia, foi não só a publicação das "Memórias" do vencedor de El Alamein mas, também, algumas afirmações feitas por Montgomery em público.

Não tivemos ainda ocasião de ler o já famoso livro e por isso não pretendemos fazer uma crítica a essa obra, para o que de resto nos falta, certamente, competência, nem aliás, essa crítica teria cabimento nesta seção de "A Defesa Nacional".

Como, porém, o marechal Montgomery faz críticas bastante ceradas a algumas personagens de destaque sobre a sua forma de conduzir as operações, atacando igualmente a organização da NATO, não quisemos deixar de assinalar essas críticas e as reações a que deram lugar. Para isso recorremos a artigos publicados na imprensa de diversos países.

É preciso ter atenção, para avaliar da gravidade das acusações feitas, que um dos principais atingidos é o general Eisenhower, antigo comandante de Montgomery no final da guerra de 1939-45, e hoje presidente dos Estados Unidos da América, a maior potência militar da NATO.

É, portanto, absolutamente natural que as afirmações do Marechal tenham provocado um certo mal-estar no ocidente e originado reações por vezes violentas.

Montgomery assegura nas suas memórias que a segunda guerra mundial podia ter terminado em 1944 e não em 1945 se o general Eisenhower não o tivesse impedido de realizar o seu plano. Este consistia em reunir numa única força todos os recursos aliados e, uma vez realizada a penetração no norte da França, lançar as 40 divisões diretamente sobre o Ruhr até Berlim. Eisenhower, contudo, preferiu um avanço numa frente mais larga.

"Se tivéssemos adotado um adequado plano de operações em agosto, teríamos podido apoderarmo-nos do Ruhr antes da chegada do inverno", afirma Montgomery. Além disso a guerra teria terminado na Europa com um equilíbrio político muito mais favorável a uma paz estável do que a que, de fato, surgiu.

O Marechal está convencido que o general Eisenhower complicou as coisas e prolongou desnecessariamente o conflito na fase final da campanha. Chega até ao ponto de afirmar que a maneira de encarar a guerra por parte do general Eisenhower tinha sido cara em vidas humanas.

Assegura que tudo teria sido diferente se os planos que tinha preparado tivessem sido seguidos. Tinha sido possível terminar a guerra em fins de 1944 em vez de maio de 1945. Sobretudo à partir da reconquista de Paris o general Eisenhower, afirma Montgomery, demonstrou uma nítida falta de comando da situação, além de não dominar o aspecto operacional da guerra.

Havia falta de coordenação. As operações tinham-se desorganizado e desarticulado e "os exércitos aliados acabaram vendo-se envolvidos numa autêntica embrulhada".

Afirma ainda: "A triste e trágica história dos acontecimentos que se seguiram à vitoriosa batalha da Normândia pode-se resumir numa única crítica fundamental: qualquer que tivesse sido a decisão tomada não se teria executado. Não avançamos sobre o Reno ao longo de uma extensa frente: avançamos sobre o Reno ao longo de várias frentes e sem coordenação. E qual a reação alemã? Um único golpe bem concentrado na batalha das Ardenas no momento em que tínhamos perdido o equilíbrio e nos encontrávamos com umas linhas que se tinham estendido demasiado".

Em outra passagem do livro o marechal escreve: "O fim da guerra na Europa estava ao alcance dos aliados depois da tomada de Paris, em 25 de agosto de 1944... Mas eram necessárias decisões rápidas e, acima de tudo, um plano. Eu tinha um plano pronto".

No entanto o seu plano não foi aceito nem, tampouco, o do general Bradley, que também tinha preparado o seu. Eisenhower optou por um terceiro plano de compromisso.

O general alemão Von Mantenffel, especialista em divisões panzer, mostrou-se de acôrdo com Montgomery. Por sua vez o general Blumentritt, que era chefe de estado-maior de Von Rundsted, confessa que na região do Ruhr as fortificações eram escassas e o exército alemão não dispunha de reservas. Pelo contrário, o general Bedell Smith, que fazia parte do estado-maior de Eisenhower, contesta dizendo que ninguém, no estado-maior de Montgomery, com exceção do Chefe do Serviço de Intendência, estava de acôrdo com o Marechal e que o plano dêste não assegurava a conclusão mais rápida das hostilidades.

Interrogado, por sua vez, durante uma conferência de imprensa, o presidente Eisenhower declarou: "Deu-se a coincidência de ter sido minha a responsabilidade de conduzir a invasão ocidental e foi-me concedida uma completa liberdade de ação.

A única coisa que posso dizer é isto:

Ganhamos a guerra em onze meses a contar do dia em que desembarcamos e não tive conhecimento de previsão alguma, anterior ou durante esse período, de que a guerra terminaria em menos de dois anos.

Além disso Winston Churchill disse-nos que, se conseguíssemos avançar até Paris e apoderarmo-nos desta cidade na altura do Natal teria que admitir que aquela seria maior operação militar de todos os tempos.

Creio que tenho sido criticado por toda a gente que é capaz de escrever um livro e que o continuarei a ser no futuro".

Porém os ataques do marechal Montgomery não se limitam às suas "Memórias". Discursando no Royal United Services Institution, em Londres, o marechal pronunciou-se sobre o que considera os erros da NATO, as loucuras da política e as faltas da diplomacia desde que a guerra acabou. A linguagem que então empregou foi, por vês, bastante dura como se pode verificar.

Segundo o marechal os Estados Unidos da América são, talvez os principais culpados pelas presentes condições do mundo. Assim, disse: "Deve ser agora claro para todos, exceto para os muito estúpidos, que, se os Estados Unidos não tivessem sabotado as operações no Suez e não se tivessem ligado demasiado cedo ao pacto de Bagdad, a situação no Médio Oriente seria hoje muito diferente". Na opinião de Montgomery, enquanto a política externa dos Estados Unidos foi lamentavelmente inconsistente, o governo trabalhista britânico de depois da guerra teve, também, muitas culpas, por se ter concentrado nos problemas internos e deixado fugir a chefia do mundo. Toda a gente "pensava que nós estávamos todos loucos", afirmou o marechal.

As acusações do marechal Montgomery à NATO baseiam-se em que, na sua opinião, o pensamento estratégico ali dominante é turvo e confuso e a organização tolhida não só por um estado-maior excessivo mas também por ser basicamente ineficaz em virtude de estar fundida, militar e politicamente, entre Paris e Washington. O marechal afirmou que não consegue encontrar na NATO planos inteligentes para travar a presente batalha política, económica e financeira na Ásia e na África. Sugeriu ainda que o comandante supremo da NATO na Europa devia ser francês e não americano.

Como era de esperar, as afirmações do marechal provocaram vivos comentários no seio da NATO. No entanto nos meios desta organização já se disse que não se pensava substituir o general Norstad por um general francês.

Quanto aos outros pontos, como é natural, há quem apoie o marechal e quem o ataque.

Julgamos, de resto, que a discussão motivada pelas afirmações que aqui resumimos ainda não acabou e deve continuar por mais algum tempo.

ARTUR EBERHARDT S.A. INDÚSTRIAS REUNIDAS



**CADEADOS ESPECIAIS
PARA
AS FORÇAS ARMADAS**

FERRAGENS EM GERAL

Artigos para Tapeçarias

Rua Pelotas, 93 — São Paulo

Tel. 70-1111 — C. Postal, 7081

FECHADURAS - TRILHOS - CHAVES - ETC.
FONES: 70-1111 e 70-1112



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73 e 95

Telefone: 45-8185

Rua Camerino, 79/81 -

Telefone: 43-4990 - Rio

WILSON RUSSO S.A.

PEÇAS E ACESSÓRIOS

G.M.

BRASIL

Importação e Comércio, Distribuidores: **GENERAL MOTORS DO BRASIL** — Seção de Peças MATRIZ: Av. São João 1105, fones: 34-3417 e 36-5057, Gerência fone 37-8287 — Estoque permanente de peças Chevrolet Genuínas

SEÇÃO FRIGIDAIRE — Av. São João, 1119 — Fone 34-4813 — Filial: Rua Piratininga 152 — Fones 32-7448 e 35-6207 e Rua Consolação, 560 — Fone 34-2794 — Oficina Frigidaire: 35-4278 — End.

Telegráfico "DELCO" — Caixa Postal 1909 — São Paulo —

Inscrição 120.165



BRASILIANAS

Coordenador: Major CLAUDIO LEIG

BRASIL — 1958 (CONTINUAÇÃO)

● Comércio Exterior

O intercâmbio comercial brasileiro já em 1957 registrou sensível modificação em relação a 1956. Enquanto nesse ano verificou-se superavit de 248 milhões de dólares, em 1957, observou-se deficit de 97 milhões. As exportações acusaram decréscimo de 242.000 toneladas no valor físico dos três produtos líderes — café, cacau e algodão — o que redundou em queda de 223 milhões de dólares no respectivo valor exportado em confronto com o ano anterior.

Os embarques de café em 1957 produziram uma receita de 846 milhões contra um bilhão e 30 milhões em 1956 verificando-se portanto, declínio superior a 180 milhões de dólares. Em termo relativos, e segundo os destinos, as exportações desse produto para os Estados Unidos diminuíram de 19 % enquanto que para os restantes países a queda atingiu 17 %.

O cacau, em decorrência da política de defesa adotada pelos principais países produtores inclusive o Brasil teve um aumento de quase três milhões de dólares em cotejo com 1956, embora tenha decrescido de 16.000 toneladas o seu volume físico.

O algodão de há muito colocado em segundo lugar na pauta da exportação brasileira desceu em 1957 para sexto, sendo sobrepujado pelo cacau, pinho, minério de ferro e açúcar.

Esse produto carregou para nosso país divisas da ordem de apenas 44 milhões de dólares. Sua participação percentual, no valor global das exportações, vem caindo de ano para ano.

Por outro lado os substanciais embarques de açúcar, pinho e minério, vem compensando, até certo ponto, o decréscimo da receita cambial brasileira, sensivelmente atingida pelo declínio das exportações de café e algodão.

Os principais países compradores dos nossos produtos são, por ordem de grandeza, os Estados Unidos, a Argentina, a Alemanha Ocidental, a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e o Japão, sendo que somente os Estados Unidos nos compram cerca de 48 % do valor total da nossa exportação.

As aquisições brasileiras, em 1957, foram superiores em 255 milhões de dólares as de 1956 ao passo que o valor físico se manteve em nível praticamente igual.

Como ilustração acrescentamos que somente os gastos de frete, seguros e outras despesas comerciais atingiram 203 milhões de dólares.

Nossos principais fornecedores, foram também Alemanha Ocidental, Venezuela, a Argentina, as Antilhas Holandesas, a Suécia e a Grã-Bretanha sendo que os Estados Unidos figuram como fornecedor de 36 % do valor de nossas importações.

Os produtos de exportação mais importante, segundo os principais países de destino são os seguintes :

Café — Em 1957 o café nos proporcionou divisas no valor de US\$ 845.531.000,00. Os principais compradores foram os Estados Unidos, a Alemanha, a Suécia e a Argentina.

Cacau — Vendemos em 1957, cacau no valor de US\$ 69.693.000,00. Os principais compradores foram os Estados Unidos, a Alemanha, a Holanda e a Tcheco-Eslováquia.

Pinho — Em 1957, o valor da exportação do pinho atingiu US\$ 64.148.000,00. Os principais compradores foram a Argentina, a Grã-Bretanha, o Uruguai e a Alemanha.

Minério de ferro — O valor da exportação de minério de ferro atingiu, em 1957 o valor de US\$ 47.945.000,00. Os principais compradores foram os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Tcheco-Eslováquia.

Açúcar — O valor da exportação de açúcar alcançou, em 1957, US\$ 45.872.000,00. Os principais compradores foram a Grã-Bretanha, o Uruguai, o Paquistão e a Holanda.

Algodão — As divisas proporcionais pela exportação de algodão em 1957 atingiram US\$ 44.207.000,00. Os principais compradores foram o Japão, a Espanha, a Polônia e a Grã-Bretanha.

Minério de manganês — Em 1957, a exportação de minérios de manganês atingiu o valor de US\$ 37.504.000,00. Praticamente o único comprador são os Estados Unidos.

Resumindo verificamos que, em 1957, o valor da exportação de café atingiu US\$ 845.531.000,00 e dos outros seis produtos mais importantes US\$ 309.369.000,00, para um total geral de US\$ 1.391.606.000,00.

As importações, segundo as grandes classes de mercadorias, foram as seguintes em 1957.

a) Essenciais :

Manufaturas — (inclusive papel para jornal, fôlha de flandres, arame farpado, tratores, máquinas e utensílios agrícolas, trilhos, tubos e pertences de aço e ferro, motores diesel, geradores conjugados e máquinas a gás ou a álcool) — US\$ 327.221.000,00.

Combustíveis (inclusive petróleo em bruto, óleos combustíveis, óleos combustíveis (diesel), gasolina comum, gasolina para aviação, óleos e graxas lubrificantes, querosene, carvão de pedra, carvão betuminoso) — US\$ 281.404.000,00.

Máquinas aparelhos e suas peças (inclusive máquinas para conservação de estradas, para trabalhar metais, para perfuração e extração — máquinas para indústrias têxteis, para indústrias de celulose papel e papelão e para indústrias gráficas — rolamentos e esferas para mancais, peças para turbinas hidráulicas e acessórios de máquinas para indústrias têxteis) — US\$ 226.392.000,00.

Matérias-primas (inclusive celulose, ferro e aço, inseticidas, linho em fio, adubos químicos, metais não ferrosos e produtos químicos) — US\$ 198.275.000,00.

Veículos, acessórios e peças (inclusive chassis para caminhões, ônibus e semelhantes, caminhões-ambulâncias e semelhantes, locomotivas e jipes) — US\$ 189.605.000,00.

Gêneros alimentícios (inclusive trigo, bacalhau, azeite de oliveira, malte, leite em pó, farinha de trigo e aveia) — US\$ 170.569.000,00.

Drôgas e medicamentos (inclusive antibióticos e derivados) — US\$ 18.642.000,00.

Animais vivos — US\$ 1.957.000,00.

b) *Menos essenciais* (inclusive matérias-primas diversas, frutas e seus produtos e manufaturas diversas) — US\$ 74.762.000,00.

O total geral das importações naquele ano atingiu :

US\$ 1.488.827.000,00.

Em 1957, os produtos que maior dispêndio causaram ao País foram os seguintes :

Petróleo em bruto — 116 milhões de dólares ;

Trigo — 104 milhões de dólares ;

Chassis para ônibus, caminhões e semelhantes — 48 milhões de dólares ;

Tratores — 39 milhões de dólares ;

Óleos combustíveis — 37 milhões de dólares ;

Papel para jornal — 35 milhões de dólares ;

Óleos combustíveis (diesel) — 33 milhões de dólares ;

Máquinas para conservação de estradas — 27 milhões de dólares ;

Fôlha de flandres — 26 milhões de dólares ;

Celulose — 24 milhões de dólares.

O comércio brasileiro com a América Latina representa cerca de 10 % das nossas vendas externas. Os nossos principais mercados são a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Bolívia. Os principais produtos exportados são o pinho, o café em grão, o mate, a banana, o cacau, o fumo, o algodão e o açúcar.

Por outro lado merecem especial atenção as compras bolivianas de produtos manufaturados, como os tecidos de algodão e tubos de aço sem costura.

Os países da América Latina realizam suas transações conosco através de contas bilaterais cujos saldos nos têm sido favoráveis nos últimos anos.

O comércio que mantemos com os demais países da América Latina, além dos citados é inexpressivo. Esta inexpressividade se realça quando se consideram os saldos devedores que temos com esses países por força de nossas compras de petróleo.

Procurando incentivar o intercâmbio econômico que mantemos com um desses últimos países, o Brasil assinou com o Peru um Convênio de Cooperação Econômica para estudar as condições do comércio entre os

dois países e as possibilidades do seu incremento e diversificação, as possibilidades do comércio fronteiriço e as possibilidades de seu desenvolvimento, as condições atuais de navegação dos rios comuns e as medidas necessárias a mais ampla utilização dessas vias de comunicação, as possibilidades de desenvolvimento de outros meios de comunicação inclusive rodovias, as possibilidades de intensificação e aproveitamento de matérias-primas inclusive o petróleo e as possibilidades de investimentos recíprocos.

Assinale-se o início da exportação do pó de minério de ferro para a Polônia e Tcheco-Eslováquia, a aquisição por parte do Japão de 110.000 toneladas de minério de ferro, a exportação para a Argentina de engates e vagões ferroviários, a exportação para o Chile de material elétrico para rádio e televisão, e a compra brasileira de 107.000 toneladas de trilhos poloneses como parte de uma encomenda de 300.000 toneladas.

Desde que entrou em vigor a Instrução n. 113 da SUMOC, em janeiro de 1955 até março de 1958, entraram no País, sem cobertura cambial, 222 milhões de dólares sob a forma de máquinas e equipamentos industriais, e que em 1957 foram remetidos quase 10 bilhões de cruzeiros de rendimentos de capitais estrangeiros aplicados no País; o total inclui, apenas, os capitais que estão sujeitos à tributação do imposto de renda.

● Transportes

MARÍTIMOS

No intuito de elevar a capacidade do transporte marítimo do País, o esforço do Governo vem sendo distribuído entre dois setores, que, desenvolvidos em conjunto, possibilitarão aquele intento. Um, é a execução do programa do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o qual comporta realizações como obras de construção de portos, entre os quais citamos o porto de alto calado, em construção em Marau, Estado da Bahia, melhoramentos de portos e vias navegáveis, dragagem de aprofundamento e manutenção, aquisição de uma frota de drágs e recuperação das existentes, e aquisição de equipamento mecânico para movimentação de carga. Entre essas últimas realizações destaca-se a aquisição de equipamentos portuários para os três principais portos gaúchos: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. O outro setor é o aumento da frota da Marinha Mercante brasileira, que deverá ser acrescida em cargueiros com capacidade total de 240 mil toneladas DW e em 3 navios de passageiros de capacidade média.

Paralelamente desenvolve-se a capacidade de transporte da FRONAPE que até 1960 deverá ter sido acrescida de 239 mil toneladas DW, com a aquisição de 7 superpetroleiros e 1 navio para óleo lubrificante.

Como sabemos a FRONAPE conta atualmente com 26 unidades totalizando 229.000 toneladas DW.

É efetivamente muito fraca, ainda, a capacidade de transporte marítimo da frota brasileira, tanto mais considerando os 8.500 km de costa marítima que possuímos e o volume do nosso comércio, mesmo interno.

RODOVIÁRIO

O atual Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias é, em última análise, o orientador das obras executadas e em execução, mediante diretrizes fixadas no Plano Rodoviário Nacional, integrante do Plano de Viação Nacional.

Entre as obras previstas ou executadas encontramos:

Triângulo Rio — São Paulo — Minas:

Construção da BR-55 ligando Belo Horizonte a São Paulo, cuja pavimentação deverá estar pronta em 1959.

Construção da BR-57 ligando Três Rios à BR-2, passando em Volta Redonda, já entregue ao tráfego.

Construção e pavimentação da 2ª pista da Rio — Petrópolis (contorno de Petrópolis).

Construção e pavimentação da variante da Serra das Araras na BR-2, a ser entregue ao tráfego em 1959.

Construção e pavimentação da Rio — Teresópolis.

Construção e pavimentação do trecho da BR-31 entre Belo Horizonte e Monlevade.

Região Sul (excluindo o triângulo):

Construção e pavimentação do novo trecho São Paulo — Curitiba, da BR-2 que deverá ser entregue em 1960.

Construção e pavimentação do trecho Curitiba — Pelotas, da BR-2, que deverá estar concluído em 1960.

Construção de obras de acesso a Porto Alegre, envolvendo pontes e viadutos, destacando-se a ponte Regis Bittencourt sobre o Guaíba, inaugurada em dezembro último.

Construção da ponte internacional sobre o Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, ligando o Brasil ao Paraguai.

Construção do trecho Imbituba — Florianópolis, da BR-59 que deverá ser concluído em 1960.

Construção do trecho Florianópolis — Joinville.

Construção do trecho Lajes — Xanxerê, da BR-76, cuja conclusão está prevista para 1960.

Construção dos trechos Júlio de Castilhos — Santa Maria e divisa Santa Catarina — Rio Grande do Sul — Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul e do trecho divisa Paraná — Santa Catarina — BR-35 no Estado do Paraná, todos da BR-14, a serem concluídos em 1960.

Região Centro — Oeste:

Construção do trecho Goiânia — Itumbiara, da BR-14, já concluído.

Construção da ponte sobre o Rio Paraná, como parte da BR-34, e do Canal de São Simão, integrante da BR-31.

Construção do trecho Goiânia — Belém do Pará, da BR-14, a cargo da SPVEA.

Construção do trecho Goiânia — Brasília, a cargo da NOVACAP (já concluído).

Região Leste:

Construção do trecho Vitória — Divisa com o Estado da Bahia, da BR-5, a ser concluída em 1960.

Construção do trecho Lençóis — Barreiras, da BR-28, ligação do Nordeste com Brasília.

Região Nordeste:

Construção da ponte metálica sobre o Rio São Francisco.

Melhoramentos do trecho João Pessoa — Cajazeiras, da BR-23, e pavimentação do trecho João Pessoa — Campina Grande.

Construção do trecho São Luiz — Terezina, da BR-22.

Construção do trecho Bacabal — Belém do Pará.

Acrescente-se a esses empreendimentos outros trabalhos que vêm sendo executados pelos Departamentos de Estradas de Rodagem Estaduais, como por exemplo o de Pernambuco cujo programa compreende a pavimentação dos 218 km da BR-11 correspondente ao território pernambucano, dos quais 169 já se encontram pavimentados; o do Amazonas que construiu uma ponte na estrada que ligará Manaus ao Município de Itacoatiara, e constrói a estrada que ligará os Municípios de Humaitá, no Madeira ao de Lábrea, no Purus. Além das obras afetas às Comissões de Estradas de Rodagem do Exército, entre as quais assinalamos a estrada que ligará Cuiabá a Pôrto Velho numa extensão de cerca de 1.400 km como parte integrante da estrada Pan-Americana, pois de Pôrto Velho prosseguirá até a fronteira com o Peru.

FERROVIÁRIO

O reaparelhamento das nossas ferrovias, ao contrário das rodovias, está sendo feito quase sem o acréscimo da rede de tráfego, limitando-se as novas construções às ligações entre regiões. Assim sendo o acréscimo efetivo será de cerca de 700 km, pois a construção de novas linhas deverá totalizar 2.100 km e o abandono de ramais anti-econômicos será da ordem de 1.400 km. Entre as novas construções assinalamos a conclusão do trecho ferroviário entre Patos e Souza na Paraíba, permitindo o intercâmbio econômico entre o Ceará e Pernambuco, integrando ambos com o Estado da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

A Rede Mineira de Viação inicia a sua "dielização", com a aquisição de locomotivas diesel-elétricas e, no intuito de levar a tração elétrica de Augusto Pestana a Barra Mansa possibilitando a conclusão das obras de eletrificação entre Barra Mansa e Angra dos Reis; adquiriu subestações de 1.500 kw. Ressaltamos ainda o reaparelhamento da E.F.D. Tereza Cristina (estrada do carvão), hoje incorporada R.F.F.S.A., a fim de poder cumprir o estabelecido pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, isto é, transportar em maior quantidade o carvão das minas.

AÉREO

Existe o propósito da Secretaria de Obras do Estado do Rio Grande do Sul de construir o Aeroporto Internacional do Guaíba, que será localizado 11 km a sudoeste de Pôrto Alegre, no Município do Guaíba. A Secretaria construirá também os aeroportos de Caçapava do Sul, São Sepé, São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Bom Jesus. Além dessas obras, outros melhoramentos serão realizados em todo o Estado, visando à possibilidade de um transporte mais rápido para as regiões que ainda não dispõem de instalações aeroviárias.

O transporte aéreo está mais desenvolvido no Brasil do que em qualquer outro país do mundo, excetuados os Estados Unidos. Existem no País 1.182 aeroportos, 24 dos quais pavimentados.

● Diversos fatores negativos para a segurança nacional

"A economia é fator altamente importante na preservação das condições que asseguram a segurança nacional" — disse, em sua conferência na reunião do Conselho Técnico da Confederação Nacional de Comércio, o Sr. José Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, falando sobre as "Relações entre a Economia Brasileira e a Segurança Nacional". E acrescentou: "Se a economia de um país lhe permite manter a plena soberania de seu povo em seu território, distribuir equitativamente a riqueza nacional, suprir dos aparatos bélicos de defesa as suas forças armadas, de modo que esteja em condições de reprimir qualquer comoção interna ou repelir agressão externa, essa economia é elemento positivo para a segurança nacional. Um país que não tem capacidade econômica para produzir a própria riqueza, redistribuir com justiça os seus bens entre as populações, armar-se sozinho, sem auxílio estrangeiro, não pode confiar na segurança nacional".

O FENÔMENO BRASILEIRO

"Numa economia estável deverá haver equilíbrio na produção de bens de produção e de bens de consumo, devendo, outrossim, haver racional distribuição desses bens. A produção de matérias-primas deverá atender às necessidades da produção industrial. Com isso se chega a uma posição de quase completa auto-suficiência que permite ao país fazer frente a crises internas ou externas.

Um parque industrial capaz de atender às necessidades de armamento das forças militares em tempo normais e de se adaptar rapidamente à produção de guerra em momentos próprios é fator positivo para a segurança nacional. Lamentavelmente, o Brasil perde em segurança, de certo tempo a esta parte. A indústria bélica tornou-se atividade altamente especializada, mormente depois da utilização das armas atômicas. Enquanto nosso armamento bélico se torna obsoleto, não criando condições industriais e técnicas capazes de acompanhar o que se realiza em outros países".

PRESERVAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL

Prosseguindo, acentuou o Sr. Nogueira Pôrto que para que se mantenha a unidade do território nacional torna-se necessário dar às populações das diversas regiões do país nível de vida mais ou menos análogo. Isso só é alcançado com a existência de economias complementares, fazendo com que a renda "per capita" se equilibre. No Brasil, o desnível é violento. Há choque gritante entre o subdesenvolvimento do Norte e Nordeste em comparação com o Centro-Sul.

Esse desequilíbrio, propiciando o êxodo de populações das zonas desfavorecidas para as regiões mais desenvolvidas, produz um conflito de comportamento e mesmo de convicções. Temos o Norte e Nordeste desamparados com mentalidade nacionalista e intervencionista, a querer que o poder central se torne cada vez mais forte, enquanto o Sul é internacionalista e mais liberal.

ECONOMIA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM

A economia deveria, também contribuir, graças a uma situação de equilíbrio, para a preservação da ordem e da estabilidade social. Vivendo, como vivemos, num regime capitalista, as classes dirigentes, isto é, as classes produtoras, ou conservadoras, deveriam formar um

bloco sólido. Isso não se dá. Não é coeso o bloco capitalista no Brasil. Determinados interesses geram concepções diferentes, não se encontrando um denominador comum de opinião entre o comércio, a indústria e a lavoura. O fato enfraquece a classe dominante. Nas condições econômicas em que vivemos, o sufrágio universal, na vida política, conspira contra a dominação capitalista do Estado.

A massa trabalhadora detém a maioria dos votos. Para conquistar essa maioria, transigem as minorias, acenando, àquelas com concessões e compensações cada vez mais amplas.

ECONOMIA INFLACIONADA

Em consequência de fatores negativos, de toda ordem, inclusive administrativos, somos um país de economia inflacionada. O dinheiro se desvaloriza sempre mais. O custo da vida cresce em ritmo vertiginoso, que não pode ser acompanhado pelo aumento dos salários. Então, recorre-se aos reajustamentos periódicos. Enquanto a vida encaixoteia continuamente, os salários sobem por degraus. Com o sacrifício das classes trabalhadoras, com o desequilíbrio entre o custo de vida e a capacidade aquisitiva dos trabalhadores, a paz social está constantemente ameaçada. A cada reajuste de salários segue-se um momento de falso otimismo para o trabalhador. Então, na suposição de que esse momento vai durar, o operariado, seduzido pela propaganda e pelas facilidades da venda a prestações, compra o que não precisa com o dinheiro que não tem. A classe média, clássico amortecedor do choque entre o proletariado e os produtores, atingida pela inflação sem ser beneficiada pelos reajustes, sofre um processo de proletarização progressivo, pelo empobrecimento, e vai engrossar a massa dos descontentes.

Assim, as conclusões que se podem tirar, ao analisar a economia brasileira nas suas relações com a segurança nacional, não podem ser otimistas. São, ao contrário, fundamentalmente pessimistas.

● É notável o aumento da nossa produção de petróleo

A produção brasileira de petróleo bruto registrou no último quinquênio um aumento de cerca de 20 vezes. De 992.409 barris extraídos em 1954, a quantidade se elevou a 18.922.738 barris em 1958. A notável expansão do volume físico de nossa produção petrolífera processou-se através da duplicação virtualmente ininterrupta e sistemática durante quatro anos, como se verá melhor em números redondos: um milhão de barris em 1954, dois milhões em 1955, quatro milhões em 1956, dez milhões em 1957 e dezenove milhões em 1958.

No mês de dezembro último a produção diária havia-se elevado a 62.252 barris, superando com larga margem a média diária acusada no decorrer do ano passado (51.843 barris). Se se mantiver sem solução de continuidade o mesmo ritmo de crescimento anterior por mais dois anos, isto é, se a extração de óleo bruto dobrar em 1959, excedendo os 100 mil barris diários e novamente dobrar em 1960, superando os 200 barris diários, a produção nacional estará tão próxima do nível de consumo que, em 1961, nossa completa auto-suficiência estará definitivamente resolvida.

Quanto à produção de derivados, as estatísticas coligidas pelo Conselho Nacional de Petróleo permitem estimar que nossa produção em 1958, da ordem de 48 milhões de barris, correspondeu a aproximadamente 60 por cento do consumo nacional (80 milhões de barris). Todavia, alguns itens já são produzidos em quantidades bastantes para cobrir totalmente a demanda interna, como por exemplo o as-

falto (810) mil barris) e os solventes (666 mil barris), havendo outros com produção superior a dois terços da demanda, como o gás liquefeito (2,4 milhões de barris ou 80% do consumo), gasolinas A e B (22,6 milhões de barris ou 72,4%) e óleo combustível (25,2 milhões de barris ou 66,7%).

● Existem atualmente no Brasil 2.755 municípios

Existem atualmente no Brasil 2.755 municípios, alguns de tão recente criação que ainda estão por instalar-se. Há pouco mais de um ano (31-12-957, o balanço da divisão territorial brasileira acusava a existência de 2.468 municípios, todos eles já instalados. A partir de 1 de janeiro de 1958 e até o presente momento, 291 novas unidades municipais foram acrescentadas àquele total, ao mesmo tempo em que 4 dessas unidades haviam sido extintas.

No período mencionado, o maior número de municipalidades recém-criadas ocorreu em São Paulo (70), seguidos de Goiás (53), Santa Catarina (34), Bahia (27) e Rio Grande do Sul (25). Em Pernambuco, onde um grupo também numeroso de municípios passou a constar de seu quadro territorial (21), o ato de sua criação está pendente de decisão final da Justiça do Estado. Vêm depois o Rio Grande do Norte (16 municípios criados), Alagoas (15), Ceará (9) e outros Estados com menores quantidades.

Das 25 Unidades da Federação, somente oito mantiveram inalterados os seus quadros administrativos: Minas Gerais, Paraná, Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá. Todavia, no Paraná, onde nenhum município novo surgiu, assim como nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, onde as divisões territoriais foram ampliadas, há projetos de lei em trânsito nas respectivas Assembléias Legislativas, os quais, se forem aprovados, elevarão a soma de municípios brasileiros para perto ou acima da casa dos 3.000.

● O Brasil Central poderá elevar seu rebanho bovino a 90 milhões

O Brasil Central aumentou, entre 1950 e 1957, o seu rebanho bovino, em números redondos, de 30 milhões de cabeças para 42 milhões. Esse aumento resultou, sobretudo, do forte incremento da bovinicultura no norte de Minas, em Goiás e Mato Grosso, que ainda comportam rebanhos consideravelmente maiores. No dia em que esses Estados — informa o Departamento Nacional de Produção Animal — tiverem a indispensável base forrageira, o Brasil Central poderá elevar seu rebanho, atualmente avaliado em 118 milhões de cruzeiros, para cerca de 90 milhões de cabeças.

Só os Estados de Goiás e Mato Grosso, que, no momento, possuem, respectivamente, 6 milhões e 500 mil, e 9 milhões de bovinos, comportam, facilmente, com melhores bases técnicas de manutenção e melhoramento das pastagens, 18 milhões e 500 mil, o primeiro, e 38 milhões, o segundo. Mato Grosso, sozinho, pode manter um rebanho bem maior que o atual de toda a região do Brasil Central.

Esse fato — esclarece o DNPA — mostra-nos qual a tendência da pecuária de corte dessa região e onde se localizam as maiores e melhores áreas de criação para serem exploradas em futuro próximo. Ao mesmo tempo, dita ao Governo federal quais as medidas que devem ser tomadas para propiciar a concretização de uma pecuária de corte economicamente sólida, nessa região.

AVISO SÔBRE ASSINATURAS

PARA FACILIDADE DO CONTRÔLE DO SERVIÇO, SÓ EXISTIRÁ UMA FORMA DE PAGAMENTO :

ASSINATURA ANUAL DE CR\$ 100,00, PAGA NO INÍCIO DE CADA ANO.

— OUTROSSIM, SOLICITAMOS AOS Nossos REPRESENTANTES E ASSINANTES COMUNICAREM SUAS TRANSFERÊNCIAS OU MUDANÇAS DE ENDERÊÇO, USANDO A FICHA DESTACÁVEL QUE SE ENCONTRA ABAIXO.

A DEFESA NACIONAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

Caixa Postal 17 — Rio de Janeiro

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

Nome do assinante

Pôsto Força Armada

Enderêço antigo :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)

Enderêço atual :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)

Noticiário de Interesse Militar

UNIDADE DE SUBMARINOS ATÔMICOS

Os submarinos de propulsão nuclear "Nautilus", "Skate" e "Sewolf" juntar-se-ão aos submarinos comuns "Hardhead", "Babg" e "Halfbreak" para constituírem a nova Divisão de Submarinos Atômicos 102 da Marinha dos E.U.A. Quando outros submarinos nucleares forem incorporados, serão incluídos na divisão substituindo os submarinos comuns. O quarto submarino atômico americano, o "Skipjack", deverá ser lançado em meados de 1958.

TORPEDO ACIONADO A FOGUETE

O torpedo RAT, acionado a foguete, é o engenho anti-submarino mais recentemente adotado pela Marinha dos E.U.A. Acionado por um motor a foguete, o RAT é lançado para o alto e cai com muita precisão na superfície, a uma distância considerável do navio lançador. Isto permite estender a capacidade de destruição do contratorpedeiro a um alcance muito superior ao de um torpedo normal.

O RAT é lançado de um reparo modificado de canhão de 5in, depois de ter sido automaticamente apontado por um calculador eletrônico ligado ao aparelho sonar de detecção submarino. É propulsado para o ar por um motor a foguete de combustível sólido. Depois de atingir a velocidade máxima, o envólucro se desprende e solta um torpedo de 2m de comprimento. Quando este se aproxima da superfície é retardado por dois pára-quadras que o colocam na água numa velocidade reduzida, calculada para não danificar o seu delicado mecanismo de direção. Uma vez na água, o sistema de atração pelo som começa a funcionar dirigindo-o para o alvo. O RAT pode ser instalado na maioria dos contratorpedeiros americanos, utilizando-se os reparos de canhões existentes. Para operar o sistema, não é necessário aumento de pessoal. O engenho mede 4m de comprimento e pesa 22kg.

HELICÓPTEROS DOS FUZILEIROS NAVAIS

Os fuzileiros navais dos E.U.A. empregarão o helicóptero HUS para as operações de ataque e o HR2S, maior, para a distribuição de material pesado às tropas de assalto. O HUS, que transporta 10 ou 11 fuzileiros equipados para o combate, é também empregado pelo Exército sob a designação do H-34 Shoctaw.

O HR2S, helicóptero de um só rotor e dois motores de 2.100 HP, pode transportar 36 soldados completamente equipados e é empregado pelo Exército com o nome de H-37A MOJAVE. Atualmente o Corpo de Fuzileiros pode transportar pelo ar mais de um batalhão reforçado de cada uma de suas três divisões. Espera-se que, em junho de 1959, possam deslocar de helicópteros um regimento de cada divisão.

CONTRATORPEDEIROS-VEDETS COM RADAR

Trinta e seis contratorpedeiros da classe GEARING foram convertidos em contratorpedeiros-vedetas, com radar, que receberam a designação de DDR. Esses navios de 3.300t são armados com seis canhões de 5in, e doze de 40mm ou seis de 3in para defesa antiaérea. Têm dois engenhos anti-submarinos HEDGEHOG e estão equipados com radares de alerta longo para atuarem como vedetas de alerta longo. Foram removidos os cinco tubos lança-torpedos comuns nos outros contratorpedeiros da classe Gearing.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

a) História da ETE

Moderno edifício de linhas sóbrias, construído na Praia Vermelha, Rio, em frente à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é, desde 1942, a sede da Escola Técnica do Exército. Toda uma história, rica em episódios de persistência e dedicação, foi vivida por um grupo de oficiais, antes que ela se instalasse, definitivamente, em um prédio funcional, construído especialmente para sua sede.

Em 1919, o curso de Engenharia Militar foi suprimido no Exército Brasileiro. Com base na experiência da I Grande Guerra, as nossas autoridades militares decidiram que o Exército precisava apenas de engenharia de campanha, prescindindo do engenheiro construtor. Um grupo de oficiais, entre eles o hoje General Hugo Afonso de Carvalho, atual Comandante da Escola, decidiu lutar pelo restabelecimento da carreira que queria seguir. A luta do pequeno grupo conseguiu resultados além da expectativa, surgindo, com ela, o embrião do centro de estudos que se transformaria, em menos de trinta anos, numa moderna escola politécnica. Seu primeiro nome foi Escola de Engenharia Militar.

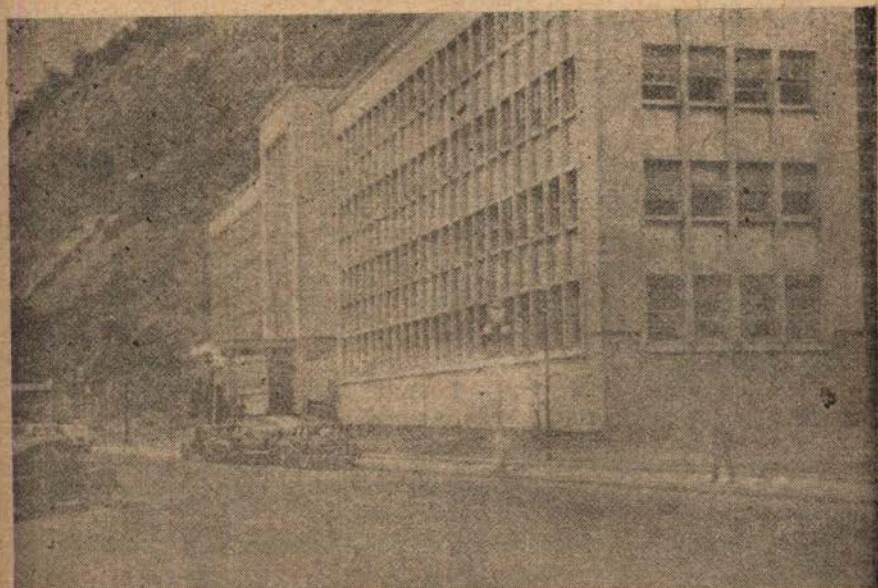
A 3 de abril de 1930 era fundada a Escola e aprovado o seu regulamento. Não dispondo de local apropriado, comando e administração instalaram-se no Andaraí, em salas de um prédio da antiga Escola de Estado-Maior. As aulas que exigiam instalações melhores eram dadas na Escola Politécnica, atual Escola Nacional de Engenharia, no Largo de São Francisco. Para as disciplinas de caráter militar, que não constavam do currículo da Politécnica, foram contratados professores estrangeiros, principalmente franceses, tchecos e americanos, cujas escolas técnicas militares serviram de modelo aos organizadores da nossa.

Em maio de 1937 a Escola ganhou sua primeira sede própria. Nessa segunda fase, continuou a desenvolver-se, em virtude das necessidades impostas, a cada momento, pela cooperação da técnica na solução dos grandes problemas da guerra. Novos cursos, com instalações mais modernas, se fizeram necessários. Finalmente, a 1 de março de 1942, transferiu-se definitivamente para o prédio na Praia Vermelha, com uma área de 23.670 m², treze vezes maior do que a sede antiga.

Já foram formados pela ETE 1.065 engenheiros militares; entre eles, paraguaios, bolivianos, guatemaltecos, equatorianos, colombianos, peruanos e nicaraguenses. Importantes obras civis — projetos em Brasília e no Rio São Francisco (barragem de Douradinho) — tiveram a sua cooperação. Entra, agora, na era atômica, com a criação do curso de Engenharia Nuclear. Outro curso, também criado recentemente, o de Telecomunicações, prepara engenheiros do Departamento dos Correios e Telégrafos para a execução do Plano Postal Telegráfico.

b) *Engenheiros Nucleares*

Antão Escola de Engenharia Militar nasceu com apenas quatro cursos: de Armamento, Construção, Eletricidade e Química. A primeira



Com sede neste prédio da Praia Vermelha, a ETE promove estudos altamente especializados

turma diplomada tinha apenas engenheiros especialistas em Construção e Eletricidade. Hoje, os cursos elevam-se a doze, além do ano de estudos (Preparação), durante o qual o aluno faz uma recapitulação geral. Estes são os cursos oferecidos: Comunicações; Eletricidade; Eletrônica; Fortificação e Construção; Geodésia e Topografia; Industrial e de Armamento; Industrial e de Automóvel; Industrial e de Metalurgia; Química; Topografia; Engenharia Nuclear; e Telecomunicações.

O curso de Engenharia Nuclear, de um ano, só pode ser feito por candidatos que satisfaçam as seguintes condições:

- Ser oficial engenheiro das Forças Armadas.
- Civil que pertença a órgão governamental ou instituição científica com interesse na energia nuclear, possuindo curso superior nos campos da Engenharia, Física, Química ou Matemática.

Paralelo ao curso, a Escola está organizando um Centro de Estudos de Energia Nuclear, que terá a seu cargo toda a documentação e divulgação do assunto, no Exército, bem como o estudo das aplicações da energia nuclear no terreno militar. Por sugestão do Almirante Otacilio Cunha, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, vão ser criadas bolsas para os países latino-americanos (acha o Almirante que o alto nível do curso já permite uma frequência internacional). Atualmente é frequentado por 58 civis e oficiais dos três ramos das Forças Armadas, todos engenheiros.

Com a duração de dois anos, o curso de Telecomunicações foi criado especialmente para o aperfeiçoamento de engenheiros do Departamento dos Correios e Telégrafos em vista, principalmente, a execução do Plano Postal Telegráfico.

Além de militares, o corpo docente da Escola conta com professores civis, um dos quais é o escritor Gustavo Corção.

c) *Escola Faz Tudo*

Em janeiro, a Escola Técnica do Exército realizou a sua festa anual de encerramento dos cursos. Este ano, o interesse público foi maior, por dois motivos: formava-se a primeira turma de engenheiros nucleares e uma exposição apresentava os projetos executados pelas várias turmas, incluindo-se, entre eles, um projétil anticarro teledirigido do tipo "Dart", americano, e ss-10, francês, atualmente utilizado pelas Forças da OTAN. Os principais projetos executados durante o ano letivo de 1958 foram os seguintes:

Curso Industrial e de Armamento: Foguete anticarro, teledirigido a fio, com propelente sólido, capaz de perfurações superiores a 400 milímetros, em aço extraduro; alcance de 3 km. Todo o material empregado é nacional.

Curso de Geodésia e Topografia: Levantamento aerofotogramétrico do Município de São João de Meriti, no Estado do Rio, que tem uma área aproximada de 42 km².

Curso de Metalurgia: Anteprojeto de uma instalação para a obtenção do magnésio da água do mar.

Curso de Fortificação e Construção: Na arquitetura: planejamento das unidades militares que serão construídas em Brasília. Nas pontes e grandes estruturas: pontes sobre os Rios Picuí (Paraíba), Oitis (Rio Grande do Norte) e Caveiras (Santa Catarina). Na técnica de construções: instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas, de gás, de esgotos e de águas pluviais do prédio (oito andares) da Policlínica Militar de Porto Alegre. Nas estradas: 4,5 km de estrada de rodagem nas proximidades de Laguna, SC.

Curso Industrial e de Automóvel: Pequena viatura militar motorizada, sobre lagartas e a céu aberto, de baixo perfil, grande mobilidade, guarnecida por dois homens, para missões anticarro.

Curso de Química: Instalação para fabricação de pentaenritritol, com capacidade de produção de 15 quilos por jornada de oito horas de trabalho.

Curso de Eletricidade: Abastecimento de energia elétrica às fábricas e zonas residenciais da Companhia Nacional de Alcalis, em Cabo Frio.

Curso de Eletrônica: Calculador eletrônico, que resolve equações ou sistemas de equações do primeiro grau, algébricas e diferenciais lineares, com coeficientes constantes.

Curso de Comunicações: Sistema de comunicações com faixa lateral singela. Esse sistema suprime a onda suporte e transmite uma mensagem em cada faixa lateral, permitindo, além do aproveitamento integral da potência irradiada, executar com um único transmissor a tarefa de dois transmissores, que utilizem dois canais comuns.

d) *Programa de Intercâmbio*

Percebe-se que a preocupação permanente do Comando da Escola é manter o intercâmbio com as escolas e faculdades de todo o país e estrangeiro, e também com o campo industrial. "Para um país pobre, como o nosso, é oneroso estar comprando material caro em duplicata", foi o argumento que ouvimos.

Para maior aproveitamento de sua parte técnica e de seu aparelhamento, a Escola fez convênios com a Companhia Siderúrgica Nacional, Centro de Pesquisas Físicas e Universidade Católica.

Diversos e modernos laboratórios, que atendem a todas as especialidades, se dividem pelas alas internas da Escola Técnica do Exército. Nêles, aperfeiçoam-se civis e militares, porque a Escola recebe alunos de ambas as condições. Além disso, que é regra geral, atualmente o curso de Comunicações é assistido por turmas de alunos da Escola Nacional de Engenharia e da Escola de Engenharia da Universidade Católica.

O problema da formação de técnicos já ocupa plano destacado entre os problemas do nosso Exército. Em breve, o cadete poderá destinar-se à Escola Técnica, desde o momento de sua matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras, recebendo a parte básica de sua instrução de engenheiro militar.

No Salão Nobre, diante e por trás dos bustos de Getúlio Vargas, Duque de Caxias e Eurico Dutra, aplicados nas paredes, em letras de metal, estão os nomes de todos os que saíram da Escola com diploma. E lá está, junto a eles, o nome da diplomata guatemalteca Francisca Fernandez Hall, a única mulher formada em Engenharia Militar no Brasil.

("Visão" — 27 de março de 1959.)

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDERÊÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



ATOS OFICIAIS

Responsável: Diretor-Secretário

SUMÁRIO

("Diário Oficial" de julho de 1959)

I — DECRETOS

Dá nova redação ao art. 54 do Regulamento do Colégio Militar (R-69) e suprime o art. 47 do mesmo Regulamento.

Aprova o Regulamento do Departamento Geral do Pessoal (DGP).

II — AVISOS

Gratificação de Técnico Militar e Diária de Serviço Geográfico — Acumulação.

III — PORTARIAS

Curso de Material Bélico — Quadros ID 1 — ID 2.

I — DECRETOS

DECRETO N. 46.336 — DE 30 DE JUNHO DE 1959

Dá nova redação ao art. 54 do Regulamento do Colégio Militar (R-69) e suprime o art. 47 do mesmo Regulamento

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. O art. 54 do Regulamento do Colégio Militar (Decreto n. 12.277, de 19 de abril de 1943 — (alterado), passa a ter a seguinte redação :

“Art. 54. As matrículas só poderão ser efetuadas na primeira série de curso ginasial, mediante concurso de admissão e dentro do número de matrículas fixadas pelo Ministro da Guerra, para o mesmo concurso.

§ 1º. Conceder-se-á matrícula, em qualquer série e independentemente de concurso, — e caso sejam satisfeitas tôdas as exigências do § 2º dêste mesmo artigo :

1) ao órfão de militar e ao filho de militar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica incapacitados em virtude de operações de guerra, quando a morte ou a incapacidade do genitor se tiver dado após as inscrições para o concurso no ano considerado ;

2) ao filho de militar da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e de Professor do Magistério do Exército, em atividade, desde que o genitor se encontre numa das situações seguintes :

a) movimentado de uma para outra guarnição, e nesta última haja Colégio Militar ;

b) movimentado para guarnição do interior, ou que nela já sirva, e em tal guarnição não haja possibilidade de completar a educação secundária ;

c) tenha que ausentar-se do país, a serviço, por tempo igual ou superior a um (1) ano, e se faça acompanhar com sua família ;

d) regresse ao país, depois de ter estado no estrangeiro, a serviço, por tempo igual ou superior a um (1) ano, e se tenha feito acompanhar com sua família — mediante uma prova de adaptação dos conhecimentos adquiridos em estabelecimentos de ensino no estrangeiro.

§ 2º. Tôdas as concessões de que trata o parágrafo anterior serão sujeitas às seguintes exigências :

1) existir vaga ;

2) ser efetuada matrícula somente nos dez (10) dias que antecedem o início do 1º ou do 2º período letivo ;

3) provar o genitor haver o filho cursado estabelecimento de ensino secundário subordinado ao Ministério da Educação e Cultura ;

4) ser efetuada a matrícula somente depois de ter sido o candidato julgado “apto” com grau igual ou superior a quatro (4), em cada uma das provas escritas de suficiência, no Colégio Militar para que se destina ;

5) satisfazer o candidato às demais exigências regulamentares.

§ 3º. Para a concessão prevista no inciso 2 do § 1º deste artigo, deverá a matrícula ser requerida no prazo de um (1) ano, referido à data da movimentação do genitor.

§ 4º. Conceder-se-á nova matrícula, na mesma série em que cursava anteriormente e só uma vez em cada curso, — desde que o trancamento da matrícula tenha sido efetuado, no máximo, até 15 de novembro, caso haja vaga e satisfação às demais exigências regulamentares;

1) ao aluno que trancar matrícula por motivo de moléstia, comprovada em inspeção de saúde feita por médicos do estabelecimento;

2) ao aluno que trancar matrícula por motivo de movimentação do genitor, em uma das situações previstas no inciso 2 do § 1º deste artigo.

§ 5º. As transferências de alunos de um Colégio Militar para outro serão reguladas por Instruções baixadas pelo Ministro da Guerra e ficam condicionadas à existência de vaga no Colégio Militar de destino”.

Art. 2º. Fica suprimido o art. 47 do mesmo Regulamento.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas tôdas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

Jorge do Paço Mattoso Maia.

Francisco de Melo.

DECRETO N. 46.402 — DE 11 DE JULHO DE 1959

Aprova o Regulamento do Departamento Geral do Pessoal (DGP)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Departamento Geral do Pessoal (R-156) que com este baixa, assinado pelo Marechal R-1 Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto n. 22.030, de 7 de novembro de 1946 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

II — AVISOS

AVISO N. 465-D-6 — EM 26 DE JUNHO DE 1959

Gratificação de Técnico Militar e Diária de Serviço Geográfico — Acumulação

Considerando que o julgado pelo Supremo Tribunal Federal em Acórdão n. 35.512-58, no Recurso Extraordinário em que foi embargante a União Federal, alterou a interpretação dada aos arts. 158 e 159 do CVVM (Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951), assegurando aos Engenheiros Geógrafos do Serviço Geográfico, o direito de perceberem a Diária de Serviço Geográfico Militar, de que tratam os arts. 158 e 1959 do mencionado Código, quando nos dias de efetivo serviço de levantamento geográfico, realizados na sede do Serviço;

Considerando que a Gratificação de Técnico Militar, de que tratam os arts. 55 e 56 do CVVM, é concedida aos engenheiros militares nos termos do n. 1, letra B, do Decreto n. 30.033, de 1 de outubro de 1951, e que não se pode negar ao Serviço Geográfico do Exército, a categoria de organização militar, dotada no respectivo quadro de efetivos de oficiais técnicas da ativa (Portaria n. 176-Res, de 11 de novembro de 1958) que desempenham função técnica — Engenheiros de Geodésia e Topografia;

Considerando que não há no caso, impedimento legal vedando a acumulação da percepção simultânea das vantagens previstas nos arts. 56 e 159 do CVVM, e, que essa aculação participou do julgado, ao ser transcrito no voto do relator, a informação prestada pelo Diretor do Serviço Geográfico do Exército, em resposta ao Ofício n. 2.588-53, resolve:

a) que se proceda o pagamento aos Engenheiros Militares (Geógrafos do Serviço Geográfico) da Gratificação de Técnico Militar de que trata o art. 56, letra b), acumulativamente com a Diária de Serviço Geográfico de que trata o art. 159, ambos da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (CVVM), quando nos dias de efetivo serviço, específico de levantamento geográfico;

b) que se transcreva em Boletim do Exército, na íntegra, a decisão judicial do Recurso Extraordinário n. 35.512, publicado no "Diário de Justiça, de 13 de novembro de 1958, pág. n. 21142. — Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

III — PORTARIAS

N. 1.445 — O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de,acórdio com o parecer do Estado-Maior do Exército, considerando o disposto na Portaria n. 1.278, de 12 de junho de 1959, e usando das atribuições que lhe confere o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 24 de fevereiro de 1942), resolve:

— Aprovar a adaptação provisória dos currículos do segundo período do 2º ano, e do 3º ano do Curso de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras, que com esta baixa para os cadetes matriculados no citado Curso em 1959, em substituição aos currículos previstos em os Quadros I-D1 e I-D2, anexos à Portaria n. 407, de 20 de fevereiro de 1959 — Henrique Lott, Ministro da Guerra.

QUADRO I-D1

CURSO DE MATERIAL BÉLICO

2º Ano

(2º Período do ano letivo de 1959)

Ensina- de Seções	Trabalhos escolares	Número de horas	
		2º Período	Soma
E B	Aulas ou Sessões de		
	História Militar (1)	45	45
D	Complementos de Cálculos	45	45
	Desenho Técnico (1)	45	45
	Complementos de Física	45	45
	Físico-Química	60	60
F	Mecânica	30	30
G	Elettricidade	60	60
J	Educação Física	45	45
L	Instrução Militar (2) (3)	110	80
Soma		485	485
Trabalhos Correntes (4)		38	38
Estudo		233	233
Tempo total		756	756

Observações :

- (1) Previsto para ser ministrado no 3º ano, de conformidade com o constante no Quadro I-D1, anexo à Portaria n. 407-59.
- (2) Ministrando-se:
 - Conhecimentos Militares Gerais, VI (n. 40, subseção 6, seção L, do R-70);
 - Condução e Manutenção de Viaturas Automóveis (n. 47, subseção 10, seção L, do R-70, previsto para o 3º ano, Anexo II à Portaria n. 407-59).
- (3) Inclusive treinamento para a parada de 7 de setembro e manobras (20 e 30 horas, respectivamente).
- (4) 28 horas para as matérias das seções B a G; 10 horas para as demais.

QUADRO I-D2
CURSO DE MATERIAL BÉLICO
3º Ano
 (Ano letivo de 1960)

Seções de Ensino	Trabalhos escolares	Número de horas		
		1º Período	2º Período	Soma
B	Aulas ou Sessões de Geografia Política e Econômica	30	30	60
C	Psicologia	30	30	60
	Direito	45	30	75
	Administração	—	30	30
F	Mecânica Técnica	60	30	90
G	Eletrônica Aplicada	45	30	75
H	Balística	30	—	30
J	Educação Física	45	45	90
L	Instrução Militar (1)(2)(3)	195	275	470
Soma		480	500	980
Trabalhos Correntes (4)		34	34	68
Estudo		158	222	380
Tempo total		672	756	1.428

Observações :

(1) Ministrando-se:

- Conhecimentos Militares Gerais, VII (n. 42, subseção 7, seção L, do R-70, previsto para o 3º ano no Anexo II à Portaria n. 407-59);
- Instrução Peculiar ao Serviço de Material Bélico (n. 43, subseção 7, seção L, do R-70, prevista para os 2º e 3º anos no Anexo II à Portaria n. 407-59);
- Técnica de Comando (n. 48, subseção 11, seção L, do R-70);
- Emprêgo Tático do Serviço de Material Bélico (n. 54, subseção 12, seção L, do R-70).

(2) Não se ministrando:

- Condução e Manutenção de Viaturas Automóveis (n. 47, subseção 10, seção L, do R-70).

(3) Inclusive treinamento para a parada de 7 de setembro e manobras (20 e 30 horas, respectivamente).

(4) 20 horas para as matérias das seções B a G e 14 horas para as demais, em cada período.



A DEFESA NACIONAL

(FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913)

Órgão da "Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intellectual A Defesa Nacional Ltda.", registrada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, sob o n. 18.843, em 7 III-943

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Guerra (ala da rua Visconde da Gávea — 3º pavimento) — Telefone 43-0563 — Caixa Postal 17, do Ministério da Guerra



TABELA DE PREÇOS

Capa externa.....	Cr\$ 10.000,00
Capa interna.....	Cr\$ 8.000,00
Página inteira.....	Cr\$ 5.000,00
1/2 página.....	Cr\$ 3.000,00
1/4 página.....	Cr\$ 2.000,00

Relatórios, contratos, extratos, reportagens,
entrevistas, etc. :

Página — Cr\$ 10.000,00

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Flamarion Barreto
Gen Mozart de Andrade Souza
Cel João Bina Machado
Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
Cel Golbery do Couto e Silva
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu
Ten-Cel Rubens Alves de Vasconcellos
Maj Amerino Raposo Filho
Maj Cláudio Leig
Maj Geraldo Figueiredo de Castro
Maj Ary Leonardo Pereira
Maj Octávio Tosta
Cap José Murillo Beurem Ramalho
Ten Roberto Negretti Madriz
Ten A. Brandão de Freitas



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 20,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1959